

Universidade de Évora
Curso de Mestrado em Museologia

Relatório de Estágio:

*O Palácio Nacional da Pena:
História de uma Instituição
Museológica*

Carla Marina Duarte Braz Ventura

ORIENTADOR: Prof. Doutor João Carlos Pires Brigola

2010

Curso de Mestrado em Museologia

Relatório de Estágio

O Palácio Nacional da Pena - História de uma Instituição Museológica

Carla Marina Duarte Braz Ventura

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Évora para obtenção
do Grau de Mestre em Museologia sob orientação do Prof. Doutor João
Carlos Pires Brigola

RESUMO

O Palácio Nacional da Pena: História de uma Instituição Museológica

O presente relatório surge como resultado de um estágio realizado no Palácio Nacional da Pena e posterior colaboração com o mesmo.

O desenvolvimento desta investigação centrou-se no traçar de uma história, ainda pouco conhecida, do Palácio enquanto museu desde 1910 até à actualidade. Com a implantação da República e consequente fuga da Família Real para o exílio, os palácios nacionais, deixaram de estar fechados nas vivências privadas dos que os habitaram e passaram a estar abertos ao olhar público, alterando-se profundamente as suas dinâmicas internas.

No caso do Palácio da Pena, esta abertura ocorreu há quase um século, o que justifica a necessidade do estudo mais aprofundado desta instituição enquanto museu e repositório de memórias dos que nele trabalharam.

A partir dos diferentes conceitos de “museu”, referidos nas fontes consultadas, procedeu-se ao levantamento das práticas museológicas aplicadas nas várias épocas, tendo em atenção a legislação nacional e internacional vigente.

ABSTRACT

The National Palace of Pena: History of a Museological Institution

The current work is the result of a professional training period and further collaboration in the National Palace of Pena.

This research has focused on the almost unknown history of the Palace from 1910 (when the Republic was implanted in Portugal) to the present time. As the Royal Family was forced to flee to exile, the national palaces once closed within its private ways of life, became open to public and their structures changed inevitably.

In what the National Palace of Pena is concerned, this opening occurred almost a century ago, which explains the need to proceed on studying it further as museum and as a dwelling place for its workers' memories.

From the concept of museum, which appears in the researched documents, we tried to define the adopted museological principles and the corresponding legislation.

Índice Geral

Índice Geral	1
Índice de Figuras	2
Índice de Quadros	3
I. Introdução: O Estágio Realizado	4
1. A Escolha da Instituição	4
2. Aspectos Formais da Realização do Estágio	4
3. Definição Inicial dos Objectivos de Estágio	5
4. Redefinição dos Objectivos no Decurso do Estágio	5
5. Actividades Realizadas e Metodologia	6
II. A História de um Espaço Museológico	8
1. Antecedentes	8
1.1. O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena	8
1.2. O Palácio da Pena: Uma Casa Real de Férias Imaginada por um Rei-Artista	13
2. Um Palácio Transformado em Museu	18
2.1. Uma História por Conhecer	18
2.1.1. O Período da Primeira República (1910-1926) .	19
2.1.2. O Período da Ditadura Nacional e o Estado Novo (1926-1974)	31
2.2. A Casa-Museu Romântica (dos finais da década de 70 até 2007)	43
III. Conclusões	51
IV. Anexos	54
V. Fontes e Obras de Consulta	167

Índice de Figuras

		Pág.
Figura 1	<i>Anúncio da venda de bens nacionais (1838)</i>	61
Figura 2	<i>A Torre do Relógio do Palácio da Pena</i>	76
Figura 3	<i>Projecto para a Sala dos Veados</i>	77
Figura 4	<i>A Sala dos Veados na década de 40</i>	77
Figura 5	<i>O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena</i>	78
Figura 6	<i>O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena</i>	78
Figura 7	<i>A Família Real no Palácio da Pena</i>	82
Figura 8	<i>Uma visita oficial no Palácio da Pena</i>	82
Figura 9	<i>D. Amélia no Jardim do Palácio da Pena</i>	83
Figura 10	<i>O Salão Nobre</i>	83
Figura 11	<i>D. Amélia no picadeiro do Parque da Pena</i>	84
Figura 12	<i>Regulamento de Trânsito no Parque da Pena</i>	106
Figura 13	<i>Pedido de uma escola para visitar o Palácio da Pena</i>	119
Figura 14	<i>Bilhete para visitar o Palácio da Pena</i>	120
Figura 15	<i>Convite para uma exposição no Palácio da Pena</i>	122

Índice de Quadros

		Pág.
Quadro I	<i>Funcionários do Palácio da Pena (1923)</i>	24
Quadro II	<i>Cronologia das Obras no Palácio da Pena (1835-1904)</i>	64
Quadro III	<i>O Palácio da Pena enquanto espaço museológico</i>	85
Quadro IV	<i>Legislação de enquadramento do Palácio da Pena (1910-2007)</i>	99
Quadro V	<i>Lista de funcionários do Palácio da Pena (1910-1983)</i>	109
Quadro VI	<i>O Serviço Educativo do Palácio Nacional da Pena</i>	158

I. Introdução: O Estágio Realizado

O presente relatório resulta da realização de um estágio profissionalizante, inserido no âmbito curricular do Mestrado em Museologia, da Universidade de Évora, no Palácio Nacional da Pena.

O estágio foi concluído em Abril de 2007, tendo então sido apresentado aos responsáveis do Curso um primeiro relatório, para efeitos de conclusão da componente curricular deste Mestrado.

Após as reformas introduzidas no Ensino Superior, com a entrada em vigor do conjunto de medidas preconizadas pela Declaração de Bolonha, considerámos que seria pertinente reformular o referido relatório, de modo a apresentá-lo convenientemente à Comissão do Curso de Mestrado em Museologia, como trabalho final, em substituição da Dissertação, requerida anteriormente ao Processo de Bolonha, para a obtenção do grau de Mestre.

Em linhas gerais, optámos assim por reelaborar o actual relatório, tendo em conta a presente situação da instituição em estudo, à qual nos foi possível ficar profissionalmente ligados, após a realização do supra mencionado estágio.

1. A Escolha da Instituição

A escolha inicial desta instituição deveu-se ao complexo desafio museológico que esta representa, permitindo assim articular os conteúdos teóricos aprendidos durante os seminários de Mestrado, com a realidade quotidiana do espaço.

Tivemos igualmente em consideração o conhecimento que já detínhamos em relação à sua história, dado que já fora anteriormente objecto de estudo da nossa parte.

2. Aspectos Formais da Realização do Estágio

Estabelecidos os devidos contactos com o Director do Palácio Nacional da Pena, José Manuel Martins Carneiro, que desde logo se mostrou disponível para acolher o estágio, foi apontada como orientadora para o nosso projecto a Gabriela Cavaco¹. Esta orientação manteve-se acompanhada igualmente pelo Director do Palácio. Quanto ao orientador académico, pertencente à Universidade de Évora, fomos acompanhados por João Carlos Brigola. Durante a realização do estágio, com a saída da instituição de

¹ A Gabriela Cavaco pertencia efectivamente ao Museu Nacional de História Natural, em Lisboa, encontrando-se, na altura, destacada no Palácio Nacional da Pena, para o novo projecto de reestruturação do Serviço Educativo.

Gabriela Cavaco², foi-nos apontada como orientadora Teresa Antunes, continuando a manter-se a orientação de José Martins Carneiro.

O período de estágio efectivo, proposto pela instituição, foi de seis meses, enquadrando-se dentro dos parâmetros mínimos requeridos pela Universidade, no caso da via profissionalizante (300 horas).

Diferindo do que fora inicialmente indicado na Proposta de Estágio, só nos foi possível dar início à frequência efectiva do estágio em Outubro de 2006, por questões de reorganização interna de alguns espaços do Palácio Nacional da Pena. Assim, o período de estágio na instituição mediu entre meados de Outubro de 2006 e o início de Abril de 2007, tendo sido permitido, não obstante, que pudéssemos assistir a algumas actividades antes e depois da nossa presença efectiva.

3. Definição Inicial dos Objectivos de Estágio

No seguimento de uma primeira reunião com a orientadora Gabriela Cavaco, foi-nos evidenciado o interesse do estudo da memória dos antigos funcionários do Palácio, bem como das tradições comuns entre este e a comunidade adjacente de S. Pedro de Penaferrim. A orientadora tinha já estabelecido alguns contactos com antigos trabalhadores do Palácio e considerava pertinente recolher e registar toda a informação obtida.

Deste modo, apresentámos inicialmente um conjunto de objectivos que se orientava para essa ideia-chave, como se pode ver no Anexo I.³ Pretendeu-se abordar parcialmente a história da instituição (primeiro enquanto Palácio e depois enquanto Museu), bem como perceber tipologias de público e a ligação à comunidade envolvente. O ponto de chegada do trabalho de estágio seria apontar algumas medidas que pudessem reforçar os laços com essa comunidade.

4. Redefinição dos Objectivos no Decurso do Estágio

Devido a algumas alterações no decorrer do nosso estágio⁴, determinados pontos do plano de estágio originalmente proposto tornaram-se obsoletos, pelo que nos vimos obrigados a reformular alguns dos objectivos.

² A este propósito, veja-se a nota 4, do presente capítulo.

³ Veja-se *Anexo I – Objectivos Inicialmente Propostos*.

⁴ O Palácio Nacional da Pena esteve sob a tutela do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), desde 1992 (*Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de Junho – Criação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico*), dependente do Ministério da Cultura. No entanto, no âmbito

Dadas as novas contingências, optámos por aliar ao estudo da memória uma nova abordagem centrada na história do Palácio da Pena, enquanto instituição museológica (após 1910). Durante a realização do estágio, apercebemo-nos que não havia nenhum estudo concreto acerca desse assunto, não obstante terem decorrido já cerca de 100 anos, desde que o Palácio passou à condição de museu. É o desenvolvimento do conteúdo destes objectivos que, não tendo sido plenamente atingidos nessa altura, retomamos no presente relatório⁵.

5. Actividades Realizadas e Metodologia*

No decurso do estágio, foram várias as actividades a que pudemos assistir e desenvolver na instituição (dentro e fora do período de presença efectiva) e que se revelaram fundamentais para conhecer o espaço, a sua história e a para poder articular os vários conteúdos a que nos propusemos estudar.

Como metodologia para registar a experiência, optámos por manter um diário de estágio e por elaborar fichas de leituras para todas as obras e documentos consultados, de modo a organizar a informação recolhida. Do mesmo modo, procedemos também à realização de entrevistas a alguns dos funcionários do Palácio.

Para além disso, pudemos assistir a diferentes momentos da acção científico-cultural, directa ou indirectamente ligados à instituição museológica: acções de formação (“Diários Gráficos – Observações, Registos e Viagens entre a Arte e a Ciência”⁶, no âmbito do Projecto Ciência Viva, com o qual foi estabelecida uma parceria); eventos do Palácio (apresentação pública do novo formato do Sector de

das reestruturações governamentais, no decorrer do ano de 2006, os vários palácios portugueses, até aí afectos ao IPPAR, passaram a ser considerados maioritariamente em função das suas colecções museológicas, transitando para a tutela do Instituto dos Museus e Conservação (IMC), como se infere do *Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de Março – Aprova a Lei Orgânica do Instituto dos Museus e da Conservação*. Com o fito de fazer a gestão integrada do Palácio e do respectivo Parque, considerou-se pertinente colocar o primeiro sob gestão da empresa que já tutelava o segundo, a Parques de Sintra – Monte da Lua, S. A. (*Decreto-Lei n.º 292/2007, de 21 de Agosto – Altera o Decreto-Lei n.º 215/2000 de 2 de Setembro, que aprova os Estatutos da sociedade Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A.*). O IMC assumiu então a participação social na Parques de Sintra – Monte da Lua, S. A., até então pertencente ao IPPAR. No âmbito destas alterações e de novos projectos profissionais noutra instituição, a Dr.^a Gabriela Cavaco retornou ao Museu de História Natural, ao qual pertencia efectivamente.

⁵ Veja-se *Anexo II – Objectivos Redefinidos*.

* Para uma descrição mais detalhada das actividades desenvolvidas no estágio, consulte-se o *Anexo XXVI – Actividades Desenvolvidas no Estágio*.

⁶ Esta acção decorreu a 11, 13 e 15 de Setembro de 2006 e foi organizada pelo Museu Nacional de História Natural (MNHN), em conjunto com Palácio Nacional da Pena (PNP) / Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e o projecto <http://www.diariografico.com> (da autoria de Eduardo Salavisa).

Extensão Pedagógica, bem como do seu Plano de Actividades para 2006/2007⁷) e eventos científicos (*II Colóquio do Palácio Nacional de Sintra – Arte e História: Novos Contributos*⁸ e *3º Encontro de História de Sintra*⁹).

Pudemos igualmente conduzir algumas actividades pedagógicas e visitas guiadas, o que nos permitiu equacionar as potencialidades que o Palácio encerra para a multiplicidade do público que o visita.

Deste modo, o trabalho principal de investigação da história da instituição, desenvolvido durante o estágio, ficou profundamente enriquecido pelo sólido conhecimento da pluralidade daquele espaço museológico. É precisamente desse trabalho de investigação e da prática que, mesmo após o final do estágio, pudemos continuar a ter na instituição, que resultam as conclusões apresentamos seguidamente neste relatório.

⁷ Este evento decorreu no dia 22 de Setembro de 2006, no Palácio Nacional da Pena.

⁸ O Colóquio realizou-se a 29 de Novembro de 2006, no Palácio da Vila de Sintra.

⁹ O Encontro ocorreu entre 3 e 5 de Maio de 2007, no Palácio Valenças, em Sintra. Revelou-se importante, na medida em que foi proferida uma comunicação do Dr. José Martins Carneiro, intitulada “O Imaginário Romântico do Palácio Nacional da Pena.”

II. A História de um Espaço Museológico

A história de um espaço museológico não se cinge apenas aos factos associados à sua administração. É feito igualmente das memórias colectivas e individuais¹⁰ dos que nele trabalharam e dos que o visitaram.

No decurso do nosso estágio e posterior período efectivo de trabalho no Palácio Nacional da Pena, enquanto guias, fomos constantemente confrontados com comentários vários sobre o que essas pessoas, funcionários (antigos e actuais) e visitantes, recordavam sobre o espaço. Ouvimos centenas de histórias, que nunca serão registadas e que certamente se perderão no tempo.

Percebemos também que quase todos os estudos sobre o Palácio da Pena se centram nas vivências da Família Real Portuguesa ou de pessoas que o visitaram antes de 1910. Inferimos daí a necessidade de tentar desbravar um pouco a história do lugar depois disso.

A primeira pergunta que colocámos foi: o que é e o que foi o Palácio da Pena¹¹? É um museu, uma casa-museu ou apenas uma categoria à parte denominada “palácio nacional”, que não se enquadra bem dentro da área dos museus, mas que também não era um simples monumento nacional, cujo critério de valorização incidia sobretudo no edifício? Esta questão manteve-se connosco durante todo o processo de investigação, sendo notório, em várias conversas com colegas e especialistas que consultámos, que não havia uma resposta unívoca.

No decurso da nossa investigação e reflexão acerca do assunto, chegámos contudo a várias conclusões interessantes, que seguidamente exporemos.

1. Antecedentes

1.1. O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena

De modo a melhor compreender o espaço em estudo, afigura-se importante mencionar os seus antecedentes, dado que todo o conjunto do Palácio resulta da

¹⁰ A este propósito refere Susan Crane que “Memory is both personal and collective; although each individual has memories that belong to her and no one else, other memories are shared, based on common experience, learning, heritage, tradition and more”. Cf. Susan A. CRANE, Elazar BARKAN (ed.), *Museums and Memory*, California, Stanford University Press, 2002, p. 2.

¹¹ Note-se que nos focaremos sobretudo na história do Palácio da Pena tendo, com muita pena nossa, de prescindir do estudo do conjunto Parque-Palácio, dado que isso implicaria um estudo muito mais aprofundado e que extravasaria certamente a dimensão de um relatório.

coexistência dos elementos pré-existentes com os que foram acrescentados ou modificados no século XIX.

Antes da construção do edifício palaciano que hoje ali se encontra, existia naquele ponto alto da Serra de Sintra um mosteiro hieronimita, originalmente edificado no século XVI. Terá este edifício despertado o interesse de um jovem alemão, Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, futuro rei D. Fernando II, amante das Artes, chegado a Portugal em 1836 para casar com D. Maria II, então rainha de Portugal.

À semelhança do que sucede em outros locais, reza uma lenda medieval que ali teria aparecido uma imagem de Nossa Senhora, sobre uma penha.¹² Imediatamente aí se teria erigido uma “mísera e tósca ermida”¹³. A evolução fonética em breve se encarregou de transformar a palavra “penha” em “pena” e o lugar ficou conhecido como o de Nossa Senhora da Pena. Acerca da lenda e da construção da ermida, pouco se sabe. O Abade de Castro e Sousa, na *Memória Histórica sobre a Origem e Fundação do Real Mosteiro de N.ª Sr.ª da Pena* (1841), menciona que a ermida teria sido mandada construir em 1372, por D. Henrique Manuel de Vilhena, tio de D. Fernando I e Conde de Seia e Sintra e não por D. Afonso Henriques como pretensamente alega a tradição¹⁴. Contudo, M. Tude de Sousa considera esta afirmação sem fundamento¹⁵. Numa obra mais recente, da autoria de José Martins Carneiro e Paulo Pereira, a referência a uma primeira ermida aponta para o século XII, com base em documentos coevos¹⁶. Na mesma obra referem-se documentos que mencionam que durante o reinado de D. João I, os párocos da Igreja de S. Pedro de Penaferrim proferiam a missa, aos sábados, nesta pequena ermida¹⁷. Este facto é também parcialmente mencionado na *Cintra Pinturesca*, da autoria do Visconde de Juromenha, embora ele refira que terá encontrado, numa memória do século XIV, que eram os padres da Igreja de Santa Maria e não os de São Pedro, quem levava a cabo o ofício religioso¹⁸.

¹² Cf. A. D. de Sousa e CASTRO, *Memória Histórica sobre a Origem e Fundação do Real Mosteiro de N.ª Sr.ª da Pena*, Sintra, Câmara Municipal/Arquivo Municipal de Sintra, 2005, [reimpressão anastática da edição original em 1841], p. 11.

¹³ Cf. J. de Sousa NUNES, “O Palácio Nacional da Pena”, Sep. do *Boletim da CP*, Lisboa, Oficinas Gráficas da CP, 1935, p.13-15.

¹⁴ Cf. A. D. de Sousa e CASTRO, *op. cit.*, pp. 11 e 36-37 (nota 4).

¹⁵ Cf. M. Tude de SOUSA, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Sintra, Sintra Gráfica, 1951 [imp.], p. 15.

¹⁶ Cf. Paulo PEREIRA, José Manuel CARNEIRO, *O Palácio da Pena*, [s. l.], Scala Publishers, 2001[reimp.], p. 17.

¹⁷ *Ibidem*, p. 17.

¹⁸ Cf. Visconde de JUROMENHA (João António de Lemos Pereira de Lacerda), *Cintra Pinturesca ou Memória Descritiva da Vila de Sintra, Colares e seus Arredores*, Sintra, Câmara Municipal / Gabinete de Estudos Históricos e Documentais, 1989-90, [reimpressão anastática da edição original em 1838], p. 137.

Em qualquer um dos autores há menção à visita feita por D. João II e pela rainha, à ermida de Nossa Senhora da Pena, no ano de 1493, como também atesta Garcia de Resende¹⁹.

A grande alteração daquele espaço ocorreria no reinado seguinte, com D. Manuel I. Novamente encontramos a intersecção do plano lendário com o dos factos históricos. A maioria dos autores apela à existência de uma tradição, segundo a qual D. Manuel teria avistado, enquanto caçava²⁰ naquele ponto da serra, a chegada da armada de Vasco da Gama, vinda da Índia, após a segunda viagem. Tendo já mandado construir um primeiro edifício em madeira, anexo à ermida, em 1503, o monarca manda posteriormente construir outro edifício, agora em pedra, no local do anterior, como agradecimento pelo bom sucesso da viagem²¹. Assim, manda cortar parte da penha e, em 1511, ergue-se naquele local o novo Mosteiro de Nossa Senhora da Pena que, em conformidade com as tendências religiosas da época e do próprio rei, é entregue à Ordem dos Frades Jerónimos.²² Acerca do seu arquitecto, aponta-se actualmente para Diogo Boitaca, também envolvido nas obras do Mosteiro dos Jerónimos e do Convento de Setúbal²³, e não para um suposto arquitecto de origem italiana, chamado João Potassi, como referem o Abade de Sousa e Castro e M. Tude de Sousa. O edifício teria sido concebido para dezoito monges embora, de acordo com Regina Anacleto, em determinados momentos deverá ter excedido essa lotação e em outros terá certamente ficado além desse número²⁴. O mosteiro seria composto pela zona das celas, sala do capítulo e refeitório, em torno do claustro, que teria já dois pisos²⁵. A configuração geral

¹⁹ Cf. Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João III e miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973 [facsimile da edição de 1798], p. 247: “[...] e foy [D. João II] por o mosteiro de Santa Caterina da Carnota, e a Sam Francisco de Alemquer, e dahy a Sintra, onde já a Raynha era, que partio de Torres Vedras o dia que elle partio para a romaria [para cumprir uma promessa que fizera para se curar]. E em nossa Senhora da Pena elle e a Raynha forão estar onze dias por hũa nouena que prometerão, e estiueram muyto sos, porque então a casa era hũa bem pequena hermida, e os que com elle estauao pousauão em tendas que elRey ahy mandou leuar, onde se agasalhauão muyto bem, e a todos se daua de comer em muyta perfeição, e nos onze dias acabada a dita nouena elRey e a Raynha se tornarão a Sintra.”

²⁰ A este propósito refere M. Tude de Sousa, na obra já referida, um conjunto de bibliografia que demonstra efectivamente os hábitos de caça na Serra de Sintra, por parte de elementos da Corte. Veja-se Tude de SOUSA, *op. cit.*, p. 16 (nota 1).

²¹ Cf. Paulo PEREIRA, José Manuel CARNEIRO, *op. cit.*, p. 17.

²² Veja-se, a este propósito, a transcrição feita por Tude de Sousa, na obra já referida, de dois documentos de 20 e 24 de Julho de 1511, sobre a construção do mosteiro e sobre os primeiros benefícios que lhes foram dados pelo rei. Cf. *Anexo III – Documentos sobre a Construção e Manutenção do Mosteiro (1511)*.

²³ Cf. Paulo PEREIRA, José Manuel CARNEIRO, *op. cit.*, p. 19.

²⁴ Cf. Maria Regina Dias Baptista Teixeira ANACLETO, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa. 1780-1924*, volume I, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, p. 61.

²⁵ Cf. Visconde de JUROMENHA, *op. cit.*, p. 144.

da capela não seria muito diferente da que integra actualmente o Palácio.²⁶ Há também algumas referências à cerca do mosteiro, onde estariam árvores de fruto e também a outros espaços envolventes aproveitados pelos habitantes do edifício religioso. Terá isto sido certamente parte da área depois aproveitada para a plantação do Parque da Pena, sendo de notar uma referência a uma primitiva Fonte dos Passarinhos²⁷, mais tarde integrada no projecto paisagístico de D. Fernando II.

Sobre a vida no mosteiro, pouco se sabe. Tude de Sousa refere que, apesar localização inóspita do mosteiro, este deveria ter alguns recursos, na medida em que recebeu benesses de muitos dos monarcas portugueses, em honra da Nossa Senhora da Pena, sendo que “a mais de tudo isso e fora dos círios e romarias, o convento e a serra eram visitados por gentes várias, umas por devoção, muitas por simples curiosidade e quem sabe até se algumas por intuítos científicos que não deixariam de dar as suas oferendas”²⁸. Este autor menciona também que as ofertas dos devotos eram recolhidas pelo pároco da Igreja de S. Pedro de Penaferrim.

Para além disto, existem apenas alguns registos soltos, de momentos mais marcantes, como é o caso do raio que atingiu a torre sineira do edifício em 30 de Setembro de 1743²⁹ e que terá provocado grande destruição, minimizada pela ajuda oferecida por D. João V, para a reconstrução.

A grande parte dos autores parece concordar em que o abandono progressivo do local ter-se-á acentuado após o terramoto de 1755 e que terá tido um resultado ruinoso para o edifício o que, aliado às condições da própria localização, terá tornado o sítio praticamente inabitável e sem recursos para qualquer conserto.³⁰

É desconhecido o momento exacto em que o mosteiro é definitivamente abandonado. No entanto quando, em Maio de 1834, é decretada a lei sobre a extinção

²⁶ Cf. A. D. de Sousa e CASTRO, *op. cit.*, p. 16: “A Igreja é de uma só nave, em forma de cotovelo; tem 5 janellas no alto das paredes, as quaes estão revestidas de finos azulejos brancos e azueis; sendo parte dos da Capella mór e Côro de diferentes côres.”

²⁷ *Ibidem*, pp. 21-22: “Teve o Mosteiro uma Cêrca (actualmente tornada em aprazível Quinta), que constava, no tempo dos Monges, de horta, pomares de espinho, jardim, e fontes, sendo uma dellas denominada a dos Passarinhos, de aguas claras, excellentes e frias.”

²⁸ Cf. M. Tude de SOUSA, *op. cit.*, pp. 26-28.

²⁹ Facto descrito tanto na *Cintra Pinturesca* (pp. 144-145), pelo Visconde de Juromenha, como pelo Abade de Castro e Sousa, na *Memória Histórica sobre a Origem e Fundação do Real Mosteiro de N.ª Sr.ª da Pena* (pp. 24-25)

³⁰ A este propósito leia-se a seguinte passagem da autoria de Regina Anacleto, *op. cit.*, p. 61: “Desertificação esta [do mosteiro] parcialmente explicável, dado que existem outros factores relacionados com a própria decadência da ordem [de S. Jerónimo], pela escassez de recursos que progressivamente se foi acentuando e pelos malefícios que o terramoto de 1755 provocou na construção, também degradada por via das indómitas e temíveis tempestades.”

das ordens religiosas³¹, sob a égide do liberalismo, o local estaria já desabitado. Nesse último ano, D. Pedro IV terá efectivamente mandado inventariar os bens gerais do mosteiro.³² A 7 de Setembro do mesmo ano, procede-se ao leilão dos móveis nele existentes.³³

Durante cerca de quatro anos, o mosteiro manter-se-á depauperado dos seus bens e completamente abandonado. Em 3 de Novembro de 1838, no entanto, a Junta de Crédito Público anuncia a venda de alguns bens nacionais, entre os quais se achava o Convento de Nossa Senhora da Pena.³⁴ No dia 6 do mesmo mês, D. Fernando II, marido da rainha D. Maria II, manda fazer o pagamento do valor estipulado no anúncio arrematando o referido bem. Ainda em 1838, iniciam-se os trabalhos de recuperação do antigo mosteiro, nomeadamente pequenos arranjos relacionados sobretudo com os acessos, para que não só a própria Família Real, mas também outros visitantes, nacionais e estrangeiros, pudessem facilmente aí aceder.³⁵ É de sublinhar que já nesta altura, há uma preocupação da Câmara Municipal de Sintra em que o Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, assim como o espaço em redor, incluindo as ruínas do Castelo dos Mouros, recém-adquiridos por D. Fernando II, fossem preservados e parcialmente abertos ao público.³⁶

³¹ Decreto com data de 30 de Maio de 1834.

³² Cf. Paulo PEREIRA, José Manuel CARNEIRO, *op. cit.*, p. 19.

³³ Cf. Regina ANACLETO, *op. cit.*, p. 61, referindo a existência deste documento no Arquivo Histórico de Lisboa.

³⁴ Veja-se o *Anexo IV – Cópia do Anúncio da Venda de Bens Nacionais*, pela Junta de Crédito Público. (in José TEIXEIRA, *D. Fernando II. Rei-Artista, Artista-Rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986, p. 303.)

³⁵ *Ibidem*, p. 304.

³⁶ Assim atesta um edital da Câmara Municipal de Sintra existente no Arquivo Histórico de Sintra, datado de 1839 e transcrito por Eugénio Montoito, no *Jornal de Sintra*, 25 de Janeiro de 1985, Ano 52º, nº 2625, p. 5. Veja-se *Anexo V - Transcrição de um Edital da Câmara Municipal de Sintra (1839)*.

1.2. O Palácio da Pena: Uma Casa Real de Férias Imaginada por um Rei-Artista

Logo na primeira fase de obras, em que D. Fernando II, o Rei-Artista, empreende a reconstrução do antigo mosteiro e o seu muramento, para converter em palácio de veraneio, está patente a figura de Wilhelm Ludwig, barão de Eschwege (1777-1855), um engenheiro alemão, que já tinha executado alguns trabalhos de mineralogia e geologia no Brasil e em Portugal.³⁷

No decorrer do ano de 1839, trabalhou conjuntamente com o arquitecto principal da Casa Real portuguesa, Possidónio da Silva (1806-1896). No entanto, a relação não terá sido pacífica e, rapidamente, Eschwege se impôs na realização dos primeiros projectos, tendo Possidónio da Silva abandonado a empresa régia de D. Fernando, dedicando-se a outras obras.³⁸ É também neste ano que D. Fernando ordena um levantamento da configuração de todo o antigo edifício do mosteiro a Nicolau Pires, que poderá ter auxiliado Eschwege na realização dos alçados e João Henriques, mestre-pedreiro, a quem o próprio arquitecto/engenheiro alemão confiou a supervisão dos trabalhos no Palácio, em 1846, aquando da sua ausência de Portugal.³⁹

É provável que tenha sido entre 1840-1841, que D. Fernando terá efectivamente idealizado para a Pena algo maior do que a mera reconstrução e melhoria de condições de acomodação no antigo mosteiro: a construção de um novo corpo, o denominado

³⁷ O Barão terá acompanhado as obras no Palácio da Pena sobretudo entre 1839 e 1853. Participou também nas obras do Palácio da Vila de Sintra. Nasceu em Aue, perto de Eschwege, Hesse, em 1777 e faleceu nas redondezas de Cassel, em 1855. Conheceu a realidade portuguesa muito antes da chegada de D. Fernando II, ainda em 1803, por intermédio do então Intendente Geral de Minas e Metais do Reino, José Bonifácio de Andrade e Silva, para dirigir as minas de ferro da Foz do Alge. Durante as Invasões Francesas terá ingressado no Exército Português, apesar de ter depois oferecido os seus serviços a Junot, em 1808. Mais tarde, vai servir D. João VI, nas minas do Brasil, entre 1809 e 1823, ano em que regressa a Portugal para assumir o cargo de Intendente Geral de Minas e Metais do Reino. Apoiou em alguns momentos a causa liberal e noutras a miguelista, tendo depois regressado à Alemanha. Retorna a Portugal em 1835, ocupando novamente o cargo de Intendente, do qual se demitirá depois. A partir daí irá surgir ligado às obras da Pena, desenvolvendo alguns estudos sobre a Serra de Sintra e sobre soluções técnicas, como o asfalto, que irão ser utilizadas no Parque da Pena. (Cf. Fernando Cardoso D'OREY, "O Barão de Eschwege, Autor do Primeiro Estudo Geológico da Serra de Sintra", *Romantismo – Figuras e Factos da Época de D. Fernando II*, Sintra, Instituto de Sintra, 1988, pp. 80-81)

³⁸ Cf. José TEIXEIRA, *D. Fernando II. Rei-Artista, Artista-Rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986, pp. 306-307 e M. Tude de SOUSA, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Sintra, Sintra Gráfica, 1951 [imp.], pp. 49-50. Confira-se igualmente o Anexo VI – Carta do Barão de Eschwege a Possidónio da Silva e o Anexo VII – Cronologia Integrada dos Trabalhos da Pena (entrada referente a Agosto de 1839).

³⁹ Cf. Paulo PEREIRA, José Manuel CARNEIRO, *O Palácio da Pena*, [s. l.], Scala Publishers, 2001[reimp.], p. 38.

Palácio Novo.⁴⁰ Os primeiros planos para este surgem no final de 1842 e as obras terão começado no ano seguinte.⁴¹ Cerca de 1841 é ampliada e modificada a Torre do Relógio, cujos elementos arquitectónicos são uma evocação ao passado português com um revivalismo inspirado na Torre de Belém.⁴² A primeira planta para o projecto do Palácio Novo datará de finais do ano de 1842.⁴³

No que concerne às influências de Eschwege, para os projectos finais do Palácio é apontado o conhecimento que este teria certamente dos palácios de Stolzenfelds e Babelsberg e do Castelo de Rheinstein, todos idealizados num espaço de vinte anos antes da construção da Pena, destacando-se também a figura de Karl Friedrich Schinkel (1781-1841).⁴⁴ O arquitecto da Pena fez uma viagem em 1847, por algumas partes da Alemanha e também pelo Norte de África, na qual terá recolhido inspiração nos diferentes edifícios que contemplou.⁴⁵ Daí a composição de grande ecletismo que encontramos por todo o Palácio da Pena, enriquecida com elementos criados pelo próprio D. Fernando II.

A obras estruturais do edifício ter-se-ão estendido até cerca de 1854,⁴⁶ ano em que também se deu a cerimónia de consagração da Capela do edifício.⁴⁷ Daí em diante levaram-se a cabo algumas obras, sobretudo relacionadas com a decoração dos interiores. Mantêm-se, não obstante, projectos inacabados até à morte de D. Fernando II, em 1885. Exemplo disto é o espaço hoje conhecido como Sala dos Veados, cujo projecto, da autoria de J. Eugen Ruhl, datado de 1855, nunca conheceu a sua concretização integral.⁴⁸

⁴⁰ Acerca disto leia-se a descrição do Abade de Sousa e Castro, *op. cit.*, pp. 27-32, onde o autor descreve as alterações que terá visto com os seus próprios olhos, aquando das primeiras obras ordenadas por D. Fernando II.

⁴¹ Cf. *Anexo VII – Cronologia Integrada dos Trabalhos da Pena*. Veja-se também Paulo PEREIRA, José Manuel CARNEIRO, *op. cit.*, p. 44; José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 314 e Tude de SOUSA, *op. cit.*, p. 46.

⁴² Cf. Paulo PEREIRA, José Manuel CARNEIRO, *op. cit.*, p. 41. Veja-se também a figura do *Anexo VII – Litografia representando a Torre do Relógio, nos primeiros anos de construção do Palácio*, em que já se vê a Torre do Relógio, juntamente com o muro acastelado que envolvia o antigo mosteiro de Nossa Senhora da Pena, agora remodelado. Alguns elementos arquitectónicos da torre terão sido posteriormente acrescentados, o que atesta o espírito do artista sempre insatisfeito que era D. Fernando II. Veja-se a este propósito a entrada do *Anexo VII – Cronologia Integrada dos Trabalhos da Pena*, relativo ao ano de 1850 (Primeiros Meses).

⁴³ Cf. *Ibidem*, p. 44.

⁴⁴ Sobre estas influências vejam-se os trabalhos de José TEIXEIRA (*op. cit.*, pp. 307-308) e José Manuel Martins CARNEIRO, *O Imaginário Romântico da Pena*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 2009, pp. 69-78.

⁴⁵ Cf. *Anexo VII – Cronologia Integrada dos Trabalhos da Pena* e José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 318.

⁴⁶ Cf. Paulo PEREIRA, José Martins CARNEIRO, *op. cit.*, p. 44.

⁴⁷ Veja-se *Anexo VII – Cronologia Integrada dos Trabalhos da Pena* e José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 320.

⁴⁸ Veja-se *Anexo IX – Projecto para a Sala dos Veados, em 1855, e o aspecto final*, conforme mostra José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 322. Esta sala teria sido originalmente pensada como uma Sala de Jantar

Não podemos esquecer a integração que o edifício do Palácio tem com todo o conjunto envolvente do Parque da Pena. Construídos como um só, quis o Rei-Consorte mandar plantar com espécies vindas de várias partes do mundo, não existentes naturalmente em Portugal, cobrindo toda aquela área da Serra de Sintra, então um terreno escarpado e desflorestado, como se podem ver nos desenhos representando o antigo Mosteiro de Nossa Senhora da Pena.⁴⁹ O projecto do Parque começa, desde logo, a ser implementado em simultâneo com as obras de recuperação do antigo espaço religioso.⁵⁰

Bem à medida da mentalidade romântica de D. Fernando II, o Parque da Pena, o Palácio e o próprio Castelo dos Mouros, cujas ruínas foram então “reconstruídas”, enquadram-se num projecto de “obra de arte total”, a *Gesamtkunstwerk*, uma perspectiva de conjunto artístico marcadamente germânica, que José Martins Carneiro sublinha na sua obra.⁵¹ Falamos aqui de um jardim planeado, totalmente integrado na realidade romântica portuguesa da época em que foi idealizado, com o objectivo de provocar uma exaltação emocional e permitir uma experiência sensorial o mais completa possível. A diversidade desses espaços e das plantas estaria perfeitamente enquadrada no projecto de todo o conjunto, que se pretendeu sempre com uma leitura global e no qual D. Fernando empreendeu tantos esforços.⁵²

Mesmo após a morte de D. Maria II (1819-1853), devido a um parto difícil do seu décimo primeiro filho, as obras no Parque e no Palácio continuaram.⁵³

No final da década seguinte, em 10 de Fevereiro de 1869, D. Fernando casa-se novamente, agora com Elise Fredericke Hensler (1836-1929), uma cantora de ópera, nascida na Suíça, que conhecera no Real Teatro de S. Carlos, em Lisboa, em 1860. Elise Hensler recebeu o título de Condessa d’Edla do duque de Saxe-Coburgo, Ernesto II, precisamente por altura do seu casamento com D. Fernando II. O enlace morganático

possivelmente para servir a parte nova do Palácio, que albergava sobretudo os espaços sociais. A aguarela de E. Ruhl, datada de 1855, representando uma sala decorada com armas e troféus de caça, sustenta a ideia de que terá sido neste ano que ocorreu a mudança de planos.

⁴⁹ Veja-se *Anexo X – Representações do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena*.

⁵⁰ Comparem-se as respectivas datas no *Anexo VII – Cronologia Integrada dos Trabalhos da Pena*.

⁵¹ Cf. José Manuel Martins CARNEIRO, *op. cit.*, p. 99.

⁵² A própria rainha participou activamente neste trabalho, como nos refere José Teixeira: “Com D. Fernando ausente de Lisboa, a rainha D. Maria II narrava-lhe, em carta de 17 de Abril de 1851, que resolvera, com o jardineiro Bonnard, a transferência das camélias que havia do Terraço do Paço das Necessidades (...)”. Cf. José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 335.

⁵³ Se compararmos as datas na Cronologia do *Anexo VII – Cronologia Integrada dos Trabalhos da Pena*, verificamos que a morte da Rainha ocorre numa fase final das obras estruturais do edifício. Não obstante, ainda no mesmo ano e início do seguinte, as obras de decoração interiores e exteriores não sofrem qualquer paragem.

foi encarado com grande desconfiança, por parte de alguns elementos da Família Real, como a rainha D. Maria Pia (1847-1911), dado que Elise Hensler não tinha qualquer título de nobreza e chegara a Portugal na condição de mera cantora de ópera. Contudo, esta segunda mulher de D. Fernando teve um papel de relevo na continuação do processo de arborização do Parque da Pena, ao qual se manteve ligada, mesmo depois da morte do marido. Destaque-se a construção da Casa do Regalo, ainda em finais da década de 60 do século XIX, posteriormente denominada de *Chalet* da Condessa, situada numa zona mais distante do Parque da Pena, que funcionava como refúgio para este casal incompreendido e onde terão mesmo sido recebidas personalidades estrangeiras de renome.⁵⁴

Por falecimento de D. Fernando, grande parte do seu património pessoal, incluindo o Parque e o Palácio da Pena, foi deixado à sua segunda mulher⁵⁵, com quem partilhou o gosto pelas artes. Isto veio acentuar os ânimos dentro da Família Real e da própria opinião pública da época.⁵⁶ A situação ter-se-á resolvido já em 1889, quando uma Carta de Lei, datada de 25 de Junho de 1889, promulgada por D. Carlos (1863-1908), permitiu a compra por parte do Governo Português do Palácio e respectivo Parque.⁵⁷

Outra figura que não poderíamos deixar de destacar, quando abordamos a história da Pena, é a rainha D. Amélia (1865-1951). Chegada a Portugal em Maio de 1886, para casar com D. Carlos (que só subiria efectivamente ao trono em 1889), D. Amélia terá passado grandes temporadas em Sintra, distanciando-se da atitude de D. Luís I e de D. Maria Pia, que preferiam outros espaços, talvez devido à ligação da Pena, à figura da Condessa d'Edla. Em várias ocasiões, D. Amélia terá organizado eventos e recebido visitas importantes na Pena⁵⁸, e aí estaria aquando da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910.⁵⁹

⁵⁴ Cf. Teresa REBELO, *Condessa d'Edla. A Cantora de Ópera quasi Rainha de Portugal e Espanha (1836-1929)*, Lisboa, Alétheia Editores, 2006, pp. 92-93.

⁵⁵ A este propósito leia-se o Testamento de D. Fernando II, transcrito no *Anexo XI – Testamento do Rei D. Fernando II*.

⁵⁶ Segundo José Teixeira, o facto da Condessa herdar todo o conjunto do parque e palácio da Pena foi mal aceite pela generalidade das pessoas: “O monumento pela importância artística e enquadramento na paisagem, ganhou expressão ‘nacional’ e a sua transferência para a propriedade da condessa d'Edla, esposa morganática e estrangeira, apresentava-se intolerável.” (Cf. José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 347.)

⁵⁷ Cf. M. Tude de SOUSA, *op. cit.*, p. 53. Apesar da venda da propriedade, foi reservado à Condessa o direito de manter o usufruto parcial do Parque, nomeadamente da Casa do Regalo, onde ela e D. Fernando passavam tanto tempo, ainda em vida do Rei-Consorte.

⁵⁸ Esta presença constante na Pena comprova-se não só pelas inúmeras fotos da Família Real no Paço da Pena, bem como pelos vários esboços existentes nos seus cadernos de desenhos. Veja-se o *Anexo XII – Fotografias da Família Real no Palácio da Pena*. A esse propósito leia-se também a impressão de

A configuração da Pena que encontramos na actualidade, particularmente no interior do Palácio, é um reflexo das vivências quotidianas da última geração reinante da Família Real Portuguesa. Percepcionar a riqueza histórica, artística, natural e cultural de todo o conjunto, que actualmente perdura ainda naquele espaço, é deveras importante para podermos ter uma noção abrangente das necessidades museológicas que semelhante espaço comporta. Trata-se de um todo bastante diverso, que presenciou múltiplas experiências de duas gerações da Família Real e que possui colecções e vivências de natureza muito distinta. Requer-se, assim, soluções adequadas a essa heterogeneidade, sem que nunca se esqueça, contudo, a visão global de todo o espaço, que deve ser transmitida ao visitante.

algumas pessoas que visitaram a pena no início do século XX, como G. Le Roy Liberge, que faz a seguinte descrição: "L'entrée de la voûte souterraine par laquelle on pénètre dans le palais est gardée par deux lanciers à cheval, statues vivantes, mais aujourd'hui, les voitures ont le privilège de parvenir jusque dans la cour d'honneur où l'on met pied à terre devant le Triton sculpté de style manuelin qui décore la porte d'entrée de la tour, symbolisant la puissance maritime des Souverains portugais. Quelques marches d'un escalier tournant amènent au grand salon d'honneur, sobrement meublé, et rempli d'hommes en habit, de femmes en élégantes toilettes d'été". (G. Le Roy LIBERGE, *Trois Mois en Portugal*, Paris, Bernard Grasset (Éditeur), 1910, p. 69)

⁵⁹ Cf. Eduardo NOBRE, *Amélia – Rainha de Portugal*, 1ª edição, [Lisboa], Quimera, 2006, p. 78 e p. 153 e Silvana BESSONE (coord.), *D. Amélia – Uma rainha, um museu*, Lisboa, Instituto Português dos Museus / Museu Nacional dos Coches, 2006, p. 77.

2. Um Palácio transformado em Museu

2.1. Uma História por Conhecer: de 1910 à década de 80

No decurso da nossa pesquisa sobre a instituição museológica em estudo, tanto durante o estágio, como depois já no período em que começámos efectivamente a nela colaborar, observámos que pouco se escreveu sobre a história do Palácio da Pena entre 1910 e a década de 80, década essa em que o panorama museológico em Portugal se altera significativamente, com um repensar da Museologia em Portugal e a mobilização de todo este sector da Cultura, através da realização de eventos de grande amplitude, como é o caso da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, que teve lugar em Lisboa, em 1983.

Um estudo da memória histórica do Palácio Nacional da Pena estende-se necessariamente para a sua vida enquanto museu, ou seja, depois de 5 de Outubro de 1910.

Uma das questões que se levanta ao estudar este período é se será adequado chamar “museu” ao Palácio da Pena a partir da Implantação da República. Obviamente não poderemos equacioná-lo como museu com o peso actual que esta definição comporta, sobretudo a que é presentemente aceite pelo International Council of Museums (ICOM).⁶⁰ Se o tentássemos fazer incorreríamos num anacronismo. Guiemo-nos então pelo que a documentação da época considera um museu.

Numa primeira acessão constatámos que nas fontes referentes à época em estudo, desde 1910, há múltiplas referências ao Palácio da Pena enquanto museu. Se numa primeira fase, a ideia de museu ainda não contemplava todos os preceitos descritos na actual definição do ICOM, verificámos que muitos dos princípios que lhe estão subjacentes estavam já presentes, ainda que numa perspectiva não tão complexa.

Assim, analisando o percurso da instituição museológica após 1910⁶¹, centrámos as nossas pesquisas nas seguintes vertentes: tutelas e legislação aplicável, organização interna, colecções, museografia, eventos, públicos e ligações à comunidade.

⁶⁰ “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”. [Extraído do Artigo 2.º dos *Estatutos do ICOM*, aprovados na 16.ª Assembleia do Geral do ICOM (1989), alterados depois pela 18.ª Assembleia Geral (1995) e pela 20.ª Assembleia Geral (2001).]

⁶¹ Para melhor compreensão deste percurso dever-nos-emos recorrer da Cronologia da Instituição Museológica por nós elaborada e que consta do *Anexo XIII – Cronologia do Palácio da Pena enquanto Espaço Museológico*.

Considerando que a realidade sócio-política de Portugal teve algum impacto nas diferentes atitudes do Estado em relação ao património, durante o século XX, optámos por dividir este capítulo em três partes diferentes: a I República (1910-1926), a Ditadura (1926-1974) e o pós-25 de Abril (1974-1983).

2.1.1 O período da Primeira República (1910-1926)

Em muitos aspectos, as medidas adoptadas pelos diversos governos da I República opuseram-se ao que fora defendido durante o período da Monarquia, o que não é de estranhar, na medida em que havia uma certa necessidade de marcar o antagonismo em relação ao regime preterido. No entanto, as políticas adoptadas em relação aos palácios reais não terá sido de completa ruptura.

a) Tutelas e Legislação

No que diz respeito às mudanças legislativas ocorridas no enquadramento do Palácio⁶², não poderíamos deixar de sublinhar o Artigo 2.º do Decreto de 17 de Outubro de 1910, referente à demissão de todos os que trabalhavam para a Casa Real, excepto os que eram indispensáveis para a manutenção de certos serviços, como era o caso dos que estavam afectos aos palácios reais⁶³. Assim, em muitos destes palácios houve continuidade, na medida em que alguns dos que vieram a ser guardas destes novos “museus” abertos a público, tinham privado das vivências quotidianas enquadradas nas anteriores funções do Palácio da Pena.

Uma mudança significativa que não poderia deixar de se assinalar é a atribuição da tutela dos palácios nacionais ao Ministério das Finanças logo em 1910⁶⁴, na qual se manterá durante cerca de 70 anos e que será um factor importante em algumas das opções de manutenção da instituição. Ao longo deste tempo, apesar de ser frequentemente referido como museu, o Palácio não estará sujeito aos preceitos

⁶² A este propósito acompanhe-se o quadro com a Legislação Integrada, constante no *Anexo XIV – Legislação Integrada aplicável ao Palácio da Pena (1910-2007)*.

⁶³ “São demitidos todos os funcionarios do Estado ao serviço das casas reaes, militares e civis, exceptuando os empregados menores administrativos que o Governo julgar indispensaveis para manutenção e guarda dos palacios que a familia real deposta occupava.” (Decreto de 17 de Outubro de 1910, in *Diário de Governo*, n.º 11, de 18 de Outubro de 1910). Veja-se o *Anexo XV – Decreto de 17 de Outubro de 1910 (Demissão dos funcionários que trabalhavam para a Casa Real)*.

⁶⁴ *Nova História de Portugal* (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), volume XI, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 286; Maria João Quintas Lopes Baptista NETO, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [texto policopiado], 1995, p. 216.

aplicados a outros museus portugueses, dado que estes passam para o domínio da Educação, após a criação do Ministério da Instrução Pública, em 1913⁶⁵.

Por outro lado, o Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 reorganizou os serviços artísticos e arqueológicos, criando um Conselho de Arte e Arqueologia com funções “consultivas e deliberativas”, dividido em três circunscrições, de acordo com um critério geográfico. Lisboa estava inserida na 1.ª circunscrição, que terá sido a única efectivamente criada. O Artigo 2.º menciona as competências do Conselho, sublinhando-se aqui as competências que lhe cabiam de conservação tanto das colecções, como em relação aos monumentos de cada região. Para cada circunscrição deveria também haver uma Comissão de Monumentos, composta sobretudo por arquitectos (Artigo 19.º), e que deveria requisitar os serviços do Ministério do Fomento (futuro Ministério do Comércio e das Comunicações e mais tarde das Obras Públicas), sempre que necessário (Artigo 21.º), para efectuar algum trabalho de restauro no edifício.⁶⁶

Ao longo dos anos 20 há toda uma história de avanços e recuos na legislação, no que concerne às diferentes obrigações que cada órgão administrativo tinha em relação aos museus e aos palácios nacionais. Em 1923, encontramos um discurso proferido na Associação dos Advogados e também na Associação dos Arqueólogos Portugueses por António Coelho, que tece fortes críticas à má articulação entre organismos e à dispersão de competências no que dizia respeito à protecção dos monumentos nacionais. Destaca, por exemplo, a contradição entre o que era mencionado no Artigo 52.º do Decreto n.º 1, de 1911 (onde se dizia que deveria haver um conservador para visitar os monumentos e avaliar as suas condições, que responderia perante o Conselho de Arte e Arqueologia) e a criação da própria Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1920, que deveria dar o seu parecer sobre as obras necessárias nesses edifícios. Em suma, António Coelho considera que tudo deveria estar centralizado no Ministério da Instrução (através da Direcção Geral das Belas Artes), cujo parecer final deveria ser

⁶⁵ Por intermédio Lei n.º 12, de 7 de Julho de 1913.

⁶⁶ Estas obras passarão depois para a responsabilidade da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (criada pelo Decreto n.º 7.036, de 17 de Outubro de 1920) e mais tarde para a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (Decreto n.º 16.791, de 25 de Abril de 1929). Veja-se a este propósito o Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911 (D. G. n.º 124, de 19 de Maio de 1911) e os trabalhos académicos seguintes: Helena Cristina Marques da Silva PEDREIRINHO, *A Evolução do Conceito de Património na Legislação Portuguesa do Século XX*, Volume II, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História de Arte [texto policopiado] à Universidade Lusíada, 1998, pp. 49-52; Maria João NETO, *op. cit.*, pp. 210-213.

efectivo, mesmo no caso de obras a efectuar pelo agora Ministério do Comércio e das Comunicações (Artigos 1.º e 4.º).⁶⁷

Seguindo muitas destas prerrogativas é elaborada a Lei n.º 1.700, de 18 de Dezembro de 1924, de acordo com a qual se criava um Conselho Superior de Belas Artes (Ministério da Instrução), com funções consultivas e também deliberativas. No entanto, esta Lei foi suspensa e retomada, em 1925, ainda antes de ser regulamentada. Os seus efeitos práticos nunca se chegam a fazer sentir totalmente dado que, nos anos seguintes, não se chega a reestruturar convenientemente o Ministério da Instrução Pública, o que leva a que as decisões sobre as obras nos palácios nacionais, nunca cheguem efectivamente a sair da alçada do Ministério do Comércio e Comunicações⁶⁸. A administração dos palácios nacionais permanecia a cargo do Ministério das Finanças.⁶⁹

Acresce a esta divisão de competências um outro problema. O Parque da Pena fora inicialmente colocado sob a alçada do Ministério das Finanças (Decreto de 18 de Agosto de 1911). Só alguns meses depois se efectuou o acerto, documentado na elaboração de um auto, datado de 30 de Setembro do mesmo ano, de acordo com o qual o Almojarifado da Pena passa as suas competências relativas ao Parque para a Direcção Geral da Agricultura (Ministério do Fomento).⁷⁰ Em 7 de Abril do ano seguinte o Parque da Pena passa a ter um regulamento próprio de trânsito, aprovado por despacho ministerial.⁷¹ Estava assim efectuada a gestão separada do Parque e do Palácio da Pena, que se manterá até 2007⁷². Ao longo de quase cem anos as políticas adoptadas pelas diferentes tutelas nem sempre favoreceram a convergência para o projecto original de

⁶⁷ Lei-se a este propósito a seguinte passagem: “Os monumentos nacionais que pertencem ao Estado e que deviam estar exclusivamente a cargo do Ministerio da Instrução, estão dependentes de varios ministerios (Guerra, Finanças e Justiça). As obras e reparações que directamente deviam depender o ser executadas sob a fiscalização da Direcção Geral das Belas Artes, são mandadas fazer pelo Ministerio do Comércio e por este fiscalizadas na pratica.” Cf. António Corrêa C. COELHO, *A Protecção Legal aos Monumentos Nacionais. (Bases para um Projecto de Lei)*, Lisboa, Tip. Do Comércio, 1923, p. 20.

⁶⁸ Confira-se o Anexo XIV – *Legislação Integrada aplicável ao Palácio da Pena (1910-2007)* e as dissertações já referidas de Helena Cristina PEDREIRINHO, *op. cit.*, pp. 56-57 e de Maria João NETO, *op. cit.*, p. 217.

⁶⁹ Cf. Maria João NETO, *op. cit.*, p. 220.

⁷⁰ Será regente florestal entre 1911 e 1938, Carlos de Oliveira Carvalho, que será uma das figuras mais emblemáticas da história do Parque, ficando conhecido como o “Carvalho da Pena”. A sua obra e vida pessoa constituem, por si só, objecto de estudo, que se encontra fora do âmbito deste trabalho. Confirmam-se os Anexos XIII - *Cronologia do Palácio da Pena enquanto Espaço Museológico* e XIV - *Legislação Integrada aplicável ao Palácio da Pena (1910-2007)*, bem como José Manuel Martins CARNEIRO, *O Imaginário Romântico da Pena*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 2009, p. 216.

⁷¹ Veja-se o Anexo XVI – *Regulamento de trânsito no Parque da Pena (1912)*.

⁷² Decreto-Lei n.º 292/2007, de 21 de Agosto. Veja-se o Anexo XIII – *Cronologia do Palácio da Pena enquanto Espaço Museológico*.

D. Fernando II, que vira no Parque e no Palácio uma obra única, como referimos no capítulo anterior. Em diversas ocasiões houve até divergências de entendimento entre ambas as tutelas. Não obstante, havia a clara noção de que o tratamento dado à envolvente ambiental e o tratamento das colecções deveria ser diferenciado.⁷³

b) Organização Interna

Após a Implantação da República, foi necessário reorganizar o funcionamento dos palácios, que deixavam de estar na esfera do privado para passarem a estar disponíveis para o olhar público.⁷⁴

No caso da Pena, dependendo do Ministério da Finanças, o responsável pelas decisões no local, mantendo uma designação já existente no período da Monarquia, era a figura do almoxarife. O primeiro almoxarife da Pena foi Augusto dos Reis Barreto, nomeado para esse lugar em Fevereiro de 1911⁷⁵. Segundo aferimos pela leitura de alguns artigos coevos⁷⁶, teriam intercedido pela sua nomeação, perante o Governo português, membros da Comissão Municipal e da Comissão Paroquial do Concelho de Sintra. Em Junho desse ano, Augusto Barreto abdica do seu papel activo na política, mantendo apenas funções de chefia no Palácio da Pena⁷⁷. Sabemos também que, na sua condição de almoxarife, Augusto Barreto habitou efectivamente nas instalações da Pena, como atesta um artigo d' *O Concelho de Cintra*, onde este agradece publicamente ao seu médico pessoal por o ter assistido, tanto no hospital, como no Palácio, após um acidente com uma carroça, que sofrera uns meses antes.⁷⁸ Embora não tenhamos

⁷³ Na época a separação de tutelas entre Parque e Palácio da Pena parecia a opção mais lógica para muitos. Atente-se na seguinte passagem, escrita num periódico local: “Sem deixar de reconhecer as vantagens que resultam de tudo quanto sejam matas e parte botânica, que compreende o Parque da Pena, continue sob o regimen florestal, não podemos deixar de convir que a conservação dos Palacios da Pena e de Sintra, e do Castelo dos Mouros, nada tem de comum com a parte florestal”. (Cf. *O Despertar. Semanario Republicano*, 17 de Maio de 1925, n.º 110, Ano II, p. 2)

⁷⁴ Para o período de 1910 a 1980, optámos por elaborar uma lista (que carece ainda de muita informação, que provavelmente só um trabalho de muitos anos poderá conseguir), com os nomes e posições dos vários funcionários que passaram pelo Palácio da Pena. Veja-se essa lista no *Anexo XVII – Lista parcial de funcionários do Palácio da Pena (1910-1983)*.

⁷⁵ Inicialmente nomeado como almoxarife do Parque e Palácio (que constituíam o almoxarifado ainda no período da Monarquia), Augusto Barreto era referido na Imprensa local como oriundo de uma família ligada ao comércio, “não tendo herdado bens de fortuna, antes tendo recebido de seu pae a casa commercial de que já em vida d’elle era sócio, em pouco desafogadas condições economicas.” Para além de partidário da República, Augusto Barreto estava ligado à política do concelho e seria também proprietário do jornal *O Concelho de Cintra*, dirigido por António Cunha. (Veja-se *O Concelho de Cintra*, 16 de Fevereiro de 1911, n.º 12, Ano II, p. 1)

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, p. 2.

⁷⁷ Cf. *O Concelho de Cintra*, 3 de Junho de 1911, n.º 25, Ano II, p. 2.

⁷⁸ Cf. *O Concelho de Cintra*, 31 de Dezembro de 1911, n.º 52, Ano II, p. 1.

conseguido aferir exactamente até quando este almoxarife se manteve no Palácio, sabemos que pelo menos em 1914, ainda aí exercia funções.⁷⁹

Uma segunda figura de chefia, que terá sucedido a Augusto Barreto no Palácio, terá sido João Carlos Marques⁸⁰, cuja presença nos aparece inicialmente referida em Julho de 1919, aquando do *Inventário de Móveis existentes no Palácio Nacional da Pena*.⁸¹ Aqui há já uma mudança de designação do cargo, assinando João Carlos Marques como administrador do Palácio da Pena e já não como almoxarife.

Ainda em tempo da I República encontramos uma terceira figura responsável pela administração do Palácio, José do Nascimento.⁸² Pelos registos existentes no Arquivo do Palácio da Pena, este terá sido nomeado para esse cargo a 21 de Novembro de 1921. Já não se trataria de ninguém ligado à política no concelho, mas sim aos quadros da Direcção Geral da Fazenda Pública. À semelhança do que se encontrou atestado para Augusto Barreto, José do Nascimento também habitava nas instalações da Pena⁸³. Não obstante, pela informação que encontrámos, este último administrador não se terá dedicado a um estudo intensivo da Pena, diferindo um pouco do primeiro almoxarife, que se preocupara em recolher alguma informação para elaborar um guia para o visitante.

Como já vimos, a saída da Família Real implicou que alguns dos funcionários que a serviam se mantivessem associados aos respectivos palácios, dadas as necessidades da sua manutenção. No caso da Pena, verificámos a presença de alguns

⁷⁹ Uma notícia sobre o irmão de Augusto Barreto, Joaquim Barreto, refere que o primeiro era ainda almoxarife do Palácio Nacional da Pena. Cf. *Noticias de Sintra – Semanario Politico, Literario e Noticioso*, 16 de Julho de 1914, n.º 3, Ano 1.º, p. 3.

⁸⁰ Sobre a figura de João Carlos Marques pouco pudemos saber. Não temos conhecimento da sua formação. Pensamos que estivesse também ligado à política no concelho de Sintra, uma vez que de acordo com a imprensa local, o administrador do palácio teria sido chamado para o cargo de Administrador Interino do Concelho de Sintra, devendo então ter deixado a sua ocupação anterior. A sua tomada de posse no novo cargo teria sido em 19 de Abril de 1920. (Cf. *A Voz de Sintra*, 24 de Abril de 1920, n.º 40, Ano I, p. 2)

⁸¹ Veja-se a cópia do *Inventário do dos Móveis existentes no Palácio Nacional da Pena*, que consultámos no Arquivo do Palácio. Este não se encontra organizado arquivisticamente, pelo que optámos por mencionar sempre os títulos que actualmente constam nas pastas consultadas, de modo a minimizar a perda de referências para quem futuramente queira rever os documentos indicados no presente trabalho.

⁸² José do Nascimento nasceu em Pinhel, em 27 de Junho de 1881 e pertencia à 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, através da qual terá chegado à administração do Palácio Nacional da Pena. Cf. *Folha de Serviço de José do Nascimento*, anexa à nota enviada à 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, datada de 6 de Abril de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929). Consta também de uma *Relação de Assalariados* existente na mesma pasta do Arquivo do Palácio, datada de 19 de Maio de 1931, que José do Nascimento, embora não tivesse estudos no Ensino Superior, tinha completado os estudos liceais.

⁸³ Cf. *Relação de Assalariados*, datada de 19 de Maio de 1931, enviada ao Chefe da 4ª Repartição (Património) da D. G. da Fazenda Pública (Ministério das Finanças), Custódio José Vieira. (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929).

dos antigos funcionários, agora sobretudo com tarefas operacionais de vigilância e pequenos arranjos, que já aí trabalhavam no período da monarquia. Assim, a título de exemplo, atente-se no seguinte quadro⁸⁴, referente ao pessoal a trabalhar no Palácio da Pena em 1923:

QUADRO I – Funcionários do Palácio da Pena (1923)

NOME	PROFISSÃO	NATURALIDADE
José do Nascimento	<i>2ª oficial / Administrador do Palácio</i>	<i>Pena</i>
Manoel Duarte	<i>Guarda 1ª classe</i>	<i>S. Pedro</i>
Ernesto Lourenço	<i>Guarda 2ª classe</i>	<i>S. Pedro</i>
Antonio Martins	<i>Guarda 2ª classe</i>	<i>Pena</i>
Antonio Ribeiro	<i>Guarda 2ª classe</i>	<i>Pena</i>
Joaquim Francisco	<i>Jornaleiro</i>	<i>S. Pedro</i>

A figura mais curiosa, que deste conjunto interessa destacar será a de Manoel Duarte.⁸⁵ O seu percurso no Palácio era singular, pelo que pudemos apurar pela sua folha de serviço. Manoel Duarte começou a trabalhar no Palácio da Pena em 1882, como Moço do Palácio, ainda em vida de D. Fernando II! Dada a proximidade da sua residência/naturalidade, podemos deduzir que aí terá trabalhado durante toda a sua vida, presenciando as diferentes vivências, tanto do palácio-residência, como do palácio-museu. Aí se manterá até à sua morte, em 16 de Agosto de 1931.⁸⁶ Será, indubitavelmente, uma das pessoas de maior relevo na memória do Palácio da Pena e cujo percurso de vida seria digno de uma investigação própria.

Também Ernesto Lourenço terá ingressado no Almoxarifado da Pena ainda no período monárquico, em 1904⁸⁷.

⁸⁴ Cf. Nota manuscrita com referência n.º 28/42, datada de 12 de Janeiro de 1923, enviada pelo Administrador do Palácio da Pena, José do Nascimento, ao Chefe da 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924).

⁸⁵ Manoel Duarte nasceu em S. Pedro de Sintra, em 22 de Novembro de 1864. Pertencia efectivamente ao quadro do Palácio, onde trabalhava desde 1882. Cf. *Folha de Serviço de Manoel Duarte*, anexa à nota enviada à 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, datada de 6 de Abril de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929).

⁸⁶ Cf. Nota com a referência n.º 6/216, do Administrador do Palácio para o Chefe da 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, datada de 24 de Agosto de 1931 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1932-1933).

⁸⁷ Ernesto Lourenço, nascido em S. Pedro de Sintra, em 6 de Novembro de 1870, chegará mais tarde a Chefe do Pessoal Menor, secundando o Administrador José do Nascimento em algumas situações em que inclusive o substitui, como atesta uma nota manuscrita datada de 4 de Setembro de 1923, existente no Arquivo do Palácio Nacional da Pena (Pasta de Administração de 1922-1924). O seu filho Fernando Mendes será também, mais tarde, trabalhador no Palácio. (Cf. *Relação do pessoal efectivo e assalariado no Palácio*, enviado para a 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, com a referência n.º 24/271, datada de 6 de Fevereiro 1933 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta da Administração de 1932-1933).

Paralelamente atesta-se, por estes factos e pela observação do quadro anterior, a presença forte da comunidade de S. Pedro de Penaferrim na dinâmica do Palácio, tanto no período da Monarquia, como após a implantação da República.

Podemos também inferir que a maioria do pessoal do Palácio era composto sobretudo por guardas, de diferentes categorias. Obviamente estes guardas teriam funções várias, de acordo com as necessidades que surgissem (acompanhamento de visitantes, mudança de peças/mobiliário, reparações e outros). Como já referimos, a própria legislação não contempla o lugar de conservador para cada palácio, ao contrário do que actualmente se verifica. De acordo com o que previa o Decreto n.º 1 de 1911, haveria um conservador único incumbido de visitar os vários monumentos nacionais e anotar as carências de cada um.

c) As Coleções e o Edifício

Apesar de não haver ainda, nesta época, um conservador designado para cada Palácio, os administradores preocupavam-se já com a manutenção do espaço e preservação das peças.

É interessante tentar perceber até que ponto o espaço original, tal como a Família Real o deixara, foi modificado durante a I República. Encontrámos opiniões divergentes quanto a este assunto.

Encontrámos também inúmeras referências que nos remetem para o facto de nos primeiros anos, no Palácio da Pena, haver uma tentativa de manter alguns espaços relativamente intactos. Isto seria até aconselhável, pois servia como aliciante atractivo, sobretudo para que a República expusesse os últimos passos daqueles que representavam o regime que acabava de ser destronado. A República devia tornar público algo que até aí fora privilégio apenas de alguns, devia democratizar o espaço tal como se fizera com o regime político. Assim, encontramos num artigo da autoria de Augusto Barreto a seguinte passagem: “O palacio da Pena, com a fuga precipitada da ex-familia real, se tornou o seu maior valor historico, porque os aposentos do ex-rei e da ex-rainha Amelia e de todos os cortezaões, ainda conservam a mesma disposição que no dia, que pela ultima vez, os Braganças sahiram de Portugal”⁸⁸. Noutro periódico encontramos outra referência, mais tardia, já da década de 30, onde se refere que o Quarto de D. Manuel II estava como este deixara em 1910.⁸⁹

⁸⁸ Cf. *O Concelho de Cintra*, 23 de Fevereiro de 1911, n.º 13, Ano I, p. 1.

⁸⁹ Cf. *A Folha Ilustrada*, 18 de Agosto de 1930, n.º 3, Ano I, p. 6.

Mas, por outro lado, António Correia, em 1923, na sua crítica à legislação então vigente e ao estado dos monumentos nacionais em geral, refere que, ao contrário do que fora feito em outros países, os palácios reais a cargo do Ministério das Finanças tinham visto modificadas as disposições do mobiliário.⁹⁰ Também Alexandre Fonseca crê que fosse possível que algum espólio em piores condições ou desnecessário tivesse sido vendido nessa época.⁹¹ Isto faz todo o sentido, na medida em que era necessário equilibrar os gastos públicos, como justificado por Joaquim Teixeira de Carvalho, o superintendente dos Paços Nacionais, numa carta publicada n’*O Mundo*, onde explica as reduções que fizera ao nível dos gastos da sua competência.⁹²

Novas evidências destas alterações surgem em alguns artigos da imprensa local de 1919. Num artigo intitulado “Os nossos museus”, *A Voz de Sintra* refere que os palácios de Sintra, que “foram considerados monumentos nacionais, e determinou se que ficassem, com todo o seu artístico e valioso recheio, constituindo museus”, estavam a ser alvo de espoliação de alguns dos seus bens móveis.⁹³ Neste artigo levanta-se precisamente a questão do mobiliário existente nesses espaços, claramente aqui definidos como museus, aí permanecer ou não. Num outro número deste semanário chama-se a atenção para que um genuflexório e uma figura de Cristo, em marfim, existentes na Capela do Palácio da Pena, teriam desaparecido, sem que tivesse sido explicado pela respectiva administração o porquê ou o seu paradeiro. Nesse mesmo artigo, está implícita uma crítica ao então director do Museu Nacional de Arte Antiga, acusado de querer levar as melhores obras de arte que encontrasse nos Palácios para o “seu” museu.⁹⁴

⁹⁰ Leia-se a seguinte passagem: “E já que falei no Ministerio das Finanças em cuja posse estão actualmente, e desde 1910, os antigos paços reaes, direi com magua que sendo até do interesse historico da Nação que inteiramente se tivesse conservado a disposição do mobiliario tal como estava na ocasião da mudança do regimen não só isso não foi observado pelo menos quanto ao Paço das Necessidades que foi a ultima residencia real em Portugal, antes de se dar aquelle facto, mas até foi o Palacio transformado em Ministerio dos Negocios Estrangeiros, o que não aconteceria se estivesse na posse do Ministerio da Instrução, devidamente inscripto como Palacio Historico.” (António COELHO, *op. cit.*, p. 23)

⁹¹ Cf. Alexandre Garcia da FONSECA, *O Palácio Nacional da Pena. Turismo Cultural num Palácio Nacional*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Cascais, 2005, pp. 69-70.

⁹² Leia-se no *Anexo XVIII – “Os Paços da República”* a transcrição integral deste artigo que foi feita no semanário *O Concelho de Cintra*, 25 de Setembro de 1911, n.º 40, Ano II, pp. 1-2. O artigo foi escrito como resposta às críticas feitas por alguns jornais lisboetas da época.

⁹³ Veja-se *A Voz de Sintra*, 15 de Novembro de 1919, n.º 18, Ano I, p. 1. Consulte-se a transcrição integral destes artigos nos *Anexo XIX – Artigos sobre o desaparecimento de peças no Palácio da Pena*.

⁹⁴ Cf. *A Voz de Sintra*, 20 de Novembro de 1919, n.º 20, Ano I, pp. 1-2. Consulte-se a transcrição integral destes artigos nos *Anexo XIX – Artigos sobre o desaparecimento de peças no Palácio da Pena*.

Um ofício de 1923 atesta também o envio de alguns móveis pertencentes ao Palácio da Pena para o Palácio de Belém, que já desde 1912 era colocado à disposição dos Presidentes da República.⁹⁵

Pela análise destes dados, parece-nos que numa primeira fase, logo a seguir à Implantação da República, ter-se-ão mantido intactos, na generalidade, os recheios dos palácios. No entanto, após esse período, começou a haver modificações provavelmente relacionadas com políticas patrimoniais que iam fluindo à medida dos sucessivos governos, agitados pela instabilidade política que culminará na revolução de 28 de Maio de 1926.

Uma das primeiras preocupações após a Implantação da República será a de organizar um inventário com o mobiliário da Pena. Este começará a ser feito em 5 de Dezembro de 1910⁹⁶. Esta abordagem não será ainda numa perspectiva de investigação aprofundada do património enquanto fonte de conhecimento, como actualmente se verifica, mas sim numa ideia de contabilizar bens pertencentes ao Estado português, aproveitando para expor, como referimos, quase num tom vitorioso, os objectos deixados para trás pelos membros destronados da Família Real. Logo desde a abertura da Pena ao público, no início de 1911⁹⁷, se insiste no seu valor histórico e artístico, como se mencionam, nos jornais locais, os aposentos “da ultima rainha portuguesa, que está realmente muito cuidado, notando-se ainda ali, todo o mobiliario e ornamentação artistica de ha pouco mais de 6 mezes, e vendo-se nas paredes, alguns bons quadros de artistas nacionaes que devem constituir um futuro museu precioso”⁹⁸.

As questões da conservação, embora não cientificamente abordadas, parecem ter sido, desde o início, motivo de preocupação para os administradores do Palácio, como podemos aferir das afirmações de José do Nascimento, que em 1923, justificando uma requisição feita ao Chefe da Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, afirmava que o Palácio já teria recebido 35.102 visitantes, até ao final de Novembro desse ano, “havendo dias em que fica em estado lastimoso, sendo necessario haver toda a atenção e cuidado na sua conservação.”⁹⁹ Acreditamos que esta “conservação” seria mais

⁹⁵ Cf. *Ofício com a referência n.º 12/69*, de 24 de Setembro de 1923, enviado pelo Administrador do Palácio da Pena ao Chefe da 4ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, em resposta ao Ofício do Proc.º n.º 123, L.º 3, de 22 de Setembro de 1923, onde se pedia a relação dos móveis e tapetes enviados para Belém (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924).

⁹⁶ Cf. *O Concelho de Cintra*, 7 de Dezembro de 1910, n.º 2, Ano I, p. 1.

⁹⁷ Consulte-se o *Anexo XIII - Cronologia do Palácio da Pena enquanto Espaço Museológico*.

⁹⁸ Cf. *O Concelho de Cintra*, 7 de Maio de 1910, n.º 22, Ano I, p. 1.

⁹⁹ Veja-se o *Pedido de Requisição de Material*, com a referência n.º 14/71, datado de 24 de Dezembro de 1923 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924).

orientada para as condições de apresentação do edifício em si e não tanto das peças individualmente.¹⁰⁰

A complexa realidade que o Palácio da Pena encerra em si multiplica todos os problemas de conservação pelo edifício e pelas colecções que nele se encontram. Se na actualidade esta realidade continua a ser um problema de difícil resolução, nas primeiras décadas do século XX, esse sentimento seria certamente acentuado. Encontram-se referidos alguns episódios de vandalismo no Palácio, que indiciam o facto de nos primeiros tempos haver alguma confusão entre a ideia da casa privada aberta ao público e o espaço quase sacralizado de um museu, que mais tarde ganhará alguma dimensão.¹⁰¹ Menciona-se que os funcionários existentes nem sempre tinham capacidade de prevenir este tipo de abusos, pedindo-se policiamento. Como atrás referimos, o quadro de pessoal que trabalhava no Palácio, era relativamente reduzido, sobretudo tendo em conta a grande afluência de visitantes que no Verão¹⁰² se verificava no Palácio, o que implicava claramente maior risco para o edifício e para as colecções.

d) O Público, a Realização de Eventos e a Ligação à Comunidade

Após a Implantação da República, o Palácio da Pena abriu-se ao exterior de formas muito diversas. Para além das diferentes utilizações que veio a ter, surgiram também propostas que nunca chegaram a ser concretizadas¹⁰³. Não obstante, todas as opções passaram por uma quase total abertura ao público.

A função que mais se destacou terá sido precisamente a de museu, como anteriormente mencionado. O público que se pretendia para este museu era um público

¹⁰⁰ O estudo feito por Maria João Neto, na sua dissertação de Doutoramento, mostra que a Pena era o palácio que menos despesas apresentava nos anos económicos de 1923-1924 e de 1925-1926, o que parece quase um contra-senso, dado que seria provavelmente um dos mais visitados, gerando grandes receitas, como atestam inúmeros documentos por nós consultados. É também de sublinhar que a localização do Palácio, exposto constantemente a ventos fortes e grande humidade, torna-o mais susceptível a gerar também grandes despesas. Veja-se Maria João NETO, “Quadro 2.2. - Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Mapa das Despesas em Monumentos Relativo aos Anos Económicos 1923-24 a 1925-26 – Palácios Nacionais.”, *op. cit.*, pp. 218-219.

¹⁰¹ Relata *O Concelho de Cintra*, a reclamação feita por um visitante no jornal *O Século*, após uma visita ao Palácio da Pena: “ha alguns [visitantes] que mercê da sua falta de educação, entendem e dizem que isto é nosso, e por isso mutilam plantas, sujam as ruas, derrancam sofás e até partem bibelots” (*O Concelho de Cintra*, 9 de Setembro de 1911, n.º 38, Ano II, p. 2).

¹⁰² Cf. *Pedido de Cadernetas de Bilhetes*, feito pelo Administrador do Palácio da Pena, com a referência n.º 19/76, datado de 27 de Junho de 1924 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924).

¹⁰³ Surgiram na época algumas notícias na imprensa lisboeta sobre a construção de um hotel na Pena (*O Concelho de Cintra*, 30 de Abril de 1911, n.º 21, Ano II, p. 1)

conhecedor ou aprendiz da arte e da história, como o “touriste culto”¹⁰⁴ ou público escolar¹⁰⁵. Menciona-se em vários documentos e notícias que muitos dos visitantes são estrangeiros e vinham em excursões, por vezes às centenas, de cada vez.

O bilhete de entrada na Pena, em 1924, era de 1\$00, tendo depois subido para 1\$50, em 1927.¹⁰⁶ Uns anos antes, Augusto Barreto escrevia que “no estrangeiro tudo isso [obras de arte] é exposto á vista de todos que por uma quantia diminuta, que muitas vezes reverte a favor de estabelecimentos de caridade; e aqui igualmente o deveria ser.” Sabemos que em Julho de 1912 já seriam cobradas entradas, visto que data desta altura a lei que obriga a que 25% das receitas dos palácios de Sintra fossem doados à Misericórdia¹⁰⁷. O restante reverteria a favor da Direcção Geral da Fazenda Pública e/ou de eventuais despesas no Palácio.

Augusto Barreto refere em alguns dos seus artigos a necessidade de tornar a Pena cada vez mais conhecida, valorizando a ideia de que quantos mais turistas visitassem o Palácio, melhor seria para a economia sintrense. Nesta lógica, para além de propor que se fizessem postais ilustrados da Pena, ele propõe igualmente que seria importante fazer um guia do Palácio da Pena em diferentes línguas, “que todo o *touriste* deve ver e conhecer, para se orientar”¹⁰⁸.

Quanto aos circuitos de visita que poderiam ser feitos nesta altura, não temos grandes informações. Em alguns documentos encontramos referência a que o almoxarife / administrador terá mostrado o Palácio na íntegra¹⁰⁹, enquanto que noutros encontrámos referências a algumas salas fechadas, como é o caso da Sala dos

¹⁰⁴ Atente-se na seguinte passagem: “As riquezas preciosas nas artes variegadas, nas faianças, nos mobiliários e nos mil objectos expostos nas salas e quartos, e que são d’um valor incalculavel, tornam a Pena um legitimo museu, que não deve ser subtrahido à admiração do *touriste* culto”. (*O Concelho de Cintra*, 23 de Fevereiro de 1911, n.º 13, Ano I, p. 1).

¹⁰⁵ No Arquivo do Palácio Nacional da Pena encontrámos vários pedidos de autorização, de diferentes escolas, para que os seus alunos pudessem visitar o Palácio. Em alguns dos casos as visitas eram mesmo acompanhadas pelo próprio administrador do Palácio. A título de exemplo, veja-se o *Anexo XX – Pedido escolar para visitar o Palácio (1924)*.

¹⁰⁶ Cf. *Carta com a referência do Processo n.º 1876 Livro 5º*, datada de 4 de Agosto de 1922 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924) e Circular com referência de Processo n.º 1:876, Livro n.º 3.º, datada de 18 de Maio de 1927 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929). Veja-se o *Anexo XXI – Bilhetes para visitar o Palácio da Pena (Outubro de 1927)*.

¹⁰⁷ Cf. *Anexo XIII – Cronologia do Palácio da Pena enquanto Espaço Museológico*.

¹⁰⁸ *O Concelho de Cintra*, 23 de Fevereiro de 1911, n.º 13, Ano I, p. 2.

¹⁰⁹ O jornal *O Concelho de Cintra*, de 1 de Junho de 1911, n.º 29, Ano I, menciona na página 1 a visita de um grupo escolar, que terá tido o acompanhamento de Adães Bermudes na sua visita por Sintra. Mais se refere que “Os visitantes foram recebidos pelo almoxarife, sr. Augusto Barreto, que lhes fez mostrar todas as dependencias do palacio sem excepção.”

Veados¹¹⁰, que ao longo de todo o século XX, parece ser uma sala relativamente problemática na sua abertura ao público, como adiante veremos.

A utilização de alguns espaços para o Palácio para eventos também está registada desde 1911. É o caso do Congresso Algodoeiro, que contou com a presença de 160 congressistas, que foram recebidos para um almoço no terraço da Pena, feito na cozinha do Palácio e que seria “servido pelos chefes da extinta casa real, que n’este dia trajarão as suas librés de gala”¹¹¹. Também se destaca o aluguer de alguns espaços dependentes do Palácio, como o Chalet da Condessa d’Edla, no período de Verão. Todas estas opções constituíam uma maneira de trazer pessoas à Pena¹¹².

Um dos problemas levantados em alguns dos periódicos, nos primeiros anos de abertura do Palácio ao público, foi o das acessibilidades. Fizeram-se críticas aos preços altos praticados pelos cocheiros para efectuar viagens até à Pena¹¹³ e chegou a equacionar-se a construção de um elevador até lá.¹¹⁴ No entanto, este último projecto não avançou e, em 1930, alguns artigos de opinião ainda sugeriam a criação de carreiras regulares para o Palácio, bem como para outros pontos de interesse, que faziam igualmente parte da rota de quem visitava Sintra, como Monserrate e o Castelo dos Mouros.¹¹⁵

A utilização do espaço para filmagens e fotografias está também documentada nestes primeiros anos da abertura da Pena ao público. Pedidos de autorização para fotografias, elaboração de livros e filmes são uma constante nos papéis administrativos consultados no Arquivo da Pena. Em alguns casos era concedida gratuidade na entrada, mas noutros os artistas deveriam pagar a entrada em todos os dias que ali fossem trabalhar¹¹⁶.

Não poderíamos concluir este subcapítulo sem mencionar a relação com a comunidade mais próxima, como referimos, a de S. Pedro de Penaferrim. Para além do facto de alguns trabalhadores do Palácio serem naturais e/ou terem residência nesse aglomerado populacional, encontrámos também um pedido para consertar os ponteiros

¹¹⁰ Em Outubro de 1926, um assinante do jornal *O Despertar*, perguntava porque não se podia visitar a Sala de Jantar e a Sala dos Veados. Cf. o exemplar de 2 de Outubro de 1926, n.º 175, Ano III, p. 3.

¹¹¹ *O Concelho de Cintra*, 30 de Abril de 1911, n.º 21, Ano II, p. 3.

¹¹² *O Concelho de Cintra*, 30 de Abril de 1911, n.º 21, Ano II, p. 3.

¹¹³ *A Voz de Sintra*, 12 de Janeiro de 1920, n.º 26, Ano I, p. 3.

¹¹⁴ *A Voz de Sintra*, 27 de Setembro de 1919, n.º 11, Ano I, p. 1.

¹¹⁵ *A Folha Ilustrada*, 15 de Setembro de 1930, n.º 4, Ano 1.º, p. 5.

¹¹⁶ Veja-se a *Carta relativa à concessão de autorização para filmagem*, enviada pelo Chefe da Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, datada de 31 de Maio de 1924, de acordo com a qual Octávio de Almeida Araújo poderia filmar parte de uma “fita cinematográfica” na Pena. (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924).

do relógio da torre do Palácio, por ser uma excelente peça, “e também por ser de grande utilidade para as povoações [?] visinhas que muito apreciam por ser o único relógio por onde se regulam”. Sendo que do centro histórico da vila de Sintra não se avista sequer o Palácio, dado que o monte do Castelo dos Mouros é um obstáculo natural no campo de visão, concluímos que, a ser verdade este argumento do administrador do Palácio, a principal povoação a que se refere é a de S. Pedro de Penaferrim.

2.1.2. O período da Ditadura Nacional e do Estado Novo (1926-1974)

A mudança de regime político em Portugal, com a revolução de 1926, acarretou, incontornavelmente, mudanças em todos os sectores do país. Opondo-se à instabilidade legislativa do regime anterior, ao nível dos museus e monumentos nacionais, como verificámos no capítulo anterior, o período ditatorial apostou numa dinâmica de maior constância, que em termos gerais se prolongou por todo o regime. Assim, apesar de estarmos em presença de uma maior amplitude temporal, em relação ao período anteriormente analisado, iremos encontrar proporcionalmente um menor número de mudanças na administração do Palácio Nacional da Pena.

a) Tutela e Legislação

Nos primeiros anos do novo regime político, não parece ter havido necessidade de fazer grandes alterações legislativas ao que vigorava na I República. Certamente se impôs a prioridade noutros sectores da vida económico-social portuguesa.

No preâmbulo do Decreto nº 15 216 de 14 de Março de 1928, que reorganizava os serviços artísticos e arqueológicos, reconhece-se o valor da legislação anterior, apesar das eventuais falhas detectadas.¹¹⁷ Neste decreto reforça-se a autoridade de alguns organismos, como o Conselho Superior de Arte Nacional (inserido na Direcção Geral de Belas Artes), que juntamente com o Conselho de Arte e Arqueologia da 1.^a Circunscrição e o Museu Nacional de Arte Antiga, teriam como competência a inspecção artística dos palácios nacionais (Artigo 43.º). É interessante verificar aqui a ingerência do que era considerado o mais importante museu português, na gestão de colecções de instituições que continuavam a ser administradas pelo Ministério das

¹¹⁷ Cf. Decreto n.º nº 15 216, de 14 de Março de 1928, que reorganiza os Serviços Artístico e Arqueológicos: “(...) a nossa organização dos serviços de belas artes, que data de 1911, tem dado já bastantes provas para poder ser julgada com segurança. E essas provas, se vieram mostrar-nos algumas deficiências, demonstraram também quanto se deve a essa lei, que era nova, entre nós, (...) que, por assim dizer, não existia ainda em Portugal, como a que constitui a protecção artística.”

Finanças. Este, de acordo com o diploma em análise, deveria ter uma repartição a funcionar junto do Ministério da Instrução, de modo a que fossem legitimadas as competências dos organismos dependentes deste último (Artigo 44.º).¹¹⁸

Um dos momentos significativos nesta conjuntura será a criação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.), em 1929. Criada dentro do Ministério do Comércio e das Comunicações, era um organismo que congregava em si competências que se encontravam dispersas, como o restauro, inventariação e classificação dos monumentos.¹¹⁹ Dentro da D.G.E.M.N. foi criada a 4.ª Repartição, referente aos Monumentos Nacionais (Artigo 2.º), extinguindo-se a Repartição dos Monumentos Nacionais, que funcionava na Direcção Geral do Ensino Superior, Secundário e Artístico, no Ministério da Instrução Pública. Estes serviços passaram para a competência da D.G.E.M.N., constituindo-se a Direcção dos Monumentos Nacionais (Artigo 9.º). Esta nova direcção passará a ter o parecer final sobre as obras, sobrepondo-se a todos os outros organismos, como a Direcção Geral de Belas Artes, o Conselho Superior de Belas Artes e o Conselho de Arte e Arqueologia, contrariando a tendência centralizadora, com maior poder do Ministério da Instrução Pública, que desde a Lei n.º 1700, de 18 de Dezembro de 1924 se tentava implementar.

A autoridade da D.G.E.M.N. quanto às grandes obras nos palácios nacionais seria, mais tarde, reforçada pelo Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932, quando no Artigo 15.º, n.º 7.º, se refere que competia ao Conselho Nacional das Belas Artes “dar parecer sobre as obras de grandes restaurações que tenham por fim a reintegração dos monumentos e palácios nacionais. Serão submetidos à aprovação do Conselho os projectos de reparações ou restaurações em monumentos nacionais sobre que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entenda dever consultá-lo”¹²⁰. No mesmo Artigo encontramos um parágrafo único, que especifica que “A inspecção artística nos Palácios Nacionais de Mafra, Sintra, Pena e Queluz será exercida nas condições do n.º 7.º deste artigo”. Daqui depreendemos que os organismos que na época tomavam as grandes decisões sobre os museus, dependentes do Ministério da Instrução Pública, estavam assim definitivamente apartados das grandes decisões que concerniam aos palácios nacionais. O Conselho Nacional de Belas Artes seria um órgão meramente

¹¹⁸ Veja-se a transcrição parcial no Anexo XXII – Transcrição parcial do Decreto n.º 15.216, de 14 de Março de 1928.

¹¹⁹ Cf. Decreto n.º 16.791, de 25 de Abril de 1929. Ver também o Anexo XIII – Cronologia do Palácio da Pena enquanto Espaço Museológico.

¹²⁰ Cf. Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932, Artigo 15.º, 7.º.

consultivo, sendo que os monumentos e palácios nacionais teriam como grandes órgãos decisores a Direcção Geral da Fazenda Pública (Ministério das Finanças) e a D.G.E.M.N. (Ministério do Comércio e das Comunicações).¹²¹ Esta situação, com poucas alterações pelo meio, manter-se-á até à passagem dos palácios nacionais para o Instituto Português do Património Cultural (I.P.P.C), em 1982.¹²²

No panorama da legislação internacional havia também grande movimento. O Decreto que acabámos de analisar surge, precisamente, no espaço de tempo que dista entre a Conferência de Atenas para o Restauro dos Monumentos Históricos (1931) e a elaboração do respectivo compromisso escrito, a Carta de Atenas (1933).

b) Organização Interna

Nos primeiros anos do período ditatorial não parecem ter-se operado grandes mudanças na orgânica interna do Palácio da Pena, como podemos observar nos quadros de pessoal.¹²³

Pelo menos até 1933 ainda há registos de José do Nascimento se manter com funções administrativas máximas no Palácio da Pena.¹²⁴ Seguiu-se-lhe Casimiro Gomes da Silva¹²⁵, cuja actividade registámos no Arquivo do Palácio da Pena entre 1938 a 1942. Pelos dados a que tivemos acesso torna-se difícil estabelecer exactamente a data em que terá chegado a esse lugar e a data em que o terá abandonado. No entanto, o que nos parece fundamental mencionar sobre Casimiro Gomes da Silva é que já não se trataria apenas de um administrador, mas sim de um conservador, como frequentemente vemos referido nos documentos por ele assinados¹²⁶.

A sua obra *O Palácio da Pena – Breve Notícia Histórico-Artística*, configura uma das primeiras tentativas de estudo aprofundado sobre o Palácio da Pena. No

¹²¹ Cabia ao Conselho Nacional de Belas Artes dar também o parecer em relação às construções e instalações nas imediações dos monumentos nacionais (Decreto nº 20:985, de 7 de Março de 1932, Artigo 45.º).

¹²² Cf. Decreto-Lei n.º 318/82, de 11 de Agosto.

¹²³ Veja-se o *Anexo XVII – Lista parcial de funcionários do Palácio da Pena (1910-1983)*.

¹²⁴ Cf. *Relação de Pessoal Assalariado*, enviado ao Chefe da Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, com a referência n.º 24/271, datado de 6 de Fevereiro de 1933.

¹²⁵ Casimiro Gomes da Silva era licenciado em Ciências Histórico Geográficas e deve-se a ele um dos primeiros trabalhos sobre a Pena: *O Palácio da Pena. Breve Notícia Histórico-Artística*, de 1942. Escreveu também uma obra sobre uma figura régia, *D. Carlos I: Exame crítico de um período histórico com elementos inéditos*, de 1952, e mais tarde, em 1964, publica *O Palácio Nacional de Sintra*.

¹²⁶ A título de exemplo veja-se o *Auto n.º 1*, acerca de uma peça roubada, datado de 2 de Agosto de 1938, onde Casimiro Gomes da Silva escreve “Aos dois dias do mês de Agosto de 1938, procedendo eu, Conservador do Palácio Nacional da Pena, na companhia do chefe do pessoal menor, à verificação do Inventário (...)”. (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos de administração relativos ao período em que Casimiro Gomes da Silva esteve em funções).

entanto, como pudemos observar após a sua leitura, recorre-se de alguns elementos pouco fundamentados para explicar alguns factos, como a origem do nome Pena. Comete também algumas incorrecções, contrariando argumentos aceites na época, ao afirmar que não teria sido Eschwege o principal responsável pelo desenho arquitectónico do Palácio, mas sim o cenógrafo italiano Cinatti, apoiando-se no Conde de Sabugosa, que o afirmara na obra *O Paço de Cintra*.¹²⁷ Já antes, discordando desta ideia, Raul Lino, enquanto Superintendente dos Palácios Nacionais, cargo que lhe fora incumbido em 1939¹²⁸, enviara um relatório a Casimiro Gomes da Silva, onde lhe pedia algum cuidado na transmissão de informações. Nesse mesmo relatório, anterior à publicação da obra do conservador da Pena, Raul Lino valoriza a informação sobre o palácio já recolhida por aquele sobre a figura de D. Fernando II, mas considera que seria melhor deixar uma biografia do Rei-Artista para alguém que fosse efectivamente entendido no assunto.¹²⁹

O conservador seguinte, Joaquim do Couto Tavares¹³⁰, terá sido uma das pessoas que mais anos se manteve em funções na chefia do Palácio Nacional da Pena (cerca de 20 anos). No Arquivo do Palácio, encontramos registos da sua actividade na segunda metade da década de 40, mais concretamente a partir de 1949, altura em que se realiza a II Exposição Temporária no Palácio Nacional da Pena, *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador*.¹³¹ De acordo com o que se refere no catálogo desta exposição,

¹²⁷ Cf. Casimiro Gomes da SILVA, *O Palácio da Pena. Breve Notícia Histórico-Artística*, Sintra, Editor João Roberto Rosado, 1942, p. 21.

¹²⁸ Cf. Raul Lino. *Exposição Retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, [s. n.], 1970 (Catálogo da Exposição Apresentada pela Fundação Calouste Gulbenkian nas suas Galerias de Exposições Temporárias), p. 17.

¹²⁹ Leia-se a seguinte passagem: “Um pequeno folheto sôbre estes assuntos seria certamente de grande interesse e utilidade; e são de muito valor os subsídios que o Senhor Conservador está coligindo acêrca dêstes assuntos, sem desprimor porém para o Senhor Doutor Casimiro Gomes da Silva, julgo que quanto a qualquer estudo biográfico de D. Fernando o Estado, a querer editá-lo, só deveria incumbir da sua elaboração a algum literato especializado em biografias mais ou menos romanceadas. Não se veja nisto menos aprêço pelas qualidades de espírito do Senhor Conservador, mas entendo que o Estado tem a obrigação de se dirigir sempre, para efeitos de larga propaganda, por entre um grupo de hábeis profissionais aos seus mais experimentados representantes.” (Cf. *Relatório enviado por Raul Lino ao Conservador do Palácio da Pena*, com a referência da 3ª secção, Proc.º 1673, L.º 40, datado de 20 de Janeiro de 1939, pp. 2-3, existente no Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos de administração relativos ao período em que Casimiro Gomes da Silva esteve em funções).

¹³⁰ Joaquim do Couto Tavares aparece referenciado como pintor, sendo várias as referências à sua ligação profissionais com João Couto, com o qual privou nos congressos da especialidade e no decorrer da sua prática enquanto conservador do Palácio Nacional da Pena. Veja-se a este propósito João COUTO, “2ª Conferência dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais (Relatório)”, *Separata do Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, nº 4, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1961 e João COUTO, “Museus de Sintra”, *Separata da Revista Ocidente*, n.º 293, Setembro de 1962, Lisboa, pp. 145-158.

¹³¹ Veja-se um exemplar de um convite para esta exposição no *Anexo XXIII – Exemplar de um convite para a exposição Wenceslau Cifka – Ceramista, litógrafo e esmaltador (Palácio Nacional da Pena, 1949)*.

algumas das ideias para a sua realização teriam até partido do próprio João Couto, então director do Museu Nacional de Arte Antiga.¹³²

Couto Tavares pertenceria já a uma nova geração de conservadores, com formação específica para desempenhar o seu cargo, como atesta a sua presença nos Congressos da especialidade e o seu anterior estágio na 4.^a Missão Estética de Férias (M.E.F.), em 1940¹³³. Esta nova abordagem profissional da Museologia estava elencada num novo programa, que já anteriormente ganhara dimensão com o Curso de Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, leccionado no Museu Nacional de Arte Antiga, criado em 1933.¹³⁴ Novas preocupações em relação ao tratamento das colecções, ao acolhimento de visitantes e à comunicação do museu com o público começavam a surgir nesta altura. Daí a preocupação em sublinhar o trabalho diligente dos conservadores na realização de exposições temporárias¹³⁵, como também a colaboração eficaz entre as várias entidades da área, destacada pela imprensa da época¹³⁶.

Joaquim do Couto Tavares ter-se-á mantido em funções até aos finais da década de 60, início da década de 70¹³⁷, altura em que será nomeada para o lugar de conservadora do Palácio Simonetta Luz Afonso. A nova conservadora terá acumulado os cargos de conservação da Pena e de Queluz durante alguns anos, como atestam inúmeros documentos existentes no Arquivo do Palácio da Pena, assinados ora em

¹³² Cf. *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador*, Sintra, Direcção Geral da Fazenda Pública / Câmara Municipal de Sintra, 1949, p. 5.

¹³³ As M.E.F. estariam incluídas numa política de doutrinação do Estado Novo para os estudantes das Belas Artes, alguns deles futuros profissionais dos museus e palácios nacionais. Joaquim Couto Tavares participou na 4.^a Missão Estética de Férias, em 1940, integrado no grupo de estagiários que foram acompanhados pelo Professor Joaquim Lopes e que teve como destino Viana do Castelo. (Cf. Pedro do Amaral XAVIER, “Educação Artística no Estado Novo: as Missões Estéticas de Férias e a Doutrinação das Elites Artísticas”, *Boletim da Associação Portuguesa de História da Arte*, n.º 4 (Actas do III Congresso Internacional da A.P.H.A.), Dezembro de 2006, p. 11).

¹³⁴ Consulte-se a legislação respectiva no *Anexo XIV – Legislação Integrada aplicável ao Palácio da Pena (1910-2007)*.

¹³⁵ Veja-se a seguinte referência, constante na introdução da exposição sobre Wenceslau Cifka, no Palácio da Pena, em 1949, sob a organização de Joaquim do Couto Tavares: “E sabido como é que estes Palácios no regime em que se encontram sob a direcção competente de funcionários especializados, os seus Conservadores, tem uma função museográfica, cabe perfeitamente nos modernos princípios que dominam esta actividade a política de realizar quer a melhor e mais agradável exposição permanente das peças que constituem essas colecções, como se tem feito com geral agrado dos visitantes que afluem aos Palácios em número cada vez mais elevado, quer a reunião de núcleos de peças do mesmo autor ou da mesma época para se constituírem exposições temporárias”. (Cf. *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador*, Sintra, Direcção Geral da Fazenda Pública / Câmara Municipal de Sintra, 1949, p. 3.)

¹³⁶ Veja-se o artigo do jornal *O Século*, de 5 de Outubro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Documentação da Exposição *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador* – 1949).

¹³⁷ Data de 7 de Março de 1969 um pedido de certidão com o tempo de serviço de Joaquim do Couto Tavares, sendo o último documento a ele referente que encontramos no Arquivo do Palácio da Pena. Os primeiros papéis assinados pela nova conservadora datam já de 1971.

Sintra, ora em Queluz, e que são sobretudo referentes a questões de conservação e manutenção do edifício. A presença pouco frequente da conservadora na Pena terá certamente afectado a dinâmica da instituição e o cumprimento pleno de todas as funções que nesta época já se esperariam de uma instituição museológica.

No que diz respeito aos restantes funcionários da Pena, continuaria a contar menos de dez pessoas, no início da década de 30, como se comprova pela análise do *Anexo XVII – Lista parcial de funcionários do Palácio da Pena*. É, no entanto, de sublinhar que aumentara relativamente ao período da I República. A justificação estará certamente no aumento de visitantes, como se refere em alguns documentos coevos, em que o administrador José do Nascimento pede que não se dispense ninguém dos assalariados, dada a grande afluência que se verificavam em determinadas alturas.¹³⁸ No mesmo documento especifica-se a ocupação dos diferentes trabalhadores: “José do Nascimento Junior tem a seu cargo a venda de bilhetes de entrada dos visitantes, e a responsabilidade da receita apurada em cada dia. Fernando Mendes desempenha as funções de guarda portão, e guarda da noute no Palácio, Fernando Carvalho é jardineiro e ajuda o guarda portão em dias de excursões domingos e dias feriados, Jeronimo Quaresma e Fernando Gomes fazem as limpezas externas e fiscalizam os visitantes, porque senão existisse esta fiscalização muitos abusos seriam cometidos, que causariam grandes prejuízos”.

Depreende-se do excerto anterior que, apesar de terem competências mais ou menos definidas (dado que as categorias a que pertenciam dentro da instituição e do quadro do Ministério das Finanças podiam ter interpretações muito amplas), havia uma atribuição imediata de determinadas funções de acordo com as necessidades do momento. Note-se que os encarregados das limpezas, que faziam também fiscalização das salas, não se impediriam certamente de dar alguns esclarecimentos aos visitantes, quando necessário. Levanta-se aqui a questão sobre se estes funcionários (assalariados e contínuos de 1.ª classe)¹³⁹ estariam preparados para esta última tarefa. Num dos mapas de pessoal refere-se que todos eles sabiam pelo menos ler e escrever¹⁴⁰, mas

¹³⁸ Em resposta a um Ofício datado de 22 de Julho, proveniente da Repartição do Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, José do Nascimento classifica de “indispensável” o trabalho do pessoal assalariado sobretudo “domingos e dias feriados, devido ao grande movimento de visitantes que aqui temos, não tendo por este motivo horário de trabalho como devia ter”. (Cf. *Carta* datada de 28 de Julho de 1931, do Administrador do Palácio da Pena para o Chefe da Repartição de Património (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929).

¹³⁹ Cf. *Anexo XVII – Lista parcial de funcionários do Palácio da Pena (1910-1983)*.

¹⁴⁰ Cf. *Relação de assalariados que trabalhavam no Palácio*, datada de 19 de Maio 1931. (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929).

exceptuando José do Nascimento Junior, filho do administrador, não consta que tenham feito nenhum exame específico para obtenção de algum grau de ensino.

Este problema foi levantado em 1939, por Raul Lino, quando, a propósito da investigação de Casimiro Gomes da Silva acerca de alguns factos sobre o Palácio, expressa o seguinte: “É muito louvável instruir o pessoal menor para que elucide os visitantes a quem tem de acompanhar, no entanto parece-me infundada a opinião de que o elmo do barão de Eschwege figure no arco de entrada e certos azulejos (...). Julgo conveniente não aumentar a confusão para que de ordinário e instintivamente tende sempre a fantasia do pessoal menor”. O Superintendente dos Palácios Nacionais referia igualmente que “é justo o que o Senhor Conservador observa quanto à necessidade de haver guias ou intérpretes devidamente educados que acompanhem os visitantes. Esta preparação porém deve ser exigida a começar pelo pessoal menor do Palácio, que deve ter conhecimentos e instruções compatíveis com a sua inteligência para elucidação dos visitantes.”¹⁴¹

Este problema mantinha-se ainda, em muitos dos museus portugueses, na década da 60 (e mesmo depois), como atesta João Couto, nas suas lições do *Curso de Museologia a Estagiários para Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais*.¹⁴²

c) As Coleções, o Edifício e a Museografia

Como vimos, mais ou menos a partir da década de 30 do século XX, passa a haver maior cuidado na maneira como se expunham os objectos dentro dos palácios nacionais e nos museus em geral. A criação do “Curso de Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, no Museu Nacional de Arte Antiga” terá certamente contribuído para novas perspectivas no campo nacional, como atrás vimos.

No caso do Palácio da Pena, a grande viragem opera-se sobretudo já na década de 40, através da figura de Couto Tavares, artista de formação e já com especialização nestes assuntos. Daí não ser de estranhar que seja no final desta década que se tenham realizado duas grandes exposições temporárias: a primeira em 1947, intitulada *Catálogo da Exposição de Águas-Fortes do Rei D. Fernando II*, e a segunda, dois anos depois,

¹⁴¹ Cf. *Relatório enviado por Raul Lino ao Conservador do Palácio da Pena*, com a referência da 3ª secção, Proc.º 1673, L.º 40, datado de 20 de Janeiro de 1939, p. 8, existente no Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos de administração relativos ao período em que Casimiro Gomes da Silva esteve em funções).

¹⁴² Cf. João Couto, “Curso de Museologia a estagiários para Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais”, Sep. da Revista *Ocidente*, Lisboa, 1965, p. 21.

*Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador.*¹⁴³ Há já, nesta época, toda uma percepção de que estas exposições temporárias são momentos de reunião de peças de proveniências diferentes, ligadas por uma mesma temática, que permitem estudos inéditos sobre as colecções, como se refere na introdução do mesmo catálogo.¹⁴⁴ Parte do trabalho de datação de peças feito por Couto Tavares para esta exposição veio depois a ser retomado na exposição *Cifka. Obra Cerâmica*, realizada pelo Museu Nacional do Azulejo, em 1993.¹⁴⁵

Encontrámos também na documentação relativa a esta exposição recibos de entrega das peças, por parte das entidades e pessoas que as emprestaram para que figurassem na exposição, bem como pequenas notas sobre o estado em que elas tinham sido devolvidas, após a exposição no Palácio¹⁴⁶.

No que respeita à organização de inventários funcionais das peças, que extravasassem a mera contagem de peças existentes no património da Direcção Geral da Fazenda Pública, que era recorrente desde 1910, pouco podemos avançar. Sabemos que, pelo menos na década de 60, o inventário do Palácio estaria organizado, embora desconheçamos os moldes em que isso estava feito.¹⁴⁷

Como se sabe, durante o século XX, face à indefinição de políticas concretas em relação ao património, houve grandes mudanças de espólio de um lado para o outro. Como atrás verificámos, já numa segunda fase da I República muitas peças foram enviadas de uns palácios para outros, por vezes com critérios pouco fundamentados. Em

¹⁴³ Diz na introdução do catálogo desta última exposição que “Há todo o interesse em dar a conhecer e chamar a atenção especial do público para as colecções de arte ou de curiosidade que os Palácios Nacionais encerram. É uma das formas também, de valorizar e aplicar como instrumento de ensino e de cultura esta parte importante do Património do Estado cuja administração compete ao Ministério das Finanças através da Fazenda Pública”.

¹⁴⁴ O mesmo benefício na realização de exposições temporárias deste tipo está referido no artigo do jornal *O Século*, de 5 de Outubro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Documentação da Exposição *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador* – 1949).

¹⁴⁵ Veja-se o catálogo da exposição do Museu Nacional do Azulejo, *Cifka. Obra Cerâmica*, [Lisboa], Instituto Português de Museus, 1993, pp. 15-16.

¹⁴⁶ Numa carta do conservador do Museu-Biblioteca de Vila Viçosa, em que este dava conta de ter recebido as peças emprestadas ao Palácio Nacional da Pena, lia-se “Chegaram com pequenos estragos, que são facilmente reparáveis. A taça do pousa-jóias chegou separada, de novo, do pé, mas temos aqui, também, uma cola, ou cimento, que já a colou de novo”. É curioso verificar a facilidade como um dano desta natureza foi facilmente resolvido pelo conservador da instituição que emprestara a peça. Apesar de na actualidade uma situação semelhante ter uma resolução muito mais complexa, é interessante verificar que já se punha em prática o registo de estado da peça antes e depois do empréstimo. Cf. Carta do Conservador do Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, João de Figueiredo, para o Conservador do Palácio da Pena, datada de 21 de Janeiro de 1950 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Documentação da Exposição *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador* – 1949).

¹⁴⁷ Cf. João COUTO, “2ª Conferência dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais (Relatório)”, Separata do *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, nº 4, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1961 e João COUTO, “Museus de Sintra”, Separata da Revista *Ocidente*, n.º 293, Setembro de 1962, Lisboa, p. 14.

muitos casos houve grande quantidade de peças, de tipologia variada, levada para o Palácio da Ajuda, que depois era distribuída sem grandes preocupações, consoante a necessidade e o espaço de cada palácio.¹⁴⁸

A este propósito encontrámos algumas situações interessantes na documentação do Palácio da Pena, nas décadas de 40 e 50. Ao longo de toda a sua existência, a Sala dos Veados, cujo projecto fora modificado aquando da construção fez com que ficasse inacabada, levantou sempre alguns problemas. Por várias vezes, em épocas diferentes, se referiu a necessidade da sua abertura ao público, como vimos. Ainda em 1939, referia Raul Lino que “O destino a dar-se à Sala dos Veados, dentro do plano geral e orientação e arranjo do Palácio, não pode desde já ser fixado definitivamente. A localização desta divisão, separada das principais salas, faz-nos hesitar no seu ulterior aproveitamento que estará sujeito ao resultado da distribuição do mobiliário e adereços destinados a ornar o Palácio e cujo balanço artístico falta tirar a limpo”¹⁴⁹. Ou seja, devemos depreender que a colocação de mobiliário e objectos parecia depender de uma proporção racional a aplicar a cada sala?

Mas o problema da Sala dos Veados não terminou por aqui. Em 1949, regista-se alguma troca de correspondência entre Joaquim do Couto Tavares e o Chefe da Repartição da Direcção-Geral da Fazenda Pública, acerca de armas que o primeiro teria pedido para decorar a Sala dos Veados¹⁵⁰. Noutro ofício anterior mencionava-se que teriam sido levadas armas do Palácio das Necessidades e do Palácio da Ajuda para a Pena, “a fim de se verificar, no local, quais as que são necessárias para decorar a sala do Palácio”¹⁵¹. É possível que esta transferência de armas se devesse sobretudo à realização da exposição temporária sobre Cifka. No entanto, como se confirma pela leitura dos documentos da pasta “Armas” existente no Arquivo do Palácio da Pena, a troca de correspondência sobre esta problemática estendeu-se muito para além do fim da referida exposição. Já no final da década de 50, Couto Tavares punha objecções à ida definitiva de armas da “Colecção da Pena” para Vila Viçosa. Não conseguimos discernir qual o

¹⁴⁸ Cf. Maria de Jesus Vitorino Soares MONGE, *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: De Paço a Museu*, Tese de Mestrado em Museologia, Universidade de Évora, Évora, 2003, p. 62.

¹⁴⁹ Cf. *Relatório enviado por Raul Lino ao Conservador do Palácio da Pena*, com a referência da 3ª secção, Proc.º 1673, Lº 40, datado de 20 de Janeiro de 1939, p. 8, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos de administração relativos ao período em que Casimiro Gomes da Silva esteve em funções)

¹⁵⁰ Cf. *Ofício* com a referência n.º B/105, de 21 de Outubro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta relativa às armas existentes no Palácio)

¹⁵¹ Cf. *Ofício* com a referência n.º B/7, de 12 de Janeiro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta relativa às armas existentes no Palácio)

motivo exacto da acesa discussão por correspondência entre o conservador da Pena e o Chefe da Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, acerca deste assunto, mas as armas acabaram por ir definitivamente para Vila Viçosa, apesar dos protestos de Couto Tavares¹⁵². Há igualmente registo de uma colecção de faiança hispano-árabe que teria ido para o Palácio Nacional de Sintra, o que teria levado o conservador a interceder novamente para que estas retornassem à Pena.¹⁵³ Isto mostra que houve uma preocupação e algum estudo, que permitisse restituir algumas peças ao seu ambiente original.

Isto leva-nos a um outro ponto que é o princípio que estava subjacente ao modo como se expunham os espaços interiores ao público. Raul Lino tinha uma ideia quanto ao que deveria ser a Pena: mostrar como era uma residência real e não configurar um museu, simples repositório de obras de arte. É notório o respeito pelo espaço e pelas suas características, mas como vimos anteriormente, tudo devia estar limitado às “circunstâncias de ordem artística” que influenciam a posição em que as colecções devem estar expostas.¹⁵⁴

¹⁵² Leia-se a este respeito o seguinte excerto: “No entanto, parece-nos de considerar que, quando se concluir a “sala-de-armas” deste Palácio, actualmente conhecida pelo nome de “sala-dos-veados”, essas armas vão fazer muita falta por se tratar de uma sala que não pode ter outra aplicação, construída exclusivamente para o fim. Além de ser uma das salas mais típicas do monumento é absolutamente indispensável que se conclua afim de tornar possível a visita das importantes salas que se lhe seguem incluindo a magnífica cozinha real”. Cf. *Carta* enviada por Joaquim do Couto Tavares ao Chefe da Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, datadas de 11 de Outubro de 1957 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta relativa às armas existentes no Palácio).

¹⁵³ A este propósito argumentava Couto Tavares o seguinte: “É necessário ainda a colecção de pratos hispano-árabes, para substituírem a colecção de pratos do mesmo tipo que D. Fernando II tanto estimava e todos os visitantes admiravam que, foram transferidos para o Palácio Nacional – cuja transferência jamais devia ter sido feita, assim como muitas outras peças importantes propriedade de D. Fernando II. Não devemos esquecer ainda, que este Palácio é o mais visitado. (...) Estas peças deviam vir imediatamente para o Palácio afim de se abrirem ao público as novas dependências, o que não se tem feito por falta de peças convenientes, ficando assim a pertencer ao recheio deste Palácio”. Cf. *Carta* com pedido de vinda de peças de outros palácios, datada de 7 de Setembro de 1948 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Documentação Comprobativa da Existência de uma Colecção de Faiança Hispano-Árabe no P.N.P)

¹⁵⁴ Leia-se toda a passagem referente a este assunto: ““De facto, o espírito a que deve obedecer o arranjo deste Palácio é difícil de se definir em rápidas palavras. Não se trata propriamente da criação de um museu da época do Romantismo. Isto só se poderia levar a cabo, de modo que valesse a pena, com verbas de pêsso à disposição e sem nos preocuparmos com a evocação das figuras que aqui residiram, sem particular a do real construtor do Castelo. Está por vários motivos determinados que os Palácios Nacionais não hão de ser museus, nem a estes se assemelharem como repositórios exclusivos, quer de obras de Arte, quer de documentação científica ou histórico. Os Palácios Nacionais devem assumir principalmente aspectos de residências reais, que todos o foram. E dentro desta orientação há que procurar para cada um deles o arranjo mais atraente, mais sugestivo, em conformidade com a sua arquitectura, a época principal que representam ou as personagens mais notáveis por quem foram habitados. Há que atender igualmente ao fundo de mobiliário de que podemos dispor e também muito às circunstâncias de ordem artística que entram em conta na disposição de cada sala ou divisão.” Cf. *Relatório enviado por Raul Lino ao Conservador do Palácio da Pena*, com a referência da 3ª secção, Proc.º 1673, L.º 40, datado de 20 de Janeiro de 1939, p. 1, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta

Mais tarde, em 1964, João Couto numa comunicação sobre os museus de Sintra, viria a especificar que “outrora residências régias, hoje logradouro do público”, o Palácio Nacional de Sintra e o Palácio Nacional da Pena eram efectivamente casas-museu. Reconhece também que “o Palácio da Pena, tão estimado pelos visitantes de Sintra – nacionais e estrangeiros – por sua excepcional posição, é um verdadeiro museu romântico, único no seu género entre nós”.¹⁵⁵

E quanto ao percurso de visita estabelecido nessa época? Em 1942, a julgar pelo que vem descrito em *O Palácio da Pena – Breve Notícia Histórico-Artística*, de Casimiro Gomes da Silva visitava-se a Capela, parte do claustro, os aposentos de D. Amélia e toda a área social até ao Salão Nobre, visitando-se depois os aposentos de D. Manuel II, estando encerradas a Sala dos Veados e a cozinha.¹⁵⁶

Como inferimos do conteúdo do parágrafo anterior e respectivas notas, a Sala dos Veados e a Cozinha continuavam encerrados na segunda metade da década de 50. Também se encontravam encerrados, nessa altura, os aposentos de D. Manuel II e a Sala de Jantar¹⁵⁷. Mais tarde, já em 1972, encontramos referências a obras que estavam a ser então feitas no quarto de D. Manuel II, que se encontrava em estado muito precário há seis ou sete anos, não se encontrando em condições de ser mostrado ao público. Refere-se também que o mobiliário dessa divisão aí tinha permanecido durante esses anos e que se encontrava em péssimo estado.¹⁵⁸

As questões de conservação no Palácio da Pena, ao longo de todo este tempo, tiveram sempre uma dupla vertente: património móvel e o património imóvel. Vários são os pedidos dos vários administradores para que se proceda a obras no edifício.¹⁵⁹

com documentos de administração relativos ao período em que Casimiro Gomes da Silva esteve em funções).

¹⁵⁵ Cf. João COUTO, João COUTO, “Museus de Sintra”, Separata da Revista *Ocidente*, n.º 293, Setembro de 1962, Lisboa, p. 154. É interessante notar que Maria de Jesus Monge sublinha que ainda na década de 30, João Couto preferia edifícios construídos de raiz para albergar as colecções museológicas. No entanto, esta autora considera que mais tarde a opinião do Director do Museu Nacional de Arte Antiga terá mudado um pouco, como justifica citando uma frase do mesmo onde refere que as obras de arte antigas deveriam estar instaladas num ambiente antigo. A este propósito confira-se Maria de Jesus MONGE, *op. cit.*, p. 70).

¹⁵⁶ Cf. Casimiro Gomes da SILVA, *op. cit.*, pp. 35-50.

¹⁵⁷ Cf. *Ofício* com a referência n.º 4/A16/18, datado de 13 de Setembro de 1951 (referido em Alexandre Garcia da FONSECA, *op. cit.*, p. 69)

¹⁵⁸ Cf. *Relatório de Obras*, da autoria da Conservadora, Simonetta Luz Afonso, datado de 30 de Setembro de 1972, p. 1 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1972-1983).

¹⁵⁹ A título de exemplo veja-se uma nota enviada por José do Nascimento ao Chefe da Repartição de Património da Direcção Geral da Fazenda Pública, com a referência n.º 14/116, datada de 18 de Abril de 1928, onde se comunica a queda de estuque de uma parede no Salão Nobre, que se deveu ao facto de não terem sido feitas as reparações necessárias, o que levou a danos em alguns móveis. (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1928)

Para além dos factores climatéricos que em nada abonam a favor da conservação do edifício e das suas colecções, partindo-se frequentemente caixilhos, vidros e até peças no interior das salas,¹⁶⁰ sabe-se que o terramoto de 1969 terá causado fissuras grandes em algumas paredes, que para além de terem danificado pinturas murais, terão do mesmo modo piorado o recorrente problema de infiltrações.¹⁶¹

Na realidade, a Pena ficaria fora dos grandes arranjos dos palácios nacionais, feitos no âmbito das celebrações dos centenários, nos anos 40. Efectivamente o período histórico de que a Pena era paradigma não se enquadrava em nenhum dos quatro momentos áureos da Nação, que interessava sublinhar: a formação do reino de Portugal, o triunfo da dinastia de Avis, a descoberta do caminho Marítimo para a Índia e a Restauração da Independência.¹⁶²

d) O Público, a Comunicação e os Eventos

Como vimos anteriormente, os palácios nacionais queriam-se espaços de educação e cultura, inseridos numa ideologia política de enquadramento do indivíduo preconizada pelo regime então vigente. A formação do cidadão, que deveria idolatrar e glorificar a sua pátria, deveria ser completa, pelo que os monumentos nacionais, fossem eles mais ou menos valorizados, deveriam deter um papel activo nessa educação.

A organização das exposições temporárias são prova disso mesmo, como já comprovámos no subcapítulo anterior. Sublinhe-se que no caso da exposição sobre Wencelau Cifka, em 1949, o horário de abertura da exposição da exposição era das 9 às 17 horas, o que permitia que mais pessoas pudessem visitar a exposição.¹⁶³ Além disso cumpria um preceito fundamental e que na época ainda não era comum a todos os museus, um horário fixo e amplo de abertura. Outra medida que se destacou nesta exposição foi a realização de eventos paralelos, mas que se interligassem com a temática da exposição, como o “Serão Romântico”, inserido no programa de concertos dos Festivais de Sintra, onde se recriou um ambiente do século XIX.¹⁶⁴

¹⁶⁰ Veja-se algumas destas ocorrências na cronologia do *Anexo XIII – Cronologia do Palácio da Pena enquanto Espaço Museológico*.

¹⁶¹ Cf. *Relatório de Obras*, da autoria da Conservadora, Simonetta Luz Afonso, datado de 30 de Setembro de 1972, p. 1 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1972-1983)

¹⁶² Cf. Maria João Quintas Lopes Baptista NETO, *op.cit.*, p. 275.

¹⁶³ Consulte-se o jornal *Diário de Notícias* de 8 de Outubro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta de Documentação da Exposição *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador – 1949*).

¹⁶⁴ Cf. *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador*, Sintra, Direcção Geral da Fazenda Pública / Câmara Municipal de Sintra, 1949, p. 5.

Quanto ao modo de visitar o Palácio, esclarecidos já quanto ao percurso de visita nas diferentes épocas, acrescentamos que de acordo com algumas fontes, por volta da 1950, os visitantes entrariam em grupos de dez pessoas¹⁶⁵, o que deveria beneficiar não só a conservação das peças, como também a qualidade da visita.

À semelhança do que referimos para o período da I República, o Palácio continuou a receber visitantes ilustres e também público escolar, este último interessado sobretudo nas recriações de ambiente de época, como refere Simonetta Luz Afonso: “É da maior urgência que seja colocada esta janela, porque desde que caiu vimo-nos forçados a encerrar a dita “Casa de Banho” [dos aposentos de D. Amélia] que constituía um dos atractivos do interior deste Palácio, por ser um exemplar perfeito de finais do século XIX e constituir um dos motivos de interesse para exemplificar a “Vida Quotidiana” no século XIX às crianças das escolas, e nomeadamente do segundo Ciclo.”¹⁶⁶ É notória a preocupação de exposição, tendo em conta os interesses de determinados tipos de público.

2.2. A Casa-Museu Romântica (dos finais da década de 70 até 2007)

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, operaram-se grandes alterações na panorâmica cultural portuguesa, o que viria consequentemente a ter efeitos nas políticas museológicas nacionais.

Neste capítulo, por estarmos relativamente próximos do presente, iremos apenas apontar aspectos mais generalizados da instituição, visto que este período a que agora nos iremos referir já extravasa um pouco o objectivo do nosso estudo. O funcionamento da instituição, na altura em que efectuámos o nosso estágio, está assente, em grande parte, no modelo que se foi desenvolvendo da década de 80 em diante, sobretudo pela mão do conservador José Martins Carneiro, que assumiu funções em 1983.

a) Tutelas e Legislação

O Palácio Nacional da Pena manter-se-á sobre a tutela do Ministério das Finanças até 1982, altura em que passa para a alçada do Instituto Português do

¹⁶⁵ Cf. Ofício com a referência n.º B/117, datado de 10 de Abril de 1950 (referido em Alexandre Garcia da FONSECA, *op. cit.*, p. 68)

¹⁶⁶ Cf. Ofício com a referência n.º A/88/72, datado de 9 Maio de 1972 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1972-1983)

Património Cultural (I.P.P.C.)¹⁶⁷, um grande organismo centralizador, criado dentro da Secretaria de Estado da Cultura. A complexidade do I.P.P.C. leva a que, mais tarde, muitas das suas competências sejam passadas para outros institutos, que vão sendo paralelamente criados, como é o caso do Instituto Português dos Museus, em 1991¹⁶⁸. Aquele organismo, progressivamente esvaziado ao nível das funções acabará por se transformar no Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (I.P.P.A.A.R.)¹⁶⁹ e mais tarde, com a criação do Instituto Português de Arqueologia, passará a chamar-se apenas Instituto Português do Património Arquitectónico (I.P.P.A.R.), dependente do Ministério da Cultura. Apesar das vastas colecções existentes no Palácio da Pena, este ficará tutelado por um organismo ligado sobretudo à área da arquitectura até 2007, altura em que a sua gestão transita definitivamente para a Parques de Sintra – Monte da Lua, S. A.¹⁷⁰ A grande novidade desta última tutela é que Parque e Palácio da Pena voltam a ser geridos por uma única entidade, algo que não se verificava desde 1911. Esta condição era, desde há muito, advogada por vários sectores, mas tornou-se imperativa após a classificação de Sintra como Património da Humanidade, pela UNESCO, na categoria de “Paisagem Cultural”, em 1995.¹⁷¹

b) Organização Interna

Para além dos documentos que consultámos, serve-nos de fonte para este período um conjunto de entrevistas realizadas no decurso do nosso estágio a alguns dos funcionários da instituição.

Simonetta Luz Afonso ter-se-á mantido como conservadora do Palácio da Pena até ao início da década de 80, como comprovam alguns documentos por ela assinados, existentes no Arquivo do Palácio da Pena. Entretanto foi ainda responsável pela organização da Exposição *O Pintor Casanova e os Seus Discípulos Régios nas Colecções do Palácio Nacional da Ajuda*, realizada em 1976, no Palácio da Pena.

No entanto, durante alguns anos, no período de tempo entre a saída de Simonetta Luz Afonso e a entrada de José Martins Carneiro, o Palácio da Pena mantém um vazio administrativo, que será preenchido por Joaquim de Jesus Diogo, Guarda de 2.^a Classe, como atestam alguns documentos. Mesmo durante o tempo em que a anterior

¹⁶⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 318/82, de 11 de Agosto de 1982.

¹⁶⁸ Cf. Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto – Cria o Instituto Português dos Museus.

¹⁶⁹ Cf. Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de Junho de 1992.

¹⁷⁰ Cf. Decreto-Lei n.º 292/2007, de 21 de Agosto de 2007.

¹⁷¹ A classificação ocorre durante a 19.^a Sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO realizada em Berlim, 6 de Dezembro de 1995.

conservadora estava no seu cargo, Joaquim de Jesus Diogo terá assumido frequentemente funções administrativas dentro do Palácio.¹⁷² Em vários documentos refere-se que antes da passagem para a tutela do I.P.P.C. pertenciam ao quadro do Palácio “oito Contínuos e cinco Guardas no activo”.

Em 1983, aquando da entrada de José Martins Carneiro, estariam a trabalhar no Palácio cerca de 11 a 12 pessoas. Para além da figura do conservador, os restantes trabalhadores estavam encarregados da limpeza e da guardaria, não havendo qualquer tipo de serviço educativo ou alguém responsável pela investigação das colecções e da história do edifício.¹⁷³ Em 2007, altura da realização do nosso estágio, José Martins Carneiro estimava que trabalhassem no Palácio cerca de 40 funcionários no total, entre técnicos superiores, o técnico de museografia, secretários-recepcionistas, equipa de manutenção e pessoal da loja.¹⁷⁴ A melhoria de infra-estruturas, levadas a cabo pelo I.P.P.A.R. entre 1996 e 1999, terá certamente contribuído para o aumento da equipa, dadas as novas necessidades verificadas no acolhimento ao visitante¹⁷⁵. Tratou-se de um grande investimento de modernização que levou obviamente ao aumento da capacidade do Palácio de receber um maior número de visitantes, de forma mais adequada.

Ciente da complexidade de gestão que a Pena acarretava, a primeira estratégia adoptada por José Martins Carneiro foi precisamente começar a investigar em profundidade a Pena e a figura de D. Fernando II, colocando em prática os conteúdos científicos da Museologia. Em 1985, inaugura-se a Exposição *D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha – Comemoração do 1.º Centenário da Morte do Rei-Artista*.¹⁷⁶ Isto coincidiu com a realização do I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, ocorrido nesse mesmo ano, e com a reabertura de algumas salas, como foi o caso da Sala dos Veados e da Cozinha. Uma segunda exposição seguir-se-á, em 1986: *Colecções de Ourivesaria do Palácio Nacional da Pena*.¹⁷⁷

Numa segunda fase, já no final da década de 80, justificando-se com a grande afluência de público e a projecção que o Palácio tivera com o trabalho desses últimos

¹⁷² Cf. *Carta* dirigida à Presidente do I.P.P.C., datada de 8 de Maio de 1983, enviada por Joaquim de Jesus Diogo, p. 1 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Correspondência de 1983)

¹⁷³ Cf. Entrevista n.º 1 – *Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena*.

¹⁷⁴ Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁵ *Património. Balanço e Perspectivas [2000-2006]*, [Lisboa], Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 114-115.

¹⁷⁶ Cf. José Manuel Martins CARNEIRO, *D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha, Comemorações do 1º Centenário da morte do Rei-Artista*, [Sintra], Palácio Nacional da Pena / Instituto Português do Património Cultural, 1985.

¹⁷⁷ Cf. José Manuel Martins CARNEIRO, Luís Eduardo da Mota Veiga Castelo LOPES, *Exposição de Ourivesaria do Palácio Nacional da Pena*, [Sintra], Palácio Nacional da Pena, 1986/87.

anos, José Martins Carneiro levou a Pena a candidatar-se a fundos comunitários, que terão permitido o avanço de obras prioritárias no edifício que, como vimos, eram há muito cobradas pelos vários administradores e conservadores da Pena, durante o seu século de existência enquanto espaço museológico. Numa última fase, correspondente à actualidade, José Martins Carneiro considera que dever-se-ia manter o que já estava feito, investindo nas intervenções nos interiores.¹⁷⁸

No que diz respeito ao serviço de Inventário e estudo das colecções, na altura em que efectuámos o nosso estágio, havia duas pessoas responsáveis por esta área. De acordo com as entrevistas realizadas nessa altura, pudemos aferir que quando assumiram a sua posição dentro da instituição museológica, havia já trabalho de inventariação feito, mas que obviamente teve de ser revisto, actualizado e, em alguns casos, corrigido. Acresce o facto de, entretanto, se ter instalado o programa Matriz, o que conduziu a um extenso labor de fotografar e digitalizar o máximo de peças e sistematizar a informação respectiva.¹⁷⁹

No caso do Palácio da Pena, o próprio edifício constitui-se como um elemento museológico, enquanto património arquitectónico, pelo que se sentiu a necessidade de ter também um elemento da equipa que trabalhasse exclusivamente nas coordenação das obras a efectuar no Palácio, servindo de figura mediadora entre a instituição em si e o I.P.P.A.R. Isto aconteceu ainda na primeira metade da década de 90.¹⁸⁰ O controlo das peças e do edifício ficaram a cargo de um técnico de museografia, com formação para o cargo.

A criação de um serviço educativo em 1987-1988 foi também bastante significativo na história recente do Palácio. Permitir a multiplicidade comunicacional com o público, com actividades exclusivamente orientadas para grupos-alvo e dar a conhecer uma realidade complexa como a Pena, assumiu-se como outra das prioridades museológicas no final da década de 80. Numa primeira fase, este serviço educativo era composto por pessoas requisitadas anualmente¹⁸¹ e que não faziam parte dos quadros do Palácio, o que tornava o seu trabalho um pouco mais difícil, na medida em que seria difícil planear objectivos para este serviço educativo a longo prazo. Uma destas pessoas

¹⁷⁸ Veja-se a Entrevista n.º 1 – Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena.

¹⁷⁹ Veja-se a Entrevista n.º 2 – Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena.

¹⁸⁰ Cf. a Entrevista n.º 5 – Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena.

¹⁸¹ Cf. Ana Castel-Branco A. BERNARDO, *Formação Estética e Cidadania: o Palácio da Pena como Património Artístico e Museu Histórico de Arte Aplicadas*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Formação Pessoal e Social) apresentada à Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 152.

era precisamente Teresa Antunes, que nos acompanhou ao longo da realização do nosso estágio e que nos forneceu bastante informação.

O Palácio da Pena, dada a sua localização privilegiada e o seu valor patrimonial, é frequentemente solicitado para a realização de eventos. Como vimos, era algo que já acontecia desde a abertura do Palácio ao público, em 1911. No entanto, a partir da década de 90, este sector passará a ter um funcionário responsável permanentemente por estes assuntos, como se depreende da Entrevista n.º 4¹⁸². As particularidades que acarretam este tipo de acompanhamento de eventos e filmagens carecem sempre de alguém da instituição que possa estar presente nos momentos em que os elementos não pertencentes à instituição fazem o seu trabalho no espaço museológico.

Para além dos serviços referidos, nas duas últimas décadas do século XX o Palácio da Pena dispunha já de um serviço de secretaria, a juntar aos serviços de limpeza e vigilância, que desde 1910 existiam na instituição.

Constatámos que a grande maioria dos funcionários, que constituíam o quadro de pessoal aquando do nosso estágio, possuía formação superior ou técnica, adequada à tarefa que desempenhava, sendo que ocasionalmente se faziam pequenas formações para actualizar conhecimentos.¹⁸³

Detectámos ainda, tal como havia ocorrido nas primeiras décadas de vida da Pena enquanto museu, ligações familiares entre alguns dos funcionários. É o caso de Joaquim de Jesus Diogo cujo filho, Joaquim Ferreira Diogo, se tornou técnico de museografia no Palácio.

Em 2007, com a mudança de tutela do Palácio, esta orgânica alterou-se profundamente, com a saída de alguns funcionários e entrada de outros, dada a inclusão da instituição na Parques de Sintra – Monte da Lua, que tinha uma constituição mais complexa.

c) As Coleções e a Museografia

Como verificámos, no último quartel do século XX o cenário museológico do Palácio da Pena modificou-se bastante. As colecções da Pena aumentaram, levou-se a cabo o seu estudo intensivo e fez-se uma tentativa de reconstituir a proveniência de muitas das peças.¹⁸⁴

¹⁸² Cf. Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena.

¹⁸³ Cf. Entrevista n.º 1 - Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena.

¹⁸⁴ Cf. Entrevista n.º 4 - Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena.

Do período anterior à década de 80, registámos algumas memórias que são representativas de como o Palácio da Pena aparecia aos olhos do visitante: um palácio aberto a público, numa visita que não era livre, feita por guardas por vezes sem preparação adequada, colocando-se em risco não só as colecções, mas também o edifício.¹⁸⁵ O próprio conservador recorda o que encontrou quando assumiu funções no Palácio, mencionando o modo desadequado como a Pena era visitada e como as peças estavam expostas.¹⁸⁶

Refere-se também que muitas das salas hoje abertas a público não o estavam: não se viam integralmente os aposentos de D. Carlos I, sendo que o *atelier* estava muito desvirtuado, sendo apresentado como quarto de dormir do rei; não se viam os aposentos de D. Manuel II e saía-se depois para o Pátio dos Arcos; a Sala dos Veados e a Cozinha só abririam a partir de 1985.¹⁸⁷

Outra questão de interesse no percurso do Palácio foi a sinalética. Há cerca de três décadas atrás, a sinalética era praticamente inexistente. Na década de 80 foi criada uma sinalética que contextualizasse os visitantes em visita livre, algo que só nessa época foi também permitido. Não obstante, apesar de fornecer informações importantes, essa sinalética apresentava alguns problemas, como destaca Ana Castel-Branco Bernardo na sua dissertação: só existia um tripé por sala, a informação era pouco legível e demasiado extensa.¹⁸⁸ José Martins Carneiro reconhece que o problema da sinalética no Palácio estava a ser difícil de resolver, na medida em que, apesar de já terem existido pelo menos três projectos para uma sinalética adequada, nenhum se concretizara devido

¹⁸⁵ Atente-se na seguinte passagem: “De memória, lembro-me de vários, como, por exemplo: as criativas explicações dos guardas, em versão bilingue compactada; a possibilidade de animais domésticos no percurso de visita ao interior do Palácio; a possibilidade dada aos visitantes (por inexistência de condições de segurança e preservação do património), de recolherem os seus próprios souvenirs arrancados à decoração parietal (em particular, a de embrechados do século XVII, do nicho existente no claustro; ou a autorização de fotografar, indiscriminadamente, fosse o que fosse”. (Cf. Ana Castel-Branco A. BERNARDO, *op. cit.*, p. 104.

¹⁸⁶ José Martins Carneiro recorda o seguinte: Não havia qualquer cuidado com a iluminação nas salas. Todas as janelas de madeira estavam abertas, não havendo qualquer controlo da luz natural, e o percurso era muito truncado. (...)Havia espaços que não se visitavam e ia-se por dentro das salas porque não havia nada para roubar. (...) Por isso, era um palácio fantasma: com paredes, alguns móveis, alguns trastes em más condições e com pouca cera. Mesmo em relação à colecção de mobiliário, mais de 80% não estava exposto. De ourivesaria nada estava em exposição. Cem por cento da colecção de ourivesaria, quer religiosa, quer civil, estava em reserva. Da colecção de porcelanas estavam também em reserva cerca de 90%. Não havia cobres em exposição, porque não se mostravam as cozinhas. Da colecção de pintura poderei dizer que estavam em exposição cerca de 60% e os restantes 40% estavam em muito mais estado e estavam guardados”. Cf. Entrevista n.º 1 – Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena..

¹⁸⁷ Cf. Entrevista n.º 1 – Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena.

¹⁸⁸ Cf. Ana Castel-Branco A. BERNARDO, *op. cit.*, p. 118.

a contingências várias.¹⁸⁹ Em 2007, esse problema foi definitivamente resolvido com a implementação de uma nova sinalética que se mostra aparentemente eficaz.

Em 1985, com a realização da exposição sobre D. Fernando II, mostrou-se ao público todo o trabalho de reconstituição que estava a ser feito ao nível dos interiores do Palácio, cada vez mais a tornar-se num espaço de recriação histórica. De acordo com José Martins Carneiro, esta reconstituição foi feita com base na seguinte documentação: consulta de obras de especialidade sobre os ambientes do século XIX, nomeadamente no período em que os habitantes da Pena viveram; uma “leitura reflectida” das principais personagens que se destacam na história do Palácio e dos seus contemporâneos e do estudo de fotografias antigas dos aposentos dessas figuras, tanto no Palácio da Pena, como no Palácio das Necessidades.¹⁹⁰ Este é o resultado que podemos encontrar actualmente no interior do Palácio.

d) Públicos e Comunidade

Como verificámos no decurso do nosso estágio, aquando da realização das visitas guiadas que nos foram propostas, o público que visita o Palácio da Pena é muito variado. Prestes a completar um século de existência enquanto espaço cultural visitável, o Palácio Nacional da Pena continua a aparecer referenciado como um dos mais visitados. A juntar às várias menções sobre este assunto, sublinhamos a introdução do catálogo da exposição *O Pintor Casanova e os Seus Discípulos Régios nas Coleções do Palácio Nacional da Ajuda*, onde se refere que apesar das peças pertencerem a este último palácio, a exposição fora feita na Pena, dada a afluência de visitantes que aí se verificava, o que seria benéfico para a melhor divulgação de conteúdos.¹⁹¹

No início da década de 80, os visitantes ainda não estavam autorizados a visitar livremente o Palácio. Como refere José Martins Carneiro, sobre uma das suas primeiras

¹⁸⁹ Cf. Entrevista n.º 1, *Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena*.

¹⁹⁰ Cf. José Manuel Martins Carneiro, “Caminhos do Romantismo – O Palácio da Pena”, *Romantismo – Sintra nos Itinerários de um Movimento*, Sintra, Instituto de Sintra, 1987, p. 75.

¹⁹¹ Leia-se a seguinte passagem: “O Palácio Nacional da Ajuda há já alguns anos aberto ao público, apesar das vicissitudes por que tem passado, contém ainda algumas espécies artísticas que podem ser consideradas inéditas. Dada a enorme afluência de visitantes que ocorre a toda a hora ao Palácio Nacional da Pena, uma das mais valiosas atracções turísticas do nosso país, pareceu acertado escolher o seu ambiente romântico, acolhedor e evocativo, para aí mostrar algumas das lindas aguarelas do Mestre Casanova (1850-1913) e também dos seus discípulos régios, o rei D. Luís, a rainha D. Maria Pia de Sabóia, seus filhos D. Carlos e D. Afonso e também a rainha D. Amélia. Bem explicada ficará esta preferência se soubermos que num Domingo de Verão, enquanto ao Palácio da Ajuda acorrem uns 20 visitantes, no Palácio da Pena acotovela-se perto de dois milhares...”. Cf. Versão dactilografada da *Introdução* do Catálogo da Exposição *O Pintor Casanova e os Seus Discípulos Régios nas Coleções do Palácio Nacional da Ajuda*, p. 2 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da exposição “O Pintor Casanova e os Seus Discípulos Régios nas Coleções do Palácio Nacional da Ajuda”)

experiências enquanto conservador da Pena: “O guarda entrava [nas salas]. Depois entrava o grupo e fechava-se a porta. O guarda falava apenas em português, não falava nenhuma outra língua. Depois chegávamos aos claustros. Abria-se a porta da Casa de Jantar ou da Copa e entrava o grupo todo. Podíamos ser uns 50-60 ou até 80 pessoas. Era uma coisa insustentável.”¹⁹²

O aparecimento do Serviço Educativo foi fundamental para ajudar a resolver algumas destas questões, visto que se passou a organizar as visitas de acordo com objectivos de visita e tendo em conta o número de visitantes. De acordo com a entrevista que realizámos durante o estágio com a então responsável do serviço educativo, Teresa Antunes, optámos por organizar a história do serviço educativo do Palácio Nacional da Pena em cinco momentos diferentes, de acordo com diversas opções que foram tomadas para cada época.¹⁹³

Apesar de se fazer o acolhimento a todos os tipos de público que assim solicitasse, o Serviço Educativo virou-se sobretudo para o público escolar, que durante a maior parte do ano marca a sua presença no Palácio. Na altura em que realizámos o nosso estágio, para conseguir atender a todos os pedidos, as visitas guiadas começavam a ser asseguradas por monitores externos, com a devida preparação para receber os diferentes públicos.

É também interessante sublinhar que em determinados momentos, o serviço educativo promoveu contactos variados com as escolas do concelho, numa tentativa de reforçar laços entre a comunidade envolvente e o Palácio.¹⁹⁴ No entanto, não tendo havido continuidade destes projectos, esta ideia acabou por ser diluir, apesar de detectarmos um certo sentido de pertença em relação ao Palácio da Pena, por parte de alguns visitantes residentes nas proximidades, no decurso das nossas visitas guiadas.

Com a passagem administrativa do Palácio para a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A., o serviço educativo da Pena deixou de existir, sendo inserido no chamado Núcleo de Programação e Ambiente, mais abrangente e comum a todos os parques e palácios geridos pela empresa e que se encontra sediado no Palácio de Monserrate.

¹⁹² Cf. Entrevista n.º 1 – Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena.

¹⁹³ Vejam-se o Anexo XXIV – Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio da Pena e Anexo XXV – Fases de desenvolvimento do Serviço Educativo.

¹⁹⁴ Veja-se o Anexo XXV – Fases de desenvolvimento do Serviço Educativo.

III. Conclusões

O relatório que apresentámos foi fruto de uma investigação que foi muito além dos seis meses de estágio que nos tinham sido propostos pela instituição. Não obstante, isso permitiu-nos um maior tempo de reflexão e prática profissional que se demonstraram muito profícuas.

A primeira grande conclusão a que chegámos foi a de que a história do Palácio da Pena, enquanto espaço museológico, é demasiado extensa para ser convenientemente estudada num mero relatório. Rapidamente nos apercebemos que o nosso estudo seria sobretudo um levantamento de fontes, bibliografia e questões, que ainda não tinha sido feito.

Consideramos, igualmente, que este estudo permitiu registar muita informação que corria risco de se perder no tempo, como as memórias de alguns funcionários que actualmente já não trabalham na Pena, mas que aí passaram a maior parte das suas vidas e que conhecem histórias do Palácio que não estão acessíveis à maior parte das pessoas.

Um dos casos mais flagrantes da permanência da memória do Palácio, que tem passado de geração em geração, está na continuidade familiar que assinalámos. Em mais do que uma época encontramos situações de parentesco entre funcionários havendo, portanto, uma ligação directa entre alguns percursos de vida e a Pena, através de uma contínua transmissão de conhecimentos.

A consistência desta memória é ainda mais forte, quando pensamos que durante muitos anos, vários foram os funcionários que habitaram efectivamente nas dependências do Palácio, desde 1910, criando-se certamente laços afectivos que extravasam a simples ligação do funcionário com o seu local de trabalho. A Pena foi para muitos simultaneamente o trabalho e o lar. É interessante sublinhar que o Palácio foi tão fonte de memórias para estas pessoas, como terá certamente sido para a Família Real.

A importância de fazer um levantamento de alguns desses nomes, como referimos, é a de evidenciar a necessidade de mais estudos sobre essas pessoas, que permanecem quase incógnitas na história do Palácio. Prestes a cumprir o seu primeiro centenário enquanto espaço cultural, falta na Pena um espaço onde se possa celebrar todos aqueles que nestes cem anos a mantiveram para que chegasse até ao nosso tempo.

Como refere Gaynor Kavanagh, “memory is historically conditioned and the act of remembering is part of the social process of maintaining knowledge of the past.”¹⁹⁵

Parece-nos também importante valorizar a evolução da Pena em vários sentidos. O responsável pelo Palácio começou por ser um almoxarife, termo ainda muito conotado com a prática de guarda, advinda dos tempos monárquicos. Seguiu-se depois a denominação de administrador, figura máxima que tratava de todos os assuntos práticos, mas só na década de 40 passaremos a ter a designação de conservador, ou seja, de uma pessoa que tem como principal função manter o espaço e as suas colecções. A aliança da figura do director com a do conservador manteve-se, pelo menos até 2007, na figura de José Martins Carneiro.

Quanto à especialização de funções dentro da instituição, exceptuando o conservador, verificámos que apenas na década de 80 do século XX, com a entrada de técnicos formados, a Pena passou a ter um quadro mais adequado para atender às suas reais necessidades.

Por fim, falta registar a nossa reflexão sobre a pergunta que inicialmente formulámos, acerca da natureza do Palácio Nacional da Pena. Na nossa opinião trata-se de uma casa-museu, com especificidades muito particulares: há um edifício que tem de ser sempre equacionado nas opções expositivas, há colecções que têm de ser conservadas, há memórias e vivências que devem ser preservadas. Como vimos, o modo de expor objectos na Pena nem sempre foi pacífico, havendo critérios muito diferentes. Independentemente destes critérios, o facto de fazer reviver personagens e momentos da história, leva o Palácio da Pena a ser uma casa-museu, onde se recriam ambientes quotidianos.¹⁹⁶

Este enquadramento enaltece a relevância de associar a Pena a outras instituições museológicas que partilhem das mesmas características, com as quais se possa trocar experiências e aprender. Assim, sublinha-se a importância do Palácio manter ligação e colaboração próxima com os seus congéneres, seja através de redes nacionais (com outros edifícios históricos), ou de grupos internacionais de carácter geral, como o DEMHIST (*Demeures Historiques* - Comité Internacional para as Casas-Museu

¹⁹⁵ Cf. Gaynor KAVANAGH, *Dream Spaces. Memory and the Museum*, London, Leicester University Press, 2000, pp. 6-7.

¹⁹⁶ Seguindo as discussões do DEMHIST (*Demeures Historiques* - Comité Internacional para as Casas-Museu Históricas - ICOM) António Ponte, por exemplo, considera que os palácios nacionais que cumpram as funções museológicas enunciadas no Artigo 2.º dos Estatutos do ICOM, podem ser consideradas casas-museu. Cf. António Manuel Torres da PONTE, *Casas-museu em Portugal. Teorias e práticas*, Porto, Tese de Mestrado em Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p. 5.

Históricas - ICOM) ou o grupo das European Royal Residences, de carácter mais específico.

Tendo o presente trabalho sido para nós de grande utilidade para a consolidação dos conhecimentos adquiridos na componente curricular do Mestrado em Museologia, esperamos ter igualmente contribuído para abrir caminho a estudos mais aprofundados sobre algumas das temáticas que abordámos. Não obstante, consideramos que obtivemos muita informação interessante e que merece continuar a ser investigada.

IV. Anexos

<i>ANEXO I</i>	<i>Objectivos inicialmente propostos</i>
<i>ANEXO II</i>	<i>Objectivos redefinidos</i>
<i>ANEXO III</i>	<i>Transcrição de documentos sobre a construção e manutenção do Mosteiro (1511)</i>
<i>ANEXO IV</i>	<i>Cópia do Anúncio de Venda de Bens Nacionais</i>
<i>ANEXO V</i>	<i>Transcrição de um edital da Câmara Municipal de Sintra (1839)</i>
<i>ANEXO VI</i>	<i>Transcrição da carta do Barão de Eschwege a Possidónio da Silva</i>
<i>ANEXO VII</i>	<i>Cronologia Integrada dos Trabalhos na Pena (1835-1904)</i>
<i>ANEXO VIII</i>	<i>Litografia representando a Torre do Relógio nos primeiros anos de construção do Palácio</i>
<i>ANEXO IX</i>	<i>Projecto para a Sala dos Veados e o seu aspecto final</i>
<i>ANEXO X</i>	<i>Representações do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena</i>
<i>ANEXO XI</i>	<i>Transcrição do Testamento de D. Fernando II</i>
<i>ANEXO XII</i>	<i>Fotografias da Família Real no Palácio da Pena</i>
<i>ANEXO XIII</i>	<i>Cronologia do Palácio da Pena enquanto espaço museológico (1910-2007)</i>
<i>ANEXO XIV</i>	<i>Legislação integrada aplicável ao Palácio da Pena (1910-2007)</i>
<i>ANEXO XV</i>	<i>Transcrição do decreto de 17 de Outubro de 1910 – Demissão dos funcionários que trabalhavam para a Casa Real</i>
<i>ANEXO XVI</i>	<i>Regulamento de Trânsito no Parque da Pena</i>
<i>ANEXO XVII</i>	<i>Lista parcial de funcionários do Palácio da Pena (1910-1983)</i>
<i>ANEXO XVIII</i>	<i>Transcrição do artigo “Paços da República”</i>
<i>ANEXO XIX</i>	<i>Transcrição de alguns artigos sobre o desaparecimento de algumas peças pertencentes ao Palácio da Pena</i>
<i>ANEXO XX</i>	<i>Pedido escolar para visita ao Palácio da Pena (1927)</i>
<i>ANEXO XXI</i>	<i>Bilhetes de acesso ao Palácio da Pena (1927)</i>
<i>ANEXO XXII</i>	<i>Transcrição parcial do Decreto n.º 15.216, de 14 de Março de 1928</i>
<i>ANEXO XXIII</i>	<i>Exemplar de um convite para a Exposição Wenceslau Cifka – Ceramista, litógrafo e esmaltador (Palácio da Pena – 1949)</i>
<i>ANEXO XXIV</i>	<i>Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio Nacional da Pena</i>
<i>ANEXO XXV</i>	<i>Fases de Desenvolvimento do Serviço Educativo</i>
<i>ANEXO XXVI</i>	<i>Actividades desenvolvidas no Estágio</i>

Anexo I

Objectivos Inicialmente Propostos

A. A Instituição: conhecer a história e a dinâmica de trabalho do Palácio da Pena enquanto instituição museológica:

1. Compreender os antecedentes históricos da Instituição;
2. Perceber como a instituição se organizou enquanto entidade museológica ao longo do tempo;
3. Conhecer o funcionamento e articulação dos diversos sectores que compõem a Instituição.

B. O Público: compreender, em particular, o funcionamento do Sector Educativo do Palácio Nacional da Pena e o seu papel fundamental na comunicação com o público:

1. Reconhecer os diferentes tipos de público;
2. Conhecer projectos anteriores e projectos actuais;
3. Estruturar novos projectos que não se centrem somente no público em geral, de massas, mas que abranjam também a comunidade envolvente:
 - 3.1 Comparar a ligação que a população das localidades envolventes tiveram com o Palácio no passado e a ligação que têm presentemente: o caso de S. Pedro de Penaferrim:
 - a) A importância que a sua população teve outrora na construção e manutenção do Palácio;
 - b) As antigas tradições que uniam o Palácio à comunidade de S. Pedro de Penaferrim;
 - c) O Palácio enquanto noção de património para os que habitam nas suas imediações.
 - 3.2 Organizar e tratar a informação recolhida, de modo a estruturar um novo projecto.

C. A Instituição e o Público: projectar sobre novas possibilidades de comunicação entre a instituição e o público

1. Elaborar propostas efectivas para actividades que promovam uma ligação mais estreita entre o Palácio Nacional da Pena e a população envolvente.

Anexo II
Objectivos Redefinidos

1. Antecedentes

1.1 O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena: uma casa religiosa

1.2 O Palácio da Pena: Uma Casa Real de Férias

- ⇒ Conhecer os antecedentes históricos da instituição museológica, na generalidade, de modo a perceber o espaço e quais as dificuldades / potencialidades existentes actualmente na sua gestão.

2. Um Palácio Transformado em Museu: História de um Espaço Museológico

2.1 Uma História por Conhecer (de 1910 até ao início da década de 80)

2.2 A Casa-museu Romântica (do início da década de 80 até 2007)

2.3 Parque e Palácio da Pena: Uma Nova Realidade (de 2007 até à actualidade)

- ⇒ Fazer o levantamento das principais alterações ocorridas com a transformação do Palácio da Pena num museu, após a Implantação da República, em 1910.
- ⇒ Comparar, de modo generalizado, as diversas opções museológicas (colecções/edifício/parque, museografia, linhas de investigação, exposição e educação), que orientaram a gestão do Palácio da Pena, entre 1910 e 1980.
- ⇒ Indicar as várias tutelas (individuais / conjuntas) da instituição em estudo.
- ⇒ Mencionar, tanto quanto possível, os diferentes modos de organização funcional de pessoal dentro da instituição museológica, ao longo do tempo.
- ⇒ Inventariar os nomes das principais figuras associadas à história do Palácio Nacional da Pena entre 1910 e 2007;

- ⇒ Referenciar a legislação de enquadramento da instituição museológica, ao longo das várias épocas.

3. Parque e Palácio da Pena: Uma Nova Realidade (de 2007 até à actualidade)

- ⇒ Registrar as principais diferenças encontradas na instituição desde a realização do estágio, em 2007.

Anexo III

Transcrição de Documentos sobre a Construção e Manutenção do Mosteiro (1511)

DOCUMENTO 1 ¹⁹⁷

“Dom Manuel, etc. – A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que por serviço de deos e de nossa senhora e a homrra do bem aventurado Sam iheronimo nos mandamos hora fazer e edificar hum moesteiro da sua hordem na sua hirmida de sancta maria da pena e hordenamos que nelle ajam de estar e estam de continuo alguns frades e pera sua governança e manutenção e assi dos servidores da dicta cassa emquanto doutra coussa condotarem e nos praz lhe dar e fazer doaçam a esmolla de cem mjll rrs de tença em cada hum ano, e de dez moyos de trigo os quaes cem mjll rrs queremos que lhe sejam asentados nos dinheiro de hum por cento des primeiro dia de Janeiro que hora vira da presente era de quinhentos e xij vira em diamte e lhe sejam pagos em tres terças do anno nesta maneira – a saber – a primeira pagua em começo do mes de Janeiro e a segunda na emtrada do mes de mayo e a terceira na entrada do mês de setembro por emteiro e sem quebra alguua e hos dez moyos de trigo queremos que lhe sejam asentados e pagos no nosso reguengo dueiras no celeiro, ou nas eiras homde a hos frades parecer que podem aver melhor pagamento. E esto des primeiro dia de Sam Joham que hora passou da era pressemte de quinhentos e onze em diamte e porem mandamos a ho nosso rreçebedor do dinheiro do dicto hum por cento que hora he e a ho diamte for que des o dicto dee e pague hos dictos cem mjll rrs em cada hum anno nas dictas tres terças a ho prior e frades do dicto moesteiro ou a seu certo rrecado per estaa soo carta sem mais averem de tirar outra de nossa fazemda per emteiro e sem quebra como dicto he asi mandamos a ho dicto almoxarife ou rreçebedor do dicto reguengo dueiras que cado ano des o primeiro dia de sam Joham que passou em diamte lhe dee e pague hos dictos dez moyos de trigo e ysto mesmo per esta nossa carta e per ho trellado della que ficara registado nos livros dos excprivaos de seus officios com seus conhelimentos mandamos a hos nosos comtadores que levem em conta a cada hum que asi pagar. E por firmeza dello lhe mandamos dar esta carta assignada per nos e asellada do nosso sello pendiente. Dada em nossa cidade de lixboa a xx. Dias de Julho Jorge

¹⁹⁷ Transcrito de M. Tude de SOUSA, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Sintra, Sintra Gráfica, 1951 [imp.], pp. 17-18. O autor dá a indicação que naquela altura o documento se encontrava na Torre do Tombo, L.º 13 da Estremadura, fl. 49 v.

fernandes a fez. Anno de nosso senhor Ihesu Christo de mjl de quinhentos e onze annos.”

DOCUMENTO 2 ¹⁹⁸

“Dom Manuel por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guine e da Conquista navegação e Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. A quantos esta Nossa Carta virem fazemos saber que por serviço de Deos e de Nossa Senhora e por Sermos devoto do Benaventurado São Hieronimo, mandamos fazer o moesteiro de Nossa Senhora da Pena da dita Ordem de São Hieronimo na serra da villa de Sintra. O qual mandamos edificar de novo por virtudes da Bulla e graça do Santo Padre que temos pera fazer de novo doze moesteiros e o mandamos entregar a dita Ordem e foi a ella recebido pelo Padre Provincial e Padres della. E ora por fazermos esmola a a dita Ordem e porque no dito moesteiro se fação os officios Divinos e se sirva a Nosso Senhor e a Nossa Senhora assim como nos dezejamos que sempre se faça e por louvor do Bemaventurado São Hieronimo, nos prouve dar cem mil rse e dez moyos de trigo em cada hum anno para mantença dos frades que ali hão de estar segundo he declarado no padrão que dello mandamos dar pela qual caza, que para si demos a dita ordem e pella mantença que os ditos frades que nella hão de estar e estiverem de nos recebem elles serão obrigados, de em cada hum dia para todo o sempre dizerem huma missa no dicto moesteiro por nossa alma; e quando pla ventura por algum justo impedimento ou necessidade elles não disserem a dita Missa, não queremos nem he nossa vontade que encorram em pecado algum, nem ante Deos tenham por isso nenhum carregio nem obrigação, porque nos o deixamos em sua dispozição e confiamos que quanto nelles for o cumprirão a satisfarão. E quando a dita Missa se dicer ao lavar das mãos o Sacerdote se voltará para a gente e dira alto: Rogay a Deos pella alma delRey Dom Manuel nosso Senhor primeiro fundador desta Casa. Item serão mais obrigados os frades que morarem e estiverem no dito moesteiro dizer no fim de todas as matinas e competras a oração de Nosso Senhor que diz: Deus qui de beatae Mariae Virginis útero Verbum tuum Ângelo nunciante, carnem suscipere voluisti praesta supplicibus tuis, ut qui vère eam genitricem Dei credimus, ejus apud te intercessionibus adjuvemur, etc». Mais farão em fim de todas as matinas e competras

¹⁹⁸ Transcrito de M. Tude de SOUSA, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Sintra, Sintra Gráfica, 1951 [imp.], pp. 18-19. O autor dá a indicação que naquela altura o documento se encontrava na Torre do Tombo, *Convento da Penha Longa*, Maço 3, nº 54.

comemoração special por nos de S. Miguel e de S. Hieronimo. As quaes obrigações o Provincial e frades da dita ordem por seentirem que do dicto moesteiro se podia seguir muito serviço de Deos e era em proveito e acrescentamento e honra da sua ordem, acceitarão e se obrigarão de em todo o tempo as cumprirem como aqui he contheudo. E por melhor memoria desta couza mandamos fazer duas cartas por nos assinadas e selladas de nosso sello para hũa terem os ditos frades, e a outra se lançar na Torre do Tombo. Dada em nossa cidade de Lx.^a a vinte e quatro dias do mez de Julho Antonio Fêz a fez. Anno de Nosso Jesus Cristo de mil e quinhentos e onze. ELRey.”

Anexo IV

Cópia do Anúncio da Venda de Bens Nacionais, pela Junta de Crédito Público¹⁹⁹

Figura 1 – Anúncio da venda de bens nacionais (1838)

JUNTA DO CREDITO PUBLICO.

TERCEIRA REPARTIÇÃO.

Em cumprimento do Decreto de 25 de Abril proximo passado, publicado no Diario do Governo N.º 101, que Manda separar uma porção de Bens Nacionaes necessaria a prefazer a quantia de cem contos de réis, em dinheiro de metal, applicada para o **BANCO DE LISBOA**, se annuncia, que vão andar em praça, por espaço de 30 dias, a contar do 1.º de Outubro proximo futuro em diante, os seguintes Bens Nacionaes, para se proceder perante a Junta do Credito Publico, no dia abaixo designado, á sua arrematação, pelo maior lance que se offercer, devendo o seu pagamento verificar-se no prazo de 15 dias, no Cofre da mesma Junta, em Metal, Papel, e Escriptos das tres Operações, em partes ignaes, pela fórma estabelecida no Decreto de 26 de Outubro de 1837; ficando os arrematantes, no caso de falta, sujeitos ás penas declaradas na Portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios da Fazenda de 21 de Agosto de 1837, publicada no Diario do Governo N.º 204.

LISTA 433.

RRR

ARREMATIÇÃO PERANTE A JUNTA DO CREDITO PUBLICO.

NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 1838.

DISTRICTO DE VIZEL.	N.º	Descrição	Avaliação	N.º	Descrição	Avaliação
Mosteiro de S. Christóvão, da Ordem de S. Bernardo, em Lafões.		te com o mesmo Mosteiro, e uma casa terra com laraz, forno, e estrebarias taubem allí proximas: nova avaliação.....	150 \$000		res de fructa de espinho, caropo, e prevido, cortado symmetricamente por algumas ruas divididas por murtas: tem um reposito ou chafariz no meio, com sua casa de campo chamada do Taco: e tudo é regado com a agua supramencionada, e situado ao sul do dito edificio de Igreja: nova avaliação....	8:800 \$000
Concelho de S. Pedro do Sul.		Concelho de Fátima de Tondoes.			Tapoda de matos, carvalhos, pinheiros, e tobreiros, chamada do Campo grande, que fica ao poente e sul da dita quinta, e se acha dividida e confrontada por caminhos: nova avaliação.....	3:324 \$000
N.º 1548 Edificio do Mosteiro, fundado sobre as falda do monte denominado Cerita, que se compõe de celeiraria, adega, cozinha, um grande claustro, casa de refeitório, tulha, um armazem com sua tulha, sala de hospedaria com duas alcovas, outro sala, cellas, e sala de lavaria, anexada a Igreja e suas pertencas; um grande tocio com grande tanque d'agua, uma correnteza de loja, casa de lambique, e outra de forja de ferro, fronteiro ao Mosteiro. Passaes em roda do mesmo Mosteiro, comprehendendo terras de montado iucultas, com arvures de fructo de diferentes qualidades, dois molinhos, marta, pinhal, e olival em duas partes, e vinhaes ladrilhada com sua casa: tudo com nova avaliação de.....	1548	1552 Pequeno campo de terra culta, onde chamam a Macieira, no logar da Graalheira, com suas oliveiras, e agua para regar duas horas, de quinze em quinze dias; apartado pelo nascente com João Ferreira; poente com Francisco Homem de Matos, de Ribeiradio; norte com Manoel Ribeiro da Costa, de S. Pedro do Sul; e pelo sul com Antonio de Almeida, sombreiro da Graalheira: nova avaliação.....	18 \$200	DISTRICTO DE LISBOA.		
		DISTRICTO DO PORTO.		Concelho de Cintra.		
1549 Fazenda contigua aos Passaes do Mosteiro para a parte do norte, denominada Regada de Fóra, com um lagar de azeite, junto á ponte que dá passagem para a Graalheira: nova avaliação.....	1549	Mosteiro de S. Salvador, dos Conegos Regrantes de Santo Agulinho, em Grójo.		Convento de N. Senhora da Pena, da Serra de Cintra.		
1550 Propriedade chamada a Tapoda, com uma grande parede para a estrada que vai para a ponte, com vinha, parreira, horta, olival, terra de pão, e alguma inculca, e um curral: nova avaliação.....	1550	Concelho da Gaia.		1556 Edificio do Convento, e mais casas de hospedarias juntas, e a cerca, que consta de limoes, terras de semeadura, pinhal, e matos.....		700 \$000
1551 Uma casa sobradada: confinan-	1551	1553 Quinto que se compõe de arvures de fructo, zamadas, e duas azenhas, sendo uma alveira, que mõe com a agua que vem da Guarda e Moraes: tem suas dezvezas de castanho, oliveiras, vinha, e matos ao lado do norte, circundada em volta com muro de pedra, com suas aguos de rego e lezira, de rios e minas, grandiosamente construidas, cuja quinta fica ao lado do norte do edificio da Igreja: nova avaliação....	9:360 \$000	N.º R. A arrematação deste predo é com a expressa clausula de ficar o arrematante obrigado a cuidar na sua boa conservação, na conformidade do que dispõe a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, visto ser um monumento nacional, e conter a Igreja um retabulo de primorosa esculptura.		
		1554 O terreno chamado a Horra, cerquinho rural, com arvo-		Summa..... R\$. 23:997 \$800		
				Contadoria da Junta do Credito Publico, 26 de Setembro de 1838. = Ignacio Vergolino Pereira de Sousa.		

¹⁹⁹ Retirado de José TEIXEIRA, *D. Fernando II. Rei-Artista, Artista-Rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986, p. 303.

Anexo V

Transcrição de um Edital da Câmara Municipal de Sintra (1839)²⁰⁰

EDITAL
CÂMARA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE SINTRA

Fas saber que no dia 13 do mes de Dezembro proximo pelas 12 horas da Manhã, nas Casas da mesma Camara se hade arrematar de afforamento o sitio denominado Castello dos Mouros na Serra junto ao Mosteiro de Nossa Senhora da Penna que pertende afforar Sua Magestade EIRei Dom Fernando o qual tem o Varamento seguinte = Norte 200 braças, Sul = 200 braças = Nascente 100 braças = e Poente 50 braças =, Avaliado no foro annual de .\$.200 r. com o Laudemio de Vintena nos casos das vendas e debaixo das condições seguintes = Primeira = Que não poderá fazer outro algum azo do referido terreno que não seja o d' construir nelle um palacio publico = Segunda = Que será obrigada a conservar todas as Muralhas e Vestígios Antigos que tornão aquelle lugar Monumento de recomendação e que bem longe de os detriorar os augmentará fasendo nelles todos os reparos necessarios, sem que de forma alguma altere a sua Architectura e Plantas de Árvores Silvestres ou Arbustos todos os sitios que se mostrarem susceptíveis daquella plantação Terceira = Que será obrigada a deixar no sobredito Castello uma entrada franca e publica para por ella poderem entrar e sahir livremente sem impedimento algum em todo o tempo e sempre todas e quaesquer pessoas sem excepção de alguma, que se quizerem utelizar do passeio publico do sobredito Castello dos Mouros sem que em tempo algum lhes seja negada a entrada ou sahida della hindo de passeio.

Quem no dito terreno pretender dar o seu lanço sobre sua avaliação pode comparecer no dia, hora, e local assima designado que se arrematara a quem mais dér, ou quando assim não possa compareça em caza do Secretario da Camara (nesta Villa) a dar o seu lanço que por elle lhe será aceito e de que lavrará termo precedendo fiança e dentro do praso em quaesquer dez dias estando tambem patente em caza do mesmo Secretario durante o tempo da affixação do presente athe ao dia da sua arrematação e Autto de Vestoria a que se procedeu. Cintra 30 de Novembro de 1839. Eu João Silva Pinto Amanuence no impedimento do actual Secretario o escrevi.

O Presidente da Câmara,
(?) Jozé Pinto (assinatura)

²⁰⁰ Retirado de *Jornal de Sintra*, 25 de Janeiro de 1985, Ano 52º, nº 262 (transcrição feita por Eugénio Montoito).

Anexo VI

Carta do Barão de Eschwege a Possidónio da Silva²⁰¹

“Il.^{mo} Sr. Silva,

Sendo eu encarregado da direcção das obras na Penna e pezando sobre mim toda a responsabilidade, se faz necessário entender-se V. S.^a comigo antes de terminar cousa alguma a respeito do andamento das obras, senão temos desordem, dando hum ordens e o outro contra-ordens. Succedeo agora que eu tinha dado ordem ao mestre João de não começar o soalho da casa, visto o Sr. Conselheiro Dietz me dizer de não apressar a obra por causa da Festa. S. Mag. não dará função nenhuma no edificio da Penna, e como não quero ver estragado o soalho novo, deve este ficar até ao fim depois de assentadas as portas; mas hoje achei começado o soalho por ordem de V. S.^a e eu dei outra vez contra-ordem pelos motivos expostos. V. S.^a será o meu mestre em tudo o que diz respeito a ornamentos mas o que respeita a construção de edificios me lisonjeio ter eu mais prática para saber o que convém ou não.

Agora outro objecto. V. S.^a despedio no sábado 4 canteiros e louvo muito esta despedida de officiaes, sendo supérfluos ou não fazendo as suas obrigações, entretanto a boa ordem exigia que V. S.^a me participasse a sua resolução; mas no que não me posso conformar hé na admissão de officiaes sem me consultar primeiro, mandando V. S.^a hoje um carpinteiro e hum pedreiro ambos desnecessários, principalmente o primeiro, o qual por este motivo mandei despedir outra vez, sendo além disso hum comprometimento para mim de aceitar este official, pois houve empenhos de pessoas de respeito, para certos officiaes carpinteiros, mas como nunca attento empenhos, não sendo compatíveis com as minhas obrigações, desculpei-me para com elas.

Hoje parto para Lisboa e voltarei na terça-feira.

S. Pedro

12 de Agosto de 1839

De V. S.^a Vor. Barão de Eschwege”

²⁰¹ Transcrito de M. Tude de SOUSA, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Sintra, Sintra Gráfica, 1951 [imp.], pp. 49-50. O autor refere que estes documentos se encontram em AN/TT, *Correspondência de Possidónio da Silva*, tomo XV (8.^o).

Anexo VII

Cronologia Integrada dos Trabalhos da Pena (1835-1904)

QUADRO II – Cronologia das Obras no Palácio da Pena (1835-1904)

Ano	Acontecimento	Bibliografia	Fontes Referidas
1835 (Abril)	- <i>As ruínas do Mosteiro de N. Sr.^a da Pena são classificadas como Monumento Nacional por carta de lei de 15 de Abril de 1835</i>	- M. Tude de SOUSA, <i>Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra</i> , Sintra, Sintra Gráfica, 1951 [imp.], p. 45	***
1836 (Abril)	- <i>D. Fernando II conhece o espaço da Pena, na sua lua-de-mel.</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>O Imaginário Romântico da Pena</i> , Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 2009, p. 71	***
1836	- <i>Esboço do Convento de Nossa Senhora da Pena, feito por D. Fernando II</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 62	<i>Livro de Esboços com o Convento da Pena</i> , autoria de D. Fernando II, 1836, p. 17, Palácio Nacional da Pena, N ^o Inv. ^o n ^o 729
1838 (3 de Novembro)	- <i>D. Fernando II adquire as ruínas do Convento de N. Sr.^a da Pena e edifícios adjacentes, por 761.000 réis por arrematação à Junta de Crédito Público.</i>	- José TEIXEIRA, <i>D. Fernando II. Rei-Artista, Artista-Rei</i> , Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986, p. 303	***
		- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 62, p. 100	AHTBH/ANTT ²⁰² , <i>Inventário dos Bens de D. Fernando II</i>
		- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 45	***
1839	- <i>Nicolau Pires faz o levantamento da planta</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 309	***

²⁰² Arquivo Histórico do Tribunal da Boa Hora (actualmente no Arquivo Nacional – Torre do Tombo).

	<i>do antigo edifício do Convento de Nossa Senhora da Pena</i>		
1839-1840	<i>- Construção da estrada de acesso ao Palácio, a partir de S. Pedro de Penaferrim.</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 304	<i>Descrição de Lisboa</i> , P. P. da Câmara, Lisboa, 1839, p. 130.
1839 (Janeiro)	<i>- Compra de grandes quantidades de castanhas e bolotas e emprego de 23 trabalhadores para cultivo de pinhal e castanhal</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 332	ACB ²⁰³ , <i>Casa-Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documentos n.º 5 (15/01/1839) e 6 (12/01/1839)
1839 (Agosto)	<i>- Carta de W. Eschwege a Possidónio da Silva, encarregue da parte decorativa do Palácio, esclarecendo as competências de cada um nos trabalhos da Pena. O segundo permanecerá pouco tempo ligado às obras da Pena²⁰⁴</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 307 - Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 49-50.	ANTT ²⁰⁵ , <i>Correspondência de Possidónio da Silva</i> , tomo XV (8º).
1839 (Setembro)	<i>- Primeiro fornecimento de azulejos para revestimento de quartos no Palácio</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 325	AHMF ²⁰⁶ , <i>Cartório da Casa Real</i> , Maço 4, Palácio da Pena, Obras
1840	<i>- Início da construção do túnel de acesso (fosso, arco de acesso, torre e casa redonda) e do edifício das cavalarias e casa do jardineiro</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	Constança Moreira Rato Azevedo LIMA, <i>Os Livros de Ponto da Real Obra da Pena</i> , 1839-1855, p. 18 (não publicado)
	<i>- Data que consta sobre a entrada da ponte levadiça</i>	***	***
	<i>- O rei paga a uma firma inglesa por algumas espécies mandadas vir par ao Parque da Pena</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 333	AHMF, Cartório da Casa Real, Palácio da Pena, Maço 4, Documento n.º 100 (02/01/1840)
1840-41	<i>- Construção do Templo das Colunas, no Parque da Pena</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 96.	***

²⁰³ Arquivo da Casa de Bragança.

²⁰⁴ Ver Anexo Anexo VI – Carta do Barão de Eschwege a Possidónio da Silva.

²⁰⁵ Arquivo Nacional – Torre do Tombo.

²⁰⁶ Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

1840 (Janeiro)	- Início das plantações no Parque da Pena	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	Constança Moreira Rato Azevedo LIMA, <i>Os Livros de Ponto da Real Obra da Pena</i> , 1839-1855, pp. 11-12 (não publicado)
1840 (Agosto)	- Encomendas de diversa mobília para a Pena	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 310	ACB, <i>Casa Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento n° 80 (21/11/1840) e n° 90 (10/8/1840)
1840 (Novembro)	- Encomenda de duas chaminés para o Palácio da Pena	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 310	ACB, <i>Casa Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento n° 91 (4/11/1840)
1841	- Data do desenho do vitral principal da capela, com cenas alusivas ao antigo convento e a momentos da história medieval portuguesa (provavelmente desenhado em Portugal)	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 89. - José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 311	***
	- Alteração e ampliação da Torre do Relógio	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 311	***
		- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 46	- <i>Universo Pitoresco</i> , Vol. 3 (1843-1844) - Marino Miguel Franzini (parte não oficial do <i>Diário do Governo</i> (26 de Outubro de 1848)
1841-1843	- Construção da torre cilíndrica no final do túnel de acesso ao Palácio. Terá sido parcialmente demolida após 1844.	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 311	<i>Universo Pitoresco</i> , n° 21, 1844
		- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 46	<i>Universo Pitoresco</i> , Vol. 3 (1843-1844)
1841-1844	- Plantação de “Canas” no Parque da Pena	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	Constança Moreira Rato Azevedo LIMA, <i>Os Livros de Ponto da Real</i>

			<i>Obra da Pena</i> , 1839-1855, pp. 11-12 (não publicado)
1842-1843	- Plantação de “Buxo” no Parque da Pena	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	Constança Moreira Rato Azevedo LIMA, <i>Os Livros de Ponto da Real Obra da Pena</i> , 1839-1855, pp. 11-12 (não publicado)
24 de Dezembro de 1842	- Primeira Planta do Palácio Novo	- Paulo PEREIRA, José Manuel CARNEIRO, <i>O Palácio da Pena</i> , [s. l.], Scala Publishers, 2001[reimp.], p. 44.	***
1843	- Começa a ser feito o Palácio Novo	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 314	<i>Diário de Governo</i> (sem referência de nº ou dia)
		- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 46	<i>Universo Pitoresco</i> , Vol. 3 (1843-1844)
	- Alargamento do antigo adro da Capela e construção dos muros de sustentação para o Pátio dos Arcos	- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 46	<i>Universo Pitoresco</i> , Vol. 3 (1843-1844)
1843 (Outubro)	- Os ponteiros do relógio, trazidos do convento hieronimita da Penha Longa, são colocados na Torre, por Luís Duarte Leitão, “mestre do Arsenal”.	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 312	ACB, <i>Casa Real – Séc. XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documentos nº 168 (9/11/1843) e 177 (24/10/1843)
1843-44	- Acrescento da “Porta Monumental” ao conjunto da Porta de Entrada, onde se situa o fosso.	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 79. - José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 315 - Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 46.	***
1843 (Novembro)	- Nicolau Pires desloca-se a Tomar, para desenhar a Janela Manuelina da Sala do Capítulo do Convento de Cristo, em Tomar	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 315	ACB, <i>Casa-Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documentos nº 173 (12/08/1843)

1843 (Dezembro)	- É dada aos canteiros Francisco Moreira e José Pedro a empreitada para a construção dos globos em pedra do Portão Novo	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 315	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documentos nº 132 e 174 (02/12/1943)
1844-45	- Construção do “Tanque dos Sete Pinheiros”. - Trabalhos na “Lagoa Grande”. - O segundo e o terceiro tanque são revestidos com asfalto.	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	***
1844-1846	- Plantação de “Pinhal” do Parque da Pena	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	Constança Moreira Rato Azevedo LIMA, <i>Os Livros de Ponto da Real Obra da Pena</i> , 1839-1855, pp. 11-12 (não publicado)
1844 (Janeiro)	- Obras na Cavalaria Nova (mestres Manuel Pereira, João Clímaco e José Brado)	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 314	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documentos nº 1 e 2 (13/1/1844)
	- Ernesto Rusconi, escultor e estucador recebe os honorários (em 31 de Janeiro deste ano) pela execução do modelo em gesso da estátua do Cavaleiro que viria a ser inicialmente colocado no espaço por baixo do Arco do Tritão, depois transferido para o monte onde actualmente se encontra.	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 317	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento nº 3, 10/02/1844.
		- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 47	<i>Universo Pitoresco</i> , Vol. 3 (1843-1844)
1844 (Agosto)	- Transferência de quatro gansos para do jardim do Palácio das Necessidades, para o Parque da Pena.	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 337	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento nº 17 (24/08/1844)
1844 (Dezembro)	- Registo de pagamento a Manuel José Machado pelos desenhos que mandou levantar de alguns monumentos em Espanha (possivelmente da famosa Porta do	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 317	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento nº 25, 14/12

	<i>Justiça, em Alhambra, Granada).</i>		
	<i>- A construção da Porta e Arco inspirados nos Palácios de Granada terá começado neste mesmo ano.</i>	<i>- Tude de SOUSA, op. cit., p. 47</i>	<i>Universo Pitoresco, Vol. 3 (1843-1844)</i>
1845-1846	<i>- Construção dos pórticos laterais do Arco do Tritão</i>	<i>- José Manuel Martins CARNEIRO, op. cit., p. 77.</i>	***
1846	<i>- Limpeza de algumas zonas do Parque</i>	<i>- José Manuel Martins CARNEIRO, op. cit., p. 77.</i>	***
1847	<i>- Encomenda de Camélias, em Paris, para serem introduzidas no Parque da Pena</i>	<i>- José TEIXEIRA, op. cit., p. 335</i>	***
1847-1848	<i>- Trabalhos na “Lagoa Grande” (revestimento de asfalto e são construídas as “Paredes da Ilha”</i>	<i>- José Manuel Martins CARNEIRO, op. cit., p. 77.</i>	***
1847-1854	<i>- Desenvolvimento das vias de circulação do Parque da Pena e colocação de asfalto nas mesmas</i>	<i>- José Manuel Martins CARNEIRO, op. cit., p. 77.</i>	***
1847 (Abril)	<i>- O Barão de Eschwege deixa instruções ao Mestre João Henriques sobre como devem prosseguir as obras na Pena, após a sua partida para a Alemanha (de acordo com alguns autores também terá visitado países do Norte de África, onde terá recolhido alguma inspiração para elementos decorativos que veio a empregar na Pena)</i>	<i>- José TEIXEIRA, op. cit., p. 318</i>	AHMF, <i>Cartório da Casa Real, Maço 6, Documentos 101-102, Palácio da Pena, Obras, Instruções (17/04/1847)</i>
	<i>- Instruções deixadas por</i>	<i>- José TEIXEIRA,</i>	AHMF, <i>Cartório</i>

	<i>Eschwege, onde terá sido prevista a alteração à Torre do Galo (que o autor identifica como Torre do Relógio), na qual deverão ter sido acrescentada a cachorrada. No entanto, isto só viria a acontecer posteriormente, já nos primeiros anos da década seguinte.</i>	<i>op. cit.</i> , p. 318	<i>da Casa Real, Maço 6, Documentos 101-102, Palácio da Pena, Obras, Instruções (17/04/1847)</i>
1848	- <i>Início das plantações do “Jardim Novo” e do “Jardim Inglês”</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	Constança Moreira Rato Azevedo LIMA, <i>Os Livros de Ponto da Real Obra da Pena, 1839-1855</i> , pp. 11-12 (não publicado)
1848-1852	- <i>Tratamento das zonas de pinhal</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	***
1849-1854	- <i>As obras incidem na zona do Palácio Novo</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	***
1850	- <i>Colocavam-se as molduras nas janelas da Sala dos Veados (na época ainda prevista como Sala de Jantar)</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 322	***
1850 (primeiros meses)	- <i>A Torre do Relógio sofre alguns acrescentos, nomeadamente a inserção de cachorradas, que sustentam merlões com cruces de Cristo e esferas armilares</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 312	***
	- <i>Começam as obras da entrada principal do Parque da Pena, com inspiração em alguns elementos decorativos do Palácio da Vila</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 321	

1850 (Março)	- Menciona-se em alguns documentos o desbaste do pinhal da Cruz Alta - Plantação de cedros no “Jardim Inglês”	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 333	ACB, <i>Palácio da Pena</i> , obras, Documento nº 69 (01/03/1850)
1850 (Outubro)	- O Mestre João Henriques confirma a colocação dos cunhais dos Torreões que ladeiam o Pórtico do Tritão	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 319	AHMF, <i>Cartório da Casa Real</i> , Maço 6, Documentos 101-103, Palácio da Pena, Obras (05/10/1850)
	- Colocação do entablamento do Salão Nobre, após ter sido feito o reboco, assim como na Sala Indiana	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 321	
1850 (Novembro-Dezembro)	- Trabalhos de plantação no Parque (pinheiros e abetos)	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 332	***
1850 (Dezembro)	- No dia 29 deste mês terão sido plantadas árvores de fruto (laranjeiras, pereiras e macieiras)	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 333	***
1851-1852	- O Barão de Eschwege está ausente das obras da Pena, dada a sua viagem à Alemanha	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 320	***
1851 (Agosto)	- Encomenda de azulejos com o objectivo de revestir os torreões e alguns interiores	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 326	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento nº 17 (3-16/08/1851)
1852 (Maio)	- Obras de restauro do Retábulo na Capela	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 341, nota 52	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento nº 10 (22/05/1852)
	- Encomenda de vários azulejos	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 326	
1853	- Construção da Fonte dos Passarinhos	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 96.	***
	- Adquirem-se 210 azulejos para revestimento das paredes	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 326	***

	<i>da Capela</i>		
1853 (Junho)	- António Paulo recebe honorários pelos altares que então estava a executar para o altar da Pena	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 320	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento nº 15 (30/06/1853)
1853 (Agosto)	- Colocação dos vãos de coluna e do arco fronteiro	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 322	***
1853 (Setembro)	- O canteiro António Paulo terá recebido os honorários pelas estufas construídas no Parque, onde se albergavam plantas mais raras e alguns tipos de árvores de fruto.	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , pp. 336-337	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento nº 19
1853 (Novembro)	- Morte da Rainha D. Maria II na sequência do seu décimo primeiro parto	***	***
1853 (Dezembro)	- Trabalho dos canteiros nas colunas torsas da porta inspirada na Porta da Justiça (varanda do Salão Nobre)	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 321	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, Relatório do Mestre João Henriques (04/12/1853)
1853 (Dezembro)	- J. A. da Silva remete para as obras do Palácio da Pena “200 Azulejos Azuis e 25. d. os brancos”	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 340, nota 51	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, documento nº 26 (31/12/1853)
1854	- Os azulejos dos torreões que ladeiam o Pórtico do Tritão e que revestiam as respectivas cúpulas terão caído devido à formação de gelo durante o Inverno.	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 326	***
1854 (Março)	- Cerimónia de consagração da Capela	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 320	***
1854 (Junho)	- Introdução no Parque da chamada ‘Árvore do Chá’(Camellia Thea), na zona hoje conhecida como Alto do Chá	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 336	- ACB, <i>Casa Real – Séc. XIX</i> , Palácio da Pena, obras, ofício (22/6/1854)

<p>1854 (<i>Agosto</i>)</p>	<p>- António Januário Correia começa os seus trabalhos na Pena, nomeadamente a execução da decoração do actual Quarto da Rainha D. Amélia</p>	<p>- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i>, p. 89. - José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i>, p. 324</p>	<p>***</p>
<p>1854 (<i>Outono</i>)</p>	<p>- Paolo Pizzi inicia os seus trabalhos na Pena, para executar o trabalho em trompe-l'oeil, na Sala Árabe</p>	<p>- José Manuel Martins CARNEIRO <i>op. cit.</i>, p. 95.</p>	<p>AHCB, <i>Núcleo D. Fernando II</i>, NG 170/XII</p>
<p>1854 (<i>Setembro</i>)</p>	<p>- Ficam terminadas as alfaias litúrgicas da Capela da Pena</p>	<p>- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i>, p. 320</p>	<p>***</p>
<p>1854 (<i>Outubro-Dezembro</i>)</p>	<p>- Em Outubro deste ano o guarda-mor da Pena escreve que Paolo Pizzi fazia visitas diárias à Pena para observar os trabalhos na Sala do Álbum (actual Sala Árabe). Os trabalhos manter-se-iam ainda em Dezembro</p>	<p>- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i>, p. 323</p>	<p>ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i>, Palácio da Pena, obras, Relatório do Mestre de Obras João Henriques (29/10/1854) e Comunicação do Guarda-Mor ao Secretário de D. Fernando II (03/12/1854)</p>
<p>1855</p>	<p>- A Sala dos Veados é definitivamente escolhida para Sala de Armas, em detrimento da ideia inicial de fazer ali uma Sala de Jantar</p>	<p>- José Manuel Martins CARNEIRO <i>op. cit.</i>, p. 93. - José TEIXEIRA, p. 322</p>	<p>Desenho a aguarela mostrando o projecto para a Sala dos Veados, de Eugénio Ruhl, 1855</p>
<p>1855 (<i>Janeiro</i>)</p>	<p>- Apesar de pretender criar uma reserva de caça no Parque, isto não foi possível dada a irregularidade do terreno e a morte de alguns animais, pelo que as espécies sobreviventes são transferidas para a Tapada de Mafra</p>	<p>- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i>, p. 337</p>	<p>ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i>, Correspondência do conselheiros Chaves com o guarda-mor Roneberg, ofício (17/01/1855)</p>
<p>1855 (<i>Agosto</i>)</p>	<p>- Está já terminada da pequena sala ao lado da Sala pintada por Paolo Pizzi (Sala Verde?)</p>	<p>- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i>, pp. 324-325</p>	<p>ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i>, Palácio da Pena, obras (05/07/1855)</p>

c. 1863-67 (?)	- <i>Trabalhos de colocação de azulejos, nomeadamente os que se encontram por baixo do Arco do Tritão, com temáticas cavaleirescas (atribuídos a W. Cifka)</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 316	Couto TAVARES, <i>Catálogo da Exposição da Obra Artística de Cifka</i> , Sintra, 1946 (prefácio)
1866-67	- <i>Construção da Casa do Regalo (Chalet da Condessa d'Edla)</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO <i>op. cit.</i> , p. 96.	***
1867	- <i>Morte do Mestre João Henriques</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 327	***
1867	- <i>Encomenda de azulejos para aplicar na Sala de Jantar e Casa de Banho, a Eugénio Roseira.</i>	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>op. cit.</i> , p. 77.	***
		- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 326	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, facturas de Eugénio Roseira (21/02/1867 e 16/07/1867)
1867 (Outubro-Dezembro)	- <i>Trabalhos de estuque e pintura no Chalet da Condessa (Casa do Regalo)</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 330	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras, recibos nº 20 (26/10/1867), nº 26 (15/11/1867) e nº 29 (13/12/1867)
1868 (Dezembro)	- <i>Despesas com mobília para o Palácio da Pena</i>	- José TEIXEIRA, <i>op. cit.</i> , p. 327	ACB, <i>Casa- Real – Século XIX</i> , Palácio da Pena, obras (31/12/1868)
1869	- <i>Casamento de D. Fernando II com a Condessa d'Edla, Elise Hensler</i>	***	***
1885	- <i>Morre D. Fernando II e deixa o Parque e o Palácio da Pena, em testamento, à Condessa d'Edla</i>	***	Testamento do Rei D. Fernando II ²⁰⁷
1889 (Julho)	- <i>O Estado readquire o Palácio da Pena, para usufruto da Família Real,</i>	- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 53	- Carta de Lei de 25 de Junho de 1889

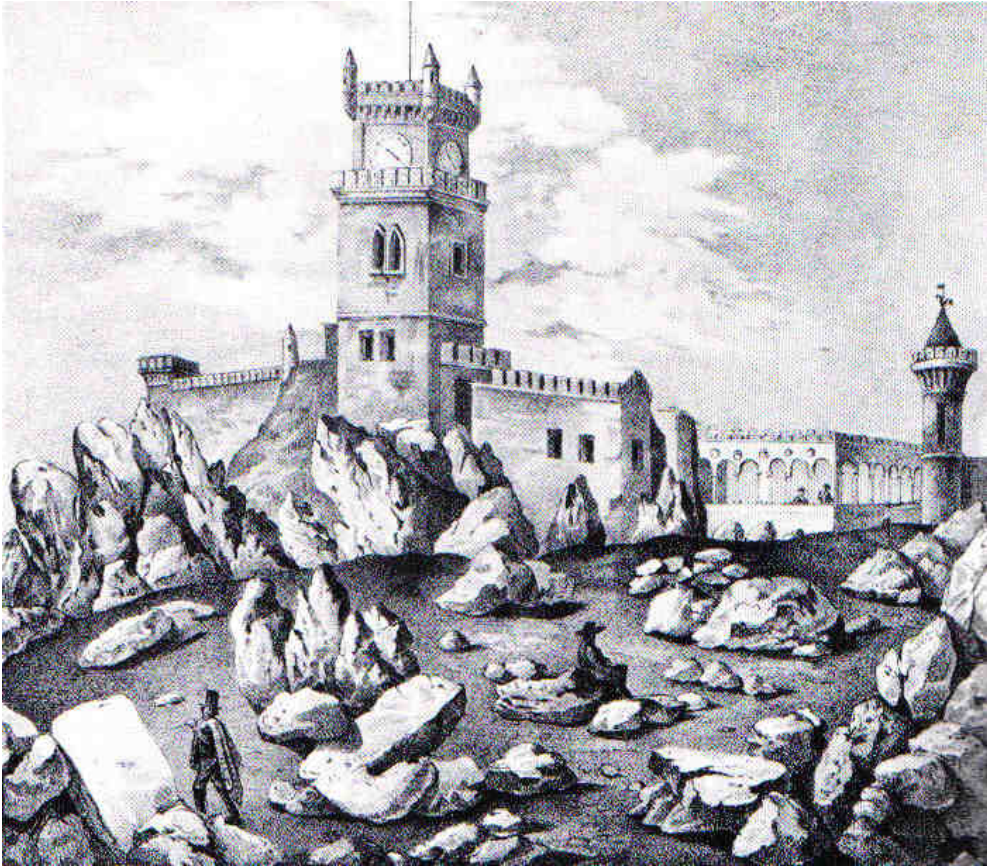
²⁰⁷ Veja-se Anexo X – Testamento do Rei D. Fernando II.

	<i>pela quantia de 335.530\$000 réis, tendo a Condessa direito ao usufruto de parte do Parque da Pena, nomeadamente à área onde se encontrava a Casa do Regalo (Chalet), que permanecerá na sua posse.</i>		- Contrato de 12 de Julho de 1890.
1903-1904	<i>- O Chalet da Condessa foi-lhe comprado pelo Estado, por 43 contos.</i>	- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 54.	***

Anexo VIII

**Litografia representando a Torre do Relógio, nos primeiros anos de construção do
Palácio**

Figura 2 – A Torre do Relógio do Palácio da Pena



Autoria de Legrand
Universo Pitoresco, nº 10, 1843²⁰⁸

²⁰⁸ Retirado de José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 312.

Anexo IX

Projecto para a Sala dos Veados e o seu aspecto final

Figura 3 – Projecto para a Sala dos Veados



Desenho da autoria de J. E. Ruhl (1855)²⁰⁹

Figura 4 – A Sala dos Veados na década de 40



Foto de c. 1940 (autor desconhecido)²¹⁰

²⁰⁹ Coleção do Palácio Nacional da Pena, retirado de José Manuel Martins CARNEIRO, *O Imaginário Romântico da Pena*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 2009, p. 169

²¹⁰ Retirado de José TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 322.

Anexo X

Representações do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena

Figura 5 – O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena



Autoria de William H. Burnett (c. 1834)²¹¹

Figura 6 – O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena



O Panorama
Nº 37, 13 de Janeiro de 1838²¹²

²¹¹ Retirado do site *Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital* (www.purl.pt)

²¹² Retirado do site da *Hemeroteca Digital* (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>).

Anexo XI

O Testamento do Rei D. Fernando II²¹³

“Eu, rei D. Fernando, faço este meu testamento cerrado e disposição da minha última vontade, nos termos seguintes:

Professo a religião católica apostólica romana, na qual sinceramente creio e com cuja fé professo morrer.

Declaro que nasci em Viena (Áustria), e que sou filho do duque de Saxe-Coburgo-Gotha e da duquesa Antónia de Saxe-Coburgo-Gotha (princesa de Kohary); que fui casado em primeiras núpcias com a rainha de Portugal, D. Maria II.

Dos filhos que do nosso consórcio houve, hoje somente existem el-rei D. Luís I, a infanta D. Antónia (princesa de Hohenzollern), e o infante D. Augusto, os quais, incluindo os filhos da minha falecida filha, a infanta D. Maria Ana (princesa de Saxe), são por direito os meus herdeiros de duas terças partes dos meus bens, direitos e acções.

Declaro que em segundas núpcias sou casado com a senhora D. Elisa Frederica Hensler, condessa d’Edla, tendo tido lugar o nosso consórcio no dia 10 de Junho do ano de 1869, na capela real da sereníssima senhora infanta D. Isabel Maria, em Benfica, não tendo precedido contrato antenupcial.

Por isso o nosso casamento foi feito segundo os termos do artigo 1235.º do código civil, não comunicando as duas terças partes dos bens que possuía ao tempo do meu casamento com a dita minha esposa, conforme o parágrafo 4.º do artigo 1109.º do mesmo código.

Portanto, constituo a minha muito amada esposa a senhora condessa d’Edla legatária de tudo o que por lei posso dispor. Quero que nos bens que couberem a minha esposa se compreendam os seguintes: móveis, objectos de arte, pratas, loiças, quadros, etc., que se acham nos aposentos ocupados pela minha esposa, em todo ou parte, à sua livre escolha, todas as minhas propriedades situadas no concelho de Sintra, tais como, palácio da Pena e pertences, incluindo os *chalets*, castelos dos Mouros, quinta da Abelheira e pertences, S. Miguel e pertences, as tapadas ultimamente compradas, incluindo a tapada nova dos Capuchos, assim como a mobília, prata, loiças e mais recheio do palácio da Pena, dos *chalets* e das outras casas acima mencionadas.

Peço a minha querida esposa que conserve por minha memória o mesmo sistema de disposição geral de plantações, que até agora tem seguindo e dirigido com tanta inteligência e bom-gosto, sendo este sistema o único possível e apropriado a estes sítios para lhes conservar aquele carácter *sui generis* que todos reconhecem.

Nomeio meus testamenteiros e liquidatários da minha herança: em primeiro lugar a minha querida esposa, a senhora condessa d’Edla, e em segundo lugar o meu amado filho o infante D. Augusto.

Tendo durante toda a minha vida dado quanto me foi possível para fins úteis de beneficência, não deixo economias; por isso, para não prejudicar os meus herdeiros, não posso contemplar com legados quaisquer estabelecimentos ou instituições, o que sinceramente sinto, pela grande e leal dedicação e verdadeira afeição que sempre consagrei a esta nação, à qual sou imensamente grato pelo modo como me acolheu e como sempre me tratou.

Peço a minha querida esposa o cumprimento dos seguintes legados:

Deixo, como lembrança, ao meu camarista conde das Alcáçovas, os meus botões de punhos (safiras e diamantes); ao meu camarista marquês de Pombal, o meu alfinete

²¹³ Transcrito em Teresa REBELO, *Condessa d’Edla – A Cantora de Ópera quasi Rainha de Portugal e Espanha [1836-1929]*, Lisboa, Alétheia Editores, 2006, pp. 183-185.

de manta (folha de begónia); ao meu camarista conde de Santiago, o meus botões de punhos (pérolas e diamantes); ao meu ajudante de campo, general Sousa Pinto, o meu alfinete de manta em forma de ferradura, cravejado de safiras e diamantes.

Deixo, como lembrança, em alfinete de manta ao mestre da real capela, Manuel Inocência dos Santos. Deixo ao capelão, António de Almeida, um par de botões de punhos. Pensões vitalícias: a D. Eugénia Cart, viúva do meu criado particular, Carlos Cart, 20\$000 réis mensalmente. A D. Guilhermina Stegner, viúva do meu criado particular Carlos Stegner, 20\$000 réis mensalmente. Deixo por uma só vez os seguintes legados às pessoas abaixo mencionadas, se ainda estiverem ao meu serviço:

Barão Frederico Kessler, meu secretário, 2 contos de réis; a Ernesto Jaime Aldim, 200\$000 réis; a Ernesto da Silva, meu criado particular, 400\$000 réis; a António Duarte Cyfka, reposteiro, 100\$000 réis; a Licínio da Silva, reposteiro, 80\$000 réis; a Lúcia Augusto Glarner, 150\$000 réis; a João Neffe, chefe de cozinha, 200\$000 réis; a Baptista, ajudante da cozinha, 90\$000 réis; a Domingos Maria da Costa, 100\$000 réis; a Alfredo Figueiredo, 100\$000 réis; a Manuel de Torres Lima, 49\$000 réis; a José Vinhas, 49\$000 réis; a Francisco Mota, 36\$000 réis; a José Maria Menias, 36\$000 réis; a João Lopes, porteiro, 36\$000 réis; a José Marques, 60\$000 réis; a José Firmino, cocheiro, 80\$000 réis; ao trintanário, moços de estribeira e sota do estado ao meu serviço, 120\$000 réis para serem repartidos entre eles; aos moços de cavaliçã do palácio das Necessidades, 9\$000 réis a cada um; ao moço de cozinha, 13\$000 réis; ao criado Pedro da Rocha, 20\$000 réis; ao João, da secretaria, 13\$500 réis; ao moço Luís, da secretaria, 13\$500 réis.

Deixo, por uma só vez, à viúva Ronneberg, 200\$000 réis.

Por uma só vez, a Amália, do Cabo Duarte, 200\$000 réis.

À viúva Pereira de Freitas, por uma vez, 100\$000 réis.

A D. Guilhermina dos Santos, por uma vez, 200\$000 réis.

Deixo 800\$000 réis, para minha esposa distribuir conforme entender, entre os criados que se acharem ao seu serviço pessoal, ao tempo do meu falecimento.

Por uma só vez, ao cocheiro Simão Francisco dos Santos, 80\$000 réis; a Francisco Sales, por uma vez, 70\$000 réis.

A Sérgio Massudo, 49\$000 réis.

A Joaquim (Garrafinha), 36\$000 réis.

Deixo 500\$000 réis para serem repartidos, como minha esposa entender, entre os seguintes empregados da propriedade da Pena:

Cândido Lourenço, Pedro Lourenço, Tomás Lourenço, Luís António Pereira, Domingos Morgado, jardineiro, Joaquim (Borda d'água), jornaleiro, Fernando Mendes, carpinteiro; e os dois criados dos chalets, Bernardino, da Abelheira, Paulo, do Castelo dos Mouros.

Ao criado, Inácio Pedro de Sousa, por uma vez, 49\$000 réis; a Joaquim Pedro Rato, 10\$000 réis; a Elvira do Temple de Barbosa, 100\$000 réis; à viúva Maria Januária de Almeida, 49\$000 réis; à viúva Maria de Jesus Costa, 36\$000 réis.

Para ser distribuído entre os pobres mais necessitados de Lisboa, 1500\$000 réis. Para os pobres de Sintra, 450\$000 réis.

Concluindo, peço ao meu muito prezado e querido filho el-rei D. Luís, pela grande e sincera afeição que sempre lhe tenho tido, que seja benévolo para com a minha muito amada esposa, a condessa d'Edla, e que não lhe negue a sua protecção.

Peço-lhe igualmente que consinta que ela possa continuar a ocupar os aposentos no palácio das Necessidades em que actualmente habita, enquanto lhe convier.

Recomendo igualmente ao meu querido filho o conselheiro Dietz, assim como todos os criados que estão ao meu serviço.

Quanto aos criados, digo tudo isto porque os meios existentes não são suficientes para pensar permanentemente em cada um deles.

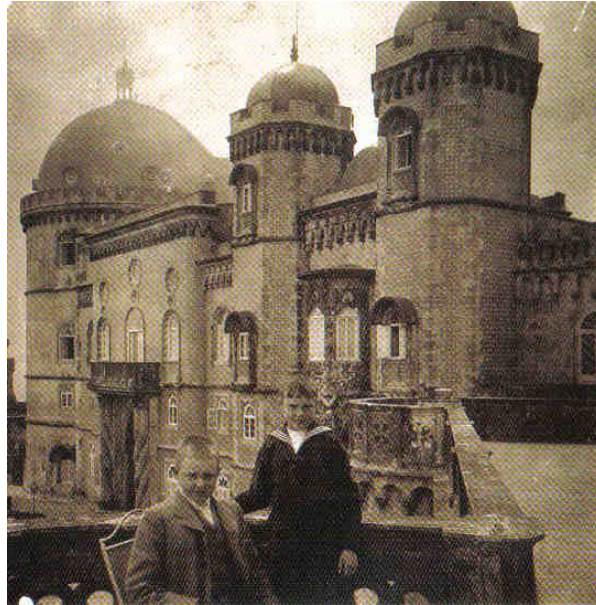
Por esta forma tenho concluído este meu testamento, e disposição da minha última vontade, que escrevi, rubrico e assino no meu punho e desejo que se cumpra como fica declarado.

Lisboa, Paço das Necessidades, aos 13 de Janeiro de 1885.
Rei, D. Fernando.”

Anexo XII

Fotografias da Família Real no Palácio da Pena

Figura 7 – A Família Real no Palácio da Pena



*D. Luís Filipe e D. Manuel, ainda crianças, no Palácio da Pena
Autoria desconhecida²¹⁴*

Figura 8 – Uma visita oficial no Palácio da Pena



*Visita da Princesa Matilde de Saxe e do Príncipe Guilherme de Hohenzollern
(Palácio da Pena, 1907)
Autoria de Joshua Benoliel²¹⁵*

²¹⁴ Coleção de Eduardo Nobre. Retirado de Eduardo NOBRE, *Amélia – Rainha de Portugal*, 1ª edição, [Lisboa], Quimera, 2006, p. 133.

Figura 9 – D. Amélia no Jardim do Palácio da Pena



*Rainha D. Amélia no Palácio da Pena (anterior a 1908),
Autoria de Paulo Guedes²¹⁶*

Figura 10 – O Salão Nobre



*O Salão Nobre do Palácio,
Autoria desconhecida²¹⁷*

²¹⁵ Retirado do site do *Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico online* (<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>)

²¹⁶ Foto de Paulo Guedes, retirado do site do *Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico online* (<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>).

²¹⁷ Coleção de Eduardo Nobre, retirado de Eduardo NOBRE, *op. cit.*, p. 78.

Figura 11 – D. Amélia no picadeiro do Parque da Pena



*D. Amélia aprendendo a andar de bicicleta no Picadeiro (Parque da Pena),
Autor desconhecido²¹⁸*

²¹⁸ Arquivo da Fundação Casa de Bragança (P. D. Vila Viçosa), retirado de Silvana BESSONE [coord.], *D. Amélia – Uma rainha, um museu*, Lisboa, Instituto Português dos Museus / Museu Nacional dos Coches, 2006, p. 40

Anexo XIII

Cronologia do Palácio da Pena enquanto espaço museológico (1910-2007)

QUADRO III – O Palácio da Pena enquanto espaço museológico

DATA		ACONTECIMENTOS	FONTES
1910		- Os Palácios Nacionais passam para a tutela do Ministério das Finanças.	
	<i>17 de Outubro</i>	- Decreto de 17 de Outubro (Artigo n.º 3) especifica que “são demitidos todos os funcionarios do Estado ao serviço das casas reaes, militares e civis, exceptuando os empregados menores administrativos que o Governo julgar indispensaveis para manutenção e guarda dos palacios que a familia real deposta occupava”.	- Diário de Governo nº 11, de 18 de Outubro de 1910 (<i>Collecção Oficial de Legislação Portuguesa. Anno de 1910</i> , p. 10-11)
	<i>5 de Dezembro</i>	- Início do arrolamento dos móveis existentes no Palácio da Pena.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Quinta-feira, 7 de Dezembro de 1910, Anno I, nº 2, p. 1
1911	<i>Fevereiro</i>	- Menciona-se num jornal local que o Parque da Pena estava agora integralmente visitável e que o Palácio abriria em breve para visitas.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Quinta-feira, 11 de Fevereiro de 1911, Anno II, nº 11, p. 2
		- Nomeação de Augusto Barreto como Almojarife do Parque e Palácio da Pena.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Quinta-feira, 16 de Fevereiro de 1911, Anno II, nº 12, p. 1
	<i>Abril</i>	- Nos jornais lisboetas começa a surgir a sugestão de transformar o Palácio da Pena num hotel de luxo. - Os lagos da Pena são repovoados com peixes trazidos dos lagos do Palácio das Necessidades.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Domingo, 30 de Abril de 1911, Anno II, nº 21, p. 3.
	<i>28 de Abril</i>	- Começam a surgir na Imprensa sintrense anúncios para alugar algumas propriedades pertencentes ao almoxarifado da Pena, como o Chalet da Condessa d’Edla, para passar o Verão.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Domingo, 30 de Abril de 1911, Anno II, nº 21, p. 3.

	3 de Maio	- Realiza-se o Congresso Algodoeiro, cujo último dia foi passado em Sintra, com almoço no terraço da Pena.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Domingo, 7 de Maio de 1911, Anno II, nº 22, p. 1
	25 de Maio	- De acordo com a Imprensa local, o Almojarifado da Pena ganhou o primeiro lugar numa exposição de flores que ocorrera na Rua do Ouro.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Quinta-Feira, 25 de Maio de 1911, Anno II, nº 24, p. 3
	24 de Junho	- Na Imprensa local anuncia-se que fora entregue ao Governo uma proposta efectiva para construção de um hotel no Parque da Pena.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Sábado, 24 de Junho de 1911, Anno II, nº 28, p. 2
	1 de Julho	- Começam a surgir na Imprensa sintrense anúncios para venda de lenha obtida no Parque da Pena.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Sábado, 1 de Junho de 1911, Anno II, nº 29, p. 3.
	1 de Agosto	- É instalada uma Estação Postal no Palácio da Pena.	- Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Sábado, 5 de Agosto de 1911, Anno II, nº 34, p. 2
	18 de Agosto	- Decreto que coloca o Parque da Pena com gestão do Ministério das Finanças e com manutenção da responsabilidade do Ministério do Fomento.	- Decreto de 18 de Agosto de 1911 (Tude de SOUSA, <i>Mosteiro, Palácio e Parque da Pena</i> , Sintra, Sintra Gráfica, 1951, p. 75)
	30 de Setembro	- O Parque da Pena passa para a tutela também para a Direcção Geral da Agricultura (Ministério do Fomento), passando a haver apenas uma entidade responsável.	- Decreto de 30 de Setembro de 1911 (Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 75)
	12 de Outubro	- É feito no Palácio da Pena um Auto da passagem do Parque para os Serviços Florestais (Direcção Geral da Agricultura – Ministério do Fomento), sendo responsável pela entrega o almojarife Augusto Barreto.	- Auto datado de 12 de Outubro de 1911 (Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 75) - Jornal <i>O Concelho de Cintra</i> , Sábado, 5 de Outubro de 1911, p. 3.
1912	3 Abril	- É emanado um despacho ministerial que aprova o	- Regulamento com data de 7 de

		Regulamento de Trânsito no Parque da Pena.	Abril de 1926 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena)
	28 de Junho	- O Palácio da Pena (tal como viria depois a acontecer com o Palácio da Vila de Sintra) passam a doar 25% da sua receita para a Misericórdia de Sintra.	- Lei de 28 de Junho de 1912
1914	20 de Junho	- Promoção à 1ª classe da sua carreira o Regente Florestal do Parque da Pena Carlos de Oliveira Carvalho.	- Jornal <i>Noticias de Sintra – Semanario Politico Literario e Noticioso</i> , Quinta-feira, 23 de Julho de 1914, Ano 1º, Nº 4, p. 2
1915	Abril	- Há registo de uma manifestação contra Carlos de Oliveira Carvalho, por parte de alguns trabalhadores do Parque que se opuseram às suas medidas e aos quais se juntaram alguns comerciantes de S. Pedro.	- Jornal <i>Noticias de Sintra – Semanario Politico Literario e Noticioso</i> , 25 de Abril de 1915, Ano 2.º, Nº 42, p. 2.
	Julho	- Alguns periódicos regionais mencionam a ideia da Companhia Cintra-Atlântico pretender construir um elevador para a Pena a partir de S. Pedro de Sintra.	- Jornal <i>Jornal Noticias de Sintra – Semanario Politico Literario e Noticioso</i> , 11 de Julho de 1915, Ano 2.º, Nº 48, p. 1.
1918	1918-1919	- Enquanto Presidente da República, o frequentemente denominado “presidente-rei”, Sidónio Pais, terá passado grandes temporadas na Pena.	- Jornal <i>A Voz de Sintra</i> , 12 de Janeiro de 1920, n.º 26, p. 3.
1919	4 de Julho	- Inicia-se o Inventário do mobiliário existente no Palácio da Pena e suas dependências, de acordo com o despacho datado de 28 de Junho, por parte do Director Geral da Fazenda Publica. Estava presente o conservador João Carlos Marques.	- <i>Cópia do Inventário dos Móveis existentes no Palácio Nacional da Pena</i> (Arquivo do Palácio Nacional da Pena)
	Setembro / Outubro	- A Imprensa local fala da construção de um elevador para o Palácio da Pena, pela Sociedade Estoril, para facilitar aí o acesso por parte dos visitantes.	- Jornal <i>A Voz de Sintra</i> , Ano I, de 27-Setembro-1919, nº 11, p. 1 e de 21-Outubro-1919, n.º 14, p. 1.
1920	19 de Abril	- João Carlos Marques, até aí Administrador do Palácio da Pena, toma posse como Administrador Interino do Conselho de	

		Sintra.	
1922	4 de Agosto	- Os bilhetes de ingresso nos Palácios Nacionais passam a custar 1\$00.	- Carta com a referência do Processo n.º 1876 Livro 5º, datada de 4 de Agosto de 1922 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena)
1923	4 de Junho	- Visita da Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra, à qual terá sido servido um almoço no Palácio da Pena.	- Jornal <i>O Despertar</i> , 27 de Maio de 1923, n.º 10, p. 3. - Carta do Presidente da Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra, datada de 25 de Maio de 1923, com a referência 1205 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena, Pasta da Administração 1922-1924)
	Julho	- É instalada uma ligação à linha de rede telefónica no Palácio por parte da Anglo-Portuguese Telephone Company.	- Carta da Anglo-Portuguese Telephone Company, datada de 12 de Abril de 1923, com a referência n.º 54 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena, Pasta da Administração 1922-1924); - Auto datado de 20 de Julho de 1923 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena, Pasta da Administração 1922-1924)
	10 de Setembro	- O administrador do Palácio da Pena, José do Nascimento, faz um pedido à Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para que seja arranjado o relógio da Torre do Palácio, que estava muito deteriorado.	- Nota datada de 10 de Setembro de 1923, com a referência 11/68 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1922-1924)
	24 de Setembro	- José do Nascimento envia ao Chefe da 4ª. Repartição da	- Ofício com a referência

		Direcção Geral da Fazenda Pública uma relação de móveis do Palácio da Pena que teriam sido enviados para o Palácio de Belém.	n.º12/69, de 24 de Setembro de 1923 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1922-1924)
1924	<i>Julho / Agosto</i>	- Fazem-se preparativos para a vinda do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, para o Chalet da Condessa d'Edla, onde ficaria instalado com o propósito de descansar, de acordo com a Imprensa local.	- Jornal <i>O Despertar</i> de 8 de Junho de 1924, N.º 62, p.1; de 20 de Julho de 1924, N.º 68, p. 3 e de 10 de Agosto de 1924, N.º 71, p. 2; de 24 de Agosto de 1924, N.º 73, p. 3.
1925	<i>6 de Setembro</i>	- Um jornal local refere que um engenheiro suíço teria visitado Sintra para estudar a construção de um elevador até ao Palácio da Pena, que estaria pronto no ano seguinte.	- Jornal <i>O Despertar</i> , 6 de Setembro de 1925, N.º 125, p. 3.
1926	<i>29 de Junho</i>	- Edital de abertura de concurso para construção de transporte mecânico até à Pena, que nunca chegará a ser feito.	- Jornal <i>O Despertar</i> , 3 de Julho de 1926, Ano III, N.º 166, p. 2.
1927	<i>1 de Junho</i>	- O preço do ingresso nos Palácios Nacionais aumenta para 1\$50.	- Circular com referência de Processo n.º 1:876, Livro n.º 3.º, datada de 18 de Maio de 1927 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena)
1928	<i>Abril</i>	- Dá-se conta da queda de estuque no Salão Nobre, que terá danificado alguns móveis.	- Carta com a referência n.º 14/116, datada de 18 de Abril de 1928 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929)
	<i>Agosto</i>	- O Tenente de Infantaria Manuel Fernandes Pelicano é autorizado a instalar-se no Palácio da Pena, durante a noite, para fazer observações óptico-luminosas provindas de Mafra.	- Nota enviada pelo Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças ao Administrador do Palácio, com data de 4 de Agosto de 1928 (Arquivo do Palácio

			Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929)
1929	4 de Fevereiro	- Um vendaval parte alguns caixilhos das janelas do Palácio, nomeadamente dois pertencentes ao Salão Nobre, tendo também derrubado e inutilizado um copo que aí se encontrava exposto.	- Nota com referência 13/131, datada de 5 de Fevereiro de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929)
	Agosto	- Um funcionário do Palácio, Luiz da Mota, morre numa das suas dependências, vítima de tuberculose, procedendo-se à desinfecção das mesmas, para evitar a propagação da doença.	- Nota com referência n.º 5/145, de 6 de Agosto de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929) - Nota com a referência n.º 9/149, de 19 de Agosto de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929)
1932	15 de Junho	- O Ministério da Agricultura define as normas de trânsito, venda de bilhetes e da actividade dos guias dentro do Parque da Pena.	- Decreto 21.363, de 15 de Junho.
1935		- Nesta altura está documentado que a galeria superior do claustro com colecção de cerâmica hispano-árabe. - Refere-se que os Serviços Florestais tinham colocado letreiros trilingues principais encruzilhadas do Parque, sendo que o Parque seria um “vivo museu”.	- J. de Sousa NUNES, <i>O Palácio Nacional da Pena</i> (Separata do <i>Boletim da CP</i> , p. 22 e p. 28)
		- É colocada uma lápide de homenagem ao rei D. Fernando II, junto ao Lagos do Parque da Pena, pela Câmara Municipal de Sintra.	- Lápide comemorativa nos Lagos do Parque da Pena.
1938	5 de Agosto	- É reportado o roubo de um copo de vinho da Casa de Jantar.	- Auto n.º 1, datado de 2 de Agosto de 1938 (Arquivo do

			Palácio Nacional da Pena)
1939		- Raul Lino é chamado a fazer o arranjo nos Palácios Nacionais, sendo que a Pena não é muito intervencionada, dado estar um pouco à margem da ideologia que regia o programa das comemorações dos centenários.	- Fundação Calouste Gulbenkian, <i>Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra</i> , p. 17.
	<i>Janeiro</i>	- Numa carta da autoria de Raul Lino menciona-se a dúvida sobre que destino dar à Sala dos Veados, que não deveria fazer parte do circuito de visita.	- Cópia da carta de Raul Lino, com a referência 3ª secção, Proc.º 1673, Lº 40, datada de 20 de Janeiro de 1939. (Arquivo do Palácio Nacional da Pena)
1941	<i>2 de Janeiro</i>	- Dá-se início a um novo inventário do mobiliário existente no Palácio da Pena, sendo então conservador Casimiro Gomes da Silva.	- Inventário do Móveis existentes no Palácio Nacional da Pena (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta relativa ao Inventário de 1941)
	<i>15 de Fevereiro</i>	- Dá-se um ciclone que causa bastantes estragos, sobretudo na vegetação do Parque.	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha – Comemoração do 1º Centenário da morte do Rei-Artista</i> , p. 28.
	<i>18 de Fevereiro</i>	- Termina-se o Inventário de mobiliário iniciado no dia 2 de Janeiro.	- Inventário do Móveis existentes no Palácio Nacional da Pena (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta relativa ao Inventário de 1941)
		- Raul Lino é nomeado Director dos Monumentos Nacionais.	- Fundação Calouste Gulbenkian, <i>Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra</i> , p. 21
1942		- Casimiro Gomes da Silva, conservador do Palácio, escreve <i>O Palácio da Pena. Breve Notícia Histórico-Artística</i> .	- Casimiro Gomes da SILVA, <i>O Palácio da Pena. Breve Notícia</i>

			<i>Histórico-Artística.</i>
1945	24 de Maio	- D. Amélia regressa à Pena por um dia, após convite de Oliveira Salazar para que fizesse uma visita oficial a Portugal.	- Tude de SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 54
1947	Outubro	- Exposição de <i>Águas-Fortes do Rei D. Fernando II.</i>	- Palácio Nacional da Pena, <i>Catálogo da Exposição de Águas-Fortes do Rei D. Fernando II.</i>
		- Reparação do Retábulo.	- Miguel Augusto Monteiro Marques da Silva QUINTAS, <i>A Metalinguagem das formas manifestada no Palácio da Pena: a Concretização Romântica do Parque e Palácio da Pena</i> , p. 39.
1949	24 de Setembro	- Início da II Exposição Temporária no Palácio Nacional da Pena – “Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador”	- Wenceslau Cifka. <i>Ceramista, litógrafo e esmaltador.</i> Catálogo da exposição.
		- Realização de um Serão Romântico, incluindo nos Festivais de Sintra de Verão, onde houve recriação do ambiente do século XIX.	- Tude SOUSA, <i>op. cit.</i> , p. 56.
		- Troca de correspondência entre o Conservador do Palácio e o Chefe da Repartição do Património, em que este último menciona a necessidade de levantamento das armas que deveriam ser expostas na Sala dos Veados.	- Ofícios n.º B/105, datado de 21 de Outubro de 1949 e B/7, datado de 12 de Janeiro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta relativa às armas existentes no Palácio)
1950	10 de Abril	- Num ofício dá-se conta que um visitante terá quebrado acidentalmente um plinto em grés, na galeria superior do claustro. Refere-se também que era hábito os visitantes visitarem os espaços interiores em grupos reduzidos de 10 pessoas, dada a exiguidade do espaço.	- Ofício B/117 (referido por Alexandre Garcia da FONSECA, <i>O Palácio da Pena. Turismo Cultural num Palácio Nacional</i> , Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Cascais, 2005, p. 68)

1951	13 de Setembro	- Numa carta o conservador Joaquim Couto Tavares refere que é necessário abrir mais salas para visita como os aposentos de D. Manuel, a sala de jantar, a antiga cozinha e a sala de armas (Veados).	- D.G.P.E. [Direcção Geral do Património do Estado], col. Palácio da Pena, proc. n.º 26-LL-329-21, <i>Visitas</i> , 2.º vol, Ofício n.º 4/A16/18 (referido por Alexandre Garcia da FONSECA, <i>O Palácio Nacional da Pena. Turismo Cultural num Palácio Nacional</i> , p. 68)
1955	12 de Setembro	- O Palácio Nacional da Pena recebe efectivamente uma das peças de maior destaque na sua colecção: o centro de mesa em forma de caravela, que D. Amélia recebera da Cidade de Paris, aquando do seu casamento com D. Carlos, em 1886. A peça foi deixada em testamento pela própria rainha e mantém-se actualmente exposta na Sala de Jantar.	- Ofício n.º 1351º, 1.ª Secção, Proc.º D/PA/d/19, com data de 31 de Agosto de 1955. - Recibo comprovativo da entrada da peça na instituição (Ficha de Inventário da Peça n.º PNP 561 - Palácio Nacional da Pena).
1956	18 de Setembro	- Carta do Chefe de Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública para o Conservador Joaquim Couto Tavares, na qual o primeiro insiste para que o segundo mencione as medidas que deverão ser tomadas para expor as armas em arrecadação no Palácio, de acordo com um despacho do Ministério emitido em 11 desse mês.	- Carta datada de 18 de Setembro de 1956 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta relativa às armas existentes no Palácio)
1957	11 de Outubro	- O Conservador do Palácio da Pena refere que as armas da “Colecção da Pena” terão sido entregues à Fundação Casa de Bragança, após alguma insistência por parte desta instituição e do Chefe da Repartição do Património. Nesta carta Joaquim Couto Tavares questiona ainda o seu superior acerca de quando será concluída a Sala dos Veados. A questão das armas terá levantado algumas querelas entre o Conservador do Palácio da Pena e o seu superior o Chefe da Repartição do Património,	- Ofício datado de 11 de Outubro de 1957 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta relativa às armas existentes no Palácio).

		como atesta este ofício datado de 11 de Outubro de 1957 e a resposta a este dada no ofício de 28 de Outubro de 1957.	
1961	<i>16 a 18 de Novembro</i>	- Joaquim Couto Tavares, conservador do Palácio Nacional da Pena participa na 2ª Conferência dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais.	- João COUTO, 2ª Conferência dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, p. 7.
		- Instalação do pára-raios.	- Miguel Augusto Monteiro Marques da Silva QUINTAS, <i>op. cit.</i> , p. 40.
1969	<i>12 de Fevereiro</i>	- Um forte tremor de terra abala Lisboa, tendo provocado alguns estragos no Palácio, levando algumas reparações imediatas. No entanto, há estragos que só em 1973 serão efectivamente reparados.	- Referência de referido em Alexandre Garcia da FONSECA, <i>O Palácio Nacional da Pena. Turismo Cultural num Palácio Nacional</i> , p. 40. - Relatório de Obras do Conservador datado de 30 de Setembro de 1972 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
1970		- Visita a Portugal do Ministro da Marinha do Brasil, facto pelo qual o Palácio é encerrado, havendo acompanhamento de visita por parte do conservador.	- Ofícios nº 259/6 825 e 1888 (referido em Alexandre Garcia da FONSECA, <i>op. cit.</i> , p. 68)
1971	<i>Dezembro</i>	- Menciona-se que a antiga residência do Conservador é onde será instalada a futura secretaria e que a Sala dos Veados seria a futura “sala de caça”.	- Carta com referência A/296, datada de 13 de Dezembro de 1971 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
1972	<i>Fevereiro</i>	- No início do mês, devido a um temporal, teria caído uma	- Carta com a referência A/88/72,

		janela da Casa de Banho da Rainha D. Amélia.	datada de 9 Maio de 1972 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
	Setembro	- Procede-se ainda a reparações a alguns dos estragos ocorridos durante o último sismo, destacando-se que as pinturas murais estão com mau aspecto. - Parte do tecto dos aposentos de D. Manuel, encerrados a público há alguns anos, desabou devido às infiltrações, pelo que colocara em risco a estabilidade de algumas peças aí existentes. - O retábulo da Capela é convenientemente iluminado, para que os visitantes o possam apreciar melhor.	- Relatório do Conservador datado de 30 de Setembro de 1972 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
1973	Janeiro	- Um temporal faz com que algumas janelas do Palácio sejam arrancadas pelos ventos fortes.	- Carta com referência n.º A/6/73, datada de 18 de Janeiro de 1973 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
	Julho	- Uma janela da Torre do Relógio caiu, danificando algumas telhas sobre o Quarto da Rainha D. Amélia.	- Carta com referência n.º A/142/73, datada de 25 de Julho de 1973 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
1975	Abril	- Informa-se que se detectou um surto de formiga branca no pavimento do Salão Nobre, que necessita de desinfestação.	- Carta com referência n.º 55/75, de 14 de Abril de 1975 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
1976	27 de Janeiro a	- O Palácio Nacional da Pena fecha a público para proceder à	- Carta com referência n.º 13/76,

	3 de Fevereiro	desinfestação do Salão Nobre e Sala de Visitas, atacada por um surto de formiga branca. Aproveitou-se também para desinfestar de insectos xilófagos algumas mobílias.	de 9 de Janeiro de 1976 e Carta com referência n.º 19/76, de 2 de Fevereiro de 1976 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
	Julho / Agosto	- Exposição “O Pintor Casanova e os Seus Discípulos Régios nas Coleções do Palácio Nacional da Ajuda”, realizada no Palácio Nacional da Pena.	- Pasta com documentação relativa a esta exposição (Arquivo do Palácio Nacional da Pena)
1979	Julho	- Pedido de vários orçamentos para climatização das salas, de modo a proceder depois a um restauro de pinturas murais, que se encontravam bastante danificadas. A instalação da climatização viria a executar-se nos meses seguintes.	- Carta datada de 24 de Julho de 1979 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
1980	Março	- Pedido para iniciar o processo de restauro de pinturas murais no Palácio, por parte do Instituto José de Figueiredo, após se ter concluído o trabalho de climatização nas salas.	- Carta com referência 34/80, datada de 11 de Março de 1980 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
	Novembro	- Pede-se novamente ao Chefe da Repartição do Património que se tomem medidas para um novo surto de formiga branca que estava a destruir a mobília e o chão do Salão Nobre.	- Carta com referência 181/80, data de 17/11/1980 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)
1982	11 de Agosto	- O Palácio passa da tutela do Ministério das Finanças (Direcção Geral do Património do Estado), para a alçada do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), efeitos que passam a produzir-se no Palácio a partir do início do ano seguinte.	- Decreto-Lei n.º 318/82, de 11 de Agosto; - Carta de 13 de Janeiro de 1983 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta de Correspondência recebida e expedida em 1983)

1983		- José Manuel Martins Carneiro é nomeado como Conservador do Palácio Nacional da Pena (inicialmente acumulava funções como Conservador do Palácio Nacional de Sintra).	
	25 de Agosto	- Registo do roubo de uma peça do Aposentos de D. Manuel II	- Ofício n.º 139/83, datado de 26 de Agosto de 1983 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta de Correspondência recebida e expedida em 1983)
1985		- Exposição «D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha – Comemoração do 1º Centenário da morte do Rei-Artista». - Refere-se também a reabertura da Sala dos Veados, onde estariam expostas peças de cerâmica.	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha – Comemoração do 1º Centenário da morte do Rei-Artista</i> , p. 14.
	23 a 27 de Setembro	- I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo	
1986	Agosto	- Exposição «Colecções de Ourivesaria do Palácio Nacional da Pena», na qual foram expostas peças que já não eram vistas desde o tempo da Monarquia, tendo-se procedido ao estudo de algumas delas. No catálogo refere-se a “função museológica” que começava a ser seriamente valorizada no Palácio.	- José Manuel Martins CARNEIRO, <i>Exposição de Ourivesaria do Palácio Nacional da Pena</i> [catálogo].
1988		- Artigo da autoria de José Martins Carneiro para publicação das actas do I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, consubstanciadas pela obra <i>Romantismo – Sintra nos Itinerários de um Movimento</i> , onde o autor explica quais os critérios em que se baseou para redecorar os espaços interiores do Palácio.	- José Manuel CARNEIRO ,” Caminhos do Romantismo – O Palácio da Pena” <i>in Romantismo – Sintra nos Itinerários de um Movimento</i> , pp. 75-92
		- Criação de um Serviço Educativo no Palácio da Pena.	- Ana Castel-Branco A. BERNARDO, <i>Formação Estética e Cidadania: o Palácio da Pena como Património Artístico e</i>

			<i>Museu Histórico de Arte Aplicadas</i> , p. 151
1992	1992-1993	- Implementação de um curso de animadores para museus no Palácio da Pena.	- Ana Castel-Branco A. BERNARDO, <i>op. cit.</i> p. 170
1993	1993-1994	- Exposição “Cifka. Obra Cerâmica” no Museu do Azulejo, que se prolongará até 1994 e onde figuram algumas peças no Palácio Nacional da Pena.	- Museu Nacional do Azulejo, <i>Cifka. Obra Cerâmica</i> , p.43
1994		- As visitas de acompanhamento escolar passam a ter apenas uma introdução no exterior, fazendo-se visitas livres no interior, dada a quantidade de solicitações.	- Ana Castel-Branco A. BERNARDO, <i>op. cit.</i> , p. 155
1998	1998-1999	- Aquisição do quadro “A Caridade”, por 3.000 contos, incorporado no acervo do Palácio, com apoio do BPI.	- A. A. V. V., <i>Património. Balanço e Perspectivas [2000-2006]</i> , IPPAR, p.59
	Janeiro	- É suspensa, por ordem do IPPAR, a concessão de 25% de das receitas do Palácio Nacional da Pena e do Palácio Nacional da Vila à Misericórdia de Sintra.	
2000	Setembro	- No âmbito da classificação de Sintra como Património Mundial pela UNESCO, na categoria de “Paisagem Cultural”, é criada a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. A tutela do Parque da Pena passa a estar a cargo da PS-ML.	- Decreto-Lei nº 215/2000, de 2 de Setembro.
2007	Agosto	- Para facilitar a gestão integrada da Paisagem Cultural classificada pela UNESCO, o Palácio da Pena passa a ser também gerido pela Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.	- Decreto-Lei n.º 292/2007, De 21 de Agosto

Anexo XIV

Legislação integrada de enquadramento ao Palácio da Pena (1910-2007)

QUADRO IV – Legislação de enquadramento do Palácio da Pena (1910-2007)

DATA	LEGISLAÇÃO NACIONAL	LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL
1910	- <i>Decreto de 17 de Outubro</i> (Diário de Governo nº 11, de 18 de Outubro de 1910), no qual se especifica que são demitidos todos os que estavam ao serviço da Família Real, excepto o pessoal administrativo, necessário para manutenção dos palácios reais.	
1911	- <i>Decreto N.º 1, de 26 de Maio</i> – Reorganiza os serviços artísticos e arqueológicos (divisão em circunscrições e criação dos Conselhos de Arte e Arqueologia) - <i>Decreto de 18 de Agosto</i> , promulga a passagem do Parque da Pena para a tutela do Ministério das Finanças. - <i>Auto datado de 12 de Outubro</i> , onde se menciona a passagem da tutela do Parque da Pena para a alçada do Ministério do Fomento (Direcção Geral da Agricultura), corrigindo assim o que fora promulgado pelo Decreto de 18 de Agosto deste ano.	
1913	- <i>Lei n.º 12, de 7 de Julho</i> – Cria o Ministério da Instrução Pública	
1914	- Criação de uma Repartição do Património, dentro do Ministério das Finanças.	
1919	- <i>Decreto n.º 6 184, de 29 de Outubro</i> – Cria o Conselho do Património no âmbito da Repartição do Património. O Conselho tinha funções consultivas sobre o que se fazia com os bens móveis e imóveis pertencentes ao Ministério das Finanças.	
1920	- <i>Decreto n.º 7.036, de 17 de Outubro</i> – Cria a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos	

	Nacionais.	
1924	Lei n.º 1700, de 18 de Dezembro – Reorganização dos Serviços de Belas-Artes, passando os serviços referentes a Monumentos e Palácios Nacionais a estarem centrados no Ministério da Instrução. Proíbe-se também a afixação de anúncios em imóveis classificados.	
1925	- Decreto n.º 10.426, de 2 de Janeiro , que suspende Lei n.º 1700, de 18 de Dezembro. - Decreto n.º 10.600, de 7 de Março , que suspende o Decreto n.º 10.426, de 2 de Janeiro. - Decreto n.º 10.711, de 23 de Abril – As obras nos monumentos deveria manter-se a cargo da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, enquanto o Ministério da Instrução ainda não estava reorganizado.	
1926	- Decreto n.º 11.445, de 13 de Fevereiro , regulamenta a Lei n.º 1700, de 18 de Dezembro. - Decreto n.º 11663, de 14 de Maio – A Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais vê a sua designação oficial mudada para Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais.	
1928	- Decreto n.º 15 216 de 14 de Março – Reorganiza os serviços artísticos e arqueológicos, que delega a inspecção artística nos Palácios Nacionais à Direcção Geral de Belas Artes, por intermédio do Conselho Superior de Arte Nacional.	
1929	- Decreto n.º 16.791, de 25 de Abril – Criação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, que passa novamente a estar encarregue das grandes obras nos Monumentos Nacionais. É criada no âmbito do Ministério do Comércio e das Comunicações.	
1930	- Decreto n.º 18.123, de 20 de Março – Proíbe a colocação de	

	fios para suporte de linhas aéreas, telegráficas ou telefónicas, de transporte ou condução de energia nas paredes ou sobre os monumentos nacionais.	
1931		- <i>Conferência de Atenas para o Restauro dos Monumentos Históricos</i> , em Outubro.
1932	- <i>Decreto nº 20:985, de 7 de Março</i> – Extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia e criação do Conselho Superior de Belas Artes, dentro da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (Ministério da Instrução Pública), ao qual pertenciam os museus. No entanto o Conselho é meramente consultivo quanto às obras feitas nos monumentos e palácios nacionais, feitas pela DGEMN (Art. 15.º, 7.º) - <i>Decreto 21.363, de 15 de Junho</i> – O Ministério da Agricultura define as normas de trânsito, venda de bilhetes e da actividade dos guias dentro do Parque da Pena.	
1933	- <i>Decreto nº 22110 de 12 de Janeiro</i> – Regulamenta o Curso de Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, no Museu Nacional de Arte Antiga (no qual se destaca a figura de João Couto)	- <i>Carta de Atenas</i> - Após as conclusões do encontro de 1931, é redigido o documento de compromisso dos participantes em seguir os princípios adoptados).
1936	- <i>Lei n.º 1.941, de 11 de Abril</i> – Remodela o Ministério da Instrução Pública, que se passará a chamar Ministério da Educação Nacional (dentro do qual é criada a Junta Nacional de Educação). - <i>Decreto-Lei n.º 26.957, de 28 de Agosto</i> – Cria na competência da Junta Nacional de Educação, as Missões Estéticas de Férias.	
1938	- <i>Decreto-Lei nº 28 468, de 15 de Fevereiro</i> - Põe na dependência da Direcção Geral da Fazenda Pública o arranjo das árvores existentes nas zonas de protecção de monumentos nacionais.	

1939	<i>Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro</i> (Ministério da Agricultura – Direcção Geral da Fazenda Pública) – Sobre a manutenção dos espaços na envolvência dos monumentos nacionais	
1941	- <i>Portaria de 19 de Março</i> - Prevê para a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais um plano de intervenção, após o ciclone que ocorrera a 15 de Fevereiro deste ano.	
1946		- <i>Criação do Internacional Council of Museums (ICOM)</i> , ligado à UNESCO, em Novembro desta ano, em Paris.
1949	- <i>Lei n.º 2 032, de 11 de Junho</i> – Sobre a função das câmaras municipais na protecção e classificação dos seus monumentos nacionais, mesmo que estes não estivessem sob a sua tutela	
1954		<i>Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado</i> , adoptada em Haia, em 14 de Maio de 1954
1964		- <i>Carta de Veneza</i> (Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios) (ICOMOS)
1967		- <i>Normas de Quioto</i> (Relatório sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico).
1970		- <i>Convenção Relativa às medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da propriedade de Bens Culturais</i> , adoptada em Paris a 14 de Novembro de 1970
1972		- <i>Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural</i> , concluída em Paris a 16 de Novembro de 1972 (Art.º 8.º - cria um comité de Património Mundial dentro da UNESCO)
1976	- <i>Decreto n.º 49/79, de 6 de Julho</i> –	

	Aprova em território nacional as medidas da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (Paris – 16 de Novembro de 1972)	
1980	- Decreto-Lei 34/80, de 2 de Agosto – Cria o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), dentro da Secretaria de Estado da Cultura.	
1982	- Decreto-Lei n.º 318/82, de 11 de Agosto , o Palácio passa da tutela do Ministério das Finanças (Direcção Geral do Património do Estado), para a alçada do Instituto Português do Património Cultural (IPPC)	- Carta de Florença (Carta Relativa à Salvaguarda de Jardins Históricos) (ICOMOS)
1983		- Declaração de Roma (Medidas para a Conservação de Monumentos e Sítios) (ICOMOS)
1985	- Lei n.º 13/85, de 6 de Julho – Lei do Património Cultural Português	Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa , assinada em Granada a 3 de Outubro de 1985
1991	- Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto – Cria o Instituto Português dos Museus; - Resolução da Assembleia da República n.º 5/91 e Decreto do Presidente da República n.º 5/91, de 23 de Janeiro – Aprovação em território nacional das medidas adoptadas pela Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, de Granada (3 de Outubro de 1985)	
1993		Directrizes para a Educação e Instrução na Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios (ICOMOS)
1995	- Sintra é classificada como Património da Humanidade, na categoria de “Paisagem Cultural” , durante a 19ª Sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO realizada em Berlim (6 de Dezembro).	
1999		Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ICOMOS)
2000	- Decreto-Lei n.º 215/2000, de 2 de	- Convenção Europeia da

	<i>Setembro</i> – Cria a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. que entre os espaços classificados de Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural da UNESCO, passa a gerir o Parque da Pena.	<i>Paisagem</i> , assinada em Florença a 20 de Outubro de 2000
2001	- <i>Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro</i> - Estabelece as Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural	
2004	- <i>Lei 47/2004, de 19 de Agosto</i> – Lei Quadro dos Museus Portugueses	
2005	- <i>Decreto nº 4/2005, D.R. 1ª série-A, nº 31, 14 de Fevereiro</i> – Aprova em território nacional a Convenção Europeia da Paisagem, assinada em Florença a 20 de Outubro de 2000	
2007	- <i>Decreto-Lei n.º 292/2007, de 21 de Agosto</i> – O Palácio Nacional da Pena passa a ser efectivamente gerido pela Parques de Sintra – Monte da Lua	

Anexo XV

Transcrição do Decreto de 17 de Outubro de 1910²¹⁹

“MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º Fica abolido o Conselho de Estado.

Art. 2.º Fica abolida a actual Camara dos Dignos Pares do Reino, sendo considerados nullos os privilégios, regalias e immunidades de que gozavam os seus membros.

§ unico. Os funcionarios da Camara dos Pares de qualquer categoria ou serviço são collocados na disponibilidade e á disposição do Governo Provisorio.

Art. 3.º São demitidos todos os funcionarios do Estado ao serviço das casas reaes, militares e civis, exceptuando os empregados menores administrativos que o Governo julgar indispensaveis para manutenção e guarda dos palacios que a familia real deposta occupava.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica em 17 de Outubro de 1910.”

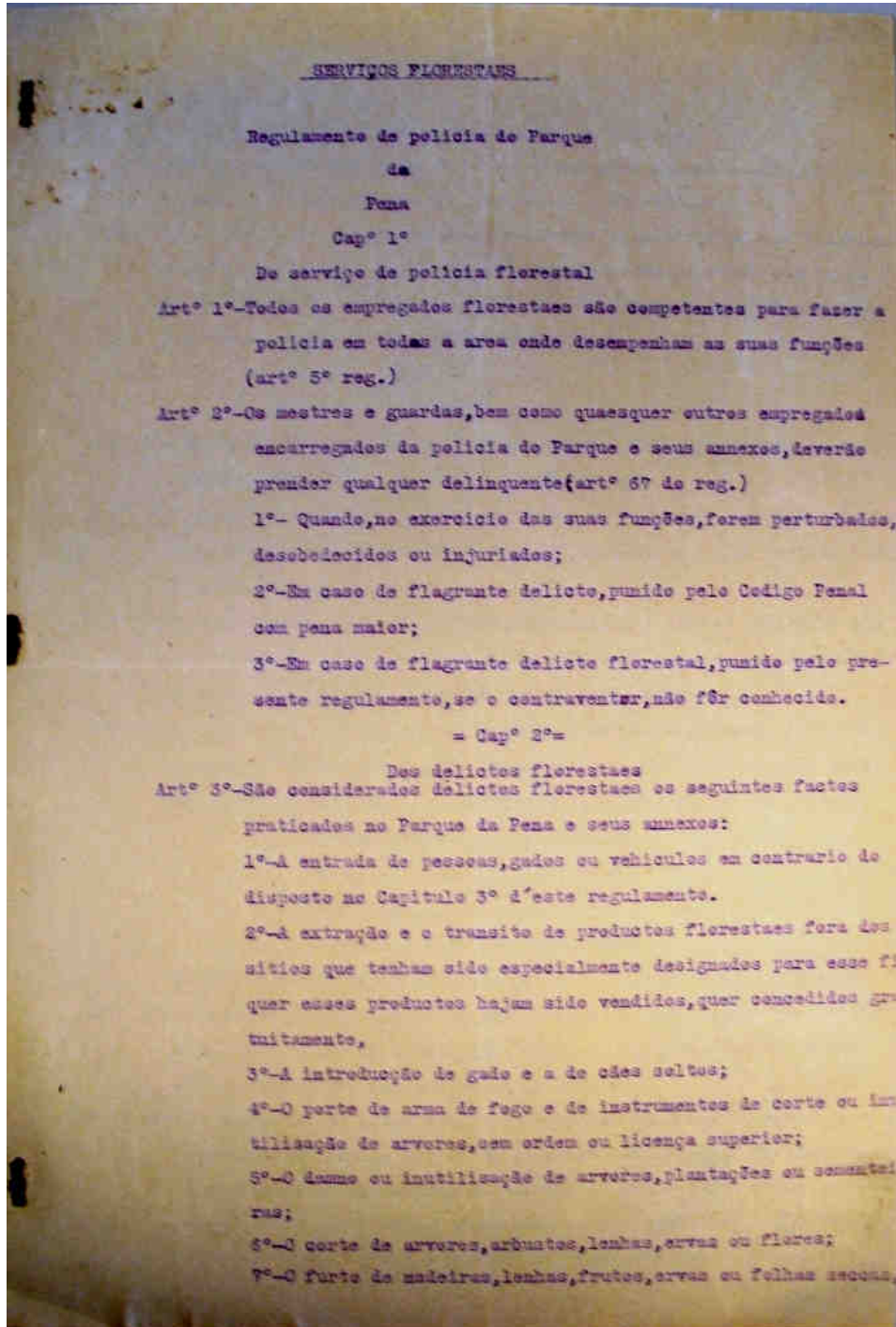
Diário do Governo, nº 11, de 18 de Outubro de 1910

²¹⁹ Retirado de *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa. Anno de 1910*, Vol. II (5 de Outubro a 31 de Dezembro), Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 10-11.

Anexo XVI

Regulamento de Trânsito no Parque da Pena (1912)²²⁰

Figura 12 – Regulamento de Trânsito no Parque da Pena



²²⁰ Cópia anexa à carta de 7 de Abril de 1926, enviada pela Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas para o Administrador do Palácio Nacional da Pena (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929).

e flores;

8º-À destruição de muros, fozos, valla ou cercado;

9º-O facto de dar causa a qualquer incendio na matta pela inobservancia ou transgressão dos regulamentos florestaes;

Artº 4º-Na organização dos processos, penalidades e mais factes não indicados n'este regulamento, seguir-se-ha o disposto nos Decretos com força de Lei de 24 de Dezembro de 1901 e 24 de Dezembro de 1903, que regulamentam a execução do Regimen Florestal;

Capº 3º

Do transito

Artº 5º- É prohibida a entrada e o transito, sem licença, de pessoas, gados ou vehiculos antes ou depois do pôr do sol

Artº 6º-O transito de peões é livre por todas as estradas e caminhos do Parque, fazendo-se as entradas e sahidas, usualmente, pelos portões ditos Principal e dos Lagos.

Artº 7º-O transito de automoveis, trens, cavalleiros e outros vehiculos que se destinam ao Palacio é gratuito pelo caminho "dito dos automoveis" fazendo-se a entrada e sahida pelo Portão Principal.

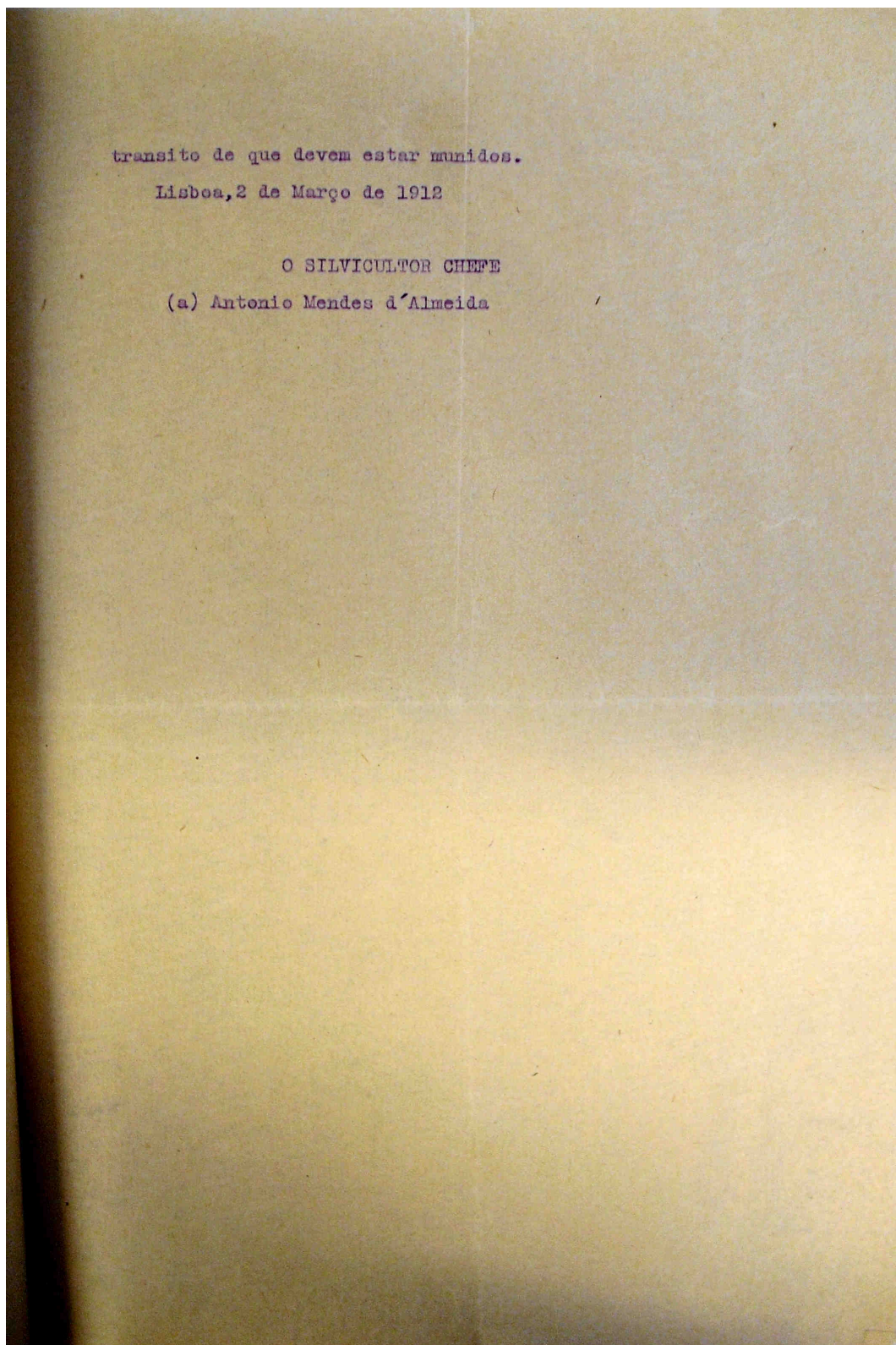
Artº 8º-Os individuos que quizerem passear no Parque utilizando meios de conducção abaixo mencionados tem que tomar um bilhete cujo talão se obriga a restituir na occasião da sahida e pagar por cada:

Automovel.....	5\$000
Trem.....	5\$00
Cavalle.....	2\$50
Jumento (e moto cycletes).....	1\$50

A sahida pederá fazer-se pelos portões ditos Principal e dos lagos.

Artº 9º-O transito de carruagens ou carros de bois para transportes só será permitido com licença e para extracção de productos florestaes ou serviço privativo dos moradores no Parque.

Artº 10º-Os vehiculos só podem transitar, mesmo com bilhete de entrada, nas estradas que tenham 2,5 ou mais metros de largo, ficando obrigados a respeitar as indicações extraordinarias que forem dadas aos seus conductores pelo pessoal florestal ou por tabelas indicadoras de vedação de transito e a mostrar ao mesmo pessoal os bilhetes de



Arquivo do Palácio Nacional da Pena

Anexo XVII

Lista parcial de funcionários do Palácio da Pena (1910-1983)²²¹

QUADRO V – Lista de funcionários do Palácio da Pena (1910-1983)

1911-1914	- Augusto dos Reis Barreto (Almoxarife) - Manoel Duarte (Moço do Palácio / Guarda de 2ª classe) - Ernesto Lourenço (Moço do Palácio / Guarda de 2ª classe) - António Martins (Servente de 2ª classe) – 1913
1914	- Augusto dos Reis Barreto (Almoxarife) - Manoel Duarte (Guarda de 2ª classe) - Ernesto Lourenço (Guarda de 2ª classe) - António Ribeiro (Guarda de 2.ª classe) - António Martins (Guarda de 2.ª classe) - Evaristo Ferreira (Guarda de 2.ª classe)
1916	- Manoel Duarte (Guarda de 1ª classe) - Ernesto Lourenço (Guarda de 2ª classe) - António Ribeiro (Guarda de 2.ª classe) - António Martins (Guarda de 2.ª classe) - Evaristo Ferreira (Guarda de 2.ª classe)
1919	- João Carlos Marques (Administrador) - Manoel Duarte (Guarda de 1ª classe) - Ernesto Lourenço (Guarda de 2ª classe) - António Ribeiro (Guarda de 2.ª classe) - António Martins (Guarda de 2.ª classe) - Evaristo Ferreira (Guarda de 2.ª classe)
1921	- José do Nascimento (Administrador) - Manoel Duarte (Guarda de 1ª classe) - Ernesto Lourenço (Guarda de 2ª classe) - António Ribeiro (Guarda de 2.ª classe) - António Martins (Guarda de 2.ª classe) - Evaristo Ferreira (Guarda de 2.ª classe)
1923-1924	- José do Nascimento (Administrador) - Manoel Duarte (Guarda de 1ª classe) - Ernesto Lourenço (Guarda de 2ª classe) - António Ribeiro (Guarda de 2.ª classe) - António Martins (Guarda de 2.ª classe) - Evaristo Ferreira (Guarda de 2.ª classe) - Joaquim Francisco (Jornaleiro)
1927	- José do Nascimento (Administrador) - Manoel Duarte (Contínuo de 1ª classe) - Ernesto Lourenço (Contínuo de 1ª classe) - António Ribeiro (Contínuo de 1.ª classe)

²²¹ A presente lista foi elaborada a partir do conjunto variado de documentação encontrado no Palácio da Pena. Trata-se de uma lista incompleta e fragmentada, dado que há ainda muito por investigar sobre todos os funcionários que trabalharam no Palácio. Pretendeu-se, assim, iniciar uma lista preliminar que pudesse posteriormente ser completada por outros estudos. Referem-se os nomes dos funcionários apenas nos anos em que há documentação que comprove a sua presença no Palácio, o que não invalida que tenham aí trabalhado noutras alturas.

	<ul style="list-style-type: none"> - António Martins (Contínuo de 2.^a classe) - Evaristo Ferreira (Contínuo de 2.^a classe)
1928	<ul style="list-style-type: none"> - José do Nascimento (Administrador) - Ernesto Lourenço (Chefe do Pessoal Menor) - Manoel Duarte (Contínuo de 1.^a classe) - António Ribeiro (Contínuo de 1.^a classe) - António Martins (Contínuo de 2.^a classe) - Evaristo Ferreira (Contínuo de 2.^a classe) - Luiz da Mota (Jardineiro)
1930	<ul style="list-style-type: none"> - José do Nascimento (Administrador) - Ernesto Lourenço (Chefe do Pessoal Menor) - Manoel Duarte (Contínuo de 1.^a classe) - António Ribeiro (Contínuo de 1.^a classe) - António Martins (Contínuo de 2.^a classe) - Evaristo Ferreira (Contínuo de 2.^a classe) - José do Nascimento Junior (Assalariado) - Fernando Mendes (Assalariado)
1931-1933	<ul style="list-style-type: none"> - José do Nascimento (Administrador) - Ernesto Lourenço (Chefe do Pessoal Menor) - António Ribeiro (Contínuo de 1.^a classe) - António Martins (Contínuo de 1.^a classe) - Evaristo Ferreira (Contínuo de 1.^a classe) - José do Nascimento Junior (Assalariado) - Fernando Mendes (Assalariado)
1938	<ul style="list-style-type: none"> - Casimiro Gomes da Silva (Conservador) - Ernesto Lourenço (Chefe do Pessoal Menor)
1939	<ul style="list-style-type: none"> - Casimiro Gomes da Silva (Conservador) - José Maria Simões Capote (Contínuo de 2.^a classe)
1948	<ul style="list-style-type: none"> - José Maria Simões Capote (sem referência ao posto que então ocupava) - Armando Marques da Silva (sem referência ao posto que então ocupava)
1949	<ul style="list-style-type: none"> - Joaquim Couto Tavares (conservador) - Armando Marques da Silva (sem referência ao posto que então ocupava) - José Maria Simões Capote (sem referência ao posto que então ocupava)
1951	<ul style="list-style-type: none"> - Joaquim Couto Tavares (conservador) - Armando Marques da Silva (sem referência ao posto que então ocupava) - José Maria Simões Capote (sem referência ao posto que então ocupava) - Joaquim de Jesus Diogo (sem referência ao posto que então ocupava)
1953	<ul style="list-style-type: none"> - Joaquim Couto Tavares (conservador) - Armando Marques da Silva (sem referência ao posto que então ocupava) - José Maria Simões Capote (sem referência ao posto que então ocupava) - Joaquim de Jesus Diogo (sem referência ao posto que então ocupava) - Paulo Assunção da Costa (sem referência ao posto que então ocupava)
1955	<ul style="list-style-type: none"> - Joaquim Couto Tavares (conservador) - Armando Marques da Silva (sem referência ao posto que então ocupava) - José Maria Simões Capote (sem referência ao posto que então ocupava)

	<ul style="list-style-type: none"> - Joaquim de Jesus Diogo (não encontramos referência ao posto que então ocupava) - Paulo Assunção da Costa (sem referência ao posto que então ocupava) - António Ferreira Alexandre Pedro (sem referência ao posto que então ocupava)
1967	<ul style="list-style-type: none"> - Joaquim Couto Tavares (conservador) - Armando Marques da Silva (sem referência ao posto que então ocupava) - José Maria Simões Capote (sem referência ao posto que então ocupava) - Joaquim de Jesus Diogo (sem referência ao posto que então ocupava) - Paulo Assunção da Costa (sem referência ao posto que então ocupava) - António Ferreira Alexandre Pedro (sem referência ao posto que então ocupava) - Francisco Horta Piriquito (sem referência ao posto que então ocupava)
1971	<ul style="list-style-type: none"> - Simonetta Luz Afonso (conservadora) - José Rodrigues (Encarregado do Pessoal Menor) - Armando Marques da Silva (sem referência ao posto que então ocupava) - José Maria Simões Capote (sem referência ao posto que então ocupava) - Joaquim de Jesus Diogo (sem referência ao posto que então ocupava) - Paulo Assunção da Costa (sem referência ao posto que então ocupava) - António Ferreira Alexandre Pedro (sem referência ao posto que então ocupava) - Francisco Horta Piriquito (sem referência ao posto que então ocupava)
1981	<ul style="list-style-type: none"> - José Maria Simões Capote (Encarregado de Pessoal Auxiliar) - Armando Marques da Silva (Guarda de 2ª classe) - Joaquim de Jesus Diogo (Guarda de 2ª classe – assinava frequentemente “P’lo Director”) - Paulo Assunção da Costa (sem referência ao posto que então ocupava) - António Ferreira Alexandre Pedro (sem referência ao posto que então ocupava) - Francisco Horta Piriquito (sem referência ao posto que então ocupava)
1982	<ul style="list-style-type: none"> - José Maria Simões Capote (Encarregado de Pessoal Auxiliar) - António Vidal Duarte (Guarda de 1ª classe) – Assinava alguns documentos “P’lo Director”. - José Antunes Mendes (Guarda de 1ª classe) - Armando Marques da Silva (Guarda de 1ª classe) - Joaquim de Jesus Diogo (Guarda de 1ª classe) - Paulo da Assunção Costa (Guarda de 1ª classe) - António F. A. Pedro (Guarda de 1ª classe) - Francisco Horta Piriquito (Guarda de 1ª classe) - Jerónimo Paixão Barreto (Guarda nocturno de 1ª classe) - Regina C. A. R. Alpedrinho (Guarda de 2ª classe)
1983	<ul style="list-style-type: none"> - José Manuel Martins Carneiro (Conservador) - Joaquim de Jesus Diogo (Guarda de 2ª classe) - Armando Marques da Silva (Guarda de 2ª classe)

Anexo XVIII

Transcrição do artigo “Paços da República”²²²

“Os Paços da Republica

Ultimamente, tem sido publicadas na imprensa da capital, varias noticias sobre as despesas dos Paços da Republica.

N’essas noticias muito tem tambem sido discutidos os Paços da Pena e de Cintra.

Com respeito á Pena, em todo o paiz se sabe quanto lucro traz á economia nacional, esta maravilha terrestre

O estrangeiro e os nacionaes tem ultimamente visitado Cintra, como ha muitos annos não ha memoria.

Os registos da Pena fallam claro a este respeito. Mais de cincoenta mil pessoas tem visitado a Pena, desde a queda da monarchia, na sua maioria estrangeiros.

Em breve, devido a um importante trabalho do nosso collega de redacção Augusto Barreto, se saberá qual o numero de turistes estrangeiros, e por nacionalidades, que tem ido á Pena. É assombroso o numero! Quanto ouro não tem ficado no paiz? No estrangeiro gastam-se milhares de contos para chamar aos pontos dignos de serem visitados, os viajantes. Em Portugal é uma bagatella relativamente, que o governo dispende com os Paços da Pena e de Cintra. Porque então se faz guerra ao governo por gastar dinheiro com a conservação, do que tanto de util tem para a nação? E as riquezas de todos esses paços, como as Necessidades, Ajuda, Mafra e outros mais, que são avaliadas em dúzias de milhares de contos, deixam-se estragar?

Não, o governo que é composto de verdadeiros patriotas, ha-de conservar todos esses Paços, como museus de raridades riquissimas, que não devem de forma nenhuma ser deixados ao abandono.

Ainda sobre este assumpto transcrevemos a seguinte carta que o digno superintendente dos Paços da Republica e grande apreciador da arte dr. Teixeira de Carvalho, fez publicar no nosso presado collega «*O Mundo*».

*

O almoxarifado da Pena custava em junho 467\$000 réis. Já não custa. Hoje custa 455\$000 réis mensaes. Vae-se cortando gradualmente, como se pode. Aos empregados da extincta casa real, na Ajuda, cujos ordenados maiores não subiam acima de 27\$000 réis com gratificações, tiraram-se gratificações e reduziu-se-lhe o ordenado, fazendo assim uma economia de 986\$000 réis annuais. Os empregados reduziram-se de 53 a 27 e a despesa de 1:059\$740 réis por mez a 455\$000 réis, ou seja, uma economia annual de 7:256\$880 réis. Não me referirei a Mafra e ao Alfeite, hoje entregues aos ministerios da guerra e do fomento. Procurei sempre diminuir as despesas e favorecer o desenvolvimento agrícola, de que precisam, para se tornarem fonte de riqueza para o paiz. Quizera eu que as tapadas de Mafra tivessem sido antes entregues ao ministerio do fomento.

*

²²² Retirado do jornal *O Concelho de Cintra*, 7 de Setembro de 1911, Ano II, n.º 40, pp. 1-2.

O palacio das Necessidades custa 510\$000 réis, pela eliminação de logares inuteis, redução nos ordenados, supressão de gratificações. Os empregados eram 85, são hoje 27. Esses 27 empregados ganhavam 605\$500 réis, ganham hoje 510\$000 réis, realizando-se assim uma economia de 1:146\$000 réis por anno. Esta folha custava no tempo da monarchia 18:649\$380 réis; hoje custa 6:120\$000 réis annuaes. Economia 12:529\$380 réis.

*

O custeio do palacio e parque da Pena custa annualmente em pessoal de folha 3:186\$000 réis ou seja 265\$500 réis por mez. A folha antiga importava em 3:186\$100 réis; houve portanto uma economia resultante de reduções no valor de 618\$100 réis annuaes. E esse pessoal seria insufficiente se não fosse o pessoal jornaleiro em que ainda se fizeram reduções no valor de 650\$000 réis annuaes. E os ordenados são os que *o Mundo* publica, entre 10\$000 e 25\$000 réis. O primeiro jornaleiro ganha 600 réis diarios e da sua competencia, como da do jornaleiro do paço de Cintra, dizem as ultimas exposições.

*

O custeio do paço e jardim de Cintra ainda por 1:680\$000 réis annuaes, e o pessoal compõe-se de um almoxarife, quatro moços, um porteiro e um jardineiro. Pois mesmo n'este pequeno pessoal se fez uma economia annual de 37\$800 réis, que por ser pequenina não deve deixar de ser notada.

Resumindo. O pessoal dos palácios, a que nos temos referido, que no tempo da administração monarchica custava 39:855\$000 réis por anno, custa hoje 20:404\$999 réis.

Ha, portanto, a favor da administração republicana uma differença de réis 19:450\$020 por anno. As reduções feitas nos ordenados dos funcionarios existentes somam 4:364\$000 réis por anno, isto é, cortou-se a quinta parte dos vencimentos antigos. E não se tratou só de reduzir vencimentos; procurou-se tambem distribuil-os mais equitativamente, evitando as irregularidades que n'elle introduzira o favoritismo monarchico.

*

Serão de mais os empregados existentes? Deixam-me primeiro dizer-te que as designações «moços de palacio», «moços de sala», «moços de prata», como as outras das folhas, não correspondem á verdade. Nos palacios ha apenas uma qualidade de moços, a mesma. As designações são as antigas das folhas, para evitar difficuldades da repetição da compatibilidade, para lhes não offender direitos, se os tiverem. Tanto tratam da conservação dos objectos preciosos, como enceram as salas ou acarretam moveis nas mudanças que tem trazido a transformação dos palacios. Esses palacios são vastos. O arrolamento das necessidades dura ha um anno, o da Ajuda não deve ficar prompto nos dois mezes mais proximos. Estamos cheios de moveis e objectos de difficil conservação. E de tudo isso é necessario tratar. Quem agora percorrer as arrecadações da Ajuda não pode imaginar o trabalho continuado e violento que representa o seu estado actual. Os juizes e commissões de arrolamento elogiam a actividade d'esse pessoal e o zelo com que tem executado os serviços que se lhe incumbem. Será possivel reduzir agora, que tudo se vae ordenando, o pessoal? É caso para discutir. O que eu

pretendo provar é: que até agora se não podia fazer mais reduções no pessoal e nos ordenados do que as que foram feitas. E deixa-me dizer-te que não estou defendendo o *meu* lugar. Ha seis mezes que annunciei a vontade de o deixar. Sempre considerei a superintendência dos palacios, para mim, como um lugar de commissão, e julgo que essa commissão estará acabada em breve. Não é esta nota para ti, nem para o pessoal dos palacios, a quem annunciei desde o primeiro dia em que exerci o cargo; mas para os que porventura me não conheçam e que possam ter estranhado a morosidade com que vim deffender os interesses do pessoal dos palacios da extincta casa real, quando fui tão pressuroso em correr em defeza do da secretaria a que pertenço. Nem sempre se podem fazer trabalhos de devoção...

O pessoal dos palacios tem-se sujeitado a todas as reduções e a todo o genero de trabalhos e está viviendo miseravelmente sem mais queixumes que a maior parte das vezes me chegam por correligionarios nossos. Desculpa-me mais uma vez e guarda ainda um lugar no proximo numero do *Mundo* para o teu velho amigo

- Teixeira de Carvalho”

Anexo XIX

**Transcrição de alguns artigos sobre o desaparecimento de algumas peças
pertencentes ao Palácio da Pena**

Artigo I²²³

“Os nossos museus

Tudo indica que vão ser desguarnecidos e desvalorizados

Os antigos palácios reais, Paço de Sintra e Castelo da Pena, denominados hoje Palácios Nacionais, foram considerados monumentos nacionais, e determinou se que ficassem, com todo o seu artístico e valioso recheio, constituindo museus.

Como as coisas se passaram nos primeiros tempos, mais ou menos agitados, da vigência da República, todos os sabem, e não ha nenhuma necessidade de invocar aqui recordações que entristecem, nem coisa alguma se lucra em lamentar males que não teem remédio.

Conservemos pois corrido sobre o passado o denso véo do esquecimento. Tratemos do presente, e encaremos o futuro.

Informam-nos, e cremos ser verdadeira a informação, que os dois museus instalados nos palácios de Sintra e da Pena, vão ser desvalorizados, desviando-se deles muito mobiliario de subido valor artistico e histórico, que já se acha apartado, para seguir oportunamente para qualquer parte, que ignoramos qual seja.

Mais uma vez pois se manifesta a dedicação pela nossa terra dos seus amigos... de Peniche, que não perdem ocasião de a prejudicar em tudo, ainda nas coisas da mais aparente insignificancia.

O que se projecta fazer é uma expoliação contra a qual Sintra deve protestar, e procurar por todas as formas impedi-la.

Com que fim se desguarnecem os museus de Sintra?

Pois os dois palácios nacionais não merecem que a dentro das suas portas guardem as preciosidades que ainda lhes deixaram?

Pois Sintra não é digna que lhes deixem esses dois museus intactos, tanto quanto presentemente é possível?

A que critério se obedece para desguarnecer os nossos dois museus, para desvalorisar o nosso património?

Não será porventura Sintra uma parte do território da República, e será tida para quem superintende nêstes assuntos como país estrangeiro, a quem não possa ser confiada a guarda das preciosidades históricas e artisticas, que intrinsecamente pertencem aos seus monumentos?

Não póde ser!

O que projecta fazer-se, não pode nem deve consentir-se sem o mais veemente protesto de todo o consêlho.

Acordemos dêste marasmo em que temos estado, deixando entregue aos caprichos ou ás leviandades de cada um os interesses da nossa terra; e unidos todos, sem dissidências políticas, ponhamos um dique a êste levantar de feira, em que se pretende desbaratar o nosso património.

²²³ Retirado do jornal *A Voz de Sintra*, nº 18, Ano I, 15-Novembro-1919, p. 1.

Contra o projecto que, quem quer que seja, pretende executar, oponhamos o nosso mais indignado protesto, e estejamos de atalaia para que o efectivemos, oportuno que seja.

O que pretende fazer-se, não pode nem deve ser consentido, sem que se saiba quais as superiores razões que o impõe, e que poderão ser ou não convincentes.

Estejamos álferta!”

Artigo II ²²⁴

“Dissemos aqui que os museus instalados nos Palácios Nacionais de Sintra e da Pena iam ser desguarncidos e desvalorizados, desviando-se dêles muito mobiliário de valor artístico e historico, que já se achava apartado, por seguir oportunamente para qualquer outra parte, que ignoravamos qual fosse.

O caso era verdadeiro, e a sua divulgação parece ter produzido um certo alarme onde quer que se superintende nisto de museus, chamando-se de aí a atenção dos respectivos administradores para o que publicámos, e indagando quem terá sido o empregado, em qualquer um dos palácios que nos tenha informado o que noticiámos.

No palácio da Pena, parece que se procede de um inquérito para se apurar quem foi o empregado inconfidente; no palácio de Sintra, o respectivo administrador sr. Jorge da Costa Reis, limitou-se a enviar-nos a carta que se segue:

«Administração do Palácio Nacional de Sintra, em 24 de Novembro de 1919. - ... Sr. redactor principal do semanário *A Voz de Sintra*. – Tendo superiormente sido chamada a atenção para um artigo que, sob a epigrafe «Os nossos museus», foi publicado em 15 do corrente, no nº 18, ano 1.º, do semanário *A Voz de Sintra*, do qual v. é mui digno redactor principal, cumpre-me, em abono da verdade, vir declarar que o autor do mesmo artigo foi sem duvida enganado, pois que, neste palácio, os factos se passaram por fôrma muito diversa.

«Efectivamente em 7 do corrente foi êste palácio visitado pelos Ex.^{mos} Srs. José Relvas, Antonio Augusto da Costa Mota e Gustavo Matos Sequeira, três dos oito vogais do «Consêlho do Patrimonio Artístico» criado por decreto n.º 6:814 de 29 de Outubro do mesmo ano e nomeados por portaria da mesma data, acompanhados pelos Ex.^{mos} Srs. Dr. Custodio José Vieira, 2.º official official [sic] da 4.ª repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, secretario do mesmo Consêlho, e Dr. José de Figueiredo e Bordalo Pinheiro, aos quais foi franqueado todo o palácio, incluindo as proprias arrecadações, não tendo os mesmos senhores manifestado o mínimo intento de desviar daqui qualquer artigo de mobiliário.

«A simples facto de se dizer que o Ex.^{mo} Sr. Dr. José de Figueiredo tem declarado em toda a parte e a todo o mundo que ha de levar para o Museu das Janelas Verdes os melhores quadros que aqui se encontram, não é, a meu vêr, razão suficiente para se atirar sobre o referido Consêlho a suspeição de querer prejudicar Sintra, desmantelando os seus museus, pois que, não só aquêle senhor não faz parte do dito Consêlho, como tambem os três citados membros do mesmo, por simples impressões trocadas no acto da referida visita, provaram ser sem intento melhorar a ornamentação dêste palácio, harmonisando-a tanto quanto possivel com as exigências da arte.

«Esperando que v. [sic] se dignará a rectificar as informações já publicadas, aproveito a ocasião para pedir a especial fineza de me dizer se foram fornecidas por qualquer empregado dêste palacio, e nêsse caso por qual dêles. – Saude e Fraternidade.

²²⁴ Retirado do jornal *A Voz de Sintra*, nº 20, Ano I, 20-Novembro-1919, pp. 1-2.

– O administrador, *Jorge da Cruz Reis.*»

A esta carta foi dada a seguinte resposta:

«Sintra, 27 de Novembro de 1919. – Ex.^{mo} Sr. Administrador do Palácio Nacional de Sintra. – Tenho presente o officio de V. Ex.^a de 24 de Novembro corrente, e não obstante ser praxe não se divulgar, nas redacções dos jornais, a origem das suas informações, não teho [sic] dúvida alguma, pela muita consideração que V. Ex.^a me merece, informa-lo de que nenhum empregado do Palácio que V. Ex.^a dignamente administra, nem de qualquer outro, me forneceu qualquer informação que originasse o artigo «Os nossos museus», publicado no n.º 18 d’A Voz de Sintra. – De V. Ex.^a, com toda a consideração e estima, at.º ven.^{or} – *Antonio A. R. da Cunha.*»

Publicando as cartas que aí ficam, sentimos não poder, pelos factos de que temos conhecimento, e que os termos do officio transcrito confirmam, a rectificar as informações já publicadas como nos pede o digno administrador do Palácio Nacional de Sintra.

O que é extraordinário é que já se pretenda atribuir a inconfidências de qualquer empregado uma coisa que toda a gente vê e toda a gente sabe.

Não são porventura os museus estabelecimentos públicos, e quem os visita mais do que uma vez será tão cego, que não dê por falta de objectos que já noutras visitas lhe tenham prendido a atenção?

E não teem êsses individuos o direito de saber que destino é dado a êsses objectos, que eles desejam estudar, ou simplesmente admirar?

Que quem superiormente manda possua a santa ingenuidade de supor que se não tenha dado pela falta, bem recente, de um valioso genuflexório que desapareceu da capela do Palácio da Pena, ainda se po de [sic] admitir; mas que se su ponha que os visitantes dessa capela sejam todos tão cegos, que não tenham notado a falta do Cristo, essa magnifica escultura em marfim, que se admirava no altar principal, não pode ser ingenuidade!

Para que seria necessario que, lá de dentro, dos museus, alguém viesse cá para fora, o que quem vai cá de fora vê muito claramente?

Nós afirmámos que dos nossos museus ia ser desviado mobiliário de subido valor artístico e histórico para seguir oportunamente para qualquer parte, que ignoravamos qual fosse.

Vêmos agora que do Palácio de Sintra, alguém já pensou em retirar para o Museu das Janelas Verdes os melhores quadros que ali se encontram.

E mau terem-nos pensado!

Por isso, repetimos: - o que se pensa fazer, e no Palácio da Pena já o principiou a executar-se, é uma expoliação contra a qual Sintra deve protestar, procurando por todas as formas impedi-la.

É preciso, pois, estar alerta.”

Artigo III ²²⁵

“Os nossos Museus

²²⁵ Retirado do jornal *A Voz de Sintra*, n.º 22, Ano I, 13-Dezembro-1919, p. 2.

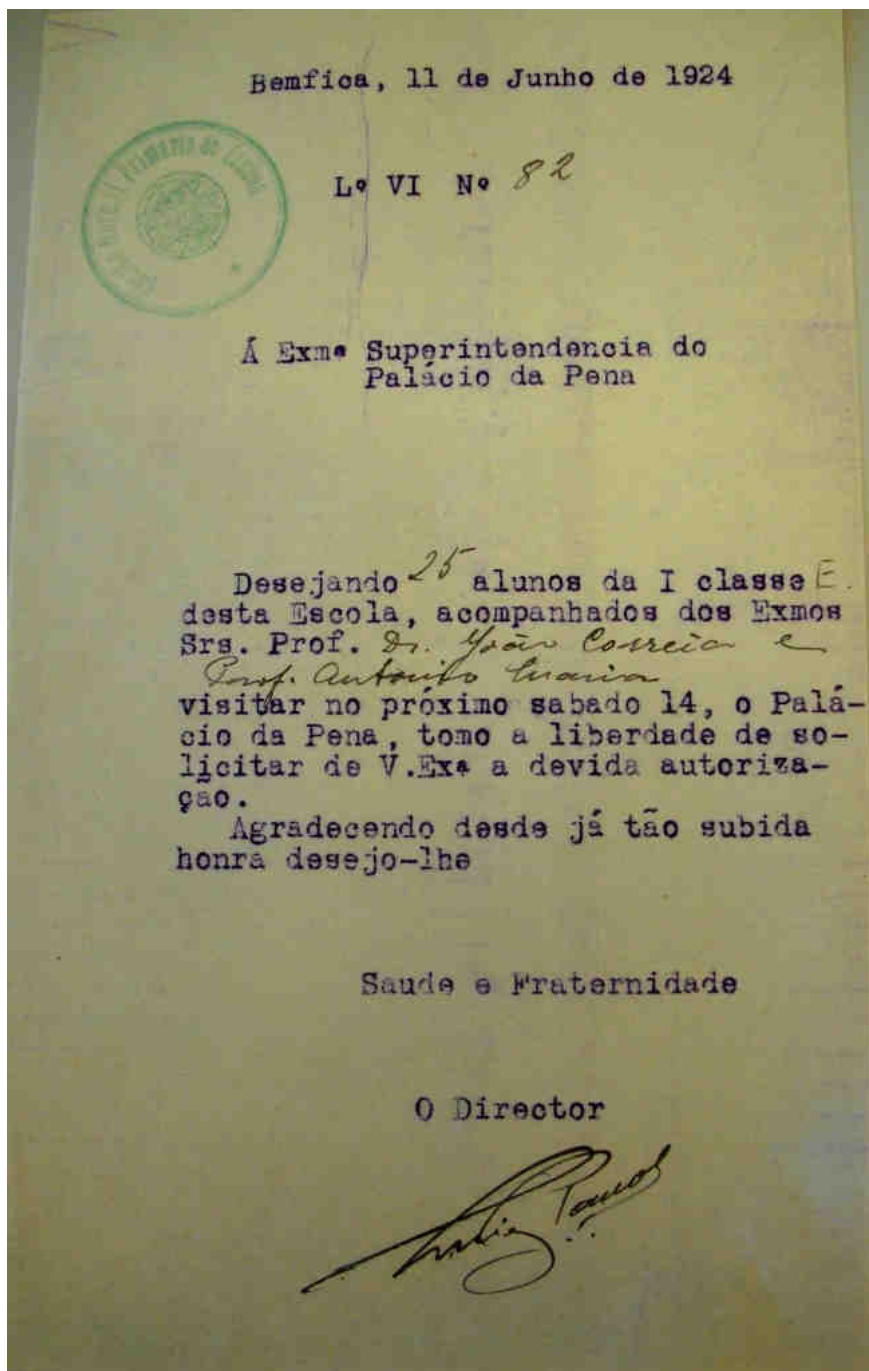
O sr. João Carlos Marques, digno administrador do Palácio da Pena, pediu-nos para publicarmos a sua declaração de que «desde que é administrador do Palácio da Pena, até hoje, ainda se não retirou para fóra dêle qualquer objecto, nem tão pouco recebeu ordem que justifique o artigo que publicámos».

Satisfazendo o pedido do sr. Marques, devemos também declarar que ratificamos tudo o que aqui dissémos, e que póde ser confirmado pelos que teem visitado aquêle palácio. Não sabemos se na ultima semana o Cristo de marfim voltou para o seu logar, assim como outros objectos que foram deslocados. Não tivemos tempo de lá ir, mas iremos ou mandaremos muito brevemente, a vêr... se foram encolhidas as garras que se preparavam para desguarnecer os nossos museus.”

Anexo XX

Pedido de uma escola para visitar o Palácio da Pena (1924)²²⁶

Figura 13 – Foto de um pedido de visita escolar

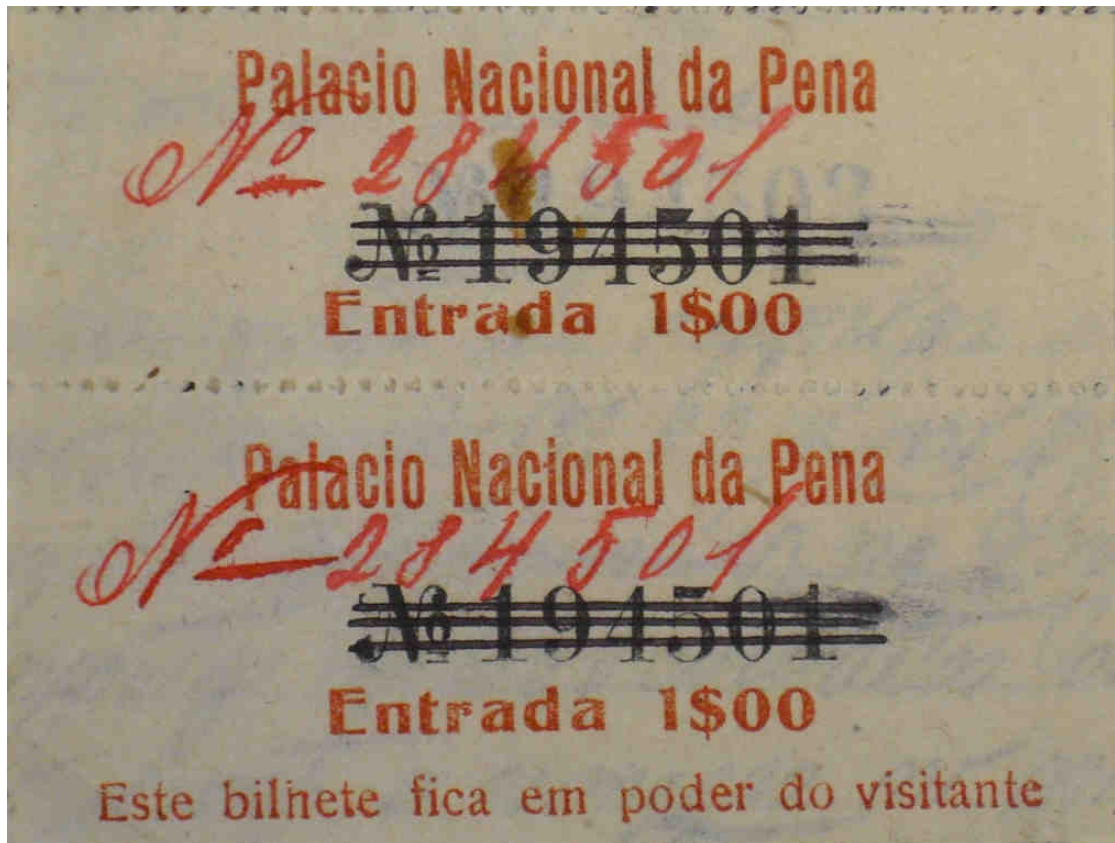


²²⁶ Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924.

Anexo XXI

Bilhetes para visitar o Palácio da Pena (Outubro de 1927)²²⁷

Figura 14 – Bilhete de Entrada



²²⁷ Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929.

Anexo XXII

Transcrição parcial do Decreto n.º 15.216, de 14 de Março de 1928²²⁸

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA
Direcção Geral de Belas Artes
Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos

“Vazada nos moldes das mais perfeitas organizações similares estrangeiras, e especialmente da italiana, a mais antiga e de melhores tradições, a nossa organização dos serviços de belas artes, que data de 1911, tem dado já bastantes provas para poder ser julgada com segurança. E essas provas, se vieram mostrar-nos algumas deficiências, demonstraram também quanto se deve a essa lei, que era nova, entre nós, em mais do que um aspecto, por isso que criou toda uma legislação que, por assim dizer, não existia ainda em Portugal, como a que constitui a protecção artística.

(...)

CAPÍTULO VII
Dos Palácios Nacionais

Art. 43.º As funções de inspecção nos palácios nacionais, Mafra, Sintra, Pena e Queluz, sob o ponto de vista artístico, compete à Direcção Geral de Belas Artes, por intermédio do Conselho Superior de Arte Nacional, Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição e muito em especial o Museu Nacional de Arte Antiga.

Essas funções serão as seguintes:

1.º Promover a adopção das medidas que julgar convenientes para garantir a integridade e boa apresentação dos valores neles arrecadados;

2.º Dar parecer acêrca dos assuntos de interêsse artístico que se relacionem com os objectos de arte existentes nesses palácios e suas dependências.

Art. 44.º A gerência administrativa dos palácios nacionais continuará a cargo do Ministério das Finanças, competindo os seus serviços a uma repartição que funcionará junto do Ministério da Instrução e à qual competirá:

1.º Promover a adopção de medidas que julgar convenientes para assegurar a guarda interior e exterior de todos os valores nêles existentes;

2.º Fiscalizar todos os assuntos administrativos, quer de pessoal, quer de material;

3.º Dar parecer sob os assuntos de carácter económico que tenham de ser submetidos à resolução do Govêrno.

Art. 45.º Transitòriamente os serviços administrativos a que se refere o artigo 44.º ficarão a cargo do funcionário que chefia ali a secção à qual estão entregues esses serviços.”

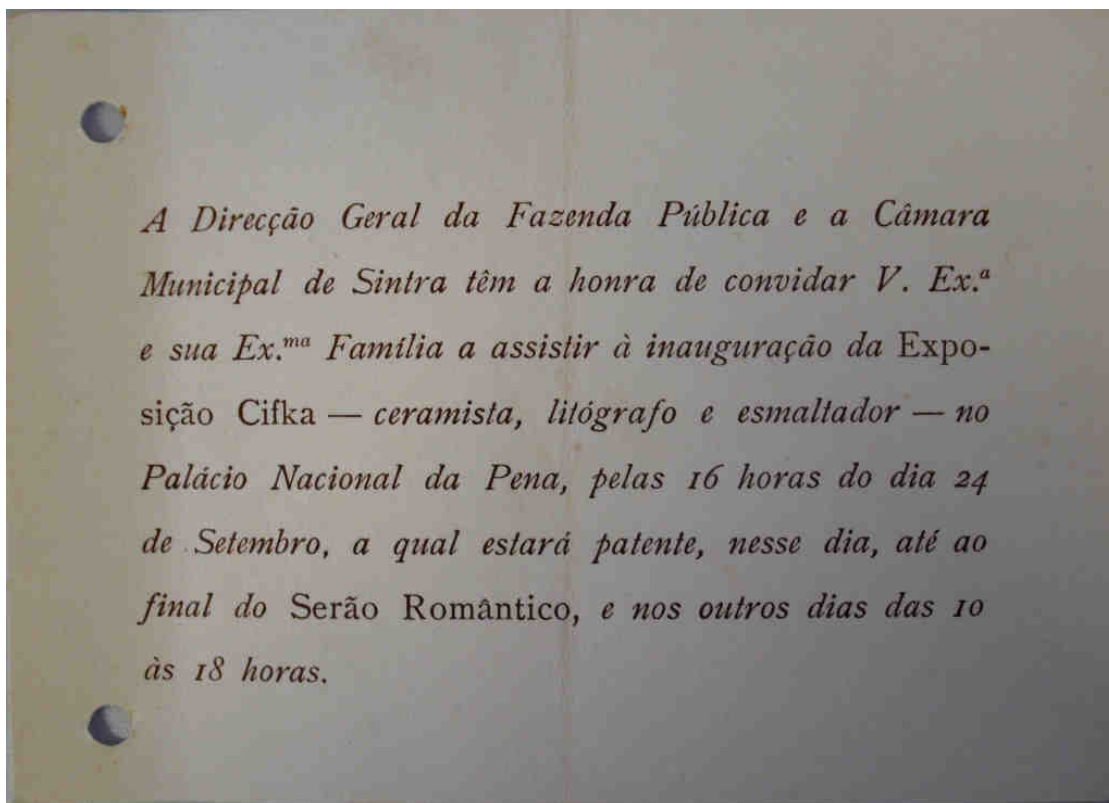
(...)

²²⁸ *Diário de Governo*, I série, nº 67, 14 de Março de 1928.

Anexo XXIII

Exemplar de um convite para a Exposição Wenceslau Cifka – Ceramista, litógrafo e esmaltador (Palácio da Pena – 1949)²²⁹

Figura 15 – Convite para uma exposição no Palácio da Pena



²²⁹ Arquivo do Palácio Nacional da Pena (Pasta de Documentação da Exposição Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador – 1949).

Anexo XXIV

Entrevistas realizadas aos funcionários do Palácio Nacional da Pena²³⁰

ENTREVISTA N.º 1:

José Manuel Martins Carneiro (Director do Palácio Nacional da Pena)

A seguinte entrevista foi realizada no dia 26 de Junho de 2007.

FUNÇÃO: Director-Conservador

ANO DE ENTRADA: 1983

FORMAÇÃO: Licenciatura em Filosofia / Curso de Conservador de Museu

1. Desempenhou sempre as mesmas funções dentro da instituição?

Sim. Sempre como conservador, mas primeiro como gestor. Depois passados aqueles meses das burocracias, como Director.

2. Pode descrever-nos brevemente como se encontrava o Palácio aquando da sua chegada (conservação geral do edifício e do espólio)?

Quando eu cheguei ao Palácio, este tinha passado há muito pouco tempo do Ministério das Finanças, da Direcção Geral de Património, para a Secretaria de Estado da Cultura, IPPC (Instituto Português do Património Cultural). Todos os Palácios Nacionais (o Palácio da Ajuda, Vila, Mafra, Queluz, Pena e Paço dos Duques), assim como certos monumentos, como a Torre de Belém, os mosteiros (Jerónimos, Alcobaça, Batalha, Tomar) e o Panteão, que faziam parte da Direcção Geral do Património, Ministério das Finanças. E isto porquê? Porque em 1910, com a Implantação da República, “provisoriamente”, (embora se tenha arrastado até cerca de 1980-82) passaram para esta Direcção Geral. Como devemos calcular, o Ministério das Finanças não tem vocação, nem preparação para a preservação e conservação de um património tão complexo como património edificado e móvel. Assim, o que eu lhe posso dizer, é que a Pena estava numa situação caótica, até porque o Palácio da Pena não tinha sido um palácio querido do Estado Novo. Tinha tido pequenas obras, autênticos remendos: o arranjo de uma janela, de uma porta ou de uma caixilharia. Estava bastante desaproveitado. Temos de compreender que esteve durante 11 anos sem um conservador e sem um responsável máximo, entregue a guardas, que tinham guardado as colecções, como uma medida preventiva, de segurança. Por outro lado, também dava menos trabalho. Eram só guardas. Como deve calcular era uma situação muito caótica e desde 1910 que não havia obras de fundo. Estava muito mal apresentado, só com algumas peças de mobiliário mal colocadas. Não havia qualquer cuidado com a iluminação nas salas. Todas as janelas de madeira estavam abertas, não havendo qualquer controlo da luz natural, e o percurso era muito truncado. Eram feitos grupos de muitas pessoas. Ia um guarda e entrava. Depois entrava o grupo e fechava-se a porta. O guarda falava apenas em português, não falava nenhuma outra língua. Depois chegávamos aos claustros. Abria-se a porta da Casa de Jantar ou da Copa e entrava o grupo todo. Podíamos ser uns 50-60 ou até 80 pessoas. Era uma coisa insustentável. No primeiro ano e no primeiro Verão em que eu estive cá, achei uma coisa horrível, com o fluxo de visitantes, que é imenso no Verão. Portanto, já estávamos completamente desactualizados, em relação à

²³⁰ Nas entrevistas que integram este anexo optámos por transcrever integralmente a informação oralmente recolhida. Assim, mantivemos o registo oral, sem correcção escrita rigorosa, de modo a manter a originalidade do conteúdo e dos sentimentos expressos pelos entrevistados.

forma como se deveria acolher as pessoas, nessa altura, nos anos 80. Era tudo em rebanho. Entrava-se, abria-se porta e fechava-se porta. Era muito complicado. Havia espaços que não se visitavam e ia-se por dentro das salas porque não havia nada para roubar. Ninguém podia levar às costas contadores, camas ou cadeiras. Era demasiado ostensivo e visível. Por isso, era um palácio fantasma: com paredes, alguns móveis, alguns trastes em más condições e com pouca cera. O chão não. Estava impecavelmente limpo. Nisso caprichavam. O chão e os vidros estavam impecáveis. Os móveis é que não. E ainda bem que foi assim, porque houve coisas que não foram estragadas. Tiveram a vicissitude do tempo, mas não utilizaram nem ceras acrílicas, nem produtos de má qualidade. Posso dizer que do resto das peças 99%, exceptuando o mobiliário, não estava em exposição. Mesmo em relação à colecção de mobiliário, mais de 80% não estava exposto. De ourivesaria nada estava em exposição. Cem por cento da colecção de ourivesaria, quer religiosa, quer civil, estava em reserva. Da colecção de porcelanas estavam também em reserva cerca de 90%. Não havia cobres em exposição, porque não se mostravam as cozinhas. Da colecção de pintura poderei dizer que estavam em exposição cerca de 60% e os restantes 40% estavam em muito mais estado e estavam guardados. Havia uma colecção menor em exposição. A nossa colecção de pintura não é extraordinária, nem brilhante. Por isso, eu consegui que o Museu do Chiado e o Museu Nacional de Arte Antiga, a título de depósito, nos emprestasse peças, que agora são visíveis pelo público. Quanto à luminária não estava nada em exposição. Estavam os lustres do tecto, que obviamente ninguém podia levar. Os candeeiros em petróleo, que são tão característicos no século XIX, estavam todos em reserva. Aí, sim, eram 100 % da colecção em reserva. Por outro lado, o percurso era muito truncado. O público via o *atelier* de D. Carlos, que não estava aproveitado como *atelier* e era mostrado como quarto. Com meia dúzia de tarcos. E não se viam os aposentos de D. Carlos, nem o quarto de D. Carlos. O *atelier*, como eu disse, estava transformado para outras funções. Ora, nenhum quarto de rei era tão desprovido de privacidade como aquele, a dar para o claustro! Não podia ser. De facto, era o *atelier*. Eu depois vim a encontrar nas plantas todas do Palácio, as respectivas localizações dos quartos. Portanto, nós temos isso tudo muito bem descrito. Isso também, depois, me permitiu fazer uma grande remodelação dos espaços. Portanto, não se via esses aposentos. Não se via os quartos do Viador e das Damas. Íamos à Capela, mas saltávamos logo para o Quarto da Rainha. Eu vim pela primeira vez no Verão, fazer uma visita antes de vir ao Palácio como Director. Vim incógnito e, na verdade, o que me mostraram foi o Quarto da Rainha, que visitávamos por dentro. Saíamos na Sala Verde e passávamos a Sala Árabe, também pelo meio. Víamos a Sacristia e a Sala do Óculo também não estava em exposição. Víamos as salas de passagem e o Salão Nobre. Não víamos os aposentos de D. Manuel e saíamos pelo Pátio dos Arcos precisamente pela porta que dá para o Pátio dos Arcos e para a escadaria. Não se via nem a Sala dos Veados, nem as Cozinhas. Isto em era por volta de 82-83, quando eu vim para o Palácio. O percurso, portanto, estava incompletíssimo. Havia uma sinalética mínima de orientação. Eram estas as condições e obviamente que não era de estranhar. Era de lamentar, mas por outro lado a Secretaria de Estado da Cultura tudo fez para que estes monumentos passassem para a sua tutela. Foi uma batalha que teve de ser vencida e não foi fácil, porque o Ministério das Finanças não investia nada no património, mas por outro lado sabia-lhe bem algumas receitas, que recebia deste património. Na verdade, todo o património estava em muito más condições, exceptuando três situações: o Palácio da Vila, porque no tempo de Salazar houve grandes obras no Palácio da Vila, que era o Palácio onde o Presidente do Conselho dava os seus banquetes; o Palácio Nacional da Ajuda, que era o Palácio onde o Presidente da República dava também as suas recepções e onde ainda hoje dá.

Portanto esses foram mais preservados; havia também algum cuidado com o Paço dos Duques de Guimarães, porque era a “menina dos olhos de ouro” do Estado Novo e porque também era a residência do Presidente da República, no norte do país. Ele tinha lá os seus aposentos.

3. Quais eram os serviços que então funcionavam no Palácio?

Funcionava o serviço de guardaria. Tínhamos uma ou duas senhoras para a limpeza, o conservador/director que era a mesma pessoa. Não havia secretaria, não havia serviços educativos, não havia técnicos superiores para estudarem as colecções e para investigarem, nem para fazer inventário. Não havia absolutamente nada.

4. Recorda-se, aproximadamente, quantos funcionários trabalhavam na instituição nessa altura? Algum deles se mantém actualmente em funções?

Devíamos ser, ao todo, 11 ou 12. Era mais ou menos isto. Nem sequer se pensava na existência de lojas, cafetarias ou em restaurantes, no Palácio. Nós estávamos muito atrasados numa política museológica. Inclusivamente, o Museu Nacional de Arte Antiga, o célebre Museu das Janelas Verdes, não tinha Loja ou cafetaria. Não tinha nada. Já tinha o primeiro Serviço Educativo, mas não tinha mais nada. Deu-se, na Democracia, um pulo muito substancial na política museológica e patrimonial, indubitavelmente. Não quer dizer, que no Estado Novo não houvesse cuidado com o património. Houve. De facto, Salazar disponibilizou muitas verbas, vindas do Ultramar, para a preservação do património, mas sempre numa perspectiva de se ver o património ligado à História de Portugal e a momentos paradigmáticos, segundo os historiadores oficiais da época. Paradigmáticos como a Independência Nacional, ligados a D. Afonso Henriques, e daí a campanha dos castelos, levada a cabo pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e em que se investiram imensas e avultadas maquiagens; também aí se destacou o Paço dos Duques de Guimarães. Obviamente que o rei, D. Afonso Henriques, tinha que ter um paço, se bem que fosse uma sombra, transformado em quartel. Aí gastaram-se verbas enormes. Depois vieram as Comemorações da Restauração e, portanto, novamente a questão da Independência, com D. João IV, levou a grandes obras em Vila Viçosa, porque aí começa a nova dinastia e porque tinha que haver um paço dinástico também. Fizeram-se grandes obras de limpeza do Paço Ducal, que pertencia a uma fundação, a Fundação da Casa de Bragança, que surge na sequência da morte de D. Manuel II. Obviamente que não mexeram muito nas colecções, mas ainda hoje o Paço Ducal de Vila Viçosa não tem uma loja. Tem a bilheteira, onde são vendidas as publicações e uma ou outra réplica, mas não tem mais nada. Não tem um espaço dedicado à loja, não tem uma cafetaria e nem é permitido, penso eu, o acesso aos jardins. Penso que os jardins ainda não estão estudados e é uma pena, porque não há palácio sem jardim. Deixo esse repto. Mas houve de facto grandes obras e grandes comemorações. O Castelo de S. Jorge também teve grandes obras. A memória da minha geração, daqueles que nasceram nos anos 50, é a de um castelo restaurado e ele nunca tinha sido restaurado ao longo destes séculos todos, assim como a Sé, em Lisboa, a grande catedral onde D. Afonso Henriques é coroado. Há obras nas várias sés: a campanha da Sé da Guarda, a campanha da Sé de Lamego, a campanha da Sé de Lisboa e a da Sé de Évora também. Também nas Misericórdias houve a reabilitação de certos edifícios. Nenhum de nós pode dizer que o Estado Novo não pensou no património, mas pensou numa perspectiva muito fora da época. Quando Viollet-le-Duc, no século XIX, recuperou Notre-Dame de Paris e outros edifícios, obviamente que era muito o espírito “uma época, um monumento”. Isso já estava ultrapassadíssimo! Nós temos de perceber que, muitas vezes, um monumento,

quer seja românico, quer seja gótico, passou pelo Renascimento, pelo Barroco e passou pelo Romantismo. Isso tudo era obliterado, era esquecido e era posto de lado.

5. Quais as necessidades mais evidentes na gestão do Palácio, quando assumiu a direcção do mesmo?

Posso-lhe dizer que eram todas e foi ter que estabelecer prioridades. A prioridade foi para as obras, mas como eu sabia que tinham passado uma quantidade avultada de monumentos e palácios para o antigo IPPC, era como nove cães a um osso. Portanto as obras nunca foram grandes obras, até ao aparecimento dos fundos comunitários. E o Palácio da Pena candidatou-se. Em 1989, entre mais de duas centenas de finalistas num programa comunitário, a Pena foi um dos 21 seleccionados. Portanto já a Europa percebera o peso e a importância desse conjunto Palácio-Parque, jardim romântico. Mas mesmo assim só nos anos 90 é que os jardins, que estavam sob a alçada da Direcção Geral das Florestas, provisoriamente desde 1910, passam também para a administração do ICN (Instituto da Conservação da Natureza). Até lá estiveram sob a Direcção Geral das Florestas. Portanto, tudo isto mostra, sobretudo, uma mentalidade oficial muito atrasada. E ainda hoje eu sinto isso e acho que não é demais referir que o povo português já começa a estar sensibilizado. As novas gerações já estão muito sensibilizadas para o ambiente, para a ideia de preservação do ambiente, de poluição, etc. Mas não têm ainda a mínima noção que um jardim tem por detrás de si toda uma planificação. O estudo da história da arquitectura dos jardins ainda tem muito para fazer, para que as pessoas percebam que um jardim é um espaço notável de fruição, de prazer e de sensibilidade, onde se pode estar a ler, a meditar, a reflectir, a passear... E é um espaço notável, onde há um grande coleccionismo botânico e onde é necessário preservar esse coleccionismo botânico, sempre e para sempre. É um museu, mas é feito de seres vivos: as plantas e os animais. Por isso requer um cuidado permanente, também com todos os jogos de água, repuxos, fontes, os oásis... Tudo isto são coisas lindíssimas e nós, portugueses, estamos ainda muito atrasados nessa área.

6. Quais as principais linhas orientadoras, pelas quais se geriu, para minimizar essas necessidades?

Obviamente para atrair grandes projectos de obras para o Palácio eu tive de chamar a atenção com outros aspectos, os quais tive de concluir ou dar continuidade, por forma a que o público visse todo o percurso de visita. Na verdade, eu não podia ter grandes obras, inicialmente, porque sabia que não era possível. Eram todos os palácios nacionais e os conventos e os mosteiros, mais a Torre de Belém, e outros, a solicitarem obras porque tudo, de facto, estava num estado difícil e penoso e assim chamei a atenção ao concluir o percurso de visita, mostrando os espaços que faltavam. Não foram todos os espaços, logo em 85, porque não tinha valorizado ainda os espaços de D. Carlos. Esses ficaram para uma segunda etapa. Mas valorizámos a Copa, a Casa de Jantar, a Capela, a Sacristia e, depois, todo o percurso de visita, com uma melhoria significativa de colecções e aproveitando, em 1985, o Centenário da morte de D. Fernando II, para fazer uma exposição educativa sobre este rei. Voltaram aqui ao Palácio, nessa exposição temporária, algumas peças de coleccionadores particulares, que as emprestaram. Voltaram a esta casa porque, na verdade, foram herdadas pela Sra. Condessa d'Edla e houve também alguns leilões. Fazia todo o sentido que se enquadrassem nessa exposição. E aí abrimos a Sala dos Veados e as Cozinhas ao público. Não com a apresentação que tem hoje. Estão muito mais recheadas hoje. Mas já mostrávamos já algumas peças do trem de cozinha, que é magnífico, em cobre. Como vê, eu cheguei aqui em 82-83. Foi essa grande exposição, em 1985, que projectou o monumento. Foi

também o dar conhecimento, primeiro ao IPPC, depois ao IPPAR, do grande número de visitantes e do fluxo de turistas que o Palácio tinha, que levou a apresentação da dita candidatura aos fundos comunitários, o que levou depois à grande obra da Pena. E quando eu digo a grande obra da Pena, falo da substituição de todas as coberturas e de todos os revestimentos dos terraços: o Terraço da Rainha, o Terraço das Cozinhas e outros terracinhos que existem no Palácio e que o público não tem acesso, a varandas, varandins, torres e torrinhas. Por outro lado houve a recuperação de todas as fachadas com a picagem de todos os rebocos. Porque quando as pessoas hoje dizem que o Palácio foi pintado, na verdade os rebocos foram todos picados antes e foram utilizadas técnicas tradicionais na recuperação desses rebocos. A própria pintura foi feita do seguinte modo: o pigmento ia no reboco e foi tratado à espátula. Assim houve todo um estudo de técnicas tradicionais, conhecendo-se as experiências de Itália e experiências inglesas e francesas. O próprio estudo da cor, pelos técnicos do IPPAR, foi muito aliciante e foi muito vanguardista para a época, chocando muita gente. Na verdade dizia-se que o Palácio nunca tinha sido pintado. As cento e muitas amostras de reboco, que foram para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) deram as cores com que depois o Palácio foi pintado. As pessoas não tinham essa memória e viam sempre no cimo da serra aquele palácio nas nuvens, pardacento, cheio de olheiras e cinzento. Na altura eu costumava dizer que o palácio parecia uma esponja gigante, porque as paredes e os rebocos servem para que não haja infiltrações e toda a humidade vinha pelas paredes, aparecia nas salas e estragava muito a pintura mural. Ainda hoje se pode ver alguns espaços que não estão recuperados. Não foi possível. Houve, de facto, graves problemas. Nessas grandes obras houve a modernização e a criação de infra-estruturas para o acolhimento do público. Quando se pensou no antigo espaço das cocheiras, das cavalariças e das casas dos antigos conservadores do tempo Estado Novo (que eram, mais recuadamente, dos estribeiros-mor, dos trintanários e de todo esse pessoal que acompanhava a Família Real), todo esse espaço foi transformado, como nós hoje vemos, na Recepção do Palácio, na Loja 2, no bengaleiro lá de baixo, em casas de banho, que dessem para esta avalanche de público, no restaurante e na cafetaria. Foi um conjunto de infra-estruturas que permitiu dar um ar mais actual, mais moderno. Tratou-se, sobretudo, de dar ao público visitante, um conjunto de serviços, que lá fora já eram comuns e que era urgente que um palácio como o da Pena, que tem este número gigantesco de mais de 400 mil visitantes por ano, pudesse dar para haver um certo conforto, uma certa alegria e um certo bem estar. Obviamente, criou-se o percurso de visita livre. Nós temos hoje de ter consciência de que não há um público só. Há públicos.

7. Quantos funcionários possui actualmente o Palácio?

Eu penso que somos cerca de 40 elementos. Temos um Director, que é Conservador. Depois há quatro ou cinco Técnicos Superiores, um Técnico de Museografia, Secretários-recepcionistas, Vigilantes, elementos nas lojas, equipa de Manutenção e Guardaria nocturna. Digamos que, ao todo, há um conjunto de elementos que já dão resposta a uma verdadeira instituição museológica e patrimonial.

8. Quais as políticas, por si adoptadas, no que concerne à gestão dos recursos humanos?

Obviamente tentar que as pessoas se sintam da melhor forma possível e, por isso, foram criados refeitórios: o refeitório da guardaria-vigilância, com uma *kitchenet*, instalações sanitárias para senhoras e homens e com vestiário para senhoras e homens. Por outro lado, ao nível dos Técnicos Superiores houve, mais recentemente esta grande obra do

percurso técnico-administrativo, que vai desde o gabinete do director, passando pela Secretaria, ao gabinete do Serviço Educativo e aos dos técnicos, aos técnicos de inventário, com o respectivo refeitório, uma *kitchenet* também, e ainda com outra *kitchenet* de apoio. Tem três casas de banho de apoio: uma para o Director, outra para os elementos administrativos e técnicos e outra para os Técnicos Superiores, porque assim as pessoas mais facilmente resolvem essas situações.

9. Costuma promover algum tipo de formação específica para os funcionários do Palácio?

Sim, claro que sim. Os funcionários vão a cursos de formação, no exterior, dados por várias empresas. Apostou-se muito em cursos de formação na área da Informática, na área das Relações Públicas e do atendimento. Há que deixar de vez essa ideia que o guarda antigo tinha, de ver o público como inimigo. Há que vê-lo como uma pessoa tão normal como nós, que nos vem visitar e que quer ser bem tratado, como nós gostamos de ser bem tratados quando vamos a um supermercado, a uma loja ou a uma sapataria. Portanto, passar essa ideia amigável do público é muito importante, porque havia toda uma outra tradição, do público como aquele inimigo que vinha roubar o Palácio. É uma formação *in job*, como hoje se diz, no local de trabalho. É preciso explicar sempre às pessoas, quer da limpeza, quer da manutenção, a forma como executar as tarefas. Desde o atendimento telefónico. Há que dizer-se “Bom dia, Palácio Nacional da Pena. O meu nome é...”. A forma de acolher todo esse conjunto de visitantes é extremamente importante.

10. Na sua opinião, quais são as principais funções que um Director/Conservador deve de ter, dentro da instituição que coordena?

Hoje, acima de tudo, ele tem de ser líder e tem de ser gestor. Tem que ser líder porque tem que ser um homem ou uma mulher, apaixonados por aquilo que fazem, e têm que passar essa paixão às pessoas que trabalham com ele. Tem que ser gestor, porque tem que gerir recursos humanos. Tem que ser gestor de públicos, gestor de património, gestor museológico e gestor dos orçamentos. Também tem que procurar mecenas e, portanto, é muito polifacetada a sua tarefa, mas também muito fascinante.

11. Recordo-me de ter visto, das primeiras vezes que vim ao Palácio no âmbito do estágio, quando a equipa ainda estava na Sala nos Veados, um painel intitulado “Queixinhas ao Sr. Director”. Isso pareceu-me uma maneira de grande aproximação às pessoas com quem trabalha.

Sim, exactamente. As pessoas eram livres de fazer essas “queixinhas”. Todos estávamos fora do nosso *habitat* normal, que era o percurso técnico-administrativo. Todos nós saímos por um período, que era suposto ser no máximo de um ano, e tivemos de estar cinco anos à espera que as obras começassem, fossem projectadas... Foi tudo muito lento, muito moroso e doloroso, em certa medida. Na verdade os técnicos tinham muito pouca privacidade. Eu próprio estava num cubículo sem janela, onde recebia as pessoas. A Secretaria também estava em cima dos restantes serviços e creio que só criando um bom ambiente é que se conseguiu superar aqueles cinco anos que foram difíceis, em termos humanos, para esse conjunto de pessoas. Mas superou-se apenas por aí, não se criando barreiras. Hoje o líder tem que ser visto como um amigo, como uma pessoa que está para ajudar, não para criticar. Pode criticar, mas sempre pela positiva. Temos de ver sempre que todos nós somos líderes e somos seguidores. Portanto, temos que saber gerir estas posições, consoante os nossos papéis sociais e isso parte do bom senso das pessoas e, quando não há bom senso, tudo corre mal. E há muitas coisas correm menos bem,

mas no que diz respeito à equipa do Palácio, eu penso que todos os funcionários se apercebem disto e não vêm no director o “papão”. Porque não há que enganar. Na verdade tudo chega ao director, as coisas boas e más. Mas tudo se resolve.

Ainda ao nível da formação, o director de um monumento tem que estar sempre em formação, tem que estar sempre actualizado. Essa é a minha postura. Posso-lhe dizer, por exemplo, ainda no domingo acabei de ler um livro que é uma óptima formação para mim, sobre gestão e liderança. Isso é muito importante, porque nós temos de estar actualizados, temos de estar despertos para as solicitações de um mundo em permanente mudança. Com toda a globalização, com a Internet, com toda a sociedade de informação na qual vivemos, nós temos que criar também esse dinamismo e não ficar parados. Temos que ter uma actualização constante das novas metodologias, das novas técnicas e das novas formas de actuarmos, para que consigamos “levar a água ao moinho” da melhor forma possível. Por isso, temos de estar sempre muito atentos e essa ideia de que director está lá no topo da hierarquia é muito bonita, mas hoje não funciona, porque um bom líder é aquele que está em cima e que está em baixo e que sabe passar a mensagem a todos, utilizando discursos muito variados. Desde as senhoras da manutenção, ao segurança da noite, ao Técnico Superior e aos técnicos da Secretaria, as abordagens são muito diferente, mas têm que ser conseguidas e a mensagem tem que passar, de lá para cá e de cá para lá. As coisas têm que funcionar, com todas as estratégias e mais algumas. E hoje, mais do que o gestor, o líder é muito importante. A liderança hoje é muito importante.

12. Recorda-se de algum momento mais marcante durante o seu percurso enquanto Director/Conservador?

Recordo-me de vários, mas posso-lhe referir exactamente aquele das grandes obras do Palácio, em 1989-90. Depois toda a década de 90, porque o Palácio durante toda aquela década do século XX esteve sempre em obras. Na sequência dos subsídios da Comunidade Europeia, fomos aproveitando todos os projectos que vinham, quer ligados à gestão do património e à conservação, quer ligados ao património e turismo, porque na verdade nós acolhemos turistas também. Foi, de facto, uma década bastante movimentada, com muitas obras, muitas solicitações e, assim, entrámos no século XXI com esta última obra. Creio que agora é essencialmente fazer a manutenção do que já existe e avançar para os grandes restauros no interior. Já começámos com alguns, como a Sala de Estar Íntima e outras dependências. Os estuques têm sido mantidos. Mas há outros espaços que têm que ser tratados com atenção para que esta mensagem, não só do património edificado, como das colecções e do gosto das artes decorativas, no interior deste monumento, sejam passados às novas gerações. Isso é fundamental!

13. Contrariamente à tendência verificada em muitos dos outros palácios portugueses, no Palácio Nacional da Pena o visitante tem a oportunidade de visitar os espaços de modo livre, tendo apenas de se manter dentro do percurso lógico na visita sequencial das salas. Quais os principais critérios na definição desse percurso? Ele já existia previamente à sua chegada ao Palácio?

Há um aspecto do qual eu tenho que me redimir, e que é o “calcanhar de Aquiles” deste Palácio, que é a sinalética. Eu espero que este ano ou no início do ano que vem, nós tenhamos uma nova sinalética. A sinalética é também um *working process*, mas nós tivemos algum azar, porque os três projectos de sinalética ficaram sempre por pôr de pé. Ficaram sempre no papel ou incompletos: o primeiro projecto por ser muito impositivo, o segundo por não albergar todas as vertentes e o terceiro por doença do próprio

projectista que o deixou incompleto. E, por isso, tudo isto criou grandes instabilidades, mas espero que este ano esse assunto fique resolvido. Relativamente ao percurso, não foi difícil tentar mostrar ao público o Palácio da Pena, porque não há entradas de aparato, com uma grande escadaria. Há escadas e escadinhas de acesso. Há vários percursos a considerar: há o percurso no exterior do monumento, em que o visitante é convidado a ver o edifício na sua lição de história da arquitectura do Romantismo e da sua invulgaridade. É o percurso pelos pátios: pelo Pátio do Tritão, pelo Pátio do Arcos, pelo Caminho da Ronda, pelo Terraço da Rainha e pelo Terraço das Cozinhas, pelo adro da Capela. E depois há que ver as fachadas: não há uma única janela com a mesma decoração. Nos interiores há vários percursos e eu penso que o visitante que visite com atenção, se apercebe que há o percurso da intimidade, dos aposentos privados, constituídos obviamente pela Sala de Jantar, pela Copa, pelos aposentos de D. Carlos, pelos aposentos da Rainha D. Amélia e pelos respectivos aposentos do pessoal de apoio, como o Viador, as Damas e o Ajudante de Campo, a Sala de Estar Íntima e acabando na Sala Verde. Há o percurso religioso, da Capela e da Sacristia. E depois haverá um percurso, digamos, mais social, das salas onde a Família Real recebia os menos íntimos: é o caso da Sala Indiana, onde a Rainha D. Amélia gostava muito de dar chá das cinco às suas amigas, que a visitavam; e o Salão Nobre, que era o espaço mais amplo. Depois temos novamente um outro espaço mais intimista que é são aposentos, inicialmente pensados por D. Fernando II para D. Maria II, e que depois são usados pela Sra. Condessa d'Edla e, mais tarde, pelo Infante D. Manuel, que veio a ser o nosso rei D. Manuel II. Os aposentos do Príncipe Real D. Luís Filipe eram em cima, onde nós hoje chamamos a Telegrafia, exactamente onde é a Sala do Torreão. Mas esse espaço já não encontrei. Talvez a Rainha D. Amélia os tenha mandado tirar e arrasar, para mais facilmente poder os não visitar, porque devia ser uma memória muito dolorosa a morte do primeiro filho. Não temos vestígios disso, mas na planta desse piso conhecemos as divisões e sabemos que aí eram os aposentos do filho mais velho, de D. Luís Filipe. Ainda dentro do aparato, temos a Sala dos Veados, sala de troféus, de iniciação maçónica, de rituais, porque não? As cozinhas, que eram as cozinhas maiores e era onde se confeccionavam os banquetes, para o Salão Nobre ou para a Sala dos Veados. Digamos que esse é o percurso de mais aparato e acho que o visitante se apercebe disso. Há também o percurso pelo Parque. Tem vários percursos, que são maravilhosos e nós temos que ter presente que onde está este Palácio, o jardim da Pena, o parque, foi minuciosamente pensado, planeado, projectado, executado e depois passeado. Foi muito vivido pela Família Real e há imensas referências, desde os passeios, a Feteira da Rainha, a Feteira da Condessa, as camélias da Rainha, os Lagos, o Templo das Colunas, a Cruz Alta, o trono da Rainha, banco onde a Rainha D. Amélia gostava de ir, porque tinha uma vista espantosa para o Palácio. Aí ela gostava de desenhar e tirar os seus esboços. Nós temos de ter presente que o jardim romântico é um jardim, como diziam os grandes tratadistas dos jardins do século XIX, eram *les jardins de l'homme sensible*. Na verdade era esse encontro do Homem com a sua subjectividade máxima, consigo próprio, com o seu sujeito, com a sua reflexão, tendo consciência que toda a vida é feita destes fragmentos.

14. No artigo “Caminhos do Romantismo – O Palácio Nacional da Pena”, integrado na compilação das comunicações proferidas no I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, *Romantismo – Sintra nos Itinerários de um Movimento*, aponta os principais critérios que estiveram por detrás da disposição das várias peças que se encontram em exposição. O que se pretende é, em parte, dar ao visitante a ideia de uma casa romântica

do século XIX? Como se explica uma certa mistura de épocas (por vezes incidindo mais na época de D. Carlos I / D. Amélia, outras dando maior importância à época de D. Fernando II)?

Obviamente que nesta pergunta eu posso-lhe referir, muito sinteticamente o seguinte: no percurso exterior o que nós queremos e o que nós valorizamos é a figura do mecenas deste conjunto da Pena, a figura de D. Fernando II de Saxe-Coburgo Gotha. Foi ele o grande sonhador da Pena, o grande apaixonado pela Pena e foi o grande mecenas. Sem o dinheiro dele, sem a sua fortuna pessoal, nada disto tinha sido conseguido. Por outro lado, no interior, nós vocacionámo-lo mais para a última figura que o habitou, a Rainha D. Amélia. Não há vestígios fotográficos dos interiores no tempo de D. Fernando. Há apenas os inventários. Mas há fotografias de alguns interiores, no tempo da Rainha D. Amélia há. E nós percebemos que todo o espírito e toda a filosofia das artes decorativas tinham que ser pensadas tendo em conta as últimas décadas do século XIX e os inícios do século XX, até à queda da Monarquia, Entre 1908 e 1910, a Rainha D. Amélia passa aqui grandes temporadas na Pena, porque era muito inseguro estar em Lisboa. Havia imensas convulsões, tumultos, golpes e o próprio D. Manuel II queria que mãe estivesse recolhida numa zona de maior segurança. O Parque e o Palácio eram o sítio ideal para ela estar e foi isso que nós pretendemos valorizar.

15. Em que medida considera o Palácio Nacional da Pena como um espaço criador de memórias, a diferentes níveis: da Família Real, dos trabalhadores (desde a época da sua construção) e dos visitantes?

Todo o Romantismo apela ao afecto, às emoções e aos sentimentos. E tudo isso tem a ver com a nossa memória. De facto, o tempo dos bisavós e dos avós, não está ainda tão longe na minha geração, daqueles que nasceram nos anos 50. Assim, há que passar isso, a forma como esses bisavós e esses avós viveram. Nós temos esses registos. Por outro lado, este Palácio, ainda tem as suas colecções. Eu seria desprovido de qualquer sensibilidade museológica, se não pusesse de pé esses espaços, com essas vivências. E é esse apelo às memórias do afecto e a esses tempos bons da infância, que chamo a atenção das pessoas. E para aqueles que os não viveram, é o terem presente uma época que foi assim e que hoje está muitíssimo bem documentada. Não só com o período vitoriano, mas com todo este conjunto de peças que torna os espaços evocações da memória, do afecto e da ternura dos sentimentos. Porque afinal um palácio não é mais do que uma casa maior. Mas foi uma casa vivida também e, por isso, esta casa de veraneio, que ainda por cima já é a expressão de um gosto muito aburguesado e já não aristocrático, no sentido de pompa e circunstância, não tem nada disso. Foi pensado como uma verdadeira segunda casa e transmite isso: o estar bem, o viver, o micro-cosmos e o macro-cosmos, neste conjunto paradisíaco que a Pena é, de património verde, património paisagístico e património edificado. Está nas suas colecções, porque as pessoas não vivem sem coisas, sem objectos. Era preciso era dar-lhes vida e dizer às pessoas que estas coisas tinham uma função. Foram descobertos exactamente pelo topo da hierarquia, pela classe social que estava no vértice e que era a aristocracia. A criação de um espaço único de casa de jantar, a criação dos espaços da higiene, como as casas de banho, surgem nesta época. Depois democratizam-se ao longo de todo o século XX, mas o importante é que as primeiras casas de banho para o uso privado foram das famílias reais e há que mostrar isso, se que fique a noção que a casa de banho é um espaço menos nobre que os outros. Era um espaço tão importante para dia-a-dia, naquela época, e era usada por estas personagens reais, por estas figuras que introduziram essa moda. Depois, a burguesia endinheirada, os grandes capitalistas, vão copiar e a moda democratiza-se. É o que acontece sempre. Na Idade Média, quem lia

eram as classes eruditas, como o Clero. Depois passou a ser a aristocracia e depois uma burguesia. Hoje toda a gente lê e há livrarias e feiras do livro.

16. Sendo o Palácio Nacional da Pena um monumento emblemático, não só ao nível nacional, mas também com impacto a nível internacional, quais as principais medidas para gerir um património com esta envergadura? Quais as principais dificuldades sentidas?

Claro que sim. Pensa-se na publicação de muitas mais obras. Restauros haverá sempre, quer de património integrado, como as pinturas murais, os azulejos e os estuques, quer de património móvel, como o restauro e a limpeza de lustres, o restauro das colecções de mobiliário, de faiança, de porcelana, de ourivesaria... Isto por forma a dar cada vez mais vida a objectos mortos. Isto parece um contra-senso, mas serve para mostrar que aquela forma tinha uma função e que naquela época a função era vivida. Certamente no século XXII, se já não existirem *tupperwares*, os nossos descendentes vão dizer: “Mas porque é que os nossos avoengos utilizavam estas coisas? Com um óptimo *design* e com umas tampas que tapam e que iam ao frigorífico...”. Tudo isso é a própria evolução e isso é muito importante mostrar.

17. Pensando no Palácio enquanto casa-museu, que ponto de situação faria acerca do seu enquadramento na Museologia portuguesa?

Na Museologia portuguesa, obviamente que os palácios são casas-museu. Lá fora todos os palácios são vistos como grandes casas-museu, com colecções notáveis e, na verdade, nós não temos colecções notáveis, mas temos as colecções que temos e eram as colecções da Família Real, que fazem parte da História de Portugal. E, assim, tem de se dar a conhecer, divulgar cada vez mais este património, de modo a que as pessoas tenham orgulho na sua história e no seu património. Porque só não tem orgulho na sua história, na sua história de arte e no seu património quem, de todo, deixa de ser povo independente. Nós temos de ter consciência que somos uma nação independente há muitos séculos e queremos continuar a sê-lo, neste mundo global. Para isso nós temos que mostrar e valorizar aquilo que é genuinamente nosso e só nosso. É o caso da Pena, quer na sua arquitectura, nas suas arquitecturas e nas suas colecções. É único.

18. Na sua opinião, o que torna o Palácio Nacional da Pena num lugar ímpar?

É um lugar ímpar porque tem uma arquitectura edificada ímpar e uma arquitectura paisagística romântica única. Nos primeiros milénios primeiros da Humanidade diziam que Sintra era a Serra da Lua. Na verdade há outras leituras, porque o próprio Parque e Palácio têm leituras simbólicas e maçónicas que é importante descobrir e re-interpretar, porque tudo isso faz parte deste todo que a Pena. Por outro lado é importante mostrar essas vivências, numa época que cada vez se vai tornando mais remota. E na época dos dígitos e dos *chips* é cada vez mais importante nós termos presente que aquilo que nos identifica é aquilo que é excepcional, que é único num povo e pertença da herança desse povo, que é, de facto, esse seu património tão característico, tão único, de um país do sul da Europa, como é Portugal.

ENTREVISTA 2

Sílvia Santa-Rita e Constança Azevedo Lima

A seguinte entrevista foi realizada no dia 27 de Junho de 2007.

FUNÇÃO: Técnicas Superiores Principais (Inventário / Investigação)

A: Sílvia Santa-Rita

B: Constança Azevedo Lima

ANO DE ENTRADA:

A: 1993

B: 1993

FORMAÇÃO:

A: Licenciatura em História, Pós-Graduação em Museologia e Mestrado em História de Arte

B: Licenciatura em História, Pós-Graduação em História Medieval

1. Como definiriam o estado do Sector de Inventário aquando da vossa chegada, pela primeira vez, ao Palácio?

A: Não era propriamente uma desgraça, no sentido em que as peças estavam identificadas. Mas as descrições eram más, na medida em que o inventário tinha sido feito por pessoas que não tinham qualquer preparação nem conhecimento. De qualquer maneira, nós tínhamos as bases. Foi com isso que nós nos deparámos. Pelo menos havia um registo básico: nome, número de inventário e a localização. Agora ao nível da descrição e das conclusões tiradas, estava mal. Penso que seria assim em quase todos os palácios.

B: Nomeadamente algumas definições e algumas atribuições de marcas estavam erradas. Tiveram de ser revistas.

2. Quais as necessidades mais marcantes deste Sector nessa altura?

A: Organizar, começar a colmatar as falhas principais. Havia falhas muito grandes. Era importante detectar os erros e tentar corrigi-los. Muitas vezes até a nível de numeração havia peças que estavam mal numeradas, o que dava um número errado de peças no espólio. Começámos por aí. Penso que a Constança também se deparou com esse problema.

B: Sim.

3. Podem apontar as principais mudanças registadas desde então?

A: A Constança fez o levantamento dos poucos registos que existiam. Este palácio não tinha registos, como tinham, por exemplo, o Palácio da Ajuda ou o das Necessidades. Mas aquilo que existia, foi a Constança que fez o levantamento da entrada e da proveniência das peças. Aliás ela ficou doente por causa disso, porque todo o papel estava contaminado. Ela fez esse trabalho essencial.

B: Ao nível da documentação que existia cá no Palácio, consegui ver de onde é que tinham vindo as peças e quando tinham sido incorporadas. Fez-se todo esse levantamento. Por exemplo, muitas das peças vieram do Palácio das Necessidades ou do Palácio da Ajuda e há algumas referências a peças que foram adquiridas, por volta dos anos 40-50.

A: Corrigir as fichas, erradicar os erros. Para além disso, duas coisas essenciais desde então, foram o levantamento fotográfico de todo o espólio, ou praticamente todo, também a introdução do programa informático Matriz que, apesar de ter tido imensos

problemas no Palácio e de ter falhado durante meses a fio, é um instrumento com o qual o trabalho se tem vindo a realizar e foi essencial.

B: Levantamento fotográfico e também digitalização.

4. Quais os principais problemas que se levantam em relação às peças existentes no Palácio? Qual a tipologia de peças que corre maiores riscos dentro da instituição?

A: Os principais problemas são sempre os mesmos: a conservação e a segurança. Quanto à tipologia de peças que correm maiores riscos, podemos apontar a pintura, que corre imensos riscos no que toca às oscilações da humidade e da temperatura. Penso que as porcelanas e os vidros e as faianças também correm sérios riscos, principalmente ao nível da manutenção diária, da limpeza, porque por vezes é difícil que as pessoas que fazem essa limpeza, tenham a sensibilidade adequada para estas questões. Se bem muitas vezes essas pessoas se vêem obrigadas a fazer a limpeza em muito pouco tempo. Como eu costumo dizer, milagres não existem.

5. Trata-se de um palácio com muitas peças e que se encontra bastante preenchido, certo?

A: Está cheio e eu penso que também é justo falar nisso. As pessoas têm pouco tempo para fazer este trabalho e milagres, de facto, não existem.

6. Nos últimos anos houve algum aumento significativo no espólio do Palácio?

A: Têm havido transferências.

B: Houve, ultimamente, aquela transferência que veio do Museu Nacional de Arte Antiga. Vieram bastantes quadros.

A: Veio mobiliário indo-português do Palácio da Ajuda. Veio uma arca, constituída por painéis esculpidos italianos, que era de D. Fernando. Para aquilo que o Palácio tem ainda vieram algumas coisas. Ao nível das doações, veio uma mobília que está relacionada com D. Amélia, umas peças de roupa, mas nada de especial...

7. Qual a articulação do Sector de Inventário do Palácio em relação aos outros sectores, como o Sector de Extensão Pedagógica, por exemplo? Se determinada peça sair do percurso expositivo, como se processa a comunicação deste facto aos restantes serviços?

A: Quem tem que dar parte disso tem que ser o conservador, que neste caso é também o director, até porque muitas vezes o Inventário não é avisado da saída de uma peça do percurso museológico ou da mudança da localização. Essa comunicação não existe efectivamente. Isso é uma das falhas aqui no Palácio: é a intercomunicação entre diversos sectores. As coisas só funcionam porque realmente a equipa se dá bem a nível pessoal e trocamos informação uns com os outros, porque ao nível de departamentos não funciona.

8. De uma maneira geral, pode indicar uma percentagem aproximada da quantidade de peças que pertencem ao espólio original do Palácio?

A: Hoje em dia é um pouco complicado. Talvez um dia seja possível que seja feito o levantamento das peças em cada palácio, porque a seguir à queda da Monarquia, as peças andaram de um lado para o outro. É muito complicado saber que peças é que estavam onde. Depois, quando os palácios são abertos ao público como espaço visitável, como um espaço museológico, competiu a cada director ou a cada conservador tentar

encontrar as peças que melhor se adequassem aos lugares. Por isso, tratou-se de um trabalho muito pouco científico e histórico.

B: E esse trabalho acho que está a ser feito agora. Agora é que começa a ser feito através de trabalhos e estudos. Apesar de tudo, há alguma documentação da época. Os inventários, o rol... E agora é que se está a começar a fazer esse trabalho.

9. Portanto é trabalho para o futuro, tanto aqui como em qualquer outro palácio?

A: Esse trabalho nunca acaba.

10. Quais os principais estudos efectuados sobre as diferentes colecções do espólio do Palácio?

B: Eu fiz um estudo sobre a colecção da porcelana europeia. Fiz também um estudo com base num dos livros de ponto sobre a construção do Palácio.

11. Penso que estudou igualmente o livro de registo da Sala do Álbum.

B: Sim também fiz esse levantamento, mas depois tive de parar de mexer nessas coisas e esse trabalho ficou por acabar. Tratava-se do levantamento das assinaturas das visitas da Família Real.

A: Havia um projecto no Palácio, muito engraçado, que se chamava “Uma peça em Destaque”. Como o Palácio está cheio, muitas vezes há dificuldade em conseguir observar peças que são melhores do que as outras, não só pela sua antiguidade, como também pelo o material ou por se tratar de um trabalho magnífico. Como está tudo misturado, realmente a ideia desse projecto, que consistia em destacar uma peça na exposição, era interessante. As duas fazíamos textos para o público. Por isso eram textos que não fossem demasiado científicos, nem demasiado académicos, para que o público soubesse um bocadinho sobre o que é aquela peça, bem como ela que tinha sido feita (ao nível dos materiais, da execução, estilos e qual a importância na época). Foi um projecto engraçado, mas que neste momento está relativamente parado, infelizmente.

B: Ao nível das colecções, a de ourivesaria foi estudada.

A: Sim, a colecção de ourivesaria foi estudada pela Dr.^a Isabel Penha Garcia que, há uns anos atrás, cerca de 1992, fez o levantamento da colecção de ourivesaria e conseguiu reconhecer marcas e ourives. Se bem que há coisas que têm de ser revistas novamente. Mas é uma colecção que está relativamente bem estudada.

A: A de porcelana oriental na teoria estaria estudada.

B: Pela Dr.^a Maria Antónia Pinto Matos.

A: Mas veio-se a verificar que há erros muito grandes, ao nível de atribuição de datas e de reinados e de períodos, que ela própria reconheceu.

12. Sendo o Palácio Nacional da Pena um dos espaços culturais mais procurados a nível nacional, como é possível gerir a quantidade de visitantes que entra nas salas por dia, com a manutenção / conservação das peças? É notória a deterioração das mesmas perante a grande afluência do público?

A: Na verdade, nada disso é gerido. Sabe-se que tem imensa influência nas peças o número exagerado de visitantes. Mas isso, penso, não é um problema na Pena, é um problema geral. Também não é um problema português, visto que neste momento vivemos numa mentalidade economicista, temos que fazer dinheiro e poucos se preocupam se este ou aquele quadro estão com problemas daqui a dez anos ou cem

anos. Neste momento, ninguém está preocupado em saber se os nossos filhos vão ter acesso a essas peças. Por isso, quando pergunta como é possível gerir, não se pensa no assunto. Abrem-se as portas, e pronto.

B: Eu acho que há uma coisa fundamental que nós, por enquanto, ainda temos. É que o Palácio seja fechado um dia por semana.

A: Para arejar, para limpar.

B: Mesmo ao nível de certos trabalhos que são precisos, de manutenção, de estudo e recolha das peças, é fundamental um dia por semana para que se possa entrar nas salas e para mexer nas peças.

13. Existe alguma espécie de rede / contactos frequentes / protocolos / parcerias ou colaborações com outras instituições museológicas ao nível do trabalho do sector de Inventário?

A: A única coisa que existe é ao nível do Matriz. Como sabe, foi o IPM que aderiu pela primeira vez ao Matriz. O IPPAR, ao qual pertencia este Palácio, por arrastamento, adquiriu também o Matriz. Mas não há qualquer contacto, nem há qualquer troca de informações, ou de dúvidas ou de esclarecimentos.

14. Recordam-se de alguma história em particular que as tenha marcado em relação a alguma das peças? Ou, mais concretamente, alguma peça que as tenha marcado?

A: A mim, a peça que mais me marcou aqui foi a peça a partir da qual eu fiz depois o meu mestrado. É uma escultura inglesa, um alabastro, do século XV-XVI, que a mim me diz muito. Fora isso, há aqui coisas magníficas, como o próprio Retábulo. Ao nível arquitectónico é o claustro, porque eu adoro claustros. Há aqui coisas muito boas e que se perdem um bocadinho no meio da imensidão dos objectos que estão expostos. As salas são praticamente reservas. Mas na minha opinião há aqui peças muito boas. Para mim, particularmente, gosto daquela porque me apaixonei pela peça.

B: Também gosto muito do retábulo da Capela. Acho que é uma peça que a pessoa não se cansa de olhar e, de cada vez que olha, vê sempre um elemento diferente. Agora, concretamente, como estudei exaustivamente a colecção da porcelana europeia, foi para mim um grande gozo conseguir datar algumas peças. Consegui datar o ano preciso de realização das peças através da identificação da data e de alguns números de ordem que utilizavam nesses centros de fabrico. Acho que, para mim, foi um trabalho bastante compensador conseguir identificar ao certo.

A: Quanto a mim, resta-me dizer que, como tenho um grande fascínio por vidros, também gosto muito da colecção dessa colecção. Infelizmente, não está em muito bom estado, por problemas de conservação de que já falámos. É uma arte decorativa um bocado difícil, ao nível de datações e de atribuições. Gosto de outras coisas também, mas os vidros são uma coisa a que acho muita piada, a transformação da matéria em vidro. Temos aqui peças muito boas.

15. Ao nível da conservação/restauro das peças vocês recorrem, com frequência, a *ateliers* particulares de conservação?

A: Não, também recorremos ao antigo Instituto José de Figueiredo (que agora tem outro nome). Recorrer a particulares é uma segunda solução, porque o Instituto não dá vazão a tudo, mas eles são óptimos. Têm óptimos especialistas. Recorre-se a particulares em algumas coisas. Não se recorre tanto como nós queríamos porque não há dinheiro.

16. No estudo que é feito dos objectos inventariados há alguma preocupação em registar, na respectiva ficha, algum tipo de memória associada a eles?

A: Na minha opinião acho que isso deve ser sempre registado. Nós aqui temos pouca informação. Eu penso que é um trabalho que se vem a fazer mais tarde, quando, por exemplo, a Constança, em documentação encontrar alguma referência sobre determinado objecto. Isso deve-se pôr. Mas penso que tem que se ter muito cuidado, porque há muita informação que não é verdadeira e depois passa a ser verdadeira quando está na ficha. O rigor histórico, hoje em dia, não é muito tido em conta. É óptimo criarmos uma história, mas depois não é bem assim. As pessoas querem realmente é coisas maravilhosas. Como houve, há uns anos, um panfleto da Caixa Geral de Depósitos, de umas peças aqui do Palácio, das quais eles fizeram reprodução. Era completamente hilariante o que se dizia sobre as peças, sobre o castiçal preferido de D. Amélia... São coisas que são perfeitamente patéticas, mas que as pessoas gostam. E, tanto eu como a Constança não achamos muita piada a isso, por isso da nossa parte isso não acontece.

B: Só se realmente encontrarmos alguma referência. Aí temos logo a preocupação de ir juntar à ficha.

A: Sim, agora criar histórias que as pessoas gostam de ouvir. Como o José Hermano Saraiva, que conta histórias extraordinárias e que as pessoas adoram ouvir. Ele é um bom contador de histórias, essencialmente.

17. Quais os estudos que ainda se podem desenvolver sobre o espólio do Palácio?

A: O Director a mim disse-me para eu pegar no mobiliário. O mobiliário da Pena é realmente muito rico, em termos do século XIX. Muito eclético, há mistura de estilos, mistura de materiais e a criação de novos modelos. É talvez, na nossa opinião, a colecção mais importante. Mas é enorme e não tem fim. Como já disse, há imensa coisa para fazer.

B: Eu, como já disse, estou agora a trabalhar na colecção da faiança, mas há também outras colecções. A Sílvia já falou nos vidros, também, que ainda estão por estudar. A própria pintura também.

18. Consideram o Palácio Nacional da Pena um lugar único? Porquê?

B: Para quem trabalha aqui é um bocadinho difícil, hoje em dia, dissociar o que se pensa da Pena, do que se passa aqui todos os dias, nomeadamente agora que vivemos num período difícil de transição e que não sabemos muito bem o que vai ser o nosso futuro aqui. Penso que isso condiciona um bocadinho a nossa perspectiva e a nossa imagem do Palácio da Pena. Com certeza, quando todos chegámos aqui, achávamos que isto era um sítio lindíssimo e único. De facto, é um monumento bonito, por todos os estilos arquitectónicos que engloba, pela sua situação, é realmente um lugar único. Para mim, hoje em dia, se calhar esse romantismo desvaneceu-se um bocadinho.

A: Eu sinto exactamente o mesmo que a Constança. Quer dizer, é único mais no sentido de ser o realizar do sonho de um homem que teve uma visão um bocadinho diferente daquela nossa visão portuguesa, muito tacanha. Mas como ela disse, é muito difícil para nós agora ainda termos um fascínio enorme por este sítio. Não só porque estamos aqui há muitos anos, mas porque lidamos com as realidades e as dificuldades, que são imensas. Mas, claro, é um sítio único, como aliás todos os sítios são únicos. Cada sítio tem a sua especificidade. Este sítio é único pelo isolamento, pela ligação com a natureza, por ser o realizar do sonho de D. Fernando, que viu aqui qualquer coisa. Mas não o considero nada do outro mundo. Há coisas no nosso país bem mais únicas e se

calhar menos visitadas, menos conservadas, menos conhecidas. Mas isso tem muito a ver com a política cultural no nosso país.

ENTREVISTA 3:

Teresa Antunes

A seguinte entrevista foi realizada no dia 11 de Julho de 2007.

FUNÇÃO: Técnica Superior – Serviço Educativo (Acolhimento ao Público)

ANO DE ENTRADA: 1987

FORMAÇÃO: Licenciatura em Filologia Germânica; Profissionalização em Ensino

1. Como era o Palácio ao nível da comunicação com o público / divulgação quando entrou?

Eu sei que antes tinha havido um esboço de formação de um Serviço Educativo, com as pessoas que cá estavam. Eram pessoas que trabalhavam no Palácio e não tinham propriamente a ocupação de estarem num Serviço Educativo, mas pontualmente faziam actividades e o acolhimento dos pedidos. Era uma coisa pouco sistemática. E foi daí que surgiu a ideia de se formar mesmo um Serviço Educativo no Palácio.

2. Quando e como se constituiu um Serviço Educativo nesta instituição? Em que circunstâncias surge?

Foi justamente na altura que referi anteriormente, que o Director do Palácio quis fazer mesmo um Serviço Educativo organizado e pediu a uma das pessoas que já tinha cá trabalhado, ia sair e que era professora, para ver entre as colegas, alguém que achasse que estava interessado nesta actividade. Na altura entendia-se que os serviços educativos deviam ter pessoas que tivessem preparação pedagógica e recorria-se muito aos professores. Nesse ano, eu e uma outra colega da mesma escola viemos para começar a formar o Serviço.

3. Inicialmente, quais foram as necessidades/dificuldades mais flagrantes aquando da sua constituição?

Quanto a dificuldades, primeiro era a localização do Serviço. E quando falo de localização, falo a todos os níveis, porque nós tivemos quase que montar o nosso próprio escritório, porque não existia e era uma coisa improvisada. Já era nesta sala, exactamente. Não havia apoio institucional para os serviços educativos e isto era uma coisa que se estava a formar um pouco por todo o lado, embora houvesse instituições como o Museu de Arte Antiga que tivesse sido pioneiro, ao ter um serviço mesmo organizado. Era o único Serviço Educativo do país, onde no quadro, havia mesmo um espaço para monitores de Serviço Educativo. Isso aconteceu em 1987. Nesta altura, os serviços educativos mais fortes eram o de Arte Antiga e o da Gulbenkian. Depois, mais ou menos simultaneamente, outros museus começaram a sentir a necessidade de criar um Serviço e o que toda a gente sentia, de início, era a falta de formação para desempenhar essa actividade. E o que é que acontecia? Toda a gente pedia a ajuda ao Museu de Arte Antiga e à Gulbenkian, onde se ia fazer uma espécie de um estágio de formação, para ter a noção de como é que deveria funcionar e como é que devia ser organizado um Serviço. Para além disto, também havia dificuldades que tinham a ver com as próprias características dos museus, de haver ou não um espaço que pudesse ser dedicado à actividade do Serviço, como se podiam articular as marcações, o acolhimento dos públicos e como as actividades do serviço educativo podiam ou não interferir com o restante público, que se deslocava para fazer as visitas. Mas, como tudo foi criado de raiz, acabou por ser em parte superado, até perante as nossas expectativas, porque conseguimos arranjar até um pequeno espaço que, na altura, não era o ideal, de maneira nenhuma, mas que era um espaço onde podíamos fazer o acolhimento das

escolas nos dias em que estava mau tempo. Tínhamos, inclusivamente, sempre uma projecção de *slides* que nos permitiam falar sobre a arquitectura e sobre o exterior do Palácio, em dias em que chovia muito e que seria impossível falar sobre isso, sobretudo com os alunos mais velhos. Havia, portanto, essa introdução, com uma conversa preparatória, antes de fazer a visita propriamente dita.

4. Se pudesse resumir o historial do Serviço Educativo dividindo-o em diferentes fases de evolução, como o faria?

Portanto, a primeira fase é essa da fase da criação, que referi. Havia pessoas que estavam aqui. O Serviço Educativo estava a criar-se. Tiveram que estudar, preparar-se, definir o que é que queriam fazer, o que achavam que podia ser feito e experimentar: qual o número ideal de pessoas, os números mínimos e os números máximos que se podiam acolher, o número de actividades que se podiam fazer por dia, como é que isso se podia coordenar com toda a outra parte da tarefa burocrática, das marcações, da preparação dos guiões, de todas essas coisas. Essa foi a primeira fase. Depois tivemos uma interrupção, porque ainda tivemos de sair para fazer a profissionalização em serviço e, quando voltámos, surgiu-nos uma oportunidade de concorrer ao apoio da Comissão dos Descobrimentos. Soubemos do trabalho do Ministério da Educação para a Comissão, que estava a apoiar projectos de Serviço Educativo. Então, nós candidatámo-nos a esse apoio e elaborámos um projecto para um ano lectivo. Não era um ano lectivo inteiro, porque só podia começar em Fevereiro e nós só tínhamos entre Outubro e Fevereiro para preparar tudo. Depois acabou por se estender por mais uns meses, porque teve, de facto, muito sucesso e as pessoas pediram-nos para continuar. A Comissão apoiou-nos. Esse projecto incluiu uma organização completamente diferente dentro do Palácio. Tivemos de pedir a colaboração das outras pessoas, porque durante duas manhãs havia uma alteração do percurso de visita, para que as actividades com os alunos se pudessem desenrolar. Isto incluiu, com muita antecedência, a preparação de trajes que tivemos de mandar fazer. Tivemos que acompanhar tudo isso porque foi preciso saber, de seguida, que tipo de trajes é que se iam encomendar, dado que o projecto estava dentro da filosofia da “História ao Vivo”. Os alunos apareciam, sem saber muito bem ao que vinham, e depois eram acolhidos e divididos pelos vários núcleos, onde se desenrolava a actividade. Durante uma manhã ficavam a desempenhar as actividades ou a personificar determinadas pessoas que teriam estado a viver no Palácio, desde as criadas de quarto ou os trabalhadores da cozinha, até aos amigos da Família Real, que estariam no Salão Nobre, onde havia o convívio entre essas pessoas da aristocracia. Essa foi uma fase também muito importante porque, ao preparar tudo isso, contactámos com muita gente, inclusivamente com outros serviços que tinham tido uma experiência semelhante, como tinha sido o caso do Museu Romântico da Quinta da Macieirinha, no Porto. Aprendemos muito com tudo o que investigámos, e com tudo o que se pôs se pé. Fizemos até, depois, outras actividades onde utilizámos todo esse material, porque não faria muito sentido ter imenso material, que depois não nunca mais seria utilizado para nada. Assim, foi sempre adaptado à medida das necessidades nas actividades criadas. Também organizámos mais actividades desse tipo. Uma outra fase foi quando recebemos um grupo de monitores, numa parceria com o Centro de Emprego da Amadora. Esses monitores iriam ser monitores de Serviço Educativo. O objectivo era que eles tivessem uma formação sistemática connosco, com determinadas disciplinas que foram estabelecidas. Fizemos com eles uma parceria, de modo a que eles nos davam o trabalho deles, gratuito, em troca de nós lhes permitirmos que, no espaço do Palácio, pudessem desenvolver alguma actividade que fosse lucrativa para eles. Isso permitiu-nos manter, durante algum tempo, algumas actividades, em que podíamos contar com

monitores. Assim, podíamos fazer um pouco mais do que visitas acompanhadas. Podíamos fazer visitas animadas. Aliás, incentivámos também alguns projectos próprios deles, para que pusessem em prática aquilo que tinham estado a aprender. Quanto mais pessoas, mais ideias, e é sempre uma mais-valia para tentar arranjar actividades diversificadas, que podíamos aplicar ao nosso objectivo de acolhimento e divulgação do Palácio e de chamar aqui uma quantidade cada vez maior de público infantil e juvenil. Depois, uma outra fase, foi uma altura complicada, em que o Palácio esteve com muitas obras. Era quase impossível fazer actividades dentro do Palácio. Essas obras também condicionavam um pouco os visitantes em geral, acumulando-os em determinadas zonas. Assim, nós tivemos que nos expandir um pouco e pensar as nossas actividades para o Parque, porque era uma maneira de continuar o nosso trabalho. Essa foi a altura do Parque, em que fizemos outro tipo de actividades, utilizado *A Floresta*, de Sophia de Mello Breyner, recorrendo a monitores. Depois começou, então, uma fase realmente difícil, aquela em que deixámos de poder utilizar também o Parque, porque este passou para uma outra tutela, que começou a ter as suas próprias actividades e os seus próprios *ateliers*. Não queríamos entrar em conflito e ficámos só com o espaço do Palácio, onde deixámos de ter qualquer hipótese de ter um espaço próprio para o Serviço Educativo, a não ser a zona exterior. Também deixámos de ter colaboradores. Portanto, ficámos duas pessoas para todo o acolhimento, que nessa altura estava absolutamente gigantesco, porque houve uma altura em que não se podia negar a entrada das escolas. As escolas tinham entrada gratuita e bastava que se apresentassem com uma credencial, para que comprovadamente fossem consideradas um grupo escolar em visita de estudo, sendo-lhes logo dado o acesso. Ora, isto condicionava completamente o que quer que fosse, porque chegávamos a ter 800 e muitos alunos, ao longo do dia, espalhados pelo Palácio. Qualquer outra actividade ficava muito condicionada, como deve calcular. Depois, tivemos de fazer uma reunião para decidir como seria e começámos a delimitar o número de grupos escolares que era possível, ao Palácio, receber por dia para que fosse profícuo para toda a gente, inclusivamente para as próprias escolas, porque senão também não conseguiriam ver nada, nem aproveitar nada da visita. Como continuámos a ter apenas duas pessoas e o aumento do volume de pedidos e de burocracia foi imenso, nós ficámos com pouca disponibilidade para as visitas propriamente ditas. Até porque, a partir de certa altura, deixou de ser possível aos carros e às camionetas subirem até cá acima. Os alunos passaram a vir em camionetas muito grandes, tentando rentabilizá-las. Portanto, apareciam sempre grupos de 50 ou mais. Ora, duas pessoas com 50 pessoas, não dava para fazer uma visita guiada na totalidade. Então o que é que nós fizemos? Apostámos, (e isto é uma outra fase) em fazer introduções, mais demoradas e com mais qualidade, no exterior, abordando os temas que nos eram pedidos pelos professores. A visita ao interior era feita livremente. Só acompanhávamos os grupos de uma turma, dando primazia aos alunos de História de Arte ou aos de Literatura, do Secundário. Assim, aquilo que aconteceu foi que foram ficando para trás o acompanhamento aos mais pequenos. Eram feitos apenas na base da introdução. Enfim, evidentemente, tentávamos sempre contar uma história, numa linguagem um pouco diferente, mas não é a mesma coisa que uma actividade pensada para as crianças. Não tínhamos boas condições para isso. As crianças devem ficar num espaço acolhedor, devem estar confortavelmente sentadas e nós tínhamos apenas um banco de pedra, onde às vezes estava um frio terrível e outras vezes estava um sol de chapa. Isto não tinha condições nenhuma. Deste modo, tentámos uma ou outra maneira de chegar a mais pessoas, mesmo com essas limitações. Elaborámos materiais, que disponibilizámos para fornecer às escolas, às quais pedíamos um pagamento meramente simbólico, que tinha a ver apenas com o custo dos materiais, que não lhes podíamos dar. Pensando nos diversos

níveis de ensino, fizemos roteiros que permitissem aos professores explorar a vinda ao Palácio com os alunos antes, durante ou posteriormente à visita, conforme eles quisessem. Fizemos também um grupo enorme de fichas de observação, que podiam ser exploradas pelos professores, com uma base muito grande e pensada para que eles próprios, organizassem e preparassem uma visita, para fazerem quando quisessem. Podiam fazer os seus próprios guiões, bem como os alunos do Secundário. Isso incluía um roteiro de interior, um roteiro de exterior, falando das etapas construtivas do Palácio e vários textos sobre D. Fernando, e também roteiros temáticos, como o do azulejo, o da pedra e outros. Tudo isto permitia aos professores prepararem as suas próprias visitas, no caso de não poderem ser recebidos por nós, porque a nossa capacidade era poder fazer uma visita de manhã, uma visita à tarde, o que significava que nós recebíamos 50 alunos de manhã e 50 alunos de tarde. Ao todo eram 100 alunos por dia. Isto é muito pouco, mas era o que era possível fazer, dadas as circunstâncias. Através dos roteiros e do material, nós podíamos chegar a mais gente. Embora fosse de uma maneira indirecta, podíamos auxiliar mais pessoas. Da mesma maneira, estivemos sempre completamente abertos para vários projectos e colaborámos em diversas actividades, que nos foram propostas pelas escolas. Não só íamos nós às escolas fazer acções de formação para professores, como também vinham os professores cá e nós fazíamos-lhes visitas, sugerindo diversas abordagens ao nível das suas disciplinas. Não é só ao nível da História, do Português ou da Arte, que se pode fazer uma visita ao Palácio. Pode ser explorado de qualquer maneira. Desde que se queira, que haja criatividade e vontade, pode ser lido, interpretado e vivenciado de muitas maneiras. Foi isso que nós tentámos fazer. A última fase foi esta da implementação deste projecto, que teve uma grande divulgação e que estava vocacionado para os mais pequenos, justamente para colmatar um pouco a falha que havia e que se estava a avolumar cada vez mais, da incapacidade de fazer acolhimento e actividades para o público dos mais novos. Não havendo um espaço, não havendo pessoas, era impossível, não é verdade? Foi possível, por uma conjuntura diferente, criar novamente um espaço, com a promessa até de virem a ser mais, para se poderem acolher vários grupos ao mesmo tempo, fazendo *ateliers* e visitas para os mais novos, independentemente daquilo que se fazia com os mais velhos. São estas as fases do Serviço.

5. Estão definidos, para o Serviço Educativo, missão, objectivos e metas concretas?

Quer dizer, uma meta concreta propriamente dita acho que nunca há, porque está-se sempre a evoluir, a pensar em fazer coisas diferentes e passar um pouco além do que se tinha pensado. Eu creio que a missão e os objectivos estão sempre em tudo o que é um Serviço Educativo e tem a ver com a divulgação do espaço em que se está, com a criação de laços entre o monumento, as colecções e as pessoas que vivem perto e as que frequentam escolas perto. Portanto, tem de haver essa ligação e de se criar laços de afectividade com as pessoas, de modo a trazê-las e a fazê-las compreender melhor o monumento, e daí a história da zona onde estão, a história do país e, a partir daí, chegar à arte e à natureza (porque no caso concreto deste monumento há uma grande envolvência da natureza). Isto funciona como um todo e o objectivo é, cada vez, mais alargar o círculo. Este círculo começa a tentar chegar, cada vez, mais às escolas da zona e pretende-se ir até englobar todo o país. Para que todas as pessoas tenham esse gosto, para que não seja uma obrigação, para que não seja apenas um aspecto ligado ao estudo e à escola, enquanto mero local de aprendizagem, mas sim o gosto da vivência, do estar e de aprender sempre qualquer coisa. Não se deve ter a ideia de que é uma aula que se vem fazer ao Palácio. É, sim, vir ao Palácio descobrir. Descobrir coisas. E, em cada

visita, se descobrem novas coisas. Se isto se puder incluir dentro de um programa pedagógico, estabelecido por um professor, que sirva também o seu objectivo, muito bem. Acaba por ser mais importante, uma parte do conteúdo do programático de uma disciplina poder ser dado dentro de um monumento, poder ouvir e ver coisas inesperadas, que não se esquecem e ficar essa matéria dada de uma maneira diferente, do que estar só dentro da sala de aula a falar da mesma coisa. Mas não deve ser só isso. A vinda ao Palácio não pode ser só reduzida a uma aula diferente. Tem que passar um pouco para além disso. E pode até nem ter nada a ver com aula nenhuma. No caso, por exemplo, dos mais pequenos, a ideia é criar os laços de que falei. Portanto, é preciso fazer com que o Palácio seja um local de afectividade. Mas depois também se pretende criar este sentimento para com todos os outros palácios, para com os monumentos em geral, a partir daquilo que se vê cá dentro. Pretende-se criar o gosto por ver que outras colecções existem, a partir do que aqui está e do próprio monumento. É necessário estender a outros espaços e tentar criar essa apetência por conhecer e visitar coisas novas, tendo sempre este aspecto lúdico e de afectividade. Não sentir-se isto como uma obrigação ou uma coisa que é feita porque tem que ser feita.

6. Qual o actual papel do Serviço Educativo dentro do Palácio Nacional da Pena?

Neste momento concreto é igual ao de qualquer outro departamento do Palácio: de expectativa perante o futuro. Não sabemos muito bem o que se vai passar. Até aqui o Serviço Educativo tinha um papel importante porque, como está ligado à divulgação e ao acolhimento de público, em geral. Não estamos só a falar do público escolar ou do público individual. Também tínhamos programas pensados para famílias. Inclusivamente, com um projecto em parceria, que fizemos com a Oficina Didáctica, havia possibilidade de integrar, em grupos escolares, crianças que vinham com os familiares e que queriam na altura, durante a própria visita ao Palácio, participar nas actividades. Também é da responsabilidade do Serviço Educativo o acompanhamento de jornalistas, que vêm fazer reportagens ou de pessoas que vão escrever sobre o Palácio, para as revistas. São *freelancers*, que oferecem depois as suas reportagens para livros de viagens ou para revistas. Também acolhemos, por exemplo, estudantes universitários que estão a fazer mestrados ou trabalhos curriculares ou sobre História de Arte, cujo âmbito abrange o Palácio. Fazemos igualmente o acolhimento de público diversificado, como é o caso das visitas protocolares, que são solicitadas pelas embaixadas. Por vezes são apenas programas sociais, para ocuparem os membros da comitiva de algum ministro ou algum delegado dos respectivos governos, que vêm numa missão específica ao país e depois organizam este tipo de programas para a restante comitiva. Outras vezes são mesmo programas oficiais, em que nós temos de dar acolhimento a visitas que já têm uma parte protocolar, normalmente em inglês e em francês, e de comitivas menores ou maiores. Isso depende. Depois, temos aquelas visitas mesmo de protocolo de Estado, oficiais. Isto passa tudo pelo Serviço Educativo. O papel é um pouco este. Do mesmo modo damos formação aos diversos elementos que vêm trabalhar para o Palácio e isso já foi feito em várias fases, ao longo do funcionamento do Serviço. O acompanhamento, as visitas, o material do Serviço Educativo, o material pedagógico é normalmente cedido, em parte, para essas pessoas estudarem e prepararem. Nalguns casos há mesmo oportunidade de fazer mesmo pequenas acções de formação. Isso agora também estaria previsto, com alguma frequências para os funcionários. Até tínhamos um espaço para se poder fazer isso, para reciclar conhecimentos. Uma vez que de quando em quando, há mudanças dentro do

Palácio, novas disposições de salas, há que enquadrar as pessoas no do contexto de todas essas operações.

7. Quais as necessidades especiais de um Serviço Educativo de uma casa-museu, como o Palácio Nacional da Pena, que mantém um lugar destacado nos monumentos nacionais portugueses? Quais as maiores dificuldades para a realização de visitas / actividades pedagógicas num espaço complexo como este?

As necessidades especiais têm a ver com o número de colaboradores, porque duas pessoas é manifestamente pouco num serviço e, portanto, é preciso ter colaboradores com um certo carácter permanente. Pelo menos se não estiverem presentes todos os dias, é necessário saber que podemos contar com aquelas pessoas, com um carácter de frequência, porque para determinado tipo de actividades e de acompanhamentos, têm de ser pessoas que conheçam muito bem o espaço e a sua filosofia. Têm de ser, inclusivamente, capazes de se adaptar rapidamente a qualquer modificação que haja e isso é um pouco diferente de pessoas que vêm pontualmente fazer uma visita ou outra. Podem ter uma grande bagagem científica, mas depois falta-lhes aquele *know how* do estar, do vivenciar o sítio, de conhecer aquelas pequenas coisas. Às vezes faz toda a diferença saber lidar com tudo isto. É preciso conhecer o espaço onde se possa realizar as actividades. As maiores dificuldades são, sobretudo, a coordenação e a adaptação das visitas com as escolas, porque muitas vezes são visitas com actividades incluídas, o que obriga a preparar o espaço para fazer uma observação mais detalhada deste ou daquele objecto, desta ou daquela sala. Como coordenar isso com os públicos, que cada vez são mais, e mais difíceis de controlar, dado que a imagem do Palácio está cada vez mais divulgada? Tem havido um crescendo da divulgação da imagem do Palácio e nós temos, de facto, um número exagerado de visitantes, para aquilo que o Palácio deveria receber em termos do seu espaço físico e das suas características, como o tipo de pinturas murais, de colecções... O ideal seria que não tivéssemos um fluxo tão grande de visitantes ou, pelo menos, que aqueles meses de maior fluxo estivessem divididos e que houvesse uma média que se pudesse controlar ao longo de todos os meses, o que é absolutamente impossível de se fazer. A dificuldade é essa: como conciliar uma actividade pedagógica com um espaço cheio de gente?

8. Recorda-se de algum episódio marcante na história do Serviço Educativo?

Como deve calcular, ao longo de 20 anos, tenho vários episódios para contar. Há os episódios agradáveis e os desagradáveis. Vamos escolher coisas que sejam agradáveis. Eu penso que os episódios marcantes têm a ver com o resultado visível das actividades organizadas por nós, porque é sempre muito gratificante ver que o que se faz produz um efeito positivo nas pessoas. Quer dizer que se conseguiu chegar às pessoas e que se atingiu um objectivo. Para além da impressão altamente positiva, que foi a experiência daquele projecto de “História ao Vivo”, dos testemunhos dos miúdos, que escreveram relatórios incríveis a dizer que tinha sido o dia mais feliz da vida deles e que fizeram coisas inacreditáveis, voltámos a ter tudo isso quando fizemos uma experiência semelhante à da “História ao Vivo”, embora um pouco diferente. Foi a tal continuação da história, baseada n’ *A Floresta*, da Sophia de Mello Breyner. Eu penso que foi um episódio muito marcante e que nunca nenhum de nós esqueceu. Da primeira vez que fizemos essa actividade, nós nos vimo-nos obrigados a fazer uma alteração no percurso e na actuação dos monitores, porque os miúdos assim o exigiram. De tal maneira vivenciaram e entraram dentro da história e do seu espírito, que quiseram tomar parte activa na própria organização. Assim, a figura do lenhador, que se apresenta no início

como estando muito pobre e desgostoso, porque os salteadores estão constantemente a assaltá-lo. Por isso, ele tem muitas dificuldades em manter a sua casa e a sua vida. Este sentimento vai passando de personagem em personagem. A personagem do anão é uma personagem que os miúdos veneram, praticamente. A história culmina com o encontrar do saco do tesouro, que tinha ficado perdido. É assim que acaba a história d' *A Floresta*. Então, nós fizemos com que houvesse um saco que tinha ficado esquecido. Daí o anão ter que voltar. O tesouro era constituído por moedas de chocolate, que eram depois distribuídas pelos meninos que tinham ajudado a encontrá-lo. No entanto, os miúdos estavam mesmo decididos a prescindir das suas próprias moedas, porque queriam entregá-las ao lenhador, para o ajudar a reconstruir a sua casa. E obrigaram-nos a correr tudo à procura da pessoa que desempenhava esta personagem, que entretanto já se tinha afastado e já estava preparada para se ir vestir, porque já tinha acabado a actividade. Tivemos de chamar, disfarçadamente, a pessoa que fazia este papel, para o fazer passar pela zona onde estávamos, para os miúdos irem a correr ter com ele e lhe darem as moedas. A partir daí, sem que nós tivéssemos nenhuma influência, todos os grupos fizeram exactamente a mesma coisa. Quiseram, no fim, repartir as moedas com o lenhador. Isto é muito gratificante, porque significa que os miúdos entraram, de tal maneira, dentro da história, que a vivenciaram como uma realidade. É uma coisa absolutamente fantástica. Nunca me esqueci. Foi das coisas mais marcantes.

9. Como se articula o trabalho do Serviço Educativo com o dos outros sectores (Secretaria/Administração, Inventário/Investigação, Exposições, Museografia, etc.)?

A nível geral, acho que conseguimos articular-nos bastante bem, porque a secretaria e a administração colaboram connosco e ficam com os recados. O próprio espaço também assim o permite. Como somos poucos, acabamos por estar sempre a falar. Como sabe, durante a hora do almoço raramente saímos. Muitas vezes, a hora do almoço serve para falar de várias coisas. Quando estamos a trabalhar numa coisa qualquer e precisamos de informação sobre peças, vamos ter com as colegas de investigação e do inventário, para pedir informação e ver onde é que é preciso procurar; quando precisamos de ajuda, porque queremos montar uma exposição qualquer, com trabalhos de escolas, por exemplo, vamos ter com as colegas de desenho e museografia. Da mesma maneira que, quando elas precisam de coisas traduzidas ou de pequenos textos que vão ter que estar perto de determinada peça, a indicar que foi retirada ou explicar qualquer coisa sobre a legendagem de uma peça ou de uma sala, também nos vêm pedir colaboração. Foi também o Serviço Educativo que elaborou os textos que vão ser a base da sinalética nova. Na verdade, todos estamos aqui interligados. Não há propriamente serviços estanques. Como estamos todos praticamente no mesmo espaço, todos passamos uns pelos outros, a toda a hora. Não há a hipótese das pessoas estarem mais com o grupo A ou o grupo B. Nesse aspecto, há uma grande colaboração.

10. O Serviço Educativo mantém parcerias, colaborações ou protocolos com o exterior, tais como outros serviços educativos ou empresas privadas?

Sim. Por exemplo, este ano fizemos a experiência de uma parceria com uma empresa, a *Oficina Didática*, que tem uma série de colaboradores que trabalham no âmbito da *pedagogia Waldorf*. Fizemos uma série de sessões para crianças, umas de espectáculos de marionetas, baseados nos contos tradicionais, e outras, de dois momentos de festividade: a festa da Páscoa e a festa de Pentecostes. Tinha a ver um pouco com as raízes das próprias festas. São festas religiosas, mas que antes do peso cristão / católico já tinham um carácter mais ou menos religioso sistematizado para várias populações ao

longo dos séculos. Fez-se uma certa recuperação desses rituais e dessas festas, que são assim parcialmente incluídos, para explicar aos miúdos essas actividades. Depois, ao longo dos anos, também fizemos parcerias com outros serviços educativos. Tentámos inclusivamente fazer um projecto (que acabou por não chegar a ser implementado, mas que chegou a estar numa fase bastante desenvolvida) que era, em colaboração com o Palácio de Queluz, elaborar uma espécie de roteiro, que organizasse uma visita que começasse no século XVII e acabasse no século XIX. Os miúdos tinham um pequeno roteiro, que os acompanhava e ligava os dois serviços. As parcerias com os outros serviços educativos, têm mais a ver com as reuniões que periodicamente se fizeram, durante muitos anos. As pessoas dos serviços educativos sentiam necessidade de discutir estas questões umas com as outras, independentemente das tutelas. Os serviços educativos só há muito pouco tempo é que existem, podemos dizer, considerados como “identidades”, não é verdade? Até então os serviços educativos eram alguma coisa que existia nos museus, porque havia actividades e as escolas eram recebidas, mas eram as pessoas que trabalhavam nos museus que sentiam essa necessidade e que organizavam essas coisas. No entanto, não estavam personalizados, não estavam autonomizados nem organizados. Sentiu-se essa necessidade e começaram a fazer-se reuniões com alguma periodicidade. Discutia-se e trocavam-se impressões e experiências, porque se achava que isto era útil para a continuação das actividades com o público. De empresas privadas tivemos alguns patrocínios, mas não trata propriamente parcerias. Protocolos, fizemos sobretudo com algumas escolas da zona de Sintra. Tivemos alguns projectos com as escolas primárias, como a de S. Pedro, que é a que está aqui mais perto de nós, e com as escolas D. Fernando II e D. Carlos I, obviamente porque tem tudo a ver com a história do Palácio.

11. Considera que o Serviço Educativo tem um papel importante na aproximação à comunidade envolvente? Poderia definir a importância desse papel?

Claro que tem. Aliás, esta pergunta liga com a outra que respondi anteriormente sobre a missão, os objectivos e as metas. O Serviço Educativo deve ser um agente na ligação do monumento e da comunidade, na tal criação de laços e de afectos. Quando inicialmente fizemos esses projectos, com as escolas aqui da zona, nomeadamente com as escolas de S. Pedro, verificámos que as pessoas não conheciam o Palácio. Este fazia parte do imaginário delas, mas as pessoas não o visitavam, não o conheciam. Muitas nunca tinham cá vindo. E, portanto, através do entusiasmo que os miúdos possam ter, possam sentir e transmitir em casa, pretendemos trazer também o resto da comunidade, o que faz com que as pessoas se sintam parte de tudo isto, que não o monumento como uma coisa distante. Não como uma coisa de História, como uma coisa de arte, que não conhecem, mas sim fazê-las sentir como uma coisa que lhes pertence e, ao mesmo tempo, criar o gosto por nos visitar. Não tem que se ter nenhuma formação específica para se gostar e para se sentir emoções estéticas perante uma coisa qualquer que nos agrada, não é? As pessoas têm que saber vivenciar o lugar, senti-lo e depois criar laços. E esse é o papel do Serviço Educativo: sobretudo através das crianças chegar a toda a gente.

12. Que balanço faz do trabalho do Serviço Educativo do Palácio, relativamente ao que é feito, em geral, nos serviços educativos das instituições museológicas portuguesas ou de outros espaços culturais?

Eu penso que o balanço é positivo. Na verdade, eu nunca fiz nenhum estudo comparativo com resultados de outros, mas acho que este Serviço tem chegado a muita

gente e a prova disso é que nós todos os anos aumentamos o número de pedidos de vindas de escolas de todo o país. Temos, inclusivamente, professores que vêm cá sistematicamente, todos os anos, com as suas turmas, porque gostam do acolhimento que têm, das visitas, como são feitas e acham que é útil para os alunos. Já tivemos acções muito diversificadas. Tentámos sempre combater os problemas criados pelas necessidades. Temos noção de que podia ter sido melhor, se tivéssemos, desde o início, mantido sempre aquele pequeno espacinho que tínhamos, que era muito pequeno, mas que dava para fazermos algumas actividades. Mesmo assim, também conseguimos chegar a muita gente e, neste momento, nós temos consciência de que há imensas escolas do país, que têm na biblioteca a nossa documentação porque a compraram. Houve professores que compraram para eles e para a biblioteca e ficaram com uma quantidade de material que os ajuda e que ajuda outros, no futuro, a preparar visitas aqui. Também consideramos que, com a nossa actividade de acolhimento de outros públicos, nomeadamente o público sénior, fizemos uma ligação à comunidade. Recebemos sempre muitos centros de dia e lares daqui da zona de Sintra e dos arredores. Enquanto isso foi possível, enquanto os carros vinham cá acima e era possível fazer esse acolhimento, as pessoas vinham cá com frequência. Parece-me que é um balanço positivo.

13. Quais as perspectivas/projectos para o futuro do Serviço Educativo do Palácio Nacional da Pena?

Sobre isso é que eu não posso responder, porque isso agora depende da reestruturação. Se fosse o ano passado, podia dizer muita coisa. Estávamos a ter cada vez mais espaços e meios, como mobiliário e materiais. Tivemos o apoio da Fundação Gulbenkian, para fazer a biblioteca infantil, que já está praticamente completa. Nós tínhamos até posto a hipótese de transformar um dos guiões que tínhamos para os miúdos, dar-lhe um tratamento gráfico e pôr à venda, para servir também pais com os filhos, que vêm ao fim de semana. No entanto, a verba da Gulbenkian foi dada apenas e exclusivamente para livros, portanto é em livros que tem que ser aproveitada, para constituição dessa tal biblioteca infantil. Agora temos os livros da biblioteca infantil, temos novos espaços para actividades e o mobiliário infantil... e eu não tenho resposta para esta pergunta.

14. Considera o Palácio Nacional da Pena um local único? Porquê?

Ah, obviamente. É um local único porque é diferente de tudo. É único, mesmo dentro da classificação de uma construção romântica, de um palácio de finais de XIX, princípios de século XX. Continua sempre a ser único porque há mais edifícios da mesma época, em Portugal e na Europa, que não têm, de maneira nenhuma, este impacto sobre as pessoas. A localização e a envolvente ambiental, toda esta fantasia, que ultrapassam os cânones do Romantismo, tornam este monumento um monumento único. E, além disso, o facto de estar inserido na Serra de Sintra, que por si só, já é um local mágico, que sempre foi, ao longo dos séculos: tem um clima muito especial, tem estes nevoeiros e brumas, está rodeado de mar por todo o lado, tem uma abrangência de vista, um horizonte tão longínquo, que se vê a cidade, o mar, a serra, o campo e a praia. Logo, é um local único. Em termos das próprias colecções e do interior: foi criado por uma pessoa única e especial e tem uma série de marcas que não encontramos noutra sítio. Tem, de facto, a característica de se descobrir, todos os dias, qualquer coisa nova, pela qual ainda não se tinha dado, apesar de estar cá já há muitos anos.

ENTREVISTA 4:

Claude Pena

A seguinte entrevista foi realizada no dia 13 de Julho de 2007.

FUNÇÃO: Técnica (Diversas tarefas: controlo de serviço, para ver se as salas estão em ordem, arranjos e decoração e acompanhamento de eventos.)

ANO DE ENTRADA: 1995

FORMAÇÃO: Frequência do Curso de Belas Artes / Decoração Interior (Bélgica);
Frequência do Curso de Gestão e Contabilidade (Bélgica)

1. Como caracterizaria o estado da instituição aquando da sua entrada na mesma?

Quando eu cheguei, o Director não tinha uma função concreta para mim. Eu tinha jeito para os arranjos e a decoração. Então, comecei a fazer a decoração de tudo o que eram arbustos, flores e arranjos. E, pouco a pouco, comecei fazer mais e mais. Hoje em dia eu faço um pouco de tudo. Tecnicamente, eu tenho a responsabilidade do dia-a-dia das salas. Eu dou várias voltas ao Palácio. Ponho tudo como deve de ser, logo de manhã, porque depois da limpeza matinal, muitas coisas ficam tortas. Eu dou a volta para endireitar. Com as minhas voltas ao Palácio, ao mesmo tempo, eu asseguro o bom funcionamento do pessoal, porque, como sabe, são pessoas que têm um trabalho que é muito chato. Estão numa sala o dia inteiro e podem ficar com pouca motivação. Há que fazer um pouco de conversa, há que tentar ver se as pessoas se mexem e se falam mais com o público. Para já, há que ver se elas estão nas salas, porque num trabalho destes é fácil sair do lugar para meter conversa com o colega da sala ao lado, porque o tempo não passa. Eu tenho esta responsabilidade. Todos têm trabalho específico para fazer todos os dias. Está escrito e há que fazer o controlo deste trabalho que está a ser feito. Outra ocupação especial que eu tenho são os eventos. Na altura não havia um grupo específico que fizesse isso. Em relação ao Palácio, eu vi uma grande evolução desde que eu entrei até agora, porque há muito trabalho que foi feito. Quando eu cheguei, já estava muito bem encaminhado o trabalho aqui dentro do Palácio. Os eventos eram para quem calhava. Uma vez a um, uma vez a outro. As chamadas eram atendidas e respondidas na secretaria, às vezes pelo Director. Depois os eventos eram dados a certos funcionários, que são bons no terreno e que faziam isso muito bem. Faltava a relação com o cliente. Faltava o representar a imagem do Palácio e ter uma pessoa que era sempre a mesma e fazia os contactos. Era preciso alguém que fizesse bem a ponte e que tivesse contacto com os grupos. Nisso, a imagem mudou, porque agora as pessoas têm uma referência, que é sempre a mesma. Comecei a fazer esse trabalho. Uma vez que eu já tinha os filhos educados, que tinha a idade que eu tinha, o Doutor percebeu rapidamente que eu tinha disponibilidade para tratar disto. É óbvio que uma rapariga nova, com filhos pequenos tem maior dificuldade de trabalhar à noite. Então eu comecei a fazer os eventos à noite e uma vez que eu gostava muito, fiquei com esta a pasta. Convido sempre outros funcionários para ficar comigo, porque é óbvio que sozinha eu não faço nada. Às vezes há que esvaziar completamente uma sala e dá muito trabalho. Mas as pessoas aqui gostam. Até o público gosta. Nós temos os eventos, os jantares, as visitas e também as filmagens. De vez em quando, temos aqui um realizador, seja estrangeiro ou nacional, a gravar e isso é muito agradável de fazer. É um pouco cansativo. Começamos a trabalhar às cinco da tarde e acabamos às cinco, seis ou sete da manhã, depende. É que aqui em Portugal nós temos uma empresa, que é a Animatógrafo. Quer seja para os nacionais ou para os estrangeiros, é a Animatógrafo que trata a parte toda prática. Imagine, por exemplo se os franceses vêm cá para gravar, chegam com uma parte das pessoas e do

material, mas tudo é feito aqui. Há uma empresa que trata de tudo: do som, do material, dos *décors*... É bom para Portugal, porque ao menos dá trabalho às pessoas. E esta empresa, Animatógrafo, é uma empresa ótima. Trabalha muito bem.

2. Portanto trabalhou com eles mais do que uma vez. Recebe-os mais do que uma vez.

É sempre com os mesmos que eu trabalho. É sempre com a Animatógrafo, porque é uma empresa muito grande. Tem os meios para resolver tudo. As pessoas de lá sabem o que fazer, então chegam com o que é preciso e o resto é feito aqui. Os portugueses são ótimos profissionais e uma vez que conhecem bem o Palácio, facilita, porque já sabem como tudo isto funciona. Também é bom para o monumento. É óbvio que nós somos muito atentos ao respeito que as pessoas têm para com o monumento. Essa é a primeira regra. Existindo o respeito, o resto resolve-se. O Palácio está ligado a imensas coisas.

3. Quais as principais dificuldades que então se faziam sentir?

Não havia propriamente necessidades, porque ninguém faz falta, em sítio nenhum. Digamos que quando nós chegamos no recinto de trabalho nós devemos mostrar os talentos que nós temos, para ver se nos podemos nos colocar no grupo já existente. E realmente nessa altura, nós já cá tínhamos a Constança, que fazia a investigação; a Sílvia, que fazia o trabalho de inventário; a Teresa, que fazia o trabalho do Serviço Educativo; a Rita, que tinha entrado algumas semanas antes de mim, estava mais ligada às obras no Palácio. Realmente faltava uma pessoa polivalente, que se podia juntar a este grupo e que fizesse um pouco de tudo.

4. Quais as principais medidas tomadas para suprir essas dificuldades?

O que é que havia na altura, com a Rita, era a Ana Pimentel. Ela foi embora e isso permitiu-me juntar-me à Rita e começar a trabalhar com ela. Ela tinha tarefas mais específicas, ligadas às obras. Eu virei-me mais para os eventos e decorações dentro do Palácio, como disse. Mas muitas coisas nós fazíamos juntas. Quando ela precisava eu ajudava, quando eu precisava, ela me ajudava a mim. Nessa altura, ela não era casada, não tinha filhos e tinha mais disponibilidade. Nos eventos nós começamos juntas. Eu fiquei como única figura, porque desde então ela casou e tem os filhos. É óbvio que ela tem menos disponibilidade, porque os filhos devem crescer. Ela ainda fez alguns eventos comigo, mas para ela era muito complicado.

5. Quais considera ser os principais objectivos do Palácio para com o público?

O Palácio vai ser entregue ao Monte da Lua, que tem gestão privada. É evidente que, como o Palácio da Pena pertence ao Estado e o Director, que é o conservador, é quem decide. O Director pretendeu pôr esta casa a viver, a parecer uma casa onde o Rei e a Rainha ainda estão vivos, com a mesa posta, encheu as salas... Era objectivo do Director nós chegarmos a este resultado. Ao mesmo tempo há cada vez mais público a visitar o Palácio. Ultimamente, estas duas ideias, do público a crescer e das salas cada vez mais cheias, está a entrar em choque, porque uma coisa não dá com a outra. Com tudo o que havia aberto, tudo bem conservado e recuperado, o Doutor optou por pôr os acrílicos, para impedir as pessoas de entrar pelas salas. Antes fazia-se tudo por dentro. Esta apresentação toda, esta preocupação, com o público a crescer, não dá. Está muito complicado. Uma vez que se fez tudo isso, não se quer voltar um passo atrás, o que é normal. Estávamos num impasse, até ao ano passado. Agora com a chegada do Monte da Lua, que vai fazer uma gestão completamente diferente, menos museológica e mais empresarial, as coisas vão mudar. Há muitas peças que vão ser retiradas, de certeza. E

vai haver mais aberturas, outros percursos, para se evitar o trânsito. Para não fechar a porta a nenhum visitante, porque cada visitante é lucro que entra e que vai ser encaixado.

6. Recorda-se de algum episódio, em particular, que a tenha marcado no decurso do seu trabalho na instituição?

Em particular, uma coisa especial, eu acho que não. Uma coisa muito má foi o dia em que nós abrimos a porta ao grupo da *Virgin*. Foi uma noite de evento, com jantar, com música ao vivo lá em baixo e o bar aberto aqui em cima. Foi uma noite de horror, porque as pessoas que vieram, da *Virgin*, saíram alcoolizadas e drogadas! Não chegaram a estragar nada, porque nós conseguimos controlar. Sujaram imenso! Elas estavam lá fora. Jantaram dentro do restaurante e, felizmente fizeram o bar aberto aqui no terraço das cozinhas. Sujaram imenso, mas tudo isso foi limpo. Não havia nada que não se recuperasse. Lá em baixo também estava muito sujo, no pátio, mas não era nada que não se recuperasse. Só que nós saímos daqui às oito da manhã, completamente mortas, porque deixaram imenso lixo. Vidros, copos partidos e não só! O pior mesmo foi as seringas todas que nós encontramos atiradas em tudo o que era sítio. E nós tivemos imensos problemas em passar a palavra às pessoas que chegavam às oito e meia, porque não podíamos mais. Estávamos aqui desde a véspera e o pessoal que chegou a seguir teve de dar voltas, e mais voltas, até às dez da manhã, para apanhar as seringas, porque o Palácio abria a essa hora e era um domingo. Já viu uma coisa destas? Mas aconteceu. Agora a *Virgin* está na lista negra e é óbvio que nunca mais põe cá os pés. Infelizmente é mesmo assim que aprendemos. A nossa sorte foi que nada se estragou nessa noite. Não foi nada que foi grave. Foi lixo e porcária. Quanto a outras recordações especiais, são muitas... O Palácio à noite, com a lua cheia no meio do claustro, é uma coisa que poucas pessoas vêem. Eu adoro estar aqui, a fazer filmagens, assistir ao pôr do sol no Pátio dos Arcos, duas horas depois assistir ao levantar da lua, deste lado (e quando está cheia, melhor ainda), assistir ao pôr da lua, no Pátio dos Arcos, onde se deitou o sol e duas horas depois ver o levantar do sol, outra vez do outro lado. É um espectáculo! À noite, quando eu me apercebo que vai ser lua cheia, eu paro as filmagens. Nós temos aqui um espectáculo! E então nós vamos ver o pôr-do-sol e o levantar da lua. Aqui a nossa vista não tem limitação nenhuma. E não há nada mais bonito que ver isto num espaço que não tem limitação. Eu acho que foram essas coisas da natureza que me marcaram mais. Essa imagem eu nunca mais vou ver em sítio nenhum. Isso faz parte da Pena.

7. Quais os principais critérios quanto à cedência de espaços no Palácio?

O respeito para o monumento. Quem não sabe onde está começa muito mal, mas quando é assim eu faço rapidamente o reparo às pessoas, para informá-las. Quando não ficam bem informadas, eu chamo-as tranquilamente e explico que não pode ser de outra maneira. Vai ter que alinhar ou então não há nada. Ao mesmo tempo, também costumo dizer às pessoas que estou aqui para facilitar. Podem-me fazer pedidos, aos quais eu respondo que sim, porque sei que é possível. Eu não digo que não, se puder encontrar uma alternativa. Há sempre uma maneira de dar a volta ao pedido. Há que fazer uma proposta. Se não é mesmo que aquilo que a pessoa quer, pode-se tentar outra opção e chegamos sempre a uma conclusão. E é toda esta maneira que nós conseguimos trabalhar aqui. Tem que ser.

8. Existem regras estabelecidas previamente para a utilização feita por terceiros dentro do espaço museológico?

Quando nós mandamos o orçamento para o aluguer do Salão Nobre, por exemplo, mandamos também algumas coisas. Poucas. Também nós não podemos estar a mandar grandes textos às pessoas, porque não vale a pena. A única coisa que vem no texto é que nós exigimos o respeito para com a imagem do monumento. E nesse sentido essas pessoas devem chegar vestidas como deve ser, para condizer com a imagem do monumento. Quanto à animação, ela deve sempre ser proposta ao critério do Director e ser aceite por nós. Podem fazer as propostas todas que quiserem, mas nós é que aceitamos ou não. Geralmente pedimos para respeitar o século XIX, mas muitas vezes também fazemos coisas medievais ou do século XVIII... Mas, uma vez que o Palácio da Pena tem os estilos todos, nós ainda podemos pensar que isso corresponde a uma parte das ideias do D. Fernando, que gostava dos séculos todos que tinham passado e, por isso, nós aceitamos. Muitas vezes é criticado termos pessoas que estão vestidas à moda do século XVIII. Com certeza que choca um pouco, visto que nós sabemos onde é que estamos. Só que nós podemos nos transportar para uma outra época e isso é uma questão de mentalidade. É óbvio que também não podemos complicar muito, porque há que facilitar. As regras não são rígidas. Estamos cá para controlar. Tudo é controlado, tudo é acompanhado, tudo é vigiado e nunca houve problemas.

9. Na sua opinião, qual a importância da divulgação/comunicação da instituição museológica com o exterior?

É óbvio que a imagem deve ser a melhor, em relação ao monumento que nós temos. Eu acho que o monumento está bem conservado. Há muitas coisas para fazer, mas no conjunto, eu acho que o monumento está bem conservado. E nós devemos ter o gosto de abrir as nossas portas, mas mostrar o que temos. Obviamente que, em relação à competência das pessoas que estão aqui a trabalhar no Palácio, é muito importante mostrar o maior profissionalismo. Só desta maneira as pessoas vão sair daqui confiantes que o monumento vai continuar a ser conservado desta maneira, porque o monumento também vive através das pessoas que estão aqui a trabalhar. E se há alguém, que chega aqui para um jantar, vê que temos maus profissionais, que fazem as coisas mal e que não têm rigor, sai logo com a ideia que o monumento foi entregue às pessoas erradas. Tudo está relacionado com as pessoas que trabalham aqui. É muito importante demonstrar profissionalismo e também simpatia. Nós também devemos demonstrar uma boa figura, saber falar de outras coisas e estar descontraídos. Deve ser uma mistura das duas coisas. Porque rigor a mais também é muito constrangedor para as pessoas. Nós devemos fazer a mistura das duas coisas, de estar à vontade, ao mesmo tempo.

10. Existe algum tipo de parcerias, colaborações ou protocolos com outras instituições?

Em relação à colaboração é com a Animatógrafo, que aparece sempre que há filmagens. Para um tele-filme ou um filme de sala de cinema é sempre a mesma empresa. Quanto à colaborações, temos as empresas de *catering*. Estas pessoas são contratadas pelos grupos quando há um jantar e são sempre os mesmos que aparecem. Os principais são: o grupo Silva Carvalho, a Casa do Marquês e a Casa da Comida, que conhecem o Palácio muito bem. Quando uma empresa pergunta se há alguma exclusividade eu respondo que não, mas digo que há certas casas mais habituadas e que facilitam o trabalho, porque a Pena não é uma casa fácil. E em geral são estas três com quem nós temos o costume de trabalhar. Dá menos trabalho. São sempre as mesmas pessoas que aparecem. Já os conheço desde há anos. Estamos sempre com prazer de nos encontrar novamente. Temos também a parceria com o Festival de Música de Sintra, que dá todos os anos um concerto que faz parte dos concertos de Verão. É um protocolo assinado

entre a Câmara de Sintra e o Palácio e ninguém paga a ninguém. É gratuito. Nesse dia concreto, o Palácio fecha mais cedo.

11. Quais as perspectivas de futuro ou projectos próximos para o Palácio?

A única coisa que eu posso dizer, de que me apercebo cada vez mais, é que todo o processo de transição é tudo menos transparente. Todos os dias nós ficamos a saber coisas novas. Eu ainda não consegui perceber bem todo o processo. Nós somos um projecto-piloto que não está nada orientado e que não parece ter sido preparado. É uma ideia de algumas pessoas que não é de ontem, que se fala disso desde 2000. Estamos à porta de fazer a transição e aí eu apercebo-me que há muitas coisas que são um grande vazio. Eu sinto um grande vazio. Estamos aqui para ver o que se vai passar. Não sei se vai correr bem. Para o monumento eu acho que sim, porque nós continuamos com a tutela do Estado, do IMC.

12. Considera o Palácio Nacional da Pena um local único? Porquê?

É óbvio! Porque tem o meu nome! (*Risos*) É único! A história de ter o nome é engraçado. Eu nunca utilizo o *crachat*, porque isso baralha as pessoas. Sempre que posso tiro, porque não quero conversa, não quero pedidos e não quero perguntas. No Verão, no mês de Agosto, eu sou obrigada a utilizar, porque muitas vezes eu estou a tirar os bebés das filas, eu faço o controlo do trânsito e não posso andar sem estar identificada. Então utilizo o *crachat*. Os comentários das pessoas! É de ver os ingleses, os franceses e também os portugueses! Nem todos sabem, porque não se apercebem que não pode ser. Eu não posso estar em casa. Para os portugueses deve ser óbvio, mas há portugueses que não sabem. Então oiço comentários: “Ei! Tu viste? Ela tem o nome do Palácio.” “Ah, com certeza que é a *chatelaine*, que é a dama do *château*.” “Eu gostaria de saber a história da família.” “Olha, pergunta.” E o outro em francês: “Não, ela não fala francês, de certeza.” “Sim, olha ela tem um nome do nosso país.” “Ai, que engraçado, mas quem é que ela é?” Eu fico a ouvir, mas nunca digo, porque não me meto nas conversas, senão não consigo trabalhar. Mas eu acho engraçado. Esse sítio é único para mim por uma boa razão. Eu vejo a reacção das pessoas. Todas entram e saem e ninguém sai daqui indiferente. Ou gosta ou não gosta. Mas faz comentários e fica com essas manhas todas na cabeça. Há pessoas que não gostam. Há monumentos que eu vou visitar fora ou aqui. Eu entro e saio e é um sítio que eu sou capaz de esquecer, rapidamente até. Fico completamente indiferente. Não há nada que me chame. Agora este monumento não deixa ninguém indiferente.

ENTREVISTA 5:

Rita Dargent

A seguinte entrevista foi realizada no dia 18 de Julho de 2007.

FUNÇÃO: Técnica Superior – Coordenação das Obras e Conservação entre o Palácio Nacional da Pena e o IPPAR (representado pela Dr.^a Isabel Costa)

ANO DE ENTRADA: 1994

FORMAÇÃO: Bacharelato em Artes Decorativas (Escola Superior de Artes Decorativas – Fundação Ricardo Espírito Santo Silva); Especialização de Peritagem em Mobiliário (ESAD – FRESS)

1. Como caracterizaria o estado da instituição, ao nível da tarefa que executa, aquando da sua entrada na mesma?

A nível de conservação, naturalmente, o edifício apresenta maior degradação pelo tempo, Já cá estou há treze anos e no decorrer deste tempo houve algumas intervenções, mas o edifício, de facto, apresenta as degradações do tempo. Este edifício tem a característica de estar num local com umas condições atmosféricas muito específicas. É um edifício que está muito exposto e apresentam-se, diariamente, novas degradações ao nível da parte móvel e também da parte imóvel. No entanto, ao longo destes anos tem-se sentido, por parte do IPPAR, algumas preocupações ao nível das intervenções. Por isso, houve algumas intervenções que foram feitas mais na parte de estruturas, das coberturas e das colecções do mobiliário. Quanto à tarefa que eu executo, que é a de coordenação das obras que são feitas, o que eu sinto é que seriam precisas muito mais intervenções do que aquelas que foram feitas, uma vez que o edifício, todos os dias, apresenta novos aspectos que deviam ter alguma intervenção. Mas acho que houve uma preocupação em constatar que essas intervenções eram necessárias. Talvez há treze anos não houvesse tanta consciência, que essas intervenções eram necessárias. A zona do Torreão teve uma intervenção de pintura há uns seis anos, talvez. Aliás, tem havido intervenções também na Torre do Relógio, que foi pintada recentemente, ao nível da fachada que dá para o Pátio dos Arcos. Houve também o restauro das cúpulas amarelas. Quanto aos ponteiros do relógio acho que houve um problema, que faltam na Torre, mas é um problema que o IPPAR não consegue resolver. No entanto, há a intenção de que o relógio seja reactivado e que seja colocado novamente.

2. Quais as principais dificuldades que então se faziam sentir dentro da função que actualmente desempenha?

Quando aqui cheguei, estavam a decorrer as obras de recuperação da ucharia, que depois veio dar abrigo à loja, às casas de banho, à zona de entrada, do bengaleiro e do restaurante. Nessa altura ainda acompanhei as obras, não com a Arquitecta Isabel Costa, mas com um outro arquitecto que estava responsável. Fazia precisamente essa ligação. Quando cá cheguei, não vinha propriamente com esta especialidade, de fazer de intermediária, trabalhando com estas obras e estes problemas de conservação, mas penso que era um nicho que existia aqui no Palácio. Sentiu-se que havia falta de alguém que desempenhasse estas funções e acabei por ser eu, talvez por ter um pouco de sensibilidade para esses problemas da conservação. O que sentia é que, inicialmente, estive a acompanhar uma obra, que já estava projectada. De início não foi muito fácil, no sentido em que havia alguns problemas funcionais que entretanto detectámos, mas que já não podiam ser ultrapassados, porque estavam aceites no projecto. Portanto, inicialmente houve uma certa incompatibilidade, visto que havia coisas com as quais nós não concordávamos, mas como já estavam aceites no projecto, tiveram de ser

realizadas desta maneira. A partir daí, o que nós nos começámos a aperceber foi que tinha de haver uma maior intervenção das pessoas que estavam no Palácio, para as obras que eram projectadas para aqui. Sentíamos que as obras eram mandadas fazer pelo cliente IPPAR e que, muitas vezes, não conseguiam colmatar todas as falhas e as condicionantes que aqui tínhamos. Agora já temos mais à-vontade. Há uma comunicação mais ajustada entre o Palácio, com as tarefas que eu desempenho, e o IPPAR. Para além de haver mais comunicação, houve também maior aceitação por parte do IPPAR para estes nossos requisitos, que me parecem que são legítimos.

3. Quais as principais medidas tomadas para suprir essas dificuldades?

Uma maior aposta nessa comunicação e também uma consciencialização das equipas do IPPAR e aqui do Palácio, conjuntamente com o Dr. Carneiro, de que tínhamos de trabalhar em conjunto, como uma equipa e não como entidades separadas. Na verdade estávamos a trabalhar todos no mesmo projecto.

4. Quais as principais obras que o Palácio sofreu desde que integrou a sua equipa?

Houve uma grande campanha de obras, logo no início, quando eu entrei. Foi um projecto que foi feito pela Arquitecta Margarida Grácio Nunes e pelo marido, Fernando Salvador. Na altura, a pessoa que estava responsável era o Arquitecto Marreiros, que fazia o acompanhamento, como chefe da Divisão de Obras do IPPAR e fazia um pouco essa ligação. Esta foi a obra precisamente a da recuperação do restaurante, da loja, dos armazéns da loja, da cafetaria, das casas de banho de apoio ao público lá em baixo, das casas de banho que dão apoio a todo o piso cá de cima do Palácio e ainda toda a zona do refeitório da guardaria, lá em baixo. Era um projecto muito grande. Depois dessa obra, foram feitas outras como a recuperação das cúpulas amarelas, do minarete. Mais recentemente as últimas foram a intervenção na fachada do Pátio dos Arcos e a intervenção de conservação do Retábulo, que foi muito importante. Houve uma intervenção também muito grande, ao nível parietal, no claustro. Houve imensas intervenções ao nível de aspectos decorativos, como os estuques: o estuque da Sala Indiana, as pinturas do escritório da Rainha. Para além da pintura da Torre do Relógio, e do torreão amarelo, houve a recuperação feita em cima da cúpula de cobre do torreão amarelo. Entretanto, há uns 4-5 anos também caiu o estuque da sala do Quarto do D. Manuel e foi preciso fazer essa intervenção. Quando se fez a recuperação de toda a zona do torreão amarelo, aproveitou-se que se ia fazer a pintura, por dentro, de toda a escada em caracol e fez-se também os rodos, para passarem todas as infra-estruturas de electricidade e som. Houve esta obra importantíssima aqui, em todo o piso técnico, em que foi tudo feito de uma ponta à outra. Levantava muitos problemas, porque tinha a ver com a passagem de toda a instalação eléctrica de uma zona à outra do Palácio. Toda a zona do torreão amarelo era abastecida por cabos eléctricos, que atravessavam aqui toda a “zona do oito” e, portanto, isso teve de ser tudo revisto. Chamamos a “zona do oito” a todo este piso, todo o piso administrativo, que no fundo é o piso 1. Este nome é utilizado porque o número da chave que dava acesso a este piso era o número 8, assim como também chamamos o “14” à zona das reservas. Quando se fez essa intervenção muito grande, fez-se também a ligação à rede de águas, porque a água do Palácio era a água que era armazenada num depósito, numa cisterna lá em cima, por cima do Salão Nobre. Era um problema, porque quando não havia água, era complicado. Tinha que se garantir que as cisternas estavam sempre cheias, para que o Palácio tivesse água. O depósito, que era um dos focos também de grande instabilidade na estrutura do Salão Nobre, era um depósito muito pesado, em zinco, com um peso brutal. Foi uma obra que

fizemos, durante o Inverno do ano passado. Tivemos uma parte do Salão Nobre fechada, porque tínhamos algum receio que caísse parte de estuque. São assim as obras mais importantes.

5. Qual o balanço que faz da instituição museológica actualmente? Quais as suas maiores dificuldades e as suas maiores potencialidades dentro da sua área de trabalho?

Bem, como instituição museológica, eu penso que ainda temos muito por fazer. Temos muitas falhas ao nível museológico. Precisávamos de ter uma bela reserva. Nós não temos reservas neste Palácio, temos salas de arrumos. Nunca foram feitas. Nunca houve mais para fazer um projecto de reserva. O espaço não é fácil, mas há que criar condições também para ele nascer, não é verdade? Porque se vamos partir do princípio que não é fácil, não se faz. Não concebo uma instituição museológica sem reservas. Portanto, essa é, desde já, a minha grande batalha. Depois é, de facto, tratar do aspecto da sinalética, que é um aspecto de relevância do Palácio e que me parece perfeitamente fundamental. O nosso está um caos. Nós fizemos um trajecto com a Arquitecta Isabel Costa e com a *designer* Maria João Saldanha. Fizemos um projecto de sinalética que, pelo facto da *designer* ter adoecido, acabou por não ser levado avante. Ficou só em fase de projecto. Não passou à fase da concepção e nós sentimos alguma frustração, porque desenvolvemos todo o trabalho que implicava da nossa parte: equacionar todo o tipo de sinalética necessária, para ver, para escolher o grafismo, o *design*, para fazermos os textos, as fotografias, equacionarmos o sítio onde a sinalética iria ficar. Depois, quando passou à fase da concepção, morreu. Eu acho que é uma das nossas falhas. É realmente a nível de sinalética. Depois são as questões que podem ser ultrapassadas, desde que haja meios para isso. No fundo, o trabalho está todo feito. E ao nível de potencialidades, eu acho que este palácio é um palácio cheio de potencialidades. É só preciso é haver condições para que elas se desenvolvam, porque potencialidades é o que há mais.

6. Quais considera ser os principais objectivos do Palácio para com o público, no que concerne à realização de obras dentro do espaço museológico?

São precisamente a melhoria das condições das colecções, em primeiro lugar. Melhoria das condições do próprio edifício e também das colecções, porque para nós termos público e visitantes, temos que ter qualidade, não é? Portanto, em primeiro lugar temos de manter e assegurar às gerações vindouras, que vão continuar a ter a possibilidade de ser público. Se nós não tratamos do edifício, nem das colecções que o edifício alberga, não nos vale a pena pensar em público e em visitantes, porque eles rapidamente vão acabar. Assim, há que conseguir arranjar condições para conseguir alcançar este objectivo. Depois há que oferecer condições também ao público que acolhemos, ao nível de serviços que lhes podemos oferecer. Que cheguem aqui e que esperem na sua fila, de uma forma confortável; que tenham serviços de apoio, porque isto acaba por ser um sítio bastante destacado do resto do mundo. Quando as pessoas chegam cá, nós temos de lhes fornecer um mínimo de condições de acolhimento, como sanitários, para que elas possam fazer uma visita agradável. Há que oferecer-lhes o máximo de conforto e com qualidade nos serviços de apoio, como a cafetaria, o restaurante, os apoios sanitários, para que a visita seja feita de uma forma completa. Não queremos que as pessoas saiam daqui com a ideia de que a visita podia ter sido mais simpática, se houvesse uma casa de banho mais decente, ou se houvesse uma cafetaria onde pudessem gozar e estar de uma forma agradável. Eu acho que este palácio é um palácio muito apelativo, mas de qualquer maneira é da nossa obrigação oferecer o máximo de qualidade possível. Estamos cá para isso mesmo, para valorizar sempre mais. Até

porque eu acho que os nossos visitantes, também estão cada vez mais atentos para certos aspectos, como por exemplo, a sinalética. Felizmente, não é só estarem mais atentos a esse aspecto, mas também serem mais exigentes.

7. Recorda-se de algum episódio, em particular, que a tenha marcado no decurso do seu trabalho na instituição?

Passaram-se tantas coisas engraçadas e tantas coisas marcantes. Olhe, uma coisa que eu creio que vai ficar associada para o resto da vida, na minha memória, foi a exposição do Rui Chafes. Já foi há muitos anos. Aí há dez anos, talvez. Eu fui apresentada ao Rui Chafes. Na altura eu não fazia a mínima ideia de quem era o Rui Chafes, hoje o nosso escultor tão conhecido, muito em voga. Realmente foi uma experiência fantástica trabalhar com ele. Na altura eu não tinha ideia do protagonismo que ele viria a assumir no nosso quadro artístico e foi uma extraordinária pessoa, com quem eu trabalhei, com imenso gosto. Uma pessoa muito profissional, muito simples e de quem posteriormente me tornei amiga. Foi fantástico fazer a exposição dele aqui. Gostei imenso.

8. Quais os principais critérios na aquisição de materiais para uso do Palácio? Que tipo de mecenatos / patrocínios existentes para estes fins?

A nível de aquisição de materiais para o palácio aqui, como sabe, não temos uma autogestão. O Palácio não funciona em autogestão, estamos sempre dependentes do IPPAR. Qualquer que seja necessária para o Palácio é sempre feita através do IPPAR, o que acaba por ser uma condicionante, porque nem sempre são receptivos aos nossos pedidos. Nem sempre lhes parece oportuno ou nem sempre lhes parece que seja fundamental a aquisição desse material aqui para o Palácio. Ao nível de patrocínios e mecenatos, não me parece que tenha havido muitos. Mais recentemente, que me lembre, foi o BCP, que patrocinou o restauro do Retábulo. A Peugeot fez o mecenato da carrinha que faz o transporte dos funcionários. Para além disso, tivemos o caso único da Cortal Seldex. Viemos da Sala dos Veados, como sabe, onde estávamos instalados, temporariamente, enquanto foram feitas as obras de intervenção aqui nos pisos técnicos. Quando nos mudámos cá para cima, sentimos falta de bastante material de escritório. Pus em prática um projecto, que foi enviar uma carta, em que fazia um pedido, a todas as empresas com material de escritório, aqui nos arredores do Palácio. Fazia a proposta deles nos oferecerem, por mecenato ou por doação, como bem entendessem, material que tivessem em linhas de final de colecção ou material de exposição que já não estivesse em condições para ser vendido. Para eles seria material que não seria necessário para eles e que para nós seria muito proveitoso. Então houve uma possibilidade de eu entrar em contacto com a Cortal Seldex, que é a representante da Highwords em Portugal. Percebi, através de uma conversa que tivemos, que havia alguma flexibilidade da parte deles para a cedência de algum material. Foi, assim, a aposta num relacionamento, onde foram surgindo cada vez mais possibilidades para obter outros tipos de materiais. Penso que neste campo do mecenato é muito importante que haja um envolvimento das pessoas e que haja um contacto personalizado, porque é assim que as coisas funcionam. Tem de haver uma cara representada e um relacionamento humano também, porque depois as pessoas, ao aperceberem-se realmente da mais-valia que aquele material que vão oferecer representa, neste caso, para o Palácio, empenham-se e com boa vontade arranjam sempre mais alguma coisa do que aquilo que inicialmente estavam a pensar oferecer. Portanto, acho que é muito importante a aposta no relacionamento humano, quando se faz o mecenato, porque as instituições não são propriamente títulos. São feitas de pessoas e de caras e é para isso que todos trabalhamos. É em prol do benefício de todas essas condições, de todas estas

peçoas, que isto resulta. E se inicialmente iriam oferecer quatro cadeiras e dois bancos e acabaram por oferecer cinquenta mesas, vinte e duas cadeiras ou vinte e quatro cadeiras de escritório; ofereceram também dezoito arquivadores, para o Inventário, que era uma coisa, a qual nós ambicionávamos ter um e, de repente, apareceram-nos cá dezoito! Conseguimos os sofás, de alto *design*, para o gabinete do Director. Foi uma grande conquista. Conseguimos cinquenta mesas, que são óptimas, porque acabam por ser multifuncionais. Também ofereceram estes móveis de esteira, para apoio de material de escritório. Para nós foi uma grande conquista. Conseguimos mobilar rapidamente o espaço, embora nem todo o mobiliário que eles nos ofereceram estivesse propriamente novo. No entanto, para quem não tinha nada, foi uma cedência fantástica. Foi um trabalho realmente muito gratificante, porque senti que houve um empenho pessoal. Foi uma realização.

9. Existe algum tipo de parcerias, colaborações ou protocolos com outras instituições?

Não há propriamente um protocolo. Há uma colaboração entre a Escola de Conservação e Restauro de Sintra, que tem feito algumas parcerias e também, ao nível de faculdades, como por exemplo, a Escola Superior de Turismo cujos alunos vêm estagiar cá periodicamente. Também o Instituto Superior Técnico, costuma ter cá vários alunos, que pedem sempre para vir cá, para desempenhar trabalhos para teses e para outro tipo de trabalhos. Nós costumamos dar apoio a esses requisitos.

10. Quais as perspectivas de futuro ou projectos próximos para o Palácio?

Agora com a nova gestão do Monte da Lua, penso que vai haver uma grande injeção e capital e, se for assim, vai ser fundamental para combater a falta de meios. Havendo uma injeção de capital, e eu creio que haverá, todos estes projectos que nós até agora tínhamos pendentes, ao nível de intervenções e ao nível estrutural, poderão ter alguns melhoramentos. Eu penso que haverá, por parte da administração do Monte da Lua, alguma sensibilidade para estas intervenções, que têm necessidades urgentes, ao nível estrutural, da colecção móvel, da sinalética, para a melhoria da imagem do Palácio, dos percursos museológicos, da reestruturação dos serviços, e de apoio aos visitantes. Com essa injeção de capital, eu penso que se poderão desenvolver bastante estas perspectivas de melhorar essas condições.

11. Considera o Palácio Nacional da Pena um local único? Porquê?

Pois claro, considero o Palácio um palácio único. Acho que todas as pessoas que cá vêm ficam sempre com uma recordação, não é? Este palácio é um palácio muito especial. Para além de estar ligada a ele afectivamente, acho que é um palácio único e que merece um grande investimento. Merece um grande investimento da parte de todos nós.

Anexo XXIV

Fases de Desenvolvimento do Serviço Educativo

QUADRO VI – O Serviço Educativo do Palácio Nacional da Pena

Fase	Designação	Caracterização
I	<i>Criação do Serviço Educativo (1987-1988)</i>	<ul style="list-style-type: none">* Estudo da história e conteúdos do Palácio da Pena.* Definição dos moldes em que seriam feitas as visitas ao público.* Preparação de guiões e materiais pedagógicos.
II	<i>Realização do projecto “História ao Vivo”, apoiado pela Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Grupo de Trabalho do Ministério da Educação) (início da década de 90)</i>	<ul style="list-style-type: none">* Candidatura ao projecto do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.* Planificação das alterações do percurso normal de visita, para que se pudessem realizar as actividades em determinados locais do Palácio, como o Salão Nobre. Isto pressupôs uma articulação estreita com os outros serviços do Palácio.* Participação de grupos de teatro de Sintra.* Preparação de materiais diversos, que puderam depois ser reutilizados.* Contacto próximo com outras instituições museológicas.
III	<i>Actividades e animação, em parceria com grupo de monitores externos (meados da década de 90)</i>	<ul style="list-style-type: none">* Acolhimento de um grupo de monitores vindos do Centro de Emprego da Amadora, no âmbito de uma parceria feita para a realização de uma formação no trabalho.* Realização de visitas guiadas e actividades várias.
IV	<i>Campanha de obras do Palácio (segunda metade da década de 90)</i>	<ul style="list-style-type: none">* Realização obras no Palácio, leva a que as actividades sejam desviadas do interior do edifício para o exterior, aproveitando-se o Parque da Pena.* Exemplo de actividade: dramatização baseada no conto <i>A Floresta</i>, de Sophia de Mello Breyner, onde os mais novos são levados a participarem activamente no desenrolar da história.
V	<i>Desaparecimento dos espaços interiores e exteriores para a realização de actividades. Materiais pedagógicos como meio de acolhimento (a partir do ano 2000)</i>	<ul style="list-style-type: none">* O Parque passa para a tutela dos Parques de Sintra – Monte da Lua. A criação de actividades próprias, invalida a utilização do espaço exterior para a realização de actividades do Serviço Educativo do Palácio.* O Serviço Educativo deixa de poder contar com colaboradores, passando a ser composto

		<p>apenas por duas pessoas que teriam de acolher grandes grupos escolares.</p> <ul style="list-style-type: none">* O acompanhamento integral da visita passa a ser somente feito a grupos com necessidades específicas, como estudantes do Secundário, na área de História, Literatura e Artes. Os restantes recebem apenas uma introdução antes de principiar a visita livre no interior.* Numa tentativa de chegar a um maior número de público, dadas as condições, os elementos do Serviço Educativo elaboram roteiros e outros materiais pedagógicos que permitam a exploração do espaço pelos próprios professores.* Fazem-se acções de formação para professores, tanto nas escolas, como no próprio Palácio.* Abertura a projectos propostos por escolas.
VI	<p><i>O novo Serviço de Extensão Pedagógica (2006-2007)</i></p>	<ul style="list-style-type: none">* Com a possibilidade de abertura de novos espaços dentro do Palácio, é elaborado todo um projecto com diversas actividades escolares (de vários níveis de aprendizagem) e para o público em geral, em que os participantes não terão obrigatoriamente de realizar todo o percurso normal, para desfrutarem das potencialidades do monumento.* Actividades realizadas por colaboradores externos/internos.* Realização de parcerias com empresas ligadas às actividades pedagógicas, como a Oficina Didáctica.

Anexo XXVI

Actividades Desenvolvidas no Estágio

De acordo com o solicitado pela instituição museológica, estabeleceu-se como período para realização do estágio de Setembro de 2006 a Março de 2007 inclusive. No entanto, por questões de reorganização interna de alguns espaços do Palácio Nacional da Pena, só nos foi possível dar início à frequência efectiva do estágio no dia 17 de Outubro de 2006. Mesmo assim, pudemos ter contacto com a dinâmica da instituição ainda antes da realização efectiva do nosso estágio, como adiante veremos.

Após o estabelecimento dos objectivos para a realização do Estágio no Palácio Nacional da Pena, tornou-se necessário definir as metodologias a serem aplicadas de modo a organizar o trabalho.

Assim, no ponto A) exporemos essas metodologias e no ponto B) passaremos à explicitação das tarefas desenvolvidas durante o Estágio:

A) Metodologias

1. *Manutenção de um Diário de Estágio*

No Diário pudemos registar as nossas impressões pessoais da presença na instituição, bem como muita informação que nos foi transmitida informalmente através de conversas quotidianas com os vários funcionários. Simultaneamente pudemos ir anotando questões que nos iam surgindo acerca do Palácio, referências para pesquisa e possíveis fios condutores para a nossa investigação. A título de exemplo, registamos aqui uma das entradas do diário, relativa a uma das actividades a que pudemos assistir no Palácio ainda antes do início do estágio:

Segunda-feira, 11 de Setembro de 2006

Hoje iniciaram-se as minhas actividades no Palácio Nacional da Pena. No âmbito de uma formação promovida pelo projecto Ciência Viva, subordinada à temática “Diários Gráficos – Observações, Registos e Viagens entre a Arte e a Ciência”, fui convidada pela minha orientadora a assistir às três sessões que decorrerão durante esta semana, de modo iniciar a minha integração nas actividades do Palácio.

A primeira sessão, conduzida por Eduardo Salavisa, teve lugar durante esta manhã, com início às 10 horas. À sessão assistiram cerca de 10-12 pessoas, entre as quais alguns elementos do próprio Palácio.

(...)

2. Registo da informação e criação de uma base de dados integrada

Todas as informações recolhidas foram objecto de registo e tratamento. Para esse efeito procedemos à elaboração de várias fichas (de leitura, de documento e iconográficas). Houve, igualmente, uma preocupação em estabelecer relações entre os conteúdos dos diversos tipos de ficha, de modo a integrar toda a informação registada e a criar índices que nos pudessem remeter mais facilmente para os aspectos que pretendêssemos pesquisar, como mostram os exemplos seguintes:

Índice das Fichas de Leitura

Nº Ficha	Dados
FL0001	J. de Sousa NUNES <i>O Palácio Nacional da Pena</i> (Separata do <i>Boletim da CP</i>) Lisboa Oficinas Gráficas da CP 1935
FL0002	Paulo PEREIRA, José Martins CARNEIRO <i>O Palácio da Pena</i> [s. l.] Scala Publishers 2001 [reimp.]

Ficha de Leitura FL0009

AUTOR: Jacques LE GOFF
TÍTULO: *Enciclopédia Einaudi*
LOCAL: [Lisboa]
EDIÇÃO: Imprensa Nacional / Casa da Moeda
DATA: 1984

Capítulos:

- I. “Memória”, Jacques Le GOFF (p. 14-46)
 1. A memória étnica (p. 14)
 2. O desenvolvimento da memória: da oralidade à escrita, da Pré-história à Antiguidade (p. 16)

3. A memória medieval no Ocidente (p. 24)
4. Os progressos da memória escrita e figurada da Renascença aos nossos dias (p. 33)
5. Os desenvolvimentos contemporâneos da memória (p. 40)
6. Conclusão: o valor da memória (p. 46)

Cotas:

- Biblioteca Municipal de Sintra – 030 ENC-I

(...)

No decorrer do estágio toda a informação recolhida, tanto da bibliografia, como das actividades práticas foi inserida dentro dos modelos que acabámos de referir.

B) Desenvolvimento do Estágio

O contacto com a instituição ocorreu em três fases distintas:

1. Primeira Fase – Antes do início efectivo do Estágio

Como atrás referimos, a primeira abordagem à instituição ocorreu no mês de Setembro de 2007. Embora a nossa presença no espaço ainda não fosse uma constante, fomos convidados a assistir a algumas actividades e à apresentação de novos projectos, o que se revelou bastante positivo, na medida em que, deste modo, foi possível uma familiarização progressiva com a equipa e com o seu modo de funcionamento.

Entre as actividades a que assistimos destacamos uma acção de formação designada por “Diários Gráficos – Observações, Registos e Viagens entre a Arte e a Ciência”²³¹, no âmbito do Projecto Ciência Viva²³², que decorreu no Palácio, ao longo de três sessões, respectivamente em 11, 13 e 15 de Setembro, ocupando as manhãs desses dias.

As duas primeiras sessões foram da responsabilidade de Eduardo Salavisa, artista e professor, e tiveram como conteúdos explicar aos formandos o que são diários

²³¹ Esta formação sobre diários gráficos teve a organização do Museu Nacional de História Natural (MNHN), em conjunto com Palácio Nacional da Pena (PNP) / Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e o projecto <http://www.diariografico.com> (da autoria de Eduardo Salavisa).

²³² O Projecto Ciência Viva foi criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, por Despacho I N.º 6/MCT/96, de 01/07/96 e tem como base “o apoio a acções dirigidas para a promoção da educação científica e tecnológica na sociedade portuguesa, com especial ênfase nas camadas mais jovens e na população escolar dos ensinos básico e secundário”. (Retirado do site <http://www.cienciaviva.pt/cienciaviva/agencia.asp>, em 10 de Setembro de 2006).

gráficos, para que servem e como se podem organizar. Na componente prática destas duas sessões, cada formando teve a oportunidade de andar pelos espaços do Palácio e elaborar o seu próprio diário gráfico a partir do que observava. Apesar de não se articular directamente com os objectivos propostos no plano de estágio, esta acção de formação revelou-se bastante útil, na medida em que nos permitiu aprofundar um conhecimento espacial do Palácio, bem como perceber a riqueza arquitectónica e decorativa do mesmo e que não se esgota numa primeira visita. Isto permitiu-nos, assim, reflectir sobre uma maneira alternativa para o visitante observar o espaço com toda a multiplicidade de elementos que ali se encontram.

Na terceira e última sessão, o formador foi Pedro Salgado, biólogo e profissional do desenho científico. Ali foi feita uma produtiva troca de ideias e experiências dentro desta área.

Outro evento a que pudemos assistir, no dia 22 de Setembro de 2006, ainda antes do estágio efectivo, foi a apresentação do novo formato do Sector de Extensão Pedagógica, bem como do seu Programa de Actividades para 2006/2007. Nesta apresentação foi mostrado ao público como a disponibilização de novos espaços dentro do Palácio, após a conclusão das obras nos espaços administrativos, permitiu repensar as possibilidades na realização de actividades lúdico-pedagógicas diversas. Assim, os diferentes públicos poderiam explorar o espaço e as colecções de outro modo, através da realização de *ateliers* específicos, nos espaços próprios, sem que o visitante tivesse de percorrer integralmente o percurso habitual. Estas actividades destinavam-se ao público em geral, mas muitas delas pretendiam-se apelativas para as escolas do concelho de Sintra, sublinhando a tentativa de manter o Palácio próximo da comunidade. No entanto, após a passagem da tutela do Palácio da Pena para a Parques de Sintra – Monte da Lua, S. A., este programa de actividades foi substituído por outro de natureza um pouco diferente.

2. Segunda Fase – Actividades desenvolvidas no decurso do Estágio: seis meses de presença efectiva

A primeira grande preocupação que surgiu nesta fase foi conhecer bem o espaço e a sua história, pelo que procedemos a um levantamento de bibliografia e

documentação que pudessem servir de base ao nosso estudo, dentro das metodologias atrás referidas.²³³

Tentámos também apreender o máximo de informação possível acerca da dinâmica da instituição (levantamento dos diversos sectores funcionais do Palácio e respectivas competências). Simultaneamente fomos tomando conhecimento dos vários projectos (actuais e antigos). Pretendemos com isto ter uma noção do que a instituição era no presente e quais os seus antecedentes. A recolha desta informação foi feita através de entrevistas²³⁴. No que respeita a critérios na elaboração das questões que constituem as entrevistas, apesar de cada grupo de perguntas ser dirigido particularmente à área concreta de cada profissional, sentimos a necessidade de incluir sempre referências ao estado da instituição, antes e depois da entrada da pessoa entrevistada, assim como uma última pergunta comum, onde se pretendeu uma resposta estritamente pessoal, através da qual tentámos apreender a importância dos graus de afectividade ao local para os respectivos trabalhadores.

Debruçámo-nos igualmente sobre a identificação dos diversos tipos de público que afluem à instituição em estudo durante todo o ano. A este propósito podemos acrescentar que a realização do estágio ao longo de seis meses se revelou bastante profícua, na medida em que nos permitiu visualizar, num período de tempo mais amplo, o fenómeno da sazonalidade nas tipologias de visitantes. Apesar de se tratar um espaço museológico que regista um grande número de visitantes durante todo o ano pudemos, por exemplo, perceber os períodos em que as escolas acorrem mais à instituição (entre Fevereiro e Junho), bem como os meses em que se começa a registar um aumento significativo de turistas de nacionalidade estrangeira (sobretudo entre os meses de Abril e Setembro).

O nosso contacto directo com o público foi feito sobretudo dentro da nossa participação como monitora nas actividades previstas pelo Programa de Actividades atrás referido. Entre as actividades que tivemos a oportunidade de conduzir destacamos as Visitas Orientadas (visitas guiadas para público geral e escolar, com duração de cerca de uma hora) e Visitas Animadas, com temáticas diversas: “Á Descoberta das Plantas, Frutos e Animais do Palácio” (exploração dos elementos naturalistas do Palácio); “A

²³³ É de destacar a dificuldade que tivemos em consultar os documentos existentes no arquivo do Palácio, dado que para além de não se encontrar organizado arquivisticamente, sofreu também alguns problemas de infestação e desinfestação desadequada, pelo que se torna verdadeiramente perigoso manuseá-lo sem bata, luvas e máscara de protecção.

²³⁴ Estas entrevistas encontram-se integralmente transcritas no *Anexo XXIV*.

Grande Árvore dos Brasões” (após um pequeno percurso as crianças eram levadas a entender o brasão como símbolo individual, elaborando depois o seu brasão próprio) e “Músicas e Danças de Salão” (cujo objectivo seria reviver as danças e músicas do século XIX). Pudemos ainda participar num dos Laboratórios Pedagógicos, “Fadas e Fadinhas nas Entrelinhas” (a partir da exploração das figuras grotescas existentes no Palácio, as crianças ouviam um conto, contado no Salão Nobre, que depois servia de ponto de partida para um livro animado, totalmente desenhado por elas).

Ainda dentro do período de estágio efectivo pudemos assistir ao II Colóquio do Palácio Nacional de Sintra – Arte e História: Novos Contributos, realizado a 29 de Novembro de 2006, no Palácio da Vila de Sintra). A nossa presença neste encontro científico foi bastante produtiva, na medida em que permitiu complementar alguns conhecimentos e reflectir sobre a ligação entre os dois palácios nacionais existentes em Sintra, assim como nas diferenças/semelhanças das opções museológicas de ambos.

3. Terceira Fase – Actividades desenvolvidas após a conclusão do Estágio

Após a conclusão do Estágio foi-nos possível continuar a colaborar com o Palácio da Pena (mesmo depois da mudança definitiva de tutela para a Parques de Sintra – Monte da Lua). Não podemos, de modo algum, dissociar o contributo que esta fase trouxe ao nosso trabalho, na medida em que houve uma continuidade entre o estágio realizado e o trabalho profissional que aí desenvolvemos.

Assim, para além de continuarmos todo o processo de investigação conducente ao presente trabalho, mantivemos também o nosso trabalho de realização de visitas guiadas e actividades no espaço. A nossa área de trabalho alargou-se também ao Parque da Pena, o que veio complementar em grande medida as informações e conhecimento espacial que já detínhamos acerca do Palácio.

Nesta terceira fase tivemos ainda a oportunidade de participar em mais encontros científicos, nomeadamente no *3º Encontro de História de Sintra*, realizado no Palácio Valenças, entre 3 e 5 de Maio de 2007. Neste encontro pudemos assistir a três comunicações acerca do Parque e Palácio da Pena: “O Imaginário Romântico do Palácio da Pena”, por José Martins Carneiro, “Percurso Simbólicos no Parque da Pena”, por José Medeiros e “A Memória é uma rosa aberta: evocações do Parque da Pena”, por Maria Almira Medina. Este encontro revelou-se bastante profícuo na medida em que as

comunicações, debatidas depois em quadros mais gerais acerca de Sintra, permitiram perceber a articulação do Palácio com os outros monumentos e museus da região.

Consideramos, pois, que o estágio no Palácio da Pena, serviu de importante ponto de partida para um trabalho que pudemos continuar a desenvolver mesmo após o final do período estipulado para a sua realização.

V. Fontes e Obras de Consulta

FONTES

1. Fontes Manuscritas e Dactilografadas

Auto datado de 20 de Julho de 1923 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena, Pasta da Administração 1922-1924)

Auto n.º 1, datado de 2 de Agosto de 1938 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos de administração relativos ao período em que Casimiro Gomes da Silva esteve em funções)

Carta com a referência do Processo n.º 1876 Livro 5º, datada de 4 de Agosto de 1922 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924)

Carta com a referência n.º 1205, datada de 25 de Maio de 1923, do Presidente da Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena, Pasta da Administração 1922-1924)

Carta com a referência n.º 54, datada de 12 de Abril de 1923 da Anglo-Portuguese Telephone Company, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena, Pasta da Administração 1922-1924)

Carta relativa à concessão de autorização para filmagem, datada de 31 de Maio de 1924, enviada pelo Chefe da Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924)

Carta datada 7 de Abril de 1926, enviada pela Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas para o Administrador do Palácio Nacional da Pena (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929)

Carta, datada de 28 de Julho de 1931, do Administrador do Palácio da Pena para o Chefe da Repartição de Património (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929)

Carta, datada de 7 de Setembro de 1948, com pedido de vinda de peças de outros palácios, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Documentação Comprobativa da Existência de uma Colecção de Faiança Hispano-Árabe no P.N.P)

Carta datada de 18 de Setembro de 1956 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta relativa às armas existentes no Palácio)

Carta, datada de 11 de Outubro de 1957, enviada por Joaquim do Couto Tavares ao Chefe da Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta relativa às armas existentes no Palácio)

Carta com referência n.º A/296, datada de 13 de Dezembro de 1971 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta com a referência n.º A/88/72, datada de 9 Maio de 1972 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta com referência n.º A/6/73, datada de 18 de Janeiro de 1973 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta com referência n.º A/142/73, datada de 25 de Julho de 1973 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta com referência n.º 55/75, de 14 de Abril de 1975 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta com referência n.º 13/76, de 9 de Janeiro de 1976 e (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta com referência n.º 19/76, de 2 de Fevereiro de 1976 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta datada de 24 de Julho de 1979 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta com referência n.º 34/80, datada de 11 de Março de 1980 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta com referência 181/80, data de 17/11/1980 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos administrativos de 1972-1983)

Carta datada de 13 de Janeiro de 1983 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta de Correspondência recebida e expedida em 1983)

Carta datada de 8 de Maio de 1983 dirigida à Presidente do I.P.P.C., enviada por Joaquim de Jesus Diogo (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Correspondência de 1923)

Circular com referência de Processo n.º 1:876, Livro n.º 3.º, datada de 18 de Maio de 1927 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta da Administração de 1927-1929)

Folha de Serviço de José do Nascimento, anexa à nota enviada à 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, datada de 6 de Abril de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929)

Folha de Serviço de Manoel Duarte, anexa à nota enviada à 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, datada de 6 de Abril de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929)

Inventário do dos Móveis existentes no Palácio Nacional da Pena, Julho de 1919 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração 1922-1924)

Inventário do Móveis existentes no Palácio Nacional da Pena, 1941 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta relativa ao Inventário de 1941)

Introdução [versão dactilografada] do Catálogo da Exposição *O Pintor Casanova e os Seus Discípulos Régios nas Coleções do Palácio Nacional da Ajuda* (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da exposição “O Pintor Casanova e os Seus Discípulos Régios nas Coleções do Palácio Nacional da Ajuda”)

Nota com referência n.º 28/42, datada de 12 de Janeiro de 1923, enviada pelo Administrador do Palácio da Pena ao Chefe da 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924)

Nota datada de 4 de Setembro de 1923, existente no Arquivo do Palácio Nacional da Pena (Pasta de Administração de 1922-1924)

Nota com a referência 11/68, datada de 10 de Setembro de 1923, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1922-1924)

Nota com a referência n.º 14/116, datada de 18 de Abril de 1928, enviada por José do Nascimento ao Chefe da Repartição de Património da Direcção Geral da Fazenda Pública (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1928).

Nota datada de 4 de Agosto de 1928, enviada pelo Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças ao Administrador do Palácio (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929)

Nota com referência n.º 13/131, datada de 5 de Fevereiro de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929)

Nota com referência n.º 5/145, de 6 de Agosto de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929)

Nota com a referência n.º 9/149, de 19 de Agosto de 1929 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta da Administração 1927-1929)

Nota com a referência n.º 6/216, do Administrador do Palácio para o Chefe da 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, datada de 24 de Agosto de 1931 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1932-1933)

Ofício com a referência n.º 12/69, de 24 de Setembro de 1923, enviado pelo Administrador do Palácio da Pena ao Chefe da 4ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924)

Ofício com a referência n.º B/7, de 12 de Janeiro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta relativa às armas existentes no Palácio).

Ofício com a referência n.º B/105, de 21 de Outubro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta relativa às armas existentes no Palácio)

Ofício com referência n.º 1351º, 1ª Secção, Proc.º D/PA/d/19, com data de 31 de Agosto de 1955 e *Recibo* comprovativo da entrada da peça na instituição (Ficha de Inventário da Peça n.º PNP 561 - Palácio Nacional da Pena)

Ofício com a referência n.º A/88/72, datado de 9 Maio de 1972 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1972-1983)

Ofício n.º 139/83, datado de 26 de Agosto de 1983 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta de Correspondência recebida e expedida em 1983)

Pedido de Cadernetas de Bilhetes, feito pelo Administrador do Palácio da Pena, com a referência n.º 19/76, datado de 27 de Junho de 1924 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924)

Pedido de Requisição de Material, com a referência n.º 14/71, datado de 24 de Dezembro de 1923 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1922-1924)

Relação de Assalariados, datada de 19 de Maio de 1931 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1927-1929)

Relação do pessoal efectivo e assalariado no Palácio, com a referência n.º 24/271, datada de 6 de Fevereiro 1933, enviada para a 4.ª Repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública, (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta da Administração de 1932-1933)

Relatório com a referência da 3ª secção, Proc.º 1673, Lº 40, datado de 20 de Janeiro de 1939, enviado por Raul Lino ao Conservador do Palácio da Pena, pp. 2-3 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta com documentos de administração relativos ao período em que Casimiro Gomes da Silva esteve em funções)

Relatório de Obras, datado de 30 de Setembro de 1972, da autoria da Conservadora, Simonetta Luz Afonso, p. 1 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Administração de 1972-1983)

2. Fontes Impressas

CARDOSO, Mário, *Museus e Monumentos Nacionais no Desenvolvimento do Turismo* Lisboa, I Congresso Nacional de Turismo, 1936

, “A 3.ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais”, separata da *Revista de Guimarães*, v. 72, n.º 3-4, Guimarães, [s. n.], 1962.

CASTRO, Abade de Sousa e, *Memória Histórica sobre a Origem e Fundação do Real Mosteiro de N.ª Sr.ª da Pena*, Sintra, Câmara Municipal/Arquivo Municipal de Sintra, 2005, [reimpressão anastática da edição original em 1841].

Catálogo da Exposição de Águas-Fortes do Rei D. Fernando II, (realizada no Palácio da Pena), Sintra, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade [imp.], 1947

Catalogo Illustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882

Cifka. Obra Cerâmica, Catálogo de exposição no Museu Nacional do Azulejo. 1993-1994, [Lisboa], Instituto Português de Museus / Museu Nacional do Azulejo, 1993.

COELHO, António Corrêa C., *A Protecção Legal aos Monumentos Nacionais. (Bases para um Projecto de Lei)*, Lisboa, Tip. Do Comércio, 1923

COUTO, João, “2ª Conferência dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais (Relatório)”, Sep. do *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, nº 4, 1961.

, “Curso de Museologia a estagiários para Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais”, Sep. da Revista *Ocidente*, Lisboa, Editorial Império, 1965.

, “Museus de Sintra”, Sep. da revista *Ocidente*, nº 293, Setembro de 1962.

JUROMENHA, Visconde de (João António de Lemos Pereira Lacerda), *Cintra Pinturesca ou Memória Descritiva da Vila de Sintra, Colares e seus arredores*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra / Gabinete de Estudos Históricos e Documentais, 1989-90, [reimpressão anastática da edição original em 1838].

LIBERGE, G. Le Roy, *Trois Mois en Portugal*, Paris, Bernard Grasset (Éditeur), 1910

Monumentos Nacionais. Legislação e Classificação, Lisboa, Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscção, 1923

NUNES, J. de Sousa, “O Palácio Nacional da Pena”, Sep. do *Boletim da CP*, Lisboa, Oficinas Gráficas da CP, 1935.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João III e miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, [facsimile da edição de 1798].

SILVA, Casimiro Gomes da, *O Palácio da Pena. Breve Notícia Histórico-Artística*, Sintra, Editor João Roberto Rosado, 1942

SOUSA, A. D. de Castro e, *Memória Histórica sobre a Origem e Fundação do Real Mosteiro de N.ª S.ª da Pena*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra / Arquivo Municipal de Sintra – Arquivo Histórico / Gabinete de Estudos Histórico-Documentais, 2005 [reimp. do original de 1841].

SOUSA, M. Tude de, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena*, Sintra, Sintra Gráfica, 1951.

Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador (Catálogo – II Exposição Temporária no Palácio Nacional da Pena), Sintra, Direcção Geral da Fazenda Pública, com a colaboração da Câmara Municipal de Sintra, 1949

3. Periódicos

A Cidade e as Terras, Revista do Governo Civil de Lisboa, nº 1, Junho de 1991, pp. 44-47.

Collecção Oficial de Legislação Portuguesa. Anno de 1910, Volume II (de 5 de Outubro a 31 de Dezembro), Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

O Concelho de Cintra, Anos I-II, Números 1-40, 1910-1911.

O Despertar. Semanario Republicano, n.º 1 a 175, Ano I a III, 1923-1926.

A Escola e os Descobrimentos, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Suplemento para distribuição com o jornal *Expresso*, 11 de Janeiro de 1992, pp. 9-10.

A Folha Ilustrada, Quinzenário, 1.º ano, Nº 3-4, Agosto/Setembro de 1930

Jornal de Sintra, 25 de Janeiro de 1985, Ano 52º, nº 262

Noticias de Sintra – Semanario Politico, Literário e Noticioso, Periódico semanal Direcção de António Cunha, n.º 1 a 52, 1914-1915

O Panorama, 13 de Janeiro de 1838, n.º 37.

Sintra...Amena Estância. Jornal dos Alunos da Escola Industrial Comercial de Sintra, Centro de Actividades Circum-Ecolares, Anno I, nº 1, Junho de 1967.

A Voz de Sintra, Semanário Republicano Evolucionista, Ano I, n.º 1 a 40, 1919-1920.

Recorte de artigo do jornal *O Século*, de 5 de Outubro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena – Pasta de Documentação da Exposição *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador* – 1949)

Recorte de artigo do jornal *Diário de Notícias* de 8 de Outubro de 1949 (Arquivo do Palácio Nacional da Pena - Pasta de Documentação da Exposição *Wenceslau Cifka. Ceramista, litógrafo e esmaltador* – 1949)

4. Legislação

A) NACIONAL

Decreto de 17 de Outubro de 1910 (Diário de Governo nº 11, de 18 de Outubro de 1910) – Sobre a manutenção de alguns funcionários da Casa Real e demissão dos restantes.

Decreto N.º 1, de 26 de Maio de 1911 – Reorganiza os serviços artísticos e arqueológicos (divisão em circunscrições e criação dos Conselhos de Arte e Arqueologia)

Lei n.º 12, de 7 de Julho de 1913 – Cria o Ministério da Instrução Pública.

Decreto n.º 6 184, de 29 de Outubro de 1919 – Cria o Conselho do Património no âmbito da Repartição do Património.

Decreto n.º 7.036, de 17 de Outubro de 1920 – Cria a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Lei n.º 1700, de 18 de Dezembro de 1924 - Reorganização dos Serviços de Belas-Artes.

Decreto n.º 10.426, de 2 de Janeiro de 1925, que suspende Lei nº 1700, de 18 de Dezembro.

Decreto n.º 10.600, de 7 de Março de 1925, que suspende o Decreto n.º 10.426, de 2 de Janeiro.

Decreto n.º 10.711, de 23 de Abril de 1925 – Manutenção das obras dos palácios na Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Decreto n.º 11.445, de 13 de Fevereiro de 1926, regulamenta a Lei nº 1700, de 18 de Dezembro.

Decreto n.º 11663, de 14 de Maio de 1926 – Mudança da designação da Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais para Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais.

Decreto n.º 15 216 de 14 de Março de 1928 - Reorganiza os serviços artísticos e arqueológicos, que delega a inspecção artística nos Palácios Nacionais à Direcção Geral de Belas Artes.

Decreto n.º 16.791, de 25 de Abril de 1929 – Criação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N)

Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932 – Extinção dos Conselhos de Arte e Arqueologia e criação do Conselho Superior de Belas Artes.

Decreto n.º 22110 de 12 de Janeiro de 1933 – Regulamenta o Curso de Conservadores de Museus, Palácios e Monumentos Nacionais.

Lei n.º 1.941, de 11 de Abril de 1936 – Remodela o Ministério da Instrução Pública e cria a Junta Nacional de Educação.

Decreto-Lei n.º 26.957, de 28 de Agosto de 1936 – Cria na competência da Junta Nacional de Educação, as Missões Estéticas de Férias.

Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de Fevereiro de 1938 - Põe na dependência da Direcção Geral da Fazenda Pública o arranjo das árvores existentes nas zonas de protecção de monumentos nacionais.

Lei n.º 2 032, de 11 de Junho de 1949 – Sobre a função das câmaras municipais na protecção e classificação dos seus monumentos nacionais.

Decreto-Lei 34/80, de 2 de Agosto de 1980 – Cria o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), dentro da Secretaria de Estado da Cultura.

Decreto-Lei n.º 318/82, de 11 de Agosto de 1982 – Passagem dos palácios nacionais da tutela do Ministério das Finanças para o Instituto Português do Património Cultural.

Lei n.º 13/85, de 6 de Julho de 1985 – Lei do Património Cultural Português.

Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto de 1991 – Cria o Instituto Português dos Museus.

Decreto-Lei n.º 215/2000, de 2 de Setembro de 2000 – Cria a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro de 2001- Estabelece as Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural.

Lei 47/2004, de 19 de Agosto de 2004 – Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Decreto-Lei n.º 292/2007, de 21 de Agosto – O Palácio Nacional da Pena passa a ser efectivamente gerido pela Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

B) INTERNACIONAL

Carta de Atenas – 1933

Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adoptada em Haia, em 14 de Maio de 1954.

Carta de Veneza (Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios) – ICOMOS – 1964.

Normas de Quioto (*Relatório sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico*) – 1967.

Convenção Relativa às medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da propriedade de Bens Culturais, adoptada em Paris a 14 de Novembro de 1970.

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, concluída em Paris a 16 de Novembro de 1972 (Art.º 8.º - cria um comité de Património Mundial dentro da UNESCO)

Carta de Florença (*Carta Relativa à Salvaguarda de Jardins Históricos*) - ICOMOS – 1982.

Declaração de Roma (*Medidas para a Conservação de Monumentos e Sítios*) – ICOMOS – 1983.

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, assinada em Granada a 3 de Outubro de 1985.

OBRAS DE CONSULTA

1. Obras Gerais

Dicionário Prático de Filosofia, 2ª edição, Lisboa, Terramar, 1999.

Enciclopédia Einaudi, Volume 1 (dir. Ruggiero Romano), [Lisboa], Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984

História de Portugal (d direcção de José Mattoso), IV volume, [Lisboa], Círculo de Leitores, 1993

Nova História de Portugal (d direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume IX, Lisboa, Editorial Presença, 2002

Nova História de Portugal (d direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

Nova História de Portugal (coord. Fernando Rosas; direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Volume XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992

2. Obras Específicas

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa. 1780-1924*, Volume II, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo I – Bairros de Sintra*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1997.

BERNARDO, Ana Castel-Branco A, *Formação Estética e Cidadania: o Palácio da Pena como Património Artístico e Museu Histórico de Arte Aplicadas*, Tese de Mestrado em Ciências da Educação (Formação Pessoal e Social), Universidade Católica de Lisboa, 1998.

BESSONE, Silvana (coord.), *D. Amélia – Uma rainha, um museu*, Lisboa, Instituto Português dos Museus / Museu Nacional dos Coches, 2006

CARNEIRO, José Manuel Martins [org.], *D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha, Comemorações do 1º Centenário da morte do Rei-Artista*, [Sintra], Palácio Nacional da Pena / Instituto Português do Património Cultural, 1985.

, *Pena. Palácio Nacional*, [s.l.], Instituto Português do Património Cultural / Elo – Publicidade, Artes Gráficas, 1991.

, *O Imaginário Romântico da Pena*, Lisboa, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 2009.

CARNEIRO, José Manuel Martins, LOPES, Luís Eduardo da Mota Veiga Castelo, *Exposição de Ourivesaria do Palácio Nacional da Pena*, [Sintra], Palácio Nacional da Pena, 1986/87.

CARNEIRO, José Manuel Martins [organização], MOTA, Maria Manuela Marques [colaboração], *Porcelanas Orientais do Palácio da Pena*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1989.

COELHO, Maria Eduarda Leal (org.), *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico / Galeria de Pintura do Rei D. Luís, 1993.

CRANE, Susan A., BARKAN Elazar (ed.), *Museums and Memory*, Stanford, Stanford University Press, 2002.

DOMINGUES, Álvaro (et al.), *A Cultura em Acção – Impactos Sociais e Território*, Porto, Edições Afrontamento, 2003

FONSECA, Alexandre Garcia da, *O Palácio da Pena. Turismo Cultural num Palácio Nacional*, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Cascais, 2005.

GONÇALVES, António Manuel, “Missão do Conservador”, Sep. da Revista *Viriatis-IV* Viseu, Museu de Grão Vasco, 1960

KAVANAUGH, Gaynor, *Dream Spaces. Memory and the Museum*, London, Leicester University Press, 2000.

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO, *Património. Balanço e Perspectivas. [2000-2006]*, [Lisboa], Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 2000.

INSTITUTO DE SINTRA, *Romantismo – Da Mentalidade à Criação Artística*, Sintra, Instituto de Sintra, 1986.

, *Romantismo – Sintra nos Itinerários de um Movimento*, Sintra, Instituto de Sintra, 1987.

, *Romantismo – Figuras e Factos da Época de D. Fernando II*, Sintra, Instituto de Sintra, 1988.

LE GOFF, Jacques, “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, Volume 1, [Lisboa], Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984, pp. 11-47.

LIRA, Sérgio, "Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus para os meados do século XX: os museus e o discurso político.", Comunicação apresentada ao V *Coloquio Galego de Museus* (disponível em http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/comunicacaovcoloquiogalegodemuseus.htm#_ftn1)

MONGE, Maria de Jesus Vitorino Soares, *Museu-Biblioteca da Casa de Brangança: de Paço a Museu*, Tese de Mestrado em Museologia apresentada à Universidade de Évora [texto policopiado], Évora, [s. n.], 2003.

NABAIS, José Casalta, SILVA, Suzana Tavares da, *Direito do Património Cultural. Legislação*, 2ª edição, Coimbra, Edições Almedina, 2006.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995

NOBRE, Eduardo, *Amélia – Rainha de Portugal*, 1ª edição, [Lisboa], Quimera, 2006

PAVONI, Rosanna (ed.), *Historic House Museums as Witness of National and Local Identities: Acts of the Third Annual DEMHIST Conference, Amsterdam, 14-16 October 2002*, [s.l.], DEMHIST, 2003.

PEDREIRINHO, Helena Cristina Marques da Silva, *A Evolução do Conceito de Património na Legislação Portuguesa do Século XX.*, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Universidade Lusíada de Lisboa, 1999

PEREIRA, Paulo, CARNEIRO, José Manuel, *O Palácio da Pena*, [s.l.], Scala Publishers, 1999.

PONTE, António Manuel Torres da, *Casas-museu em Portugal. Teorias e Práticas*, Tese de Mestrado em Museologia (Departamento de Ciências e Técnicas do Património), Universidade do Porto, 2007.

QUINTAS, Miguel Augusto Monteiro Marques da Silva, *A Metalinguagem das formas manifestada no Palácio da Pena: a Concretização Romântica do Parque e Palácio da Pena*, Tese de Mestrado em Teoria da Arquitectura, Universidade Lusíada de Lisboa, 1998.

Raul Lino. *Exposição Retrospectiva da sua Obra*, (Apresentada pela Fundação Calouste Gulbenkian nas suas Galerias de Exposições Temporárias), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970

REBELO, Teresa, *Condessa d'Edla. A Cantora de Ópera quasi Rainha de Portugal e Espanha (1836-1929)*, Lisboa, Alétheia Editores, 2006.

SERRA, Filipe Mascarenhas, *Práticas de Gestão nos Museus Portugueses*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2007.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume XII., [s. l.], Editorial Verbo, 1990 [imp.]

Sintra. Património da Humanidade, (coord. José Cardim Ribeiro), Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1998.

SOUSA, Élvio Melim de, *De Residência Privada à Casa-Museu de Leal da Câmara: Um Percurso Singular*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2005.

TEIXEIRA, José, *D. Fernando II. Rei-Artista, Artista-Rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986.

SITES CONSULTADOS

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Fotográfico online (em Agosto de 2010)

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>

Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital (em Outubro e Novembro de 2009)

www.purl.pt

Diáriografico.com (em Agosto de 2007 e Setembro de 2010)

<http://www.diariografico.com>

Diário da República Electrónico (entre Maio e Setembro de 2010)

<http://www.dre.pt/>

European Royal Residences (em Junho e Setembro de 2010)

<http://www.europeanroyalresidences.com/>

Hemeroteca Digital (em Fevereiro e Março de 2010)

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

International Committee for Historic House Museums (em Setembro de 2010)

<http://demhist.icom.museum/shop/shop.php?detail=1255432597>

International Council of Museums (entre Janeiro e Junho de 2010)

<http://icom.museum/>

International Council of Museums – Portugal (em Junho e Julho de 2010)

<http://www.icom-portugal.org/>

Universidade Fernando Pessoa (em Agosto de 2010)

<http://homepage.ufp.pt/slira/>